

Organizador  
Edilson Antonio Catapan



# Tendências contemporâneas das ciências sociais aplicadas

Vol. 04



**Edilson Antonio Catapan**

(Organizador)

**Tendências contemporâneas das  
ciências sociais aplicadas**

Vol. 04

**BrJ**

**Brazilian Journals Editora**  
**2020**

2020 by Brazilian Journals Editora  
Copyright © Brazilian Journals Editora  
Copyright do Texto © 2020 Os Autores  
Copyright da Edição © 2020 Brazilian Journals Editora  
Editora Executiva: Barbara Luzia Sartor Bonfim Catapan  
Diagramação: Sabrina Binotti  
Edição de Arte: Sabrina Binotti  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cibele Soares - Universidade Federal do Pampa, Brasil.  
Prof. Dr. Gilson Silva Filho - Centro Universitário São Camilo, Brasil.  
Prof. Msc. Júlio Nonato Silva Nascimento - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Adriana Karin Goelzer Leining - Universidade Federal do Paraná, Brasil.  
Prof. Msc. Ricardo Sérgio da Silva - Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.  
Prof. Esp. Haroldo Wilson da Silva - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.  
Prof. Dr. Orlando Silvestre Fragata - Universidade Fernando Pessoa, Portugal.  
Prof. Dr. Orlando Ramos do Nascimento Júnior - Universidade Estadual de Alagoas, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Pires Caniato - Universidade Estadual de Maringá, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Genira Carneiro de Araujo - Universidade do Estado da Bahia, Brasil.  
Prof. Dr. José Arilson de Souza - Universidade Federal de Rondônia, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Maria Elena Nascimento de Lima - Universidade do Estado do Pará, Brasil.  
Prof. Caio Henrique Ungarato Fiorese - Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Saionara Gollo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariza Ferreira da Silva - Universidade Federal do Paraná, Brasil.  
Prof. Msc. Daniel Molina Botache - Universidad del Tolima, Colômbia.  
Prof. Dr. Armando Carlos de Pina Filho- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Juliana Barbosa de Faria - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Esp. Marília Emanuela Ferreira de Jesus - Universidade Federal da Bahia, Brasil.  
Prof. Msc. Jadson Justi - Universidade Federal do Amazonas, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandra Ferronato Beatrici - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil.  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Caroline Gomes Mâcedo - Universidade Federal do Pará, Brasil.  
Prof. Dr. Dilson Henrique Ramos Evangelista - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil.  
Prof. Dr. Edmilson Cesar Bortoletto - Universidade Estadual de Maringá, Brasil.



**Ano 2020**

Prof. Msc. Raphael Magalhães Hoed - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil.  
Profª. Msc. Eulália Cristina Costa de Carvalho - Universidade Federal do Maranhão, Brasil.  
Prof. Msc. Fabiano Roberto Santos de Lima - Centro Universitário Geraldo di Biase, Brasil.  
Profª. Drª. Gabrielle de Souza Rocha, Universidade Federal Fluminense, Brasil.  
Prof. Dr. Helder Antônio da Silva, Instituto Federal de Educação do Sudeste de Minas Gerais, Brasil.  
Profª. Esp. Lida Graciela Valenzuela de Brull - Universidad Nacional de Pilar, Paraguai.  
Profª. Drª. Jane Marlei Boeira - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil.  
Profª. Drª. Carolina de Castro Nadaf Leal - Universidade Estácio de Sá, Brasil.  
Prof. Dr. Carlos Alberto Mendes Moraes - Universidade do Vale do Rio do Sino, Brasil.  
Prof. Dr. Richard Silva Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, Brasil.

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

##### **C357t Catapan, Edilson Antonio**

Tendências contemporâneas das ciências sociais aplicadas /  
Edilson Antonio Catapan. São José dos Pinhais: Editora  
Brazilian Journals, 2020.  
339 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui: Bibliografia

ISBN: 978-65-86230-14-7

1. Desenvolvimento urbano. 2. Comportamento social.  
I. Catapan, Edilson Antonio II. Título

Brazilian Journals Editora  
São José dos Pinhais – Paraná – Brasil  
[www.brazilianjournals.com.br](http://www.brazilianjournals.com.br)  
[editora@brazilianjournals.com.br](mailto:editora@brazilianjournals.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra intitulada “Tendências contemporâneas das ciências sociais aplicadas vol. 04”, publicada pela Brazilian Journals, apresenta um conjunto de dezenove capítulos que visa abordar diversas temáticas ligadas à área da administração, possibilitando melhor entendimento a aqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os aspectos importantes relacionados a uma sociedade: suas origens, processos históricos, funcionamento, aspectos de desenvolvimento, transformações sociais, conflitos, características culturais, econômicas e políticas. A seguir são apresentados os estudos que compõem os capítulos deste livro.

Logo, os artigos apresentados neste volume abordam: A importância de Frida Vingren para a história da Assembléia de Deus no Brasil; Mapas conceituais: como uso da metodologia de ensino e pesquisa para o estudo de desenvolvimento de projeto arquitetônico; Brasil e China na geopolítica do capitalismo: notas sobre acordos bilaterais, comércio exterior e o futuro (2008 – 2019); A base de logística de defesa, inovação e indústria nacional: O PROSUB e a análise científico-tecnológica em estudo comparado de Brasil e França; Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do instituto chão e entre outros.

Dessa forma, agradecemos aos autores por todo esforço e dedicação que contribuíram para a construção dessa obra, e esperamos que este livro possa colaborar para a discussão e entendimento de temas relevantes para a área de administração, orientando docentes, estudantes, gestores e pesquisadores à reflexão sobre os assuntos aqui apresentados.

## **SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO 01.....</b>	<b>1</b>
INCIDENCIA DE LOS SMARTPHONE EN EL DESARROLLO DE LA PLASTICIDAD CEREBRAL EN NIÑOS DE 0 A 6 AÑOS, EN UN CONTEXTO DE ALTA VULNERABILIDAD.	
José Manuel Salum Tomé	
DOI 10.35587/brj.ed.0000325	
<b>CAPÍTULO 02.....</b>	<b>9</b>
THE ELABORATION OF THE URBAN AND ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT MASTER PLAN OF CANDIOTA/RS IN THE PERSPECTIVE OF THE BUILT HERITAGE.	
Renan Rosso Bicca	
Jose Leonardo De Souza Castilho	
Maria De Fátima Schmidt Barbosa	
Maria Elaine Dos Santos Leon	
Magali Nocchi Collares Gonçalves	
Mariana Hoesel Scherer	
Marília Pereira De Ar dovino Barbosa	
DOI 10.35587/brj.ed.0000326	
<b>CAPÍTULO 03.....</b>	<b>32</b>
A IMPORTÂNCIA DE FRIDA VINGREN PARA A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO BRASIL.	
Sulianne Idalior Paião Rosado	
Vander Anderson Paião	
Andrea Lima Resende	
Suanne Malu Paião Ferreira	
Liliane Costa de Oliveira	
DOI 10.35587/brj.ed.0000327	
<b>CAPÍTULO 04.....</b>	<b>44</b>
INTRAEMPREENDERISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DIAGNÓSTICO PÓS REFORMA GERENCIAL.	
Michelle Oliveira do Espírito Santo Corsino	
Milton Augusto Pasquotto Mariani	
Wagner Corsino Enedino	
DOI 10.35587/brj.ed.0000328	
<b>CAPÍTULO 05.....</b>	<b>63</b>
UMA VISÃO SOBRE OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE MACAPÁ – AP.	
Ana Paula Cascaes Rodrigues	
DOI 10.35587/brj.ed.0000329	
<b>CAPÍTULO 06.....</b>	<b>77</b>
MAPAS CONCEITUAIS: COMO USO DA METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA PARA O ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO	
Emanuela Cristina Montoni da Silva	

Flaviana Nogueira de Lima  
Luiz Felipe Oliveira Luna de Farias  
Tacyana Cinthya Matos Batista  
Vinicius José Lopes Cursino  
DOI 10.35587/brj.ed.0000330

<b>CAPÍTULO 07.....</b>	<b>82</b>
GLOBALIZACIÓN Y GÉNERO. LAS MUJERES AFRODESCENDIENTES DE COSTA CHICA MEXICO. ALGUNAS EXPERIENCIAS CON LA VIOLENCIA.	
Hilda Beatriz Salmerón García	
DOI 10.35587/brj.ed.0000331	
<b>CAPÍTULO 08.....</b>	<b>119</b>
COMO PAIS E MÃES TÊM DIVIDIDO A TAREFA DE CUIDAR DE FILHOS EM CUIABÁ-MT.	
André Luís Ribeiro Lacerda	
DOI 10.35587/brj.ed.0000332	
<b>CAPÍTULO 09.....</b>	<b>131</b>
BRASIL E CHINA NA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO: NOTAS SOBRE ACORDOS BILATERAIS, COMÉRCIO EXTERIOR E O FUTURO (2008 – 2019)	
Raimundo Jucier Sousa de Assis	
Osmar Fernando Alves da Silva	
DOI 10.35587/brj.ed.0000333	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>150</b>
A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO.	
Loreine Hermida da Silva e Silva	
Daniele dos Santos Zeferino	
Elizabeth da Silva Guedes	
DOI 10.35587/brj.ed.0000334	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>171</b>
REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA A PARTIR DO CREAS DE PARANÁ/PR.	
Ana Letícia Soares Batista	
Maria Inez Barboza Marques	
DOI 10.35587/brj.ed.0000335	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>182</b>
SIMULAÇÃO DE UM SISTEMA DE FILAS EM UMA CASA LOTÉRICA DE MACAPÁ, UTILIZANDO O SOFTWARE ARENA.	
Fernando Rodrigues Dos Santos	
Sil Franciley Dos Santos Quaresma	
Kleber Bittencourt Oliveira	
Edílson Marques Magalhães	
DOI 10.35587/brj.ed.0000336	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>205</b>
PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS.	
Alan Pires	
Scheila Daiana Severo Hollveg	
Fernanda Rezer de Menezes	
Jorge Padilha dos Santos	
DOI 10.35587/brj.ed.0000337	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>225</b>
PROJETO DE MATRICIAMENTO JUDICIÁRIO: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO INTERPROFISSIONAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA.	
Geisiele Aparecida da Silva	
Rosária Marília da Silva	
Edson Roberto Arpini Miguel	
DOI 10.35587/brj.ed.0000338	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>233</b>
A BASE DE LOGÍSTICA DE DEFESA, INOVAÇÃO E INDÚSTRIA NACIONAL: O PROSUB E A ANÁLISE CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA EM ESTUDO COMPARADO DE BRASIL E FRANÇA.	
Luiz Ricardo Silva Ferreira	
DOI 10.35587/brj.ed.0000339	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>248</b>
SELF-CONCEPT AS AN ARTIFACT EVALUATE TOOL - GENERATING EVIDENCE ON THE USE OF SELF-CONCEPT, AN ARTIFACT ASSESSMENT TOOL, WITH MOVIE EVALUATION.	
Cecilia Eloy Neves	
Maria Renata da Silva Eloy	
Prof. Dr. Fábio Ferreira da Costa Campos	
Prof. Dr. Walter Franklin	
DOI 10.35587/brj.ed.0000340	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>264</b>
ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO INSTITUTO CHÃO.	
Eduardo Figueiredo	
Adriana Estela Sanjuan Montebello	
Luiz Antônio Cabello Norder	
DOI 10.35587/brj.ed.0000341	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>287</b>
DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL CONFORME AS ORIENTAÇÕES DA NBCT-15: UM ESTUDO REALIZADO NAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL.	
Ana Paula Ferreira da Silva	
Conceição de Moura Diniz Teixeira	
Jairo Pereira	
DOI 10.35587/brj.ed.0000342	

<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>305</b>
INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS NOS MAPAS ESTRATÉGICOS DO <i>BALANCED SCORECARD: UM ESTUDO REALIZADO EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO</i> SETOR ELÉTRICO.	
Ana Paula Ferreira da Silva	
Flávia Fernanda da Silva Moura	
Jairo Pereira	
DOI 10.35587/brj.ed.0000343	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>325</b>
AGENTES DE LIGAÇÕES CRUZADAS DE ORIGEM NATURAL E SUA INFLUÊNCIA NA LONGEVIDADE DA INTERFACE ADESIVA: REVISÃO DE LITERATURA.	
Lucas Lino de Oliveira	
Eduardo da Cunha Queiroz	
Zidane Hurtado Rabelo	
Nadine Pinheiro Linhares	
Lucas Dantas Rodrigues	
Maria Mikaela Mota Rodrigues	
Maria Clara Ayres Estellita	
Samuel Chillavert Dias Pascoal	
Talita Arrais Daniel Mendes	
DOI 10.35587/brj.ed.0000359	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>339</b>

# CAPÍTULO 01

## REFLEXOS E CONSEQUÊNCIAS DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS.

**Bárbara Paiva**

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Endereço: Rua Goiás, 1490, Santa Maria, Uberaba/MG, CEP: 38050-060, Brasil.

E-mail: babika.paiva@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo versará sobre a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), uma instituição diferenciada de cumprimento de pena, cujos propósitos essenciais são pautados na confiança, no respeito e no amor. Com suas propostas inovadoras, a APAC vê no infrator uma pessoa que está apta à recuperação, desde que haja um tratamento diferenciado. Trata-se de um projeto de humanização da execução penal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que propõe um olhar diferenciado aos condenados, visando à sua recuperação, reinserção na sociedade e consequente conquista da Paz Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** APAC. Cumprimento de Pena. Humanização.

**ABSTRACT:** This article will deal about APAC (Association for protection and assistance to convicts), a distinguished institution of compliance, whose essential purposes are based on trust, respect and love. With their innovative proposals, APAC sees the offender a person who is able to recovery, provided that there is a differential treatment. This is a project of humanization of criminal execution of the Court of Justice of Minas Gerais, which offers a distinctive look to the damned, for your recovery, reintegration into society and the consequent achievement of Social peace.

**KEYWORDS:** APAC. Fulfillment of Shame. Humanization.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo versará sobre a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), uma instituição diferenciada de cumprimento de pena, cujos propósitos essenciais são pautados na confiança, no respeito e no amor. Com suas propostas inovadoras, a APAC vê no infrator uma pessoa que está apta à recuperação, desde que haja um tratamento diferenciado. Trata-se de um projeto de humanização da execução penal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que propõe um olhar diferenciado aos condenados, visando à sua recuperação, reinserção na sociedade e consequente conquista da Paz Social.

A APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) é uma entidade civil de Direito Privado, diferente de todas as outras responsáveis pela aplicação das penas impostas pelo Estado às pessoas que violaram a lei. Com sua ideologia inovadora, a APAC sugere a humanização na aplicação das penas. O Método Apaquiano visa à recuperação do criminoso e, quando comparado ao Sistema Carcerário convencional, vê-se que este é fraco (e falho). Sob esse aspecto, é necessário enfatizar o *jus puniendi* do Estado, ou seja, o seu direito de punir, que para ser utilizado, deve cumprir fielmente a execução da pena, enquadrando-a como uma retribuição do delito praticado. Também é importante lembrar-se da finalidade preventiva da sua aplicação, e ainda, é preciso garantir os direitos essenciais do apenado, principalmente a preservação de sua Dignidade.

Cumpre frisar que o Direito Penal, por ser um ramo denso, será utilizado como *ultima ratio*, ou seja, quando os demais ramos do Direito falharem quanto à proteção aos bens jurídicos essenciais ao convívio social. Seguindo esse raciocínio, deve-se lembrar da sanção penal como uma resposta do Estado no exercício do seu *jus puniendi* e no seio do Devido Processo Legal. Destaca-se que, de acordo com os preceitos Apaquianos, a toda pessoa que pratica um crime deve ser voltado um olhar diferenciado, dedicando-lhe, pois, Dignidade e Respeito, fazendo-se cumprir as finalidades da pena e a necessidade da efetivação da sua função social. Com o objetivo de “punir” o infrator, que viola um preceito legal, o Ordenamento Jurídico Penal Brasileiro apresenta três modalidades de penas, que correspondem às punições estabelecidas pelo legislador, estando normatizadas na Parte Especial do Código Penal. São elas: Pena Privativa de Liberdade; Restritiva de Direitos e Pena de Multa, estando todas devidamente tipificadas no Código Penal Brasileiro.

Nesse sentido, é correto dizer que as penas são estabelecidas visando à regulação da convivência em sociedade, quiçá impondo limites aos cidadãos. Neste momento, mostra-se vital a figura dos Princípios Constitucionais, que atuam como nortes incontestes na aplicação da pena e cujo principal objetivo é o resgate da Dignidade daqueles que cometem uma infração penal.

A APAC revela-se como um método inovador, que olha para o criminoso e enxerga o Ser Humano, passível de ser recuperado e reinserido na sociedade, desde que receba um tratamento digno e pautado no respeito. Há a valorização humana, aliada à evangelização e outros quesitos mais, visando proporcionar ao condenado condições favoráveis para a sua recuperação. Este método inovador fundamenta-se em 12 elementos básicos, que foram refletidos e estudados por completo visando à produção dos efeitos pretendidos; são eles: Participação da Comunidade; Recuperando ajudando Recuperando; O Trabalho; Assistência Jurídica; Assistência à saúde; Espiritualidade; Valorização Humana; A Família; O voluntário e o curso para sua formação; Centro de Reintegração Social – CRS; Mérito; Jornada de Libertação com Cristo. Todos eles são indispensáveis para a concretização desta metodologia: a atuação conjunta de todos gerará respostas positivas. Confiança e Amor são dois tópicos altamente subjetivos que proporcionam o suporte necessário a esta metodologia inovadora. Essas duas características devem necessariamente estar presentes, possibilitando a concretização deste método, tão diferenciado e acolhedor e que apresenta resultados comprovadamente positivos.

Em síntese, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) revela-se como um novo modelo de instituição de penas privativas de Liberdade, divergindo das técnicas tradicionais, que introduz nas prisões um cenário mais Humanitário, propondo, para tanto, princípios norteadores e tratamentos diferenciados, tudo visando à efetiva recuperação do condenado e ao seu reconhecimento como Cidadão, que cometeu um erro, mas que foi capaz de repará-lo e de superá-lo, estando, pois, apto ao convívio sadio em sociedade.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Para o cumprimento dos objetivos propostos, este estudo teve por escopo apresentar a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Para tanto, foi necessária uma análise mais intensa deste método, visando ao seu

conhecimento. Dessa forma, a pesquisa foi dividida em quatro seções, que foram essenciais para o desenvolver desta obra, a saber:

Pesquisa Bibliográfica Descritiva: feita por meio de um levantamento histórico, de caráter interdisciplinar, que abrangeu a História, a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, a Saúde e a Bioética aplicáveis ao Sistema Penitenciário Brasileiro, com ênfase em cada uma das modalidades carcerárias: a APAC e o sistema convencional.

Pesquisa Documental: na qual se procedeu à análise do conteúdo e dos princípios e direitos constitucionais (e fundamentais) que dizem respeito ao tema. Também foi feito um estudo de projetos de lei em tramitação no Brasil, das jurisprudências que envolvem tratados e convenções internacionais, das leis, dos projetos de leis, de ações e de decisões judiciais pertinentes ao assunto em tela.

Pesquisa de Campo: que foi feita mediante visitas em cadeias públicas (nas cidades de Uberaba e Frutal, ambas em Minas Gerais) e em algumas APACS (a feminina e a masculina, em Frutal) para verificar as condições apresentadas por cada uma delas, o que possibilitou o diálogo da autora com os detentos (no sistema convencional) e com os recuperandos (no sistema APAC). Esses dados foram utilizados e permitiram uma vivência prática em relação ao objeto de estudo, além de levar à reflexão acerca dos conceitos teóricos utilizados, aliando-os à situação prática vivenciada no dia-a-dia. Essa vivência foi de suma importância para a autora, que pode ver e sentir as diferenças existentes entre um e outro sistema carcerário, chegando à algumas conclusões acerca do método mais adequado para a recuperação daqueles que praticam um ilícito penal.

Pesquisa Virtual: em que a autora buscou informações sobre as APACS (nos sites de cada instituição), além de outras informações que serviram de base para a construção deste trabalho e que o ilustraram com informações úteis e verossímeis.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Sistema Carcerário Brasileiro apresenta como característica marcante a existência de graves problemas, sendo que esses estão se intensificando ao longo das últimas décadas, o que se justifica, principalmente, pelo grande salto sucedido nas taxas de encarceramento, destacando-se que essas possuem seu nascedouro nas inúmeras carências e deficiências estruturais e sociais que acompanham a história do país.

As referidas lacunas presentes no Sistema Carcerário também podem ser atribuídas à falta de interesse e de recursos por parte do Poder Público que dispõe de legislações concretas, contudo, essas leis nem sempre são postas em prática. Em 1955, aconteceu o 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, na Suíça. Esse Congresso aprovou algumas regras mínimas para o tratamento de prisioneiros e, em 1957, foram adotadas pelo Conselho Econômico e Social da ONU, por intermédio da Resolução nº 663 de 13 de Maio de 1977 e em 25 de Maio de 1984 o Conselho aprovou treze desses procedimentos para aplicação efetiva das regras mínimas.

Na Resolução acima citada, salientam-se alguns tópicos, tais como: o item número 6, e seus subitens 1 e 2, que dizem, respectivamente, que as regras contidas nesta Resolução devem ser aplicadas indistintamente, sem qualquer discriminação com base em religião, língua, opinião política, sexo, raça, cor, origem nacional ou social, meios de fortuna, nascimento ou qualquer outra condição; também se assevera o respeito às crenças religiosas e aos preceitos morais do grupo a que pertença o recluso.

Estabelece-se, ainda, a diferenciação entre os tipos de reclusos, de acordo com o crime praticado, além de serem separados por sexo e idade (item 8 da citada Resolução).

A APAC, que segue esses princípios propostos pela Resolução da ONU, foi estabelecida em 1974 pelo advogado Mário Ottoboni na cidade de São José dos Campos – SP e, desde então, apesar de vários óbices encontrados pelo caminho, vem ganhando força no cenário da carceragem, com a proposta de dar aos condenados a possibilidade de retorno ao convívio social, sem as máculas deixadas pela prática de um crime, o que implica em grande avanço no que tange às penas privativas de liberdade, sendo também um progresso nos correntes dias, em especial frente ao caos instalado no Sistema Carcerário Brasileiro.

Atualmente, o cumprimento, por si só, da Lei de Execuções Penais por parte do Estado já provocaria várias mudanças no contexto prisional. É relevante anotar que cabe à União e aos Estados a administração do Sistema e o cumprimento da LEP. Todavia, o que se vê são administrações ineficientes, processos judiciais lentos, além de preconceitos de várias formas, o que gera a falta de capacidade para promover a reabilitação das pessoas presas.

Dessa forma, há que se dar maior atenção à urgência no tocante à implementação de políticas públicas que respeitem o condenado e, sobretudo, que contemplem as particularidades do cumprimento de suas penas.

Para tanto, mostra-se imprescindível que isso se faça numa perspectiva transdisciplinar, de atuação integrada de políticas sociais, criminais e de execução penal. Constatase, assim, que as ações institucionais desenvolvem-se sem nenhum planejamento que leve em consideração a humanização da execução penal. Essas são precárias, isoladas, pontuais, ineficazes e só contribuem para a degradação e violação do direito a uma vida digna. Nota-se que todas as formas de encarceramento são complexas, o que implica em pensar no agravamento dessa situação.

Pelo exposto, é possível perceber que a tutela voltada aos presidiários existe, que está estampada em várias legislações, tendo, inclusive, o respaldo da Organização das Nações Unidas - ONU. O que falta é o devido cumprimento dessas leis, pois só assim, restará garantida a Dignidade da Pessoa Humana e o respeito à condição de Ser Humano do preso, preceitos esses que a APAC tem a proposta de cumprir.

#### **4. CONCLUSÕES**

Frente ao exposto, percebe-se que o Sistema Carcerário Brasileiro encontra-se em franca decadência. É necessário destacar a responsabilidade do Estado quanto ao dever de cuidar dos detentos. Para tanto, deve utilizar o Princípio da Proteção Integral, objetivando assegurar com prioridade absoluta o direito à vida e à dignidade.

É pacífico o entendimento de que é necessário o garantimento de condições dignas de segregação, o que se fará por meio da criação de políticas públicas eficazes de proteção à pessoa encarcerada. Ademais, urge que se acatem medidas como: separar homens e mulheres em estabelecimentos diversos; o estabelecer alas com distinções de detentos por idade, antecedentes penais, razões de detenção; presos provisórios separados dos condenados, e outros cuidados.

Assim, seria suficiente cumprir os preceitos propostos pela Lei de Execuções Penais. Todavia, a administração do Sistema e o cumprimento da LEP são de responsabilidade dos Estados e da União, mas o que se vê é um cenário oposto, repleto de desrespeito e de falta de capacidade de promover a reabilitação das

pessoas encarceradas. Por seu turno, a APAC visa humanizar o sistema prisional, instituindo novas formas de tratamento e contribuindo para a construção da paz social.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à APAPC de Frutal - MG, ao Senhor Dr. Márcio Antônio Paiva, meu pai e delegado regional de Frutal - MG em 2006. Ele foi um dos fundadores da APAC daquela cidade. Nessa época, ele me possibilitou conhecer as instalações dessa instituição de recuperação dos condenados, permitindo-me pesquisar e conhecer a realidade dessas pessoas, o que foi de fundamental importância. À minha mãe, pela companhia indispensável, pelo aconchego de suas palavras, sempre tão acalentadoras, tão sábias. Sua presença sempre será minha luz. às minhas irmãs pelo apoio e carinho de todas as horas. Enfim, a todos que contribuíram para a construção deste breve trabalho.

## REFERÊNCIAS

. Resolução nº 663 de 31 de Julho de 1957. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdham/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>>. Acesso em: 10.10.2018.

BATISTA, Helder Silva; Paiva, Bárbara; Ramos, François Silva. APAC: Uma Instituição a Serviço da Humanização das Penas. Pará de Minas – MG: Editora Virtualbooks, 2012.14X20 cm. 81p.

BRASIL. Lei nº 7.210, DE 11 de Julho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília – DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 10.10.2018.

LOPES, Beatricee. A finalidade da Pena Criminal. Disponível em: <<https://beatricee.jusbrasil.com.br/artigos/117590717/a-finalidade-da-pena-criminal>>. Acesso em: 10.10.2018.

TELLES, Clóvis. Direito Penal, Justiça e Política em Debate. Disponível. Disponível em: <<http://www.clovistelles.com.br>>. Acesso em: 09.10.2018.

# CAPÍTULO 02

THE ELABORATION OF THE URBAN AND ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT  
MASTER PLAN OF CANDIOTA/RS IN THE PERSPECTIVE OF THE BUILT  
HERITAGE.

## **Renan Rosso Bicca**

Arquiteto e Urbanista, mestrando (PROGRAU)

Instituição: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

E-mail: renan-rosso@hotmail.com

## **Jose Leonardo De Souza Castilho**

Arquiteto e Urbanista, M.Sc. Geomática (UFSM)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: leonardocastilho@urcamp.edu.br

## **Maria De Fátima Schmidt Barbosa**

Arquiteta e Urbanista, Esp. Artes visuais (URCAMP)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: mariabarbosa@urcamp.edu.br

## **Maria Elaine Dos Santos Leon**

Informata, M.Sc Geomática (UFSM)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: meleon79@gmail.com

## **Magali Nocchi Collares Gonçalves**

Arquiteta e Urbanista, Dra. Arquitetura (UFRGS)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: magalicollares@yahoo.com.br

## **Mariana Hoesel Scherer**

Arquiteta e Urbanista, Esp. Docência do Ensino Superior (URCAMP)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: maryhscherer@yahoo.com.br

## **Marília Pereira De Ar dovino Barbosa**

Arquiteta e Urbanista, M.Sc. Arquitetura (UFGRS)

Instituição: Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)

E-mail: mariliabarbosa@urcamp.edu.br

**ABSTRACT:** The Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP, through an agreement signed between the City Hall of Candiota/RS, together with the technical and financial support from the Pampa Sul Thermoelectric Power Plant (Miroel Wolowski), constituted a study group, called NEDUA (Center for Urban and Environmental Development Studies) formed by professionals and academics from different areas of knowledge, which had the objective of elaborating the proposal of

the Candiota Master Plan. The municipality is located in the southern region, close to the Uruguayan border and it is known for its reserve and extraction of coal, as well as for the generation of electricity. The Master Plan is regulated by the Federal Law 10.257/2001 - Cities Statute, which sets out basic and complementary instruments for the urban planning and development, as well as guaranteeing social policies for the population, especially the most needy. The project lasted for two consecutive years through surveys, field research, historical references and technical readings, community readings, among others. The Plan itself should be a living and dynamic law that integrates necessary transformations to the principles of sustainable and socially fair development, guiding the structural investments to be made by the public and private entities. In order to carry out that process, the teams were divided into five subjects: Heritage, History and Culture; Urban, Infrastructure, Services, Land Use and Occupation; Environmental and Rural; Economic, Social and Security Development; Legal, Planning and Management. This article will discuss the Heritage, History and Culture where it was revealed demands and enthusiasm in the preservation of its memory.

**KEYWORDS:** Built Heritage, Master Plan, Candiota.

## **1. INTRODUCTION**

The Centro Universitário da Região da Campanha, URCAMP, in agreement with the Candiota City Hall and technical and financial support from UTE Pampa Sul, formed a study group comprised of professionals and students from different areas of knowledge, aiming to elaborate the Participatory Master Plan of Urban and Environmental Development in Candiota. According to the Federal Constitution, Art. 182 and 183 and regulated by the Federal Law 10.257/2001, the City Statute is the basic instrument of the urban development and expansion policy, which is an integral part of a municipal planning process that aims to promote the full fulfillment of the social role of the city and property.

The city of Candiota, located in the southern region of Rio Grande do Sul state, jointly with URCAMP and the local community, university, aims at preparing the Master Plan for Urban and Environmental Development (PDDUA). The elaboration project began in May of 2016 and ended in November of 2017. The city of Candiota, which has large coal reserves, has companies, such as the Pampa Sul Thermoelectric Power Plant, for its development, and should, therefore, include in its Master Plan, in addition to appropriate normative provisions and instruments of urban policy, a system that establishes a structure of articulation between planning governmental and participatory instances.

It is important to note that the City Statute does not oblige all cities to prepare their Master Plans, but, cities within the area of influence of projects or activities with significant environmental impact at regional or national level, are required (E. C. Art. 41, V).

## **2. METHODOLOGY**

The project proposes the reciprocal collaboration between the city of Candiota and the URCAMP University, to carry out studies and researches, seminars and publications related to the development of the city.

The promotion of the Master Plan elaboration process took place through participatory events between the community, the public power and the private interest, in which it was possible to discuss perceptions brought by the population for the future of the city. For this process the teams were divided according to the following topics: Heritage, History and Culture; Urban, Infrastructure, Services, Land Use and Occupation; Environmental and Rural; Economic, Social and Security Development;

Legal, Planning and Management, each topic was responsible for presenting the existing conflicts and seeking solutions to those demands jointly with the community. The project had a multidisciplinary team, according to table 1, formed by teachers, students and graduates of the institution.

Table. 01: PDDUA Technical Team - Candiota/RS.

PROFESSORES	CENTRO	CAMPUS	FORMAÇÃO
Daniel Carlos Cheron Pimentel	CCEA	Bagé	Engº. Agrônomo - Mestre
Eventon Luiz Pimenta Meira	CCEA	Bagé	Geólogo - Especialista
Francisco Carlos Rodrigues Lucas	CCEA	Bagé	Arquiteto e Urbanista - Especialista
Giovandro Loreto Laus	CCSA	Bagé	Administrador - Mestre
José Leonardo Castilho	CCEA	Dom Pedrito	Arquiteto e Urbanista - Mestre
Magali Nocchi Collares Gonçalves	CCEA	Bagé	Arquiteta e Urbanista - Mestre
Marcelo David Pereira	CCEA	Bagé	Arquiteto e Urbanista - Especialista
Maria de Fátima Schimidt Barbosa	CCEA	Bagé	Arquiteta e Urbanista - Especialista
Maria Elaine dos Santos Leon	CCEA	Bagé	Informata - Mestre
Mariana Hoesel Scherer	-	Bagé	Arquiteta e Urbanista
Mariana Brasil Vidal	CCEHA	Bagé	Ecológa - Doutora
Marília Pereira de Arordova Barbosa	CCEA	Bagé	Arquiteta e Urbanista - Mestre
Rita Luciana Saraiva Jorge	CCSA	Bagé	Administradora - Mestre
Ronald Rolim de Moura	CCEA	Bagé	Engº. Civil - Mestre
Tibério Bassi de Melo	CCSA	Bagé	Advogado - Mestre
Ariadne Costa Leal	CCEA	Bagé	Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo
Igor Lopes Bueno	CCEA	Bagé	Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo
Renan Rosso Bicca	CCEA	Bagé	Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo

Source: NEDUA 2017.

The elaboration of the plan was carried out in stages, including the reading of the local reality, which contributed to the elaboration of texts, tables, maps and graphical elements containing the survey of data and information related to the current conditions of the natural environment and the built environment, the urban growth and expansion trends, the characterization of the population and the socioeconomic system, the regional relations and the analysis of the adequacy of the current legislation. The community reading basically consists of interviews, workshops, lectures and other forms of recording the city's image and the seizure of the territory by the population in its different socioeconomic and cultural backgrounds. Holding of public hearing.

Reports composed of texts, tables, maps and basic elements containing the proposal of general guidelines, strategies and priority topics of the master plan. Definition of the fields of action, strategic axes and urban model. Holding of public hearing.

And finally, the drafting of the Master Plan minutes, composed of the speeches of the plan (objectives, strategies), the norms of use, occupation and parceling of land,

the forms and places of application of the instruments provided for in the City Statute, of the definition of the planning municipal system. Holding of the third public hearing.

### 3. RESULTS AND DISCUSSION

The Candiota region<sup>1</sup> is located southwest of the Rio Grande do Sul state, approximately 402 km from Porto Alegre, by the BR 293 and BR 153 roads, (Figure 01).

Fig. 01: Entrance way to Candiota/RS.



Source: Candiota.rs.gov.br (2016).

According to Dal Molin (1994) the occupation of the current city of Candiota, from 1800 one, comes from the ranches, consequently the livestock activity. As an example, Dario Lassance comes from the rural estate of Tomé do Monte, succeeded by Flaubiana Gimenes, as well as the parcelling of the João Luiz d'Abreu Ranch (1994:20), giving rise to the "Village" of Santa Rosa, present-day renamed as Seival District. (fig.02).

---

<sup>1</sup> According to oral researchers, some Greeks from Cândia island (now Crete), known as Candiots, came from Argentina in the 18th century, settling on the banks of a stream, which they would later name Candiota, hence the origin of the city name Source: <https://en.wikipedia.org/wiki/Candiota>.

Fig. 02: Santa Rosa Village – Seival



Source: NEDUA (2016)

In these lands the Republic was proclaimed on September 11, 1836 in the "Battle of Seival", including having an alluding monument on the BR-293 road. (fig. 03) That battle, where the "farroupilhas" were victorious, it precedes the institution of the "Republic of Rio Grande", in September of the same year, being chosen the city of Piratini, as capital because it is a strategic place in the region (URBIM, 2001). In 1844, another battle on the "Cerro da Palma", near the Negro River, in the region of Candiota, which signals the involvement of the region with the farroupilhas battles, constituting as part of the history of the State.

Fig. 03: Stone Memorial of the Seival Battle – BR 153



Source: NEDUA (2016)

According to Fortunato Pimentel, the Mineral Production Board of the Secretariat of Agriculture began in 1840 the drilling works in the Candiota coal basin, with two objectives: to demonstrate the possibility of industrial exploration of coal and provide elements and indications for the elaboration of the future exploration plan. Thus, in August of 1867, the Decree no. 3924 of the Imperial Government grants to Cunha Plant and Cia. the right to build a railway from the city of Rio Grande to the coal center of Candiota, between the Jaguarão and Camaquã rivers (DALMOLIN: 1994,44). In parallel, from 1858 on, the Brazilian naturalized French, Guilherme Boulech, conducts a specific study mission on the exploration of mineral coal in the region. However, according to Famurs (2012), as early as 1828 mineral coal settlements were known on the banks of the Candiota stream, as a result from the Mallet's wanderings with his soldiers.

Fig. 04: Candiota Stream – Cement Factory.



Source: NEDUA (2016).

Until the end of the nineteenth century, the extraction was done by several coal companies. The mineral was rudimentarily extracted using shovels and taken to nearby mills.

According to the Collection of Laws of the Empire of Brazil (1878) on October 18, 1878, through the Imperial Decree No. 7.047, it granted permission to James Gracie Taylor and Miguel Gonçalves da Cunha to mine coal in the territory among the Candiotinha, Candiota and Jaguarão Chico rivers of the Province of São Pedro.

In 1884, a remarkable fact for the development of the village is the beginning of the construction of the railroad, called Cacequi-Maritime Line, by the "Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited", successor to a series of previous concessions. The first construction was from Cacequi to São Gabriel in mid-1896 and from São Sebastião to Bagé, in the end of the same year, both by E. F. Porto Alegre/ Uruguaiana.

In 1900, the São Sebastião-São Gabriel connection would complete the Bagé-Rio Grande stretch. The passenger trains departed from Livramento, on another line, and arrived to Cacequi and from there to Bagé. From Bagé, through transfer, we reached Rio Grande. (GIESBRECHT, 2009). They transported cattle and beef jerky to the port of Rio Grande.

Fig. 05: Old Railway Station of Dario Lassance – Dario Lassance.



Source: NEDUA (2016).

Due to the railway, it was built several railway stations. In Candiota, four stations, according to Giesbrech (2009): Seival, Dario Lassance, Candiota and Bomba Candiota<sup>2</sup>.

The "Santa Rosa Station" causes the formation of the village. It allows the flow of the agricultural products production and others. The trade develops from the transportation of goods facilitated by the railway.

---

<sup>2</sup> Station built in 1941, and for being located on the banks of the Candiota Creek, a pump was installed in it that made the water supply of the locomotives. Currently it is demolished. (GIESBRECHT, 2009).

Fig. 06: Santa Rosa Station – Seival.



Source: NEDUA (2016).

In the same period, end of XIX century, as a result of the implementation of the railway, the "Charqueada Santa Rosa/Drying Meat Factory of Santa Rosa" was inaugurated, first in the place, leveraging the "village" of the same name, as one of the largest exporters of beef jerky, leather and wool from the region, with raw materials supplied by farms on large land areas of the region.

Fig. 07: Drying Meat Factory of Santa Rosa Chimney Furnace – Seival.



Source: NEDUA (2016).

But with the introduction of meat cooling systems, the drying meat factories have been extinct. Also, in 1926 it occurred an explosion in the boiler of the drying meat factory, in addition to the decay of the Banco Pelotense, which was headquartered in Pelotas with a branch in "Santa Rosa" and served cattle ranchers and drying meat workers at the beginning of the century.

Fig. 08: Old Marimon Winery – Seival



Source: NEDUA (2016).

On the other hand, based on the well-known vocation for grape cultivation in the region, the "Marimon Winery" is located in 1888, located in Seival Farm, owned by J. Marimon & Filhos, which is kept working over 70 years. The climate of Seival, the landscape, the fields and some other special characteristics contribute to the decision by João Marimon, on his arrival in Latin America, to found in 1888 the "Marimon Winery" (fig.08), with vineyards planted in the spaller form, vertically supported on the ground and not crowded, as verified in the Serra Gaúcha, in the horizontal position.

Fig. 09: Santa Rosa Church – Seival



Source: NEDUA (2016).

Since the early twentieth century, the village of Seival has developed in all aspects, such as education, culture, religion and leisure. (Fig. 09). It founded in 1921 the "Grêmio Esportivo Santa Rosa", with headquarter that promotes the coexistence in social and recreational level of the inhabitants. The artist Cadmo Ardissoni, reference local artist, stands out at that time, with its educational, art, magic and drawings activities that depicted the locality.

Fig. 10: Ruins of the Old Santa Rosa Club – Seival.



Source: NEDUA (2016).

Seival becomes district by the state decree No. 7842, dated Jun/30/1939, with land split from the Aceguá district and annexed to the City of Bagé. It is known that in the 1940s, Harold Olmos, from the University of Davis, points out the Rio Grande do Sul's Southern Region as one of the most propitious, in Brazil, for the cultivation of European noble viniferas, and that in the 70s, more detailed studies are carried out, proving the appropriate factors for viticulture. At the time, companies interested in the implementation of culture in the region were assisted, when there was no, interest, as well as encouragement from government sectors.

The locality originally called Seival<sup>3</sup> and later called "Santa Rosa Village" goes back to its original name in 1936, due to the related coincidence with the Santa Rosa City, which generated institutional problems. After the First World War in 1917, the first mining company is set up in Candiota, when in Dario Lassance, an English technician named Appleby, arrives to explore a coal mine near the site of the present ruins of the old "stone house"<sup>4</sup>. (fig.11).

Fig. 11: Ruins of the Appleby Drying Meat Factory – Dario Lassance.



Source: NEDUA (2016).

<sup>3</sup> According to some sources the name corresponds to the vegetation called by the Spanish as seibo, which a large quantity is in seibal, which in turn translates to Portuguese language as Seival.

<sup>4</sup> According to some sources since 1964, it has had some residents, such as a residence and commerce.

He implements the "Appleby's Drying Meat Factory" which establishes a railway detour to the mines (which tunnels still exist), called Appleby. The village that develops around the station known as "Appleby Village" is called in 1930 Dario Lassance named after the railway engineer a month after his death. In 1935, the "Dario Lassance Station" was established, the building of which remains, to date, but with disfigurements.

The Decree No. 24,693 of March 28, 1948, the DACM, authorizes the research and the following year the Candiota I Mine, as well as the Candiota I Thermoelectric Power Plant was designed. With the ending of the mining work in Hulha Negra in 1952 the DACM only work at the "Leão Mine", in Candiota. In order to supply the plant, it intensifies the production, and in 1969 became the CRM-Rio-Grandense Mining Company. Dario Lassance district arises from CRM's need to house its employees.

Fig. 12: Candiota I, Candiotão Cultural Complex – Residential Center.



Source: NEDUA (2016).

In 1968, with the construction of a new railway among Hulha Negra, Pedras Altas and Herval, it excludes the passage through Seival. According to Cassio Gomes Lopes<sup>5</sup>, the construction of the RS 293 in the 70's is a 4.4km detour to the north, disabling the RS 84 for traffic from Uruguaiana to Pelotas, which harms the trade of

---

<sup>5</sup> In MOMO (2015)

the locality, bringing the inevitable decline and the subsequent migration of residents to other cities and districts for better living conditions.

Thus, at this time the locality begins to decline in all aspects, as it is no longer among the roads that interconnected the region. It is known that the community of Seival, unhappy with the stagnation situation and aware of the local potential for development joins Tupy Silveira and Hulha Negra for joint emancipation, which does not evolve<sup>6</sup>. Another fact that contributes to the emptying of Seival is the construction of the Candiota I Plant or “phase A”, and support center called “Vila Residencial”<sup>7</sup>, after the Candiota II Plant or “phase B”, when the “Vila Operária” appears, as well as a boost in the occupation of the João Emílio and Dario Lassance Villages.

Fig. 13: Vila Residencial Square – Residencial Center.



Source: NEDUA (2016).

As late as the 1940s, the National Department of Railways (DNEF) of the Ministry of Road and Public Works planned to electrify several rail sections in the State, including the connection between Rio Grande-Pelotas-Bagé-Torquato Severo (Dom

<sup>6</sup> In a process led by Gregório Ferreira, for the joint emancipation of Seival, Tupy Silveira and Hulha Negra, between 1964 and 1965, which after positive findings towards the formation of the Municipality is definitively rejected by the State Legislative Assembly.

<sup>7</sup> With housing models, the size and models of which are currently titled, mostly, sold to individuals with or without connection to the plants. From the same period, it is the implementation of the hospital, on site, currently the City's Secretariat.

Pedrito) stations. To achieve this goal, a 10,000-watt coal-fired power plant would be built from Candiota Mine.

Fig. 14: Plenary of the Councilmen Chamberda – Vila Operária.



Source: NEDUA (2016).

Thus, as early as the 1950s, studies began for the installation of a thermoelectric power plant in order to take advantage of the abundant raw material from the coal site. The idea of building a thermoelectric power plant in Candiota originates in the context of the second postwar period, when Brazil suffers a severe oil rationing, when the National Department of Railways (DNEF) of the Ministry of Road and Public Works plans to electrify several rail sections in the State, including the connection between Rio Grande-Pelotas-Bagé-Torquato Severo (Dom Pedrito) stations.

The Candiota I plant (fig. 04 and 05) belonging to the current CEEE, designed under the government of Eurico Gaspar Dutra, has started work in 1953 through a consortium made by the companies Alston, Stein, Roubax, from France, with interruptions that result in inauguration only in December of 1961, by the then President of the Republic, João Goulart. With the decommissioning of the "Old Plant"<sup>8</sup>, in 1973, in 1974 - CEEE's Candiota II President Médici Thermoelectric Power Plant was inaugurated with phases A and B.1986.

<sup>8</sup> In 2014 the Candiota I Cultural Center was inaugurated, the only initiative of the municipality to restore its historic heritage, a CGTE initiative in agreement with the Candiota City Hall, as a result of PAC.

Fig. 15: UTE Presidente Médici, Phase A, B and C. – Residencial Center.



Source: NEDUA (2016).

In 1988, in the “impetus to revert the Seival's situation”, and to include the locality in the developmental “Candiota” outbreak, there was a movement in favor of paving the stretch between Seival and BR 293, passing through “Seivalzinho”, a project with topographic survey carried out and contacts with the DAER, which is ongoing for some years, and which is not effective.

The Candiota community, organized by a pro-emancipation commission, made up mainly of workers residing in the residential districts "Vila Operária" and "Vila Residencial", linked directly to CEEE and CRM employees and others, who went daily to Bagé , promote movement for the emancipation, from 1990, which becomes effective on March 24, 1992.

Still in 1975, studies are made to implement the Thermoelectric Plant Candiota III, based on a bi-national agreement with Citic Group, maintained by Eletrobrás/Thermal Power Generation Company (CGTEE). Most recently built and completed in 2011, which currently configures the operation of the three phases A and B (fig. 10) and C.

Currently, the locality of Seival regains strong momentum, due to the own characteristics of the soil, linked mainly to the existence of mineral coal, such as the establishment of companies in the wine and seeds sector. Companies such as Miolo,

SSM Mineradora, Isla Sementes and mainly Engie's Pampa Sul Thermoelectric Power Plant - implemented in 2015, with an investment that should represent a new development cycle for the Seival region.

It is concluded that the current municipality develops from the historical trajectory of the formation of the localities of Seival and Candiota. It is defined as involving events that trigger occupations, evictions, exchanges, commercial and industrial relations, between golden and decaying periods.

Set up since 1992 as members of the City of Candiota, they are currently two industrial foci, linked to the extraction of coal and energy production, close to the current "Seival District" and the current headquarter of the Municipality. The others commercial and industrial activities linked to agricultural and pastoral production, fruit production and especially to viticulture, "spread" indistinctly throughout the municipality.

Around the development and creation of industrial and commercial activities of the municipality, it is possible to see a significant disconnection with Bagé - "mother municipality" and expand residential and service districts such as Dario Lassance, João Emílio, Residential Village, Vila Operária and Seival, among others, which establish the poly-nuclear characteristic of the locality. Candiota is the National Coal Capital and there are many perspectives on projects that use the "black gold". Cultural heritage is made up of monuments, sets of buildings and archaeological sites of fundamental importance for the memory, identity and creativity of peoples and the richness of cultures.

Art.216. The cultural heritage of the country is the material and immaterial goods, taken individually or together, bearers of reference to the identity, action, memory of the different groups that form the Brazilian society. (Federal Constitution of 1988, Decree-Law No. 25 dated November 30, 1937).

The material heritage protected by Iphan is composed of a set of cultural goods classified according to their nature, according to the four Books of the Listing: archaeological, landscape and ethnographic; historic; fine arts; and the applied arts. The Federal Constitution of 1988, in its Articles 215 and 216, broadened the notion of cultural heritage by recognizing the existence of cultural goods of a material and immaterial nature, and also by establishing other forms of preservation - such as the Registry and Inventory – besides the Listed Building, instituted by the Decree-Law no. 25, of November 30, 1937, which is mainly suitable for the protection of buildings, landscapes and urban historical complexes.

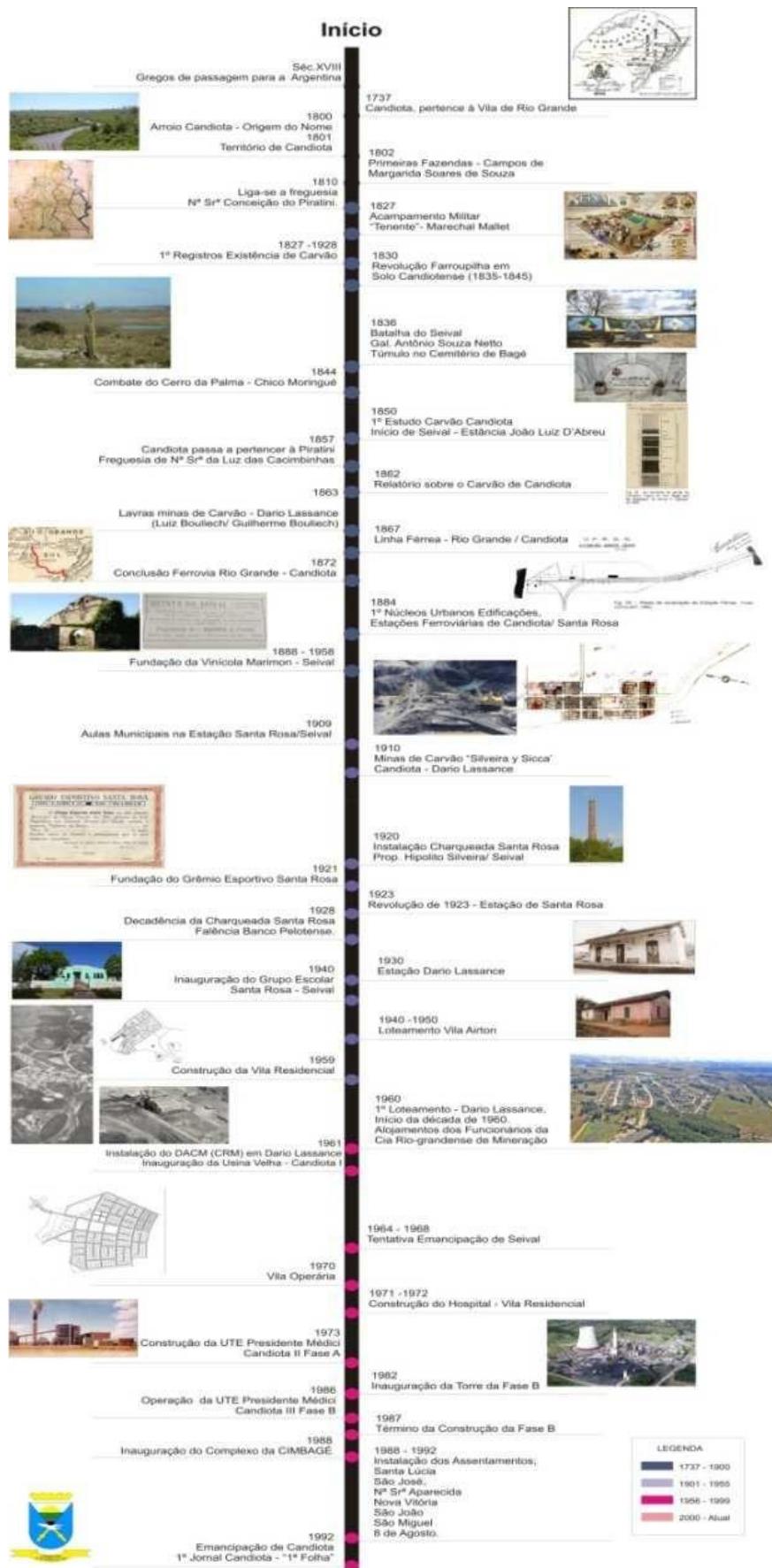
The listed assets of a material nature may be immovable such as historical cities, archaeological and landscape sites and individual goods; or movable, such as archaeological collections, museum, documentary, bibliographic, archival, videographic, photographic and cinematographic collections.

The Listed Urban Complexes list (Depam/Iphan - December of 2015) describes assets that are part of the material heritage. In the following pages, the cities with their ensembles, centers, centers and historical sites are grouped by region of the country, with information on the historical contexts in which they arose and developed, as well as the description of the monuments and public spaces listed in each locality.

The urban ensembles listed in the cities of the Southern Region have an architectural and artistic heritage where features inherited from the historical richness and cultural diversity of its founders and inhabitants are preserved, as well as numerous archaeological sites. In the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, settlements sprang up around Brazil's first gold mines, immigrant settlements, and from fortifications erected by Portugal - on the coast and at the borders - to avoid the presence of Spanish and French who tried to settle in these territories. In Rio Grande do Sul, the cities of Porto Alegre, General Câmara, Jaguarão and Santa Tereza gather cultural assets representative of the legendary battles where the borders were disputed between the kingdoms of Portugal and Spain, and the Farroupilha Revolution, from 1835 to 1845, when the farroupilhas fought against the Imperial Government of Brazil. The remaining heritage of the Azorean colonization, the Italian colonial regions with the characteristics of Italian-Brazilian architecture, and the large Portuguese colonial mansions stand out in the urban areas listed in this State.

The memory of the city was built through data collected from research in books published on the "Candiota History", as well as sources from magazines, newspapers, course completion paper and interviews. The dates follow the historical chronology drawn according to investigations of texts, photos and material to accurately constitute the timeline at that location (Figure 16).

Fig.16. Candiota Timeline.



Source: NEDUA (2016)

“Part of the natural heritage is also threatened as the historical, artistic and cultural heritage”. It is part of the identity of a place as the basis for building a livable city. It is not a matter of destroying and creating new hypothetically greener cities, where it is not always desirable to live. It is necessary to integrate the history, culture and architecture of a place, safeguarding its original identity. For this reason, ecology also involves the care of the cultural wealth of humanity in its broadest sense.”

(Papa Francisco – Encyclical Letter Laudato Si' on the care with the common home, 2015, page. 118)

Figure 17. Urban Centers Map of the City, images from Google.



Source: NEDUA (2017)

The landscape of the municipality of Candiota stands out for the set of urban centers firstly formed by Seival, followed by Dario Lassance District, Vila Residencial, Vila Operária, João Emílio District and lastly São Simão District. The images researched throughout the survey are according to photo caption and numbered per degree of importance and historical value that will be fundamental to the memory of the city.

### **3. FINAL CONSIDERATIONS**

Even with characteristics of polynuclear urban occupation, the material assets that shape the urban image of the City as a whole are sparsely identified. These contribute to raising awareness of the Candiota's citizen about the importance of preserving that heritage, whether of historical, cultural and/or architectural relevance, constituted over the years.

Thus, it is concluded that the Candiota Urban and Environmental Development Master Plan is based, for its elaboration, on the inclusion of strategies of heritage appreciation, considering the historical and political importance of the area at the regional level. From the research, monuments to be preserved through listed buildings and which should be included in defined zones of architectural, historical, cultural and environmental preservation can be found.

## REFERENCES

- BRANCO, Suelen Cantelli; DA SILVA, Gabriel Borges. *Report on the Historical and Cultural Heritage of Candiota Municipality*) – RS. Chapecó -SC. 2009.
- BRASIL. Law no. 10.257, dated July 10, 2001. It provides the articles 182 and 183 of the Federal Constitution that establishes general guidelines of the urban policy and gives other provisions. Brasília: Presidency of the Republic [2001]. Available on: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Access on: Aug/05/19
- BRASIL. Decree-Law no. 3.924, dated August 3, 1867. It approves the requirements to build a railway by the more economic way or a tram-road, departing from a City in Rio Grande do Sul to coal lands of Candiota in São Pedro Province. Available on: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3924-3-agosto-1867-554156publicacaooriginal72604-pe.html>. Access on: Aug/07/19.
- BRASIL. Decree-Law no. 24.693, dated March 22, 1948. It authorizes the autonomous department of mineral coal to study the mineral coal in Bagé, Rio Grande do Sul State. Available on: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-24693-22-marco1948-413749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Access on: Aug/07/19.
- DAL MOLIN. Naiara. Candiota, Origem e História. Tchê Editora de Livros. 1994.
- GIESBRECHT, RalpMannuci. Brazil's Railways Stations. Porto Alegre. Publisher Sulina. 2000.
- MOMO, Nadiane. Seival, Past and Memories. Publisher Pallotti. Santa Maria.2015.  
Papa Francisco – Encyclical Letter Si' on the care with the common home, 2015. Available on: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)> acesso: Aug/15/19

# CAPÍTULO 03

## A IMPORTÂNCIA DE FRIDA VINGREN PARA A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO BRASIL.

### **Sulianne Idalior Paião Rosado**

Graduada em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas. Engenheira Florestal, Mestra em Ciências Florestais e Ambientais e doutoranda em Agronomia Tropical Florestal pela Universidade Federal do Amazonas.  
Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 6200, Coroado, Manaus/AM.  
E-mail: [sulianneidalior@gmail.com](mailto:sulianneidalior@gmail.com)

### **Vander Anderson Paião**

Graduado em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas.  
Endereço: Av. Rodrigo Otávio, 1655 - Japiim, Manaus - AM.  
E-mail: [vanderpaiao@hotmail.com](mailto:vanderpaiao@hotmail.com)

### **Andrea Lima Resende**

Graduada em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas. Arquiteta pelo Centro Universitário Luterano de Manaus. Pós-graduada em Arquitetura de Interiores pela Universidade Nilton Lins e em Plantas Ornamentais e Paisagismo pela Universidade Federal de Lavras.  
Endereço: Av. Rodrigo Otávio, 1655 - Japiim, Manaus - AM.  
E-mail: [andrearesende\\_rr@hotmail.com](mailto:andrearesende_rr@hotmail.com)

### **Suanne Malu Paião Ferreira**

Graduada em Direito pela Faculdade Cathedral. Especialização em Gestão Pública e em Educação e Licitações e Contrato pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil. Cursando especialização em Direito Público pela Universidade Estadual de Roraima.  
Endereço: R. Sete de Setembro, 231 - Canarinho, Boa Vista - RR.  
E-mail: [suannemalu@hotmail.com](mailto:suannemalu@hotmail.com)

### **Liliane Costa de Oliveira**

Graduada em Ciências sociais, mestra em sociologia e Doutoranda em sociedade e cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas.  
Docente na faculdade boas novas  
Endereço: Av. Rodrigo Otávio, 1655 - Japiim, Manaus - AM.  
E-mail: [lilioliveira123@yahoo.com.br](mailto:lilioliveira123@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente trabalho reflete sobre a vida de Frida Vingren, ícone feminino que se destaca no período de implantação da Igreja Assembléia de Deus na região Norte. A liderança exercida por Frida foi de suma importância para a consolidação da Assembléia de Deus no Brasil. Todavia, a história oficial desta denominação pentecostal raramente dá ênfase à sua participação para a construção das bases

assembleianas. Frida, uma mulher à frente de seu tempo, viajou sozinha da Suécia para o Brasil e exerceu um intenso trabalho pastoral e literário. Em 1930, foi proibida de exercer seu ministério e sua figura é quase inexistente na história oficial das Assembléias de Deus. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é destacar que Frida Vingren deixou sua marca na história, bem como destacar que foi a primeira mulher a participar politicamente das decisões da Assembléia de Deus no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher, liderança feminina, ministério feminino, missionária.

**ABSTRACT:** The present work reflects on the life of Frida Vingren, a female icon who stands out during the period of implantation of the Assembléia de Deus Church in the North region. The leadership exercised by Frida was extremely important for the consolidation of the Assembly of God in Brazil. However, the official history of this Pentecostal denomination rarely emphasizes its participation in the construction of the assembly bases. Frida, a woman ahead of her time, traveled alone from Sweden to Brazil and did an intense pastoral and literary work. In 1930, she was banned from exercising her ministry and her figure is almost nonexistent in the official history of the Assemblies of God. Given the above, the objective of this work is to highlight that Frida Vingren left her mark in history, as well as highlighting that she was the first woman to participate politically in the decisions of the Assembly of God in Brazil.

**KEYWORDS:** Woman, female leadership, female ministry, missionary.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma pesquisa realizada para a disciplina de História do Protestantismo no Brasil. A pesquisa consiste em uma busca de informações sobre a missionária Frida Vingren, a qual trouxe muita contribuição para a história da Assembléia de Deus no Brasil.

Tem como objetivo refletir sobre a importância do papel desta mulher para a história da Assembléia de Deus no Brasil, na qual hoje pouco se fala, e o exemplo de sua liderança durante a expansão da Assembléia de Deus.

A Igreja Assembléia de Deus é a maior denominação protestante do país. Foi fundada em junho de 1911 em Belém do Pará. Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram a Belém do Pará, em 19 de novembro de 1910, ninguém poderia imaginar que aqueles dois jovens suecos estavam para iniciar um movimento que alteraria profundamente o perfil religioso e até social do Brasil por meio da pregação de Jesus Cristo como o único e suficiente Salvador da Humanidade e a atualidade do Batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais. A irmã Celina de Albuquerque, na madrugada do dia 18 de junho de 1911, foi a primeira crente a receber o batismo no Espírito Santo, o que não demorou a ocorrer também com outros irmãos.

Em poucas décadas, a Assembléia de Deus começou a penetrar em todas as vilas e cidades até alcançar os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em virtude de seu fenomenal crescimento, os pentecostais começaram a fazer diferença no cenário religioso brasileiro. De repente, o clero católico despertou para uma possibilidade jamais imaginada: o Brasil poderia vir a tornar-se, no futuro, uma nação protestante.

## 2. A MULHER NO PAPEL MISSIONÁRIO

Símbolos femininos foram utilizados para expressar o mistério de Deus no mundo pela experiência religiosa judaica e cristã, dentre elas a Sabedoria e Deus-Mãe. A imagem da Sabedoria é extraída da experiência das mulheres no período pós-exílio, e das tradições da Deusa; a imagem da Mãe é um símbolo primordial da Divindade nas religiões, e pode ser usado de forma equivalente em relação ao símbolo do Pai, que é predominante do cristianismo.

As mulheres aparecem como sujeitos religiosos, não apenas na esfera da casa, mas também no plano político e na religião popular. As mulheres tiveram um papel importante para o novo símbolo religioso, onde Israel poderia ter a experiência com

Yahweh, onde a identidade religiosa podia constituir-se novamente por si. A casa tomou algumas funções do templo e da monarquia.

O papel de mãe não se limitou ao relacionamento, mas se tornou uma função feminina de grande importância. Na Escritura, os diversos aspectos do papel da mãe todos eles se tornaram símbolos que acenam ao relacionamento de Deus com o mundo.

No século I, nas regiões da Galiléia e Síria, se praticava a dominação sobre as mulheres, descriminando-as à condição de marginalizadas e oprimidas dentro das organizações daquele contexto. Assim como existia mulheres que transgrediam as normas, leis e costumes estabelecidos, construindo outras formas de viver pessoal e comunitariamente<sup>1</sup>, existia também mulheres de classes mais elevadas que abandonavam tudo para seguir os mestres filósofos em movimentos socioculturais de questionamento das estruturas existentes.<sup>2</sup> Além disso, é importante considerar que as mulheres de classes mais baixas eram ativas no contexto familiar, de produção e de comercialização dos produtos manufaturados. Estas mulheres participavam também de viagens em grupos, assim como de cooperativas em que se reuniam pessoas por questões de organização profissional, nas quais também celebravam sua fé.

A Teologia Feminista foi a que mais sofreu os impactos do feminismo, justamente pelas mudanças provocadas nas práticas religiosas das mulheres. Os efeitos da crítica feminista às religiões foram também dos mais contraditórios: do abandono de qualquer fé religiosa pelas mulheres, à criação de espaços feministas de espiritualidade de vários tipos, expressando uma enorme criatividade e efervescência.<sup>3</sup>

A tradição religiosa cristã colocou a mulher como reprodutoras das orientações determinadas pela estrutura dominante vigente: a preponderância masculina. Fromm (2002)<sup>4</sup>, considera que a existência de diferenças entre os dois sexos é muito antiga, remetendo à evolução histórica do cristianismo. Ele lembra que o Velho Testamento estabelece como peculiaridade a maldição da mulher à submissão: “que seu desejo

---

<sup>1</sup> SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. *Caminhos da Sabedoria*: uma introdução à interpretação bíblica feminista. Tradução de Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

<sup>2</sup> STEGEMANN, Ekkhard W.; STEGEMANN, Wolfgang. História social do protocristianismo: os primórdios do judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2004. PUC SP.

<sup>3</sup> ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. PUC SP, 2001.

<sup>4</sup> FROMM, Erick. O dogma de Cristo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

seja apenas para teu marido e ele te dominará", e como maldição o homem "terá de trabalhar em suor em sofrimento".

A cultura também contribuiu para a limitação do papel das mulheres nas igrejas pentecostais. A visão social das mulheres como os guardiões morais da sociedade começou a desaparecer na década de 1920, provocando suspeitas sobre a moral das mulheres. Desde quando os pentecostais quiseram distanciar-se tanto quanto possível da modernidade, a "nova mulher" era uma imagem terrível. Assim, os pentecostais, se agarrarem na visão mais tradicional da mulher no lar e na sociedade.

A credibilidade destas mulheres, a força de sua liderança e a consciência de seus argumentos ficaram guardadas na memória histórica. As mulheres não foram mencionadas na Bíblia com tanta frequência quanto os homens. Mas as mulheres na Bíblia tiveram parte importante na história da salvação. De Eva, em Gênesis, até Maria, em Belém, as mulheres fizeram suas contribuições.

As virtudes dessas mulheres tementes a Deus são como uma pérola, onde seu verdadeiro valor está dentro de cada uma. Algumas mulheres bíblicas se destacaram no livro sagrado dos cristãos, que com liderança, determinação, trouxeram exemplos e ensinamentos para todas as mulheres cristãs.

As sociedades antigas na Mesopotâmia, Ásia Menor tinham estrutura patriarcal. As mulheres ricas tinham sua liberdade, mas suas regalias eram limitadas em comparação às dos homens.

Segundo Lightfoot<sup>5</sup>:

Na sociedade grega a posição da mulher variava de acordo com a época e o lugar, mas quase sempre era inferior à do homem. O homem ateniense se casava a fim de ter filhos; a esposa era destinada à procriação. (...) As mulheres viviam em aposentos separados, eram pouco vistas em público e recebiam muito pouca educação. (p. 11)

Diferente da situação de Roma, onde a mulher era vista numa situação melhor. Apesar da esposa ser considerada legalmente propriedade do marido, a matrona romana era tida em alta estima e tinha direitos iguais nas atividades da casa. As mulheres não tinham aposentos separados e as oportunidades educacionais se expandiam cada vez mais.

A representação de mundo patriarcal do Antigo Testamento deixa poucas

---

<sup>5</sup> LIGHTFOOT, Neil R. O Papel da Mulher – Perspectivas do Novo Testamento. São Paulo: Ed Vida Crista. 1979.

possibilidades para o reconhecimento da dignidade e autonomia da mulher. Contudo, se de um lado há um ocultamento da mulher, de outro nos surpreendemos ao encontrar na Bíblia mulheres que figuram como um “não” ao patriarcalismo vigente.

Sejam elas rainhas, juízas, pecadoras ou mães, as mulheres tiveram parte importante na história do povo de Deus. Suas histórias de luta são exemplos para cada mulher para enfrentar o dia a dia, assim como a inserção de sua pessoa na vida da Igreja.

A princípio a mulher nunca foi valorizada, sempre esteve abaixo dos valores de um homem, a explicação para esse fato são várias, pode ser por questão da força física feminina ser menor que a masculina, assim trabalhos pesados, guerras e caças eram feitos mais eficientemente pelos homens, então o homem teria mais valor. Baseado na Bíblia no Antigo Testamento este princípio coloca a mulher em uma função secundária ao homem.

A “função” e “posicionamento” atribuídos por Deus a mulher no Velho Testamento, de modo nenhum tem relação com Deus considerar a mulher inferior ao homem. Estas colocações se referem a visão progressiva que Deus revelou a humanidade, por isso, mulheres são destacadas também no Velho Testamento, como Rute, Ester, Débora e outras. Então função e posicionamento não significa ser mais ou menos valiosa para Deus. Ele não faz distinção de sexo.

A posição dada por Deus a mulher foi a de ajudadora, porém com os movimentos de igualdade, que como o nome já diz, tem posto a mulher em pé de igualdade com os homens.

Para a Igreja, quando se fala de submissão da mulher ao marido e os demais princípios bíblicos, ela segue o modelo de igualdade da mulher, semelhantemente ao mundo temos mulheres em todos os cargos e posições eclesiásticas: Pastoras, bispas, apóstolas etc. Com isso, entende-se que Deus usa a mulher e fala através delas, porém quanto a autoridade sacerdotal é função dada ao homem, de igual forma como o princípio de igualdade de condições que é dado pelo mundo, não pela Bíblia.

As primeiras mulheres evangélicas que se dedicaram de corpo e alma para a evangelização do Brasil enfrentaram a morte de filhos e esposos, conviveram com epidemias e inundações e sofreram com graves doenças; mas, sem perder o ânimo, evangelizaram, visitaram, pregaram, ensinaram, escreveram, compuseram letras e músicas, pesquisaram a nossa história e foram dedicadas esposas e mães que transmitiram aos filhos os ensinos do evangelho de Cristo.

Estas bravas mulheres que se comprometeram integralmente na formação de cidadãos da pátria, para que o Brasil se tornasse um país melhor, tiveram um grande destaque e cada qual com emoção, à sua maneira, contribuiu para o desenvolvimento do cristianismo no Brasil.

### **3. FRIDA VINGREN, UMA MISSIONÁRIA A FRENTE DO SEU TEMPO**

A mulher assume um papel fundamental na vida não só eclesial, mas inclusive social, pelo seu contributo específico para enfrentar a quotidianidade. Em I Co 12:1-12; Rm 12:3-8; Ef 4:7-13 fala que Deus deu dons a cada salvo, assim cada pessoa tem pelo menos um dom. Se tem dom, também tem uma tarefa a executar. Em I Tm 2:12 diz que a mulher não deve exercer autoridade de homem. Os homens e as mulheres devem ser igualmente ativos na obra de Deus. Nenhum deles deve fazer o que Deus não lhes atribuiu, mas quando cada um trabalha dentro do papel que Deus ordenou, o nome do Senhor será glorificado e sua obra cumprida.

Um grande exemplo para a Igreja foi Frida Vingren, uma mulher que teve seu grande papel no início do trabalho assembleiano, já participava ativamente nas sessões plenárias da Convenção de 1930.

Frida Vingren nasceu em 1891, em Själevad, aldeia localizada na região norte da Suécia. Nasceu em lar luterano e foi criada num ambiente cristão, tornando-se mais tarde membro da Igreja Filadélfia de Estocolmo, onde o pastor Lewi Pethruu a batizou e recebeu o batismo com o Espírito Santo e, mais tarde, o dom de profecia. Seguindo o exemplo de muitos jovens contemporâneos seus que se imbuíam do ardente desejo de ganhar almas para Jesus, algo a impulsionou para o movimento missionário, o que a fez ingressar num Instituto Bíblico da cidade de Gotabro. Formou-se em Enfermagem, chegando a ser chefe da enfermaria do hospital onde trabalhava. Em uma das visitas de Gunnar Vingren à Suécia devido ao seu debilitado estado de saúde, ele conheceu Frida Strandberg, com quem travou forte amizade.

O chamado para a obra missionária sempre a impulsionou. Nessa época, surgiu na Suécia um movimento por missões, onde muitos jovens estavam imbuídos do desejo de ganhar almas para Cristo. Após comunicar ao pastor Pethrus que o Senhor a chamara para o campo missionário brasileiro, Frida ingressou em um Instituto Bíblico na cidade de Götabro, província de Närke. O curso era frequentado por pessoas que já tinham o chamado para missões e por aqueles que tinham apenas vocação missionária. Frida veio para o Brasil no ano de 1917, com 25 anos, enviada

pela igreja sueca e obedecendo ao chamado de Deus.

Frida Strandberg casou-se com o pastor Gunnar Vingren, doze anos mais velho do que ela, em outubro de 1917 em Belém do Pará, com 26 anos de idade. O casal teve seis filhos: Ivar, Rubem, Margit, Astrid, Bertil e Gunvor, os quais foram criados com inigualável dedicação.

O dia-a-dia do lar de Frida sempre foi de muitas surpresas, tribulações e ciladas. No início de sua vida conjugal, teve que adaptar-se aos mais difíceis e primitivos meios para que se efetuasse a Obra de Deus. O clima saudável da Europa fora trocado pelo forte calor tropical. As primeiras residências eram paupérrimas e a alimentação deficiente, o que não a impedia, junto com o companheiro, de sentir o poder de Deus e a presença real do Espírito Santo.

A Missionária Frida Vingren, com 28 anos, foi acometida de malária, sofrendo com terríveis ataques de febre, chegando seu pulso a parar completamente e seus nervos ficarem esgotados a ponto de Vingren pedir que Deus ou a curasse ou então a levasse. Foram dois anos e meio de lutas grandiosas que foram vencidas com oração e jejum. Depois de seu restabelecimento, ela enfrentou o problema de saúde do marido. Ao final daquele ano, Gunnar Vingren começou a sofrer de esgotamento físico, em consequência da dedicação exclusiva ao trabalho do Senhor, e pelas vezes que também contraiu malária. Por esse motivo, o casal decidiu passar um período na Suécia e retornou ao Brasil em fevereiro de 1923.

Segundo Alencar (2013):

A figura de Frida na história oficial é apagada, quase inexistente. Algo, aliás, que não é privilégio das ADs, no pentecostalismo em geral isso aconteceu muito. No entanto, ao ler os três jornais e tabular por assunto e autores os jornais da época, nomes femininos apareceram em razoável quantidade, em especial o de Frida.

Após várias análises sobre o compromisso missionário, Frida com uma capacidade analítica imprescindível e uma mulher esperta para época, analisa a realidade daquele momento de guerras e faz uma ponte para a convocação divina para outra guerra. Argumenta também a ação do Espírito Santo agindo igualmente em todos, nos irmãos e nas irmãs, não havendo uma justificativa para diferenciar o exercício do ministério por homens e mulheres. Naquele período, mulheres não votavam e não podiam assumir cargo público, não tinha voz feminina na sociedade brasileira. Porém Frida, argumenta que na Suécia havia mulheres trabalhando exclusivamente na obra e por que no Brasil era diferente? Por que deveriam ficar

atrasadas? Finaliza seu discurso na reunião comentando sobre Pr. Lewis Pethrus, um líder sueco principal que apoia mulheres para trabalhar exclusivamente para obra. Isso causou muitos problemas para ela, seu marido, para a igreja local e para as demais igrejas no Brasil.

Foi no ano de 1930 que aconteceu a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Após três décadas do surgimento no país das Assembléias de Deus, devido ao estupendo crescimento do movimento pentecostal, os pastores das Assembléias de Deus resolveram que já era tempo de se criar uma organização que estabeleceria o espaço para discussão de temas de máxima relevância para o crescimento da denominação. Nesta Assembléia não se fala de Vingren deixar o Brasil, ao contrário, se “oficializou” a liderança sueca no sul e a brasileira no norte e nordeste.

Depois de alguns anos no Pará, a família Vingren decidiu ir para o Rio de Janeiro, com seus quatro filhos que já haviam nascido, com a mesma vontade de ganhar almas para Cristo.

Foi no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte da cidade, onde inaugurou o primeiro salão de cultos da Assembléia de Deus no Estado.

O primeiro "culto a céu aberto" no Rio de Janeiro realizou-se na Praça da República, e foi dirigido por Paulo Leivas Macalão. A partir de então outros cultos vieram a ser realizado na Estação da Central, Praça Onze, Praça da Bandeira e Largo da Lapa, sob a direção da Missionária Frida Vingren.

A Missionária Frida Vingren continuou desenvolvendo atividades evangelísticas e abrindo frentes de trabalho em muitos lugares. A obra social da igreja, bem como grupos de oração e de visitas, ficou sob a responsabilidade da missionária. O dom de ensinar podia ser visto nas classes de Escola Dominical. Na abertura dos cultos, fazia a leitura bíblica inicial e, quando o marido se ausentava em visita ao campo, era irmã Frida quem o substituía pregando e dirigindo os trabalhos. Ela gostava de ministrar estudos bíblicos.

O desprendimento da missionária e sua forte atuação na obra de Deus, muitas vezes foi motivo de crítica por parte de alguns. Mas, mesmo assim, ela nunca se limitou a desempenhar a função que o Senhor havia colocado em seu coração. Foi dirigente oficial dos cultos realizados aos domingos na Casa de Detenção no Rio de Janeiro e, pela facilidade que tinha para se expressar, pregava em todos os pontos de pregação da Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, em praças e jardins.

Possuía o dom de ensinar e pregar como ninguém e por essa razão não deixou de sofrer críticas. Com surpreendente noção da palavra escrita, colaborou nos Jornais Boa Semente, O Som Alegre e Mensageiro da Paz, bem como comentou as Lições Bíblicas. Cantava, tocava órgão e violão e compunha hinos de grande valor espiritual. Compôs 23 cânticos de louvor ao Senhor Jesus inseridos na Harpa Cristã e fez algumas traduções.

Gunnan Vingren viveu vinte e dois anos no Brasil; e Frida, apenas quinze anos. Pouco tempo, porém o suficiente para deixar marcas. Depois de anos dedicados no Brasil, e de muito sofrimento por amor à Obra, a família Vingren decidiu retornar à Suécia em setembro de 1932. Dias antes da partida, a filha Gunvor faleceu, vítima de uma infecção na laringe. Viúva, Frida viveu seus últimos oito anos na Suécia com cinco filhos. No mundo, a Segunda Guerra Mundial; na vida particular, Frida vive uma guerra com a Igreja de Filadélfia e mais particularmente com Petrus. Depois da morte do marido, Frida tentou voltar para o Brasil, mas a Igreja Filadélfia não permitiu; tentou ir a Portugal, onde ocorreu o mesmo. Por fim, decidiu voltar por conta própria, mas quando estava na plataforma do trem com as crianças, um grupo da igreja a impediu. Foi levada à delegacia e de lá internada compulsoriamente no Hospital Psiquiátrico de Konradsberg, em Estocolmo, no dia 25 de dezembro de 1934.

Viveu seus próximos seis anos com graves alucinações, vindo a falecer em setembro de 1940, sete anos após o falecimento do marido.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Frida Vingren, uma mulher à frente de seu tempo. Esposa, mãe, enfermeira, missionária, escritora, poetisa, redatora, pregadora, ensinadora, comentarista pentecostal, organista, violonista, compositora e tradutora.

É o típico modelo de mulher pentecostal que exerceu o seu ministério pastoral na periferia do poder clerical. Frida é a origem. Hoje, as mulheres exercem espaço na liturgia, na pregação, no culto, na educação bíblica, na assistência social e no serviço religioso, e até mesmo no ministério pastoral.

Muitas vezes mal compreendida, questionada e criticada, Frida Vingren tinha certeza do seu chamado. Sua única convicção era de que o Senhor Jesus a acompanhava em todos os momentos de sofrimento e luta.

As mulheres, muitas vezes marginalizadas pelos homens na antiguidade, sendo consideradas apenas como força de trabalho, ou como simples fonte de

reprodução, sempre tiveram sua importância na sociedade. Com isso, tiveram grande importância na contribuição da formação da história feminina.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire de. **MATRIZ PENTECOSTAL BRASILEIRA**: Assembléia de Deus 1911-2011. Rio de Janeiro: Diálogos, 2013.

FROMM, Erick. O dogma de Cristo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

JOSÉ, Marcos. **FRIDA VINGREN**: uma liderança feminina pioneira. Disponível em: <<http://pentecostalismo.wordpress.com/2009/06/17/frida-vingren-uma-lideranca-feminina-pioneira/>>. Acesso em 02 Abr de 2014.

LIGHTFOOT, Neil R. O Papel da Mulher – Perspectivas do Novo Testamento. São Paulo: Ed Vida Crista. 1979.

MIRANDA, Timóteo. **FRIDA VINGREN**, vida de sofrimentos e lutas. Disponível em <http://prtimoteo.blogspot.com.br/2011/07/frida-vingren-vida-de-sofrimentos-e.html>. Acesso em 02 Abr 2014.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. PUC SP, 2001. SANTANA, Mario Sergio de. **BIOGRAFIA DE FRIDA VINGREN**: versão CPAD. Disponível em: <<http://mariosergiohistoria.blogspot.com.br/2014/01/biografia-de-frida-vingren-versao-cpad.html>>. Acesso em 02 Abr 2014.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. Caminhos da Sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista. Tradução de Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

STEGEMANN, Ekkhard W.; STEGEMANN, Wolfgang. História social do protocristianismo: os primórdios do judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2004. PUC SP.

# CAPÍTULO 04

## INTRAEMPREENDEDORISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DIAGNÓSTICO PÓS REFORMA GERENCIAL.

### **Michelle Oliveira do Espírito Santo Corsino**

Doutoranda em Administração – Escola de Administração e Negócios – ESAN/UFMS – Cidade Universitária, Campo Grande/MS

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Endereço: Avenida Ranulpho Marques Leal, 3484 – Distrito Industrial, Três

Lagoas/MS

E-mail: michelle.santo@ufms.br

### **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Pós-

Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola de Administração e Negócios

Endereço: Avenida Senador Filinto Müller, 1015 – Cidade Universitária, Campo Grande/MS

E-mail: milton.mariani@ufms.br

### **Wagner Corsino Enedino**

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio

Preto e Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Endereço: Avenida Capitão Olinto Mancini, 1662 – Centro, Três Lagoas/MS

E-mail: wagner.corsino@ufms.br

**RESUMO:** O presente estudo objetiva verificar até que ponto a existência de características empreendedoras interfere na melhoria do desempenho organizacional e sugere propostas de estímulo à criação e manutenção de um ambiente intraempreendedor na Administração Pública. Busca-se caracterizar o perfil dos técnico-administrativos do Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Foi aplicado o teste Tendência Empreendedora Geral (TEG), desenvolvido, em 1988, pela Durhan University Business School. Constatou-se que apenas a característica “Impulso/Determinação”, comum aos empreendedores de sucesso, obteve resultado acima da média esperada. Este resultado aponta para a necessidade de mudanças e adaptações institucionais que oportunizem melhores respostas às demandas em um cenário competitivo, instável, dinâmico e desafiador. Embora as reformas administrativas, com ênfase para a Reforma Gerencial, tenham buscado a modernização da Administração Pública, ainda existe um considerável percurso para a construção de um ambiente intraempreendedor que corrobore com a melhoria no desempenho dos servidores e, consequentemente, das Organizações Públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública. Intraempreendedorismo. Desempenho Organizacional.

**ABSTRACT:** The present study aims to verify the extent to which the existence of entrepreneurial characteristics interferes in the improvement of organizational performance and suggests proposals to stimulate the creation and maintenance of an intrapreneur environment in Public Administration. The aim is to characterize the profile of the administrative staff of the Campus de Três Lagoas, of the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). The General Entrepreneurial Trend test (TEG), developed in 1988 by Durhan University Business School, was applied. It was verified that only the characteristic "Impulse / Determination", common to the successful entrepreneurs, obtained a result above the expected average. This result points to the need for institutional changes and adaptations that allow better responses to the demands in a competitive, unstable, dynamic and challenging scenario. Although administrative reforms, with emphasis on Managerial Reform, have sought to modernize the Public Administration, there is still a considerable path for the construction of an intrapreneur environment that corroborates with the improvement in the performance of the servers and, consequently, of the Public Organizations.

**KEYWORDS:** Public Administration. Intrapreneurship. Organizational Performance.

**IMPLICAÇÕES PRÁTICAS:** Em tempos de predomínio da Administração Pública Gerencial, os resultados desta pesquisa poderão nortear as Instituições Públicas Brasileiras em ações que visem estimular o intraempreendedorismo no seu ambiente organizacional, objetivando desenvolver e manter equipes com profissionais criativos, proativos, dinâmicos e inovadores, que respondam com qualidade às demandas da sociedade.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o início da reforma gerencial da Administração Pública, ocorrido de forma acentuada no Brasil nos anos 90, surgiu uma grande preocupação relacionada à cobrança de resultados efetivos das ações dos servidores públicos. Esta nova forma de gestão buscou vencer os estágios patrimonialistas e burocráticos que configuravam obstáculos ao bom funcionamento do aparelho estatal, além de incorporar valores como eficiência, eficácia e efetividade aos serviços prestados à sociedade.

De acordo com os estudos de Leite (2013, p. 8), o conceito de eficiência compreende o uso racional dos recursos públicos, o esforço de “fazer mais com menos”, garantindo maior potencial às receitas orçamentárias. Importa acrescentar que esta vertente ganhou impulso no Brasil com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000); já a eficácia se refere ao verdadeiro alcance dos objetivos propostos pela Administração Pública, que busca atender às demandas sociais, tanto quantitativa como qualitativa, com foco nos benefícios e na qualidade do serviço que é prestado à sociedade. Nesse segmento, cumpre mencionar que a efetividade consiste nos impactos de médio e longo prazo, uma vez que está relacionada a um contexto macro de “necessidade de consciência política e da consolidação da democracia”.

Historicamente, o processo de mudança nas formas de gestão dos governos, já havia sido iniciado, em nível mundial, na década de 1980 a partir de modelos de reformas administrativas ocorridas no Reino Unido e nos Estados Unidos. Ancorando-se nos pressupostos de Peci et al. (2008), é necessário observar que vários movimentos nas décadas de 1980 e 1990 foram englobados no conceito de New Public Management (NPM) ou Nova Administração Pública (NAP), emergindo nos países anglo-saxões e nos Estados Unidos. Tal postulado, busca um novo padrão para a Administração Pública, com foco em pontos centrais como a adaptação e a transferência dos conhecimentos gerenciais presentes no setor privado para o público.

Segundo as contribuições de Osborne & Gaebl (1994), a proposta da NAP é (re)inventar o Governo, uma pretensão audaciosa para uma significativa parcela da sociedade, que o considera como algo fixo e imutável. Estes estudiosos demonstram, em sua obra, a relevância da aplicação dos conceitos de gestão da iniciativa privada na Administração Pública, tais como: desempenho, redução de custo, eficiência,

produtividade e foco nos clientes. Para os pesquisadores “[...] qualquer instituição, pública ou privada, pode ser empreendedora, assim como, qualquer instituição pública ou privada, pode ser burocrática” (Osborne, & Gaebler, 1994, p.23). Dessa forma, torna-se possível construir uma gestão pública equilibrada entre empreendedorismo e burocracia que seja adequada ao ambiente contemporâneo, com instituições e agentes públicos flexíveis, adaptáveis e criativos.

Com efeito, os servidores públicos são aqueles que agem em nome do Estado e administram os bens públicos. São os principais responsáveis pelo bom funcionamento da máquina estatal. Diante disso, para a concretização da nova gestão é necessário que o setor público disponha de pessoas ágeis, flexíveis, inovadoras, criativas e que não tenham medo de correr riscos calculados, características típicas de indivíduos que possuem perfil empreendedor.

A partir deste contexto, a presente pesquisa objetivou estudar o perfil empreendedor encontrado na equipe de técnico-administrativos do Campus de Três Lagoas, da UFMS, partindo da identificação das cinco características tipicamente encontradas em pessoas que possuem tal perfil, mensuradas pelo Teste Tendência Empreendedora Geral (TEG), desenvolvido na Inglaterra em 1988 (Caird, 1988). Com a identificação de tais características: Necessidade de Sucesso, Necessidade de Autonomia/Independência, Tendência Criativa, Propensão a Riscos e Impulso/Determinação procurou-se demonstrar como o perfil empreendedor dos agentes públicos pode contribuir com o fomento do intraempreendedorismo e com a melhoria do desempenho organizacional, indo ao encontro dos objetivos preconizados pela Administração Pública Gerencial.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O EMPREENDEDORISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESLINDANDO CONCEITOS

Além do seu tradicional papel voltado para a criação de novos negócios, um novo enfoque vem sendo dado ao tema empreendedorismo. Trata-se do Empreendedorismo Corporativo. Compreende-se por Empreendedorismo Corporativo / Intraempreendedorismo o processo pelo qual o indivíduo (ou equipe) instigam a renovação/inovação dentro de um processo organizacional existente (Dornelas, 2004).

Atualmente, fomentar e valorizar o perfil dos intraempreendedores tem sido o grande desafio para as organizações privadas. Todavia, em solo brasileiro, com o advento da Reforma Gerencial, a partir da década de 90, as organizações públicas também começaram a almejar profissionais com características empreendedoras.

Notadamente, os estudos sobre empreendedorismo são mais comuns em organizações privadas no Brasil; ao passo que, no setor público, são esparsos e incipientes. Osborne & Gaebler (1994), desbravadores deste tema, no âmbito mundial, escreveram a obra intitulada Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Com este trabalho, os pesquisadores partem da premissa de que o governo desenvolvido durante a era industrial (caracterizado por burocracia, morosidade, centralização, hierarquização), concentrava-se somente no cumprimento de normas e regulamentos. Não obstante, o governo com este perfil deixou de atender às demandas da sociedade contemporânea.

Partindo dos pressupostos de Pinchot (1985), o indivíduo intraempreendedor apresenta características como criatividade, persistência, autoconfiança, dedicação, proatividade, inovação, sabedoria para identificar e (re)criar novas oportunidades, além da capacidade para decidir por conta própria e administrar riscos.

Torna-se imprescindível ponderar, com base nas reflexões de Hashimoto (2013), que a motivação do intraempreendedor está diretamente relacionada com a liberdade de fazer o que se quer em prol da Organização, aliada ao prazer de conduzir seus próprios projetos, os quais resultarão em ganhos organizacionais coletivos.

Nessa seara analítica, Pinchot (1989), considera que as Organizações Públicas precisam reavaliar a relevância da criação de um ambiente que propicie a liberdade de atitude, a busca individual de novos conhecimentos e aprendizagem, a fim de suscitar e dar espaço ao desenvolvimento de perfis intraempreendedores entre os servidores públicos. As Organizações não poderão sobreviver por muito tempo com pessoas sem iniciativa, desmotivadas, presas às normas e burocracias. Torna-se necessário fomentar o desenvolvimento de características intraempreendedoras, sobretudo no serviço público, cujo desafio neste sentido é bem maior.

## 2.2 REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A HORA E A VEZ DO INTRAEMPREENDEDORISMO?

Diante das novas práticas de gestão, as organizações públicas brasileiras têm vivenciado, nas últimas décadas, um grande processo de mudança de valores e

quebra de paradigmas. De acordo com Silva (2013), esse processo de mudança precisa partir de um modelo de gestão burocrático e hierárquico para um modelo gerencial voltado ao alcance de resultados, com ênfase na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Mais que uma mudança estrutural, as organizações públicas necessitam de uma mudança cultural. Silva (2013, p. 20) ressalta que, características como “apego às rotinas e às regras, supervalorização da hierarquia, paternalismo nas relações, apego ao poder, ostracismo, favoritismo, negligência e predomínio de critérios políticos nas decisões” precisam ser reavaliadas visando abrir espaço para implantação de práticas gerenciais.

Partindo das considerações elencadas por Oliveira (2010), a administração pública contemporânea tem buscado a adoção de conceitos, discursos e práticas gerenciais típicas do mundo corporativo. Com efeito, o universo público tem procurado, cada vez mais, respostas no universo privado para atendimento das novas demandas da sociedade, visualizando o cidadão como um cliente que precisa de um atendimento de qualidade.

No entanto, foi necessário um longo processo de tentativas de reformas administrativas para se chegar a este momento, em que já é possível abordar a presença de características empreendedoras, bem como a possibilidade de construção de um ambiente intraempreendedor no setor público.

De acordo com Bresser-Pereira (1998), antes da Reforma Gerencial iniciada em 1995, o Brasil havia conhecido duas outras reformas administrativas. A primeira ocorreu no período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), chamada de reforma burocrática de 1936. Na esteira de Silva (1999), a administração pública burocrática, embasada no estilo clássico de administração, tem como princípios: centralização das decisões, hierarquia, estrutura piramidal de poder e controle rígido dos processos administrativos.

Tal Reforma tentou implantar, no Brasil, a administração pública burocrática em substituição à patrimonialista, que era marcada pelo patriarcalismo, paternalismo, nepotismo, empreguismo e falta de distinção entre o público e privado, estilo típico das Monarquias Absolutas (Bresser-Pereira, 1998).

Nesse segmento, Bresser-Pereira (1998) postula, ainda, que a segunda reforma administrativa no Brasil foi a chamada “Reforma Desenvolvimentista” de

1967, que considerava o mecanicismo e a burocracia rígida da Era Vargas um entrave para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo os estudos desenvolvidos por Leite (2013), o Decreto Lei 200/1967 foi a primeira tentativa de introdução dos princípios da administração gerencial no Brasil. Este Decreto tentou impulsionar a administração pública para a eficiência e a descentralização administrativa, com base na autonomia da administração indireta. Trouxe os princípios da racionalidade administrativa, planejamento, orçamento, descentralização e controle de resultados. Ocorre, todavia, que a tentativa fracassou, pois abriu espaço para o retorno às práticas patriarcalistas e nepotistas: a contratação de servidores sem realização de concurso público, ausência de atenção à estrutura da administração direta e ao plano de carreira do alto escalão do Governo.

Assim, mesmo diante destes relatos de insucessos, Abrúcio (2007) assevera que as reformas administrativas brasileiras dos anos 30 e 60 foram significativas, uma vez que construiu as bases da estrutura burocrática do Estado brasileiro.

Impulsionada pelas mudanças que estavam ocorrendo no resto do mundo, a terceira reforma ocorreu nos anos 90. Importa destacar que, já nos anos 80, esta reforma foi iniciada no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e nos EUA. Trata-se da Reforma Gerencial, que buscou promover e estimular a eficiência dos serviços prestados aos cidadãos pela administração pública. Para Leite (2013), o Estado, à época, passava por uma significativa crise notadamente marcada pelo insucesso dos planos econômicos implementados, descontrole fiscal, aumento do índice de desemprego, desvalorização monetária, além da ineficiência do modelo burocrático de Gestão Pública, o qual engessava de maneira geral os processos.

Diante disso, Bresser-Pereira (2005) pontua que o modelo gerencial surgiu como uma forma de enfrentar a crise fiscal do Estado, além de configurar uma estratégia para tornar a administração pública menos onerosa e mais eficiente, visando atender às novas demandas da sociedade, bem como as exigências oriundas da globalização.

Avaliando essas características apontadas por Bresser-Pereira (2005) no que tange à administração pública gerencial, percebe-se que neste modelo há espaço para o incentivo à criatividade e à inovação; possibilitando abertura para a construção de um ambiente intraempreendedor no setor público.

De acordo com Reis (2014), em cada uma dessas reformas administrativas foi definido um perfil de servidor público. Os traços dos funcionários do período

patrimonialista demonstravam, abertamente, a existência de uma relação de fidelidade; aproximando-se da submissão existente entre criado e senhor de tempos passados. Nesse segmento, não havia comprometimento com as tarefas a serem executadas e com as regras; em suma: tratava-se de uma relação vulnerável que desaguava no nepotismo, empreguismo e, por conseguinte, na corrupção.

Já o modelo burocrático de administração é caracterizado pela formalização, previsibilidade, divisão do trabalho, hierarquia e pela impessoalidade. Nela, os servidores são escolhidos pela competência técnica e pela meritocracia. Um dos grandes problemas desse modelo é a rotina de tarefas que conduz ao mecanicismo dos processos, à morosidade e à ausência de qualidade nos resultados. No entanto, apesar de entraves como o excesso de formalismo e rigidez burocrática, este modelo contribuiu com a modernização da Administração Pública, reforçando, sobretudo, a meritocracia e a separação entre o público e o privado (Leite, 2013).

A partir do modelo gerencial de administração pública, acredita-se ser possível o surgimento de mecanismos que colaborem com o desenvolvimento de um ambiente organizacional que fomente práticas intraempreendedores.

Neste ambiente, começa-se a abrir espaço para expressões como: criatividade, postura empreendedora, inovação, gestão por competências e por resultados. Com isso, torna-se necessária a construção/desenvolvimento de um novo perfil de servidor público (proativo, dinâmico, inovador), que corresponda às mudanças propostas pelo modelo de administração pública gerencial; amparado por procedimentos mais democráticos, meritocráticos e participativos.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Partindo dos princípios analíticos preconizados por Diehl (2004), este trabalho pautou-se na pesquisa descritiva, utilizando técnicas das abordagens qualitativa e quantitativa.

A pesquisa descritiva, segundo Vergara (2007), expõe as características de determinada população ou fenômeno; estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. O método de análise dos dados é indutivo. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Lakatos, & Marconi, 1991). A utilização deste tipo de pesquisa permitiu a coleta, mensuração, análise e apresentação eficaz dos dados coletados.

Após a elaboração do referencial teórico foram coletados dados primários, mediante a aplicação de um questionário com perguntas fechadas, juntamente com o teste Tendência Empreendedora Geral (TEG).

O universo da pesquisa englobou todos os servidores públicos técnico-administrativos da UFMS, lotados no Campus de Três Lagoas. Utilizou-se, para seleção da amostra, o processo de amostragem não probabilística que, segundo Mattar (2005, p. 271), trata-se da “[...] seleção dos elementos da população para compor a amostra [...]” e, por extensão, “[...] depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”.

Como critério de inclusão e exclusão dos componentes da amostra, considerou-se, como participantes, somente os questionários devolvidos, devidamente preenchidos, dentro do prazo estabelecido, ou seja, no interstício de 01 de agosto a 30 de setembro de 2015.

### 3.1 TESTE TEG – TENDÊNCIA EMPREENDEDORA GERAL: GÊNESE E APLICABILIDADE

O Teste Tendência Empreendedora Geral foi desenvolvido na Unidade de Produção Industrial da *Durham University Business School*, na Inglaterra, em 1988, a partir de estudos realizados por Sally Caird. De acordo com a autora, todos os indivíduos apresentam uma ou outra característica empreendedora em seu perfil comportamental. Sendo assim, conhecer a quantidade e o grau das características empreendedoras apresentadas é uma forma de identificar se o indivíduo possui ou não um comportamento empreendedor (Caird, 2008).

Com os resultados obtidos a partir dos estudos realizados com estudantes da Inglaterra, Caird validou o teste TEG em 1988, comprovando que os empreendedores possuem um conjunto de características que os distinguem dos demais indivíduos. Norteadas pela revisão da literatura na área, as características confirmadas são: Necessidade de Sucesso: realização pessoal, visão futura, autossuficiência, otimismo diante das situações, orientação para tarefas e resultados, confiança em si, persistência, determinação/dedicação para concluir os projetos iniciados (Vedoin, 2010); Necessidade de Autonomia/Independência: preferência por tomar suas próprias decisões, ao invés de receber ordens e ficar preso às regras impostas, necessidade de estar sempre à frente das mudanças. (Dornelas, 2007); Tendência Criativa: capacidade de raciocínio alternativo, reúne qualidades de imaginação e inovação, versatilidade e curiosidade, intuição, gosto por novos desafios e abertura a

mudanças. (Vendoin, 2010); Propensão a Riscos: capacidade de lidar com decisões incompletas; assumir riscos calculados e gerenciá-los avaliando as reais possibilidades de sucesso (Dornelas, 2007); Impulso/Determinação: capacidade de agir com base em novas oportunidades, antes de ser solicitado ou forçado pelos acontecimentos (Uriarte, 1999).

O teste TEG é composto por 54 (cinquenta e quatro) afirmações, para as quais os respondentes optam por “Concordo (C)” ou “Não Concordo (N)”. Todas as questões são direcionadas para corresponder às cinco características comuns a indivíduos com perfil empreendedor. Dessa maneira, seis questões estão relacionadas à característica “Necessidade de Autonomia” e doze questões referem-se as outras quatro características: “Necessidade de Sucesso”, “Tendência Criativa”, “Propensão a Riscos” e “Impulso/Determinação”.

Como parâmetros para análise das médias obtidas com a aplicação do TEG pelo pesquisador, Ferreira & Aranha (2008) apresentam as médias propostas por Caird (2008), sendo, de um lado, a pontuação máxima do teste; de outro, a média esperada, conforme Tabela 01:

**Tabela 01:** Médias do Teste TEG para as cinco características do perfil empreendedor.

Característica	Pontuação máxima	Média esperada
<b>Necessidade de Sucesso</b>	12	9
<b>Necessidade de Autonomia</b>	6	4
<b>Independência</b>		
<b>Tendência Criativa</b>	12	8
<b>Propensão a Riscos</b>	12	8
<b>Impulso e Determinação</b>	12	8

Fonte: Adaptado de Ferreira e Aranha (2008, p. 5)

O Teste TEG possibilita a identificação e mensuração do perfil empreendedor do indivíduo, tornando possível afirmar até que ponto uma determinada pessoa possui ou não características específicas do comportamento empreendedor, analisando as cinco dimensões apresentadas.

Nesse estudo, os resultados do TEG permitiram identificar o nível do perfil intraempreendedor da equipe técnico-administrativa do Campus de Três Lagoas, tendo em vista que as cinco características avaliadas pelo TEG vão ao encontro do que Pinchot (1989) define como características intraempreendedoras: autoconfiança, otimismo, orientação para resultados, necessidade de agir, prazer em realizar

pequenas tarefas, visão e ação, dedicação, prioridades, metas, superação de erros e administração de riscos.

A aplicação do teste TEG para identificar as características empreendedoras de servidores públicos da área administrativa de uma instituição federal, além do seu ineditismo, proporcionou conhecimentos relevantes em tempos de predominância da administração pública gerencial.

#### **4. ANÁLISES E PROPOSTAS DE INOVAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A pesquisa contou com a participação de 53 servidores, compreendidos entre os 70 que compõem, atualmente, o corpo técnico-administrativo do CPTL/UFMS, o que corresponde a 76 % do total. Sendo que, dos “não-respondentes”, 02 técnicas estavam em licença para acompanhamento de cônjuge, 01 estava afastada para pós-graduação, 01 estava em exercício temporário em outra unidade, 02 estavam em licença médica e 11 técnicos não manifestaram interesse em participar da pesquisa. A coleta de dados ocorreu no período de 01 de agosto a 30 de setembro de 2015.

Os dados coletados foram tabulados com a utilização de estatística descritiva básica, com o auxílio do software Microsoft Excel 2010, em conformidade com a metodologia proposta pelo TEG (Caird, 2008). A forma de interpretação compreendeu uma análise indutiva, tendo como alicerce a revisão bibliográfica realizada e os conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Os participantes foram, em sua maioria, homens, conforme dados da Tabela 02. A faixa etária predominante está compreendida no intervalo de 31 a 40 anos. Estes dados revelam o perfil jovial da equipe administrativa do CPTL, pois somando-se os dois maiores percentuais, obtém-se 60,38 % de participantes com idade entre 18 e 40 anos.

**Tabela 02:** Faixa etária dos Técnico-administrativos do CPTL.

Faixa Etária	Masc	Fem	% Total
<b>18 a 30 anos</b>	8	7	28,30
<b>31 a 40 anos</b>	11	6	32,08
<b>41 a 50 anos</b>	3	5	15,09
<b>Acima de 50 anos</b>	7	6	24,53
<b>Total</b>	29	24	100,00

Fonte: Dados coletados pelos autores no período de agosto-setembro/2015.

Em relação ao grau de escolaridade, conforme dados dispostos na Tabela 03, a maioria possui pós-graduação, 50,94 % o que demonstra o nível de capacitação da equipe. Neste percentual estão englobados 14 servidores com Especialização e 13 com Mestrado, além de 16 servidores que, apesar de ocuparem cargos de nível médio, possuem nível superior completo.

**Tabela 03:** Grau de Escolaridade dos Técnico-Administrativos do CPTL.

Grau de Escolaridade	Masc	Fem	% Total
<b>Ensino médio</b>	6	4	18,87
<b>Ensino superior</b>	11	5	30,19
<b>Pós-graduação</b>	12	15	50,94
<b>Total</b>	29	24	100,00

Fonte: Dados coletados pelos autores no período de agosto-setembro/2015

Somando o percentual de pós-graduados e graduados obtém-se 81,13 %, o que revela o interesse dos servidores na busca pelo aperfeiçoamento contínuo para o crescimento profissional e para o aumento nos ganhos salariais. De acordo com a Lei 11.091/2005 no seu anexo IV - que trata do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação - a capacitação no nível de graduação gera um adicional de 25 % sobre o salário base, para o servidor cujo cargo efetivo seja de nível médio e 5 % a mais, caso curse uma especialização. Já para os cargos de nível superior, a graduação é pré-requisito para a posse, e a especialização gera um adicional de 30 % sobre o salário base. Tanto para os cargos de nível médio como para superior, o Mestrado garante um adicional de 52 % sobre o salário base e o doutorado um adicional de 75 %.

Indagados sobre a atuação ao longo da carreira profissional, 58,49 % dos servidores respondentes afirmaram ter trabalhado em empresa privada, conforme demonstrado na Tabela 04:

**Tabela 04:** Atuação profissional dos Técnico-administrativos do CPTL.

Atuação Profissional	Masc	Fem	% Total
<b>Sempre trabalhei no serviço público</b>	10	5	28,30
<b>Já trabalhei em empresa privada</b>	13	18	58,49
<b>Já fui proprietário de empresa</b>	2	0	3,77
<b>Já trabalhei como autônomo</b>	4	1	9,43

Total	29	24	100,00
-------	----	----	--------

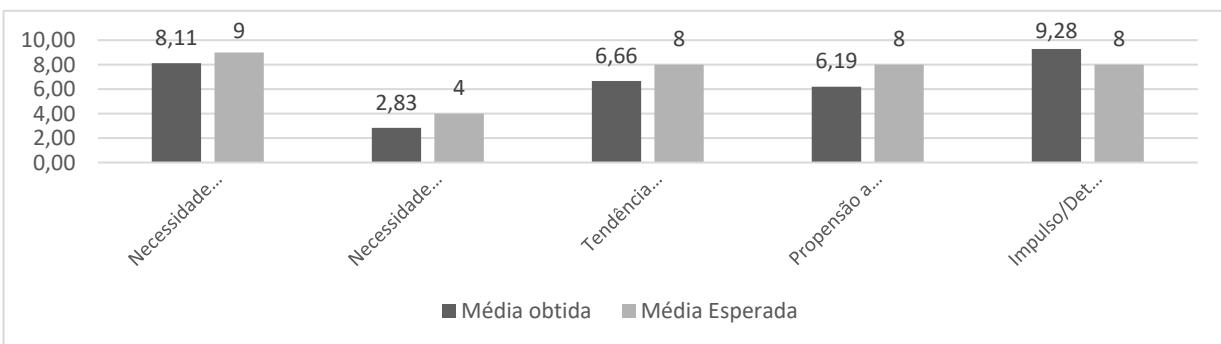
Fonte: Dados coletados pelos autores no período de agosto-setembro/2015

A experiência da maioria dos servidores na iniciativa privada pode revelar um campo fértil para a aplicação dos conceitos gerenciais na execução de suas tarefas no serviço público, com a prática de princípios relacionados à eficiência, qualidade dos resultados, descentralização, flexibilidade e proatividade.

#### 4.1 RESULTADO DO TESTE TENDÊNCIA EMPREENDEDORA GERAL (TEG)

O Gráfico 01 apresenta o resultado geral do teste Tendência Empreendedora Geral dos técnico-administrativos do *Campus de Três Lagoas*. Os resultados obtidos revelam que apenas a característica “Impulso/Determinação” obteve pontuação acima da média:

**Gráfico 01:** Tendência Empreendedora Geral dos Técnico-administrativos do CPTL



Fonte: Dados coletados pelos autores no período de agosto-setembro/2015

Ancorado pelos estudos de Pantzier (1999), esse resultado acima da média em “Impulso/Determinação” revela que os respondentes se caracterizam por saber aproveitar as oportunidades e não acreditar em predeterminação.

Nas últimas décadas, essa característica vem sendo fomentada na Administração Pública pelos conceitos gerenciais com as seguintes medidas adotadas: valorização do servidor, melhoria das suas condições de remuneração, transparência e rigor no recrutamento e na avaliação de desempenho (Silva, 1999). Esses fatores poderão contribuir com a redução da passividade na administração pública e promover o maior comprometimento do servidor público com a prestação de serviço de qualidade à sociedade.

As demais características ficaram bem abaixo do esperado pelo teste TEG, revelando existir, ainda, um longo caminho a ser trilhado pela Instituição para a

promoção de um ambiente mais propício ao surgimento, ao cultivo e a permanência de profissionais com perfil intraempreendedor.

O destaque negativo foi “Propensão a Riscos”, que atingiu menor score em relação ao esperado, ou seja, praticamente 1,81 ponto abaixo da média proposta. De acordo com Peloggia (2001), a baixa pontuação nesta característica evidencia a dificuldade do indivíduo em atuar com informações incompletas, o medo de enfrentar tarefas que julga serem complicadas e desafiadoras, as quais desafiam os limites de sua capacidade. Essa característica é relevante para a construção de um perfil empreendedor. Seguindo os pressupostos de Dornelas (2007), torna-se necessário, no tocante à Administração Pública, a presença de servidores com esse perfil; que sejam capazes de calcular riscos e que possam prever, antecipadamente, quais ações devem ser tomadas caso ocorram imprevistos.

“Tendência Criativa” ficou 1,44 pontos abaixo do esperado. Para Caird (2008), essa característica está relacionada à capacidade de dinamismo, versatilidade, curiosidade, imaginação e inovação, que leva à transformação de ideias viáveis em grandes realizações concretas. O resultado, muito abaixo da média esperada, revela que os técnico-administrativos do *Campus de Três Lagoas* apresentam resistência em lidar com a novidade e a mudança; preferem a rotina e temem novos desafios; são reticentes ao cultivo de novas ideias, fato que inibe a capacidade de buscar novos caminhos para melhoria no desempenho e obtenção de resultados mais eficientes e eficazes na prestação dos seus serviços à sociedade.

Quanto à “Necessidade de Autonomia/Independência”, o resultado foi inferior à média, praticamente 1,17 ponto a menos. Pantzier (1999) assevera que essa característica está relacionada à persistência e determinação, preferência por realizar atribuições pouco convencionais, gosto por tomar decisões sem a necessidade de receber ordens. Esse resultado, inferior ao esperado, demonstra que os técnico-administrativos preferem executar atividades convencionais, sendo sempre coordenados por outras pessoas que assumam as responsabilidades pelas decisões. Ao invés protagonizarem a própria história, visando maior êxito na carreira profissional, preferem permanecer em uma zona de conforto, recebendo/cumprindo ordens. A estabilidade que o serviço público garante e o modelo burocrático institucional corroboram para manter reduzida esta característica nos servidores.

Trazendo à baila os estudos de Peloggia (2001), a característica “Necessidade de Sucesso” chegou bem próxima à média esperada, abaixo apenas 0,89 ponto. Essa

proximidade da média revela que os técnico-administrativos possuem características como otimismo, orientação para tarefas e resultados, confiança em si, em seus conhecimentos e habilidades. Essa característica se reforça também, pela busca de aperfeiçoamento profissional, que é uma marca característica da equipe técnica do Campus de Três Lagoas, e pelo desejo de manterem-se atualizados. Com a aplicação do questionário, constatou-se o elevado percentual de servidores que possuem grau de escolaridade superior ao exigido pelo cargo. Embora perceba-se um vínculo primário entre o aperfeiçoamento profissional e os ganhos financeiros, esse fator contribui para melhoria no desempenho organizacional.

#### 4.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E A SOCIEDADE

Os resultados deste estudo poderão despertar, nas chefias e gestores da Instituição, um olhar diferenciado para a equipe administrativa, a partir do entendimento da sua contribuição para a melhoria no desempenho organizacional.

A pesquisa apresenta relevância para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Tais ganhos poderão ser percebidos a partir de tempos de espera reduzidos, agilidade no atendimento das demandas, redução do excesso de burocracia e maior qualidade nos serviços prestados. Esse *upgrade* poderá ser alcançado a partir da autoanálise dos servidores técnico-administrativos e da abertura dos chefes e gestores às sugestões do presente estudo. Na Tabela 07, são apresentadas algumas propostas de estímulo ao intraempreendedorismo:

**Tabela 05:** Propostas de estímulo a um ambiente intraempreendedor no CPTL/UFMS.

Diretrizes	Ação Prioritária	Meios de Implementação	Atores Envolvidos
- Desenvolvimento de um programa com ações que visem fomentar o surgimento e a manutenção do intraempreendedorismo no Campus de Três Lagoas.	- Fazer um diagnóstico da situação atual; - Definir as prioridades; - Elaborar e implementar plano de ação; - Realizar avaliações e <i>feedbacks</i> periódicos.	- Reuniões periódicas; - Definição de objetivos e metas para cada setor, em conjunto; - Maior abertura para a implementação das sugestões da equipe.	Diretor do CPTL; chefes de lotação; técnico-administrativos.
- Fomento de um ambiente de tolerância aos riscos e erros que poderão vir de inovações e ideias empreendedoras.	- Calcular os riscos das mudanças e fazer o devido acompanhamento para evitar problemas que desestimulem novas tentativas de inovação.	- Mapeamento de riscos - Elaboração de matriz de riscos (impacto x probabilidade). - Tratamento dos riscos identificados (eliminação, mitigação ou aceitação).	- Diretor do CPTL; chefes de lotação; técnico-administrativos.

<ul style="list-style-type: none"> <li>-Flexibilidade para mudanças provocadas pelas inovações e para a implantação do sistema de gestão da inovação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar espaço para que os técnicos participem, efetivamente, das decisões que afetam diretamente seu ambiente de trabalho, a fim de que tenham maior autonomia para mudanças e inovações, e possam agir de maneira proativa no dia-a-dia, com dinamismo e flexibilidade, sem comprometerem, no entanto, as normas e regras institucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões setoriais;</li> <li>- Mural de Sugestões;</li> <li>-Mapeamento dos processos atuais;</li> <li>-Reformulação e melhorias de processos para agilidade e qualidade no atendimento das demandas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretor do CPTL; chefes de lotação; técnico-administrativos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estímulo à cultura do aprendizado na Instituição para a evolução constante; à busca de novos conhecimentos e técnicas para melhoria no desempenho organizacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Incentivar e promover a qualificação dos técnico-administrativos;</li> <li>- Oferecer oportunidades igualitárias de treinamento e capacitação para os servidores da Capital e dos <i>Campi</i> do interior da UFMS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Videoconferência, recursos tecnológicos;</li> <li>- Prover meios (diárias e passagens) para que os técnicos dos <i>Campi</i> do interior possam participar dos treinamentos realizados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e outros que sejam pertinentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pró-Reitor de Gestão de Pessoas; Pró-Reitor de Planejamento; Diretor do CPTL; chefes de lotação; técnico-administrativos.</li> </ul>

Fonte: Elaborada pelos autores, 2015.

Dessa forma, almeja-se que os dados contidos na presente pesquisa contribuam para que seja entendida a relevância de incentivar/promover a qualificação destes servidores, valorizar as atividades que desempenham, criar espaço para que participem, efetivamente, das decisões que afetam seu ambiente de trabalho. Assim, terão mais autonomia para mudanças e inovações, sendo estimulados a agir de maneira proativa no dia-a-dia, com dinamismo e flexibilidade; sem, no entanto, comprometerem as normas e regras institucionais.

O estudo trouxe também benefícios relacionados à percepção de falhas que precisam ser corrigidas pela própria equipe, sobretudo no que se refere à agilidade na execução de tarefas e processos. Promoveu, também, o autoconhecimento dos servidores participantes, que em sua maioria, ainda não haviam participado de pesquisa semelhante.

Portanto, em tempos de predomínio da Administração Pública Gerencial, os resultados dessa pesquisa poderão nortear outras Instituições Públicas que também almejam estimular o intraempreendedorismo em seu ambiente organizacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, constata-se que há um considerável caminho a ser percorrido pelo Campus de Três Lagoas/UFMS para a criação e o fomento do intraempreendedorismo em seu ambiente organizacional. O excesso de burocracia e

formalismo impedem o surgimento de práticas inovadoras, barram a proatividade e a promoção de melhorias no desempenho organizacional.

Embora apresente potencial para promoção de inovações e melhorias, com uma equipe administrativa relativamente jovem (entre 18 e 40 anos); bem qualificada (com significativo número de especialistas e mestres) os servidores ainda se encontram limitados pelo modelo arcaico de Administração Pública, o qual permanece camuflado atrás da aparente modernização tão referenciada pela Reforma Gerencial.

Um fato que pode confirmar o apego à estabilidade e ao status quo é a superação da média em apenas uma das cinco características comumente encontradas em indivíduos com perfil empreendedor: “Impulso/Determinação”. Esse dado revela que os servidores participantes da pesquisa não possuem características empreendedoras natas e que a Instituição também não corrobora com o desenvolvimento destas características, as quais promovem a melhoria do desempenho de qualquer Organização Pública ou Privada.

Ao final do estudo, como forma de contribuição social, foram sugeridas propostas de estímulo à criação e manutenção de um ambiente intraempreendedor que poderão ser adotadas, também, por outras Instituições Públicas que almejam, efetivamente, fomentar a inovação e a melhoria do seu desempenho organizacional.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de Reformas. *Revista de Administração Pública*: Rio de Janeiro. Edição Especial Comemorativa 1967-2007. p. 67-86.
- Brasil. Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2000). *Gestão Pública Empreendedora*. Brasília, 2000. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/pl000027.pdf>.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1998). *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial D*
- BRESSER-PEREIRA, L. C., & Spink, P. K. (2005). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CAIRD, S. (1988, agosto). *A review of measuring enterprise attributes. General measure of enterprising tendency*. In Worldwide Interest in GET, 2008. Recuperado de <http://www.get2test.net/index.html#home>.
- CAIRD, S. (1990). Enterprise competencies: an agenda for research. *Journal of European Industrial Training*, 14, n.7, p. 3–8.
- CAIRD, S. (1991). Testing enterprising tendency of occupational groups. *British Journal of Management*, v. 2, p. 177-186.
- DIEHL, A. A. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.
- DORNELAS, J. C. A. (2004, abril-junho). *Empreendedorismo Corporativo: Conceitos e Aplicações*. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 81-90.
- DORNELAS, J. C. A. (2007). *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- DORNELAS, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- FERREIRA, R. C., & ARANHA, E. A. (2008). *Análise do perfil empreendedor de graduados em Engenharia de Produção Mecânica*. Universidade Federal de Itajubá. MG: UNIFEII.
- FONTOURA, D. S. (2010). *Mercado de trabalho no setor público: um olhar sobre uma unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil* (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2017). *Empreendedorismo no Brasil: 2016*. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco. Curitiba: IBQP.
- HASHIMOTO, M. (2013). *Espírito Empreendedor nas Organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo*. 3 ed. São Paulo: Saraiva.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (1991). *Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

LEITE, L. Q. (2013, 21 a 23 de maio). *A Trajetória da Reforma do Estado no Brasil: a Caminho de uma Administração Pública Gerencial?* I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos-SP.

LEZANA, Á. G. R., & TONELLI, A. (1998). *O comportamento do empreendedor*. In.: MORI, F. *Empreender: Identificando, avaliando e planejando um novo negócio*. ENE: UFSC.

LIRA, H. L., LIRA, W. S., & MORAIS, C. R. S. (2005). *Empreendedorismo e Engenharia*. Qualit@S - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280, Volume 4, n. 2.

MALAFIA, G.C., AZEVEDO, D. B., & BARCELOS, J. T. (2011). Empreendedorismo e Mecanismos de Coordenação na Pecuária. *Brazilian Journal of Animal Science*, v. 40, p. 195-203, 2011.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, F.B., SANT'ANA, A.S., & VAZ, S.L (2010). *Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a09v44n6.pdf>.

OSBORNE, D., & GAEBLER, T. (1994). *Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasilia, D.F.: MH Comunicação.

PANTZIER, R. D (1999). *Empreendedorismo e Formação de Administradores: uma análise do curso de administração da Universidade Regional de Blumenau* (Dissertação de Mestrado). Blumenau CCSA: FURB.

PELOGGIA, L. R. (2001). *Perfil empreendedor do engenheiro na produção industrial: O caso de duas empresas aeronáuticas no Brasil* (Monografia apresentada ao Curso de MBA em Gerência de Produção e Tecnologia). Universidade de Taubaté: São Paulo.

PINCHOT, G. (1985). *Intrapreneuring: Por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor*. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Harbra.

PINCHOT, G. (1989). *Intrapreneuring. Por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor*. São Paulo: Harbra.

SILVA, C. O.P. (1999). *A Reforma Administrativa e a Emenda nº 19/98: Uma Análise Panorâmica*. Revista Jurídica Virtual. Brasília, vol. 1, n. 1, maio 1999. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_01/Reforma%20Administrativa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_01/Reforma%20Administrativa.htm).

SILVA, S. A. (2013). *Mudanças de Cenário e Impactos na Cultura Organizacional em uma Instituição de Ensino Superior*. (Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

URIARTE, L. R. (1999). *Tendência empreendedora das profissões*. Anais. I Encontro Nacional de Empreendedorismo. ENE. UFSC.

VEDOIN, A. M. R. (2010). *Tendência Empreendedora: Perfil dos Alunos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria*. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

VERGARA, S. C. (2007). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em administração*. 9. ed. São Paulo: Atlas.

# CAPÍTULO 05

## UMA VISÃO SOBRE OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE MACAPÁ – AP.

### Ana Paula Cascaes Rodrigues

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá

Instituição: Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades - Governo do Estado do Amapá

Endereço: Av. Ernestino Borges, 952 - Jesus de Nazaré – AP/Brasil

E-mail: ap.cascaes17@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo discorre sobre os agentes sociais que influem e modelam o espaço urbano; os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Com estas análises sobre cada agente ficarão evidentes todo o conjunto de consequências que permeiam as relações entre eles, pois são justamente essas relações os fatores determinantes na organização espacial e na estruturação das cidades. Também serão explicitadas algumas das consequências das ações destes agentes, que acabam por gerar problemáticas urbanas, como a multiplicação de centralidades, especulação imobiliária, favelização e segregação socioespacial. Ao fim deste trabalho, será demonstrado em um caso específico, a cidade de Macapá- AP, a forma que tais agentes se manifestam e influem na expansão e dinâmica de uma cidade da região norte do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço Urbano, Agentes Sociais, Problemáticas Urbanas, Macapá-AP.

**ABSTRACT:** This article discusses the social agents that influence and shape the urban space; owners of the means of production, landowners, property developers, the state and excluded social groups. With these analyzes on each agent, the whole set of consequences that permeate the relationships between them will become evident, as these relationships are the determining factors in the spatial organization and structuring of cities. Some of the consequences of the actions of these agents will also be explained, which end up generating urban problems, such as the multiplication of centralities, real estate speculation, slums and socio-spatial segregation. At the end of this work, the city of Macapá-AP will be demonstrated in a specific case, the way that these agents manifest themselves and influence the expansion and dynamics of a city in the northern region of Brazil.

**KEYWORDS:** Urban Space, Social Agents, Urban Issues, Macapá-AP.

## 1. INTRODUÇÃO

Os agentes sociais que influem e modelam o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995). Ao analisá-los percebe-se a dinâmica da relação entre eles e seus reflexos na cidade, relações estas que determinam a organização espacial e a estruturação do espaço urbano. Os agentes, devido a seu caráter transformador da paisagem urbana, produzem geralmente modificações drásticas, que comumente, pela falta de planejamento, levam a sérias problemáticas no cenário urbano como, por exemplo, a multiplicação de centralidades urbanas que aumentam as fronteiras entre os habitantes das cidades, que se veem num contexto de desigualdades pronunciadas, acentuando-se ainda mais do ponto de vista espacial através da especulação imobiliária, que por sua vez leva ao processo de favelização, e ambas levam à segregação socioespacial.

Para que as funções e efeitos dos agentes sociais sobre a produção e transformações no espaço urbano sejam compreendidos em sua plenitude, é necessária a elucidação do conceito de espaço urbano. “Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” (CORRÊA, 1995, p. 9)

Sendo assim, podemos interpretar o espaço urbano como um conjunto de espaços menores de usos distintos que se relacionam entre si como, por exemplo, centros comerciais, áreas industriais, residenciais, de importância histórica, enfim, todas as paisagens que permeiam as relações socioeconômicas de uma cidade, relações estas determinadas pelos agentes sociais, os responsáveis pela conformação espacial e maneira de como a cidade irá se expandir e crescer. Portanto, o espaço é produzido, definido e transformado pelo reflexo das relações que envolvem os agentes sociais.

Estes agentes sociais que tem o grande poder de produzir espaços são: os proprietários dos meios de produção, os que mais buscam novos espaços para se expandir os proprietários fundiários, aqueles que valorizam suas posses de terra e procuram extrair o máximo delas, os promotores imobiliários, que muitas vezes tornam-se proprietários fundiários, pois seus investimentos se fundamentam em comercialização de terras, o Estado, agente que deveria ter a ultima palavra nas transformações urbanas e garantir o cumprimento do princípio da coletividade, mas acaba sendo facilmente persuadido pelos três primeiros, e finalmente os grupos

sociais excluídos, estes que provocam as mudanças mais drásticas na paisagem, justamente pela falta de amparo do poder público em remanejá-los para ambientes mais adequados e com melhor infraestrutura.

Pode-se afirmar que os três primeiros agentes representam as vontades da iniciativa privada, ou seja, são estes os agentes que mais interferem no cenário urbano, pois a única barreira que têm que transpor é a do Estado, o que não se constitui como uma barreira de fato, já que ele facilmente prioriza os investimentos dos maiores detentores de poder aquisitivo serve aos interesses da iniciativa privada, em detrimento do clamor dos grupos sociais excluídos, que completamente ignorados e negligenciados procuram espaços, muitas vezes inadequados do ponto de vista ambiental, para habitar iniciando por conta própria a urbanização de suas áreas, já que dificilmente o Estado cumpre o seu papel de fornecer a estrutura mínima necessária para a habitação da população mais pobre.

Essa desigualdade na conformação espacial da cidade é reflexo de um tipo de hierarquização onde no topo se encontram as necessidades dos agentes da iniciativa privada, no meio o Estado, manipulado pelo primeiro, e na base os grupos sociais excluídos, os mais atingidos. Neste ponto, a cidade, ambiente que deveria se construir sobre o pilar da coletividade e homogeneidade, torna-se um ambiente de desigualdades notáveis, cujo princípio básico parece ser a segregação, problemática séria que fere a vitalidade das cidades, que ao invés de constituírem um espaço único de ampla convivência, na verdade são espaços fragmentados, como pequenas ilhas, independentes solitárias e que dificilmente estabelecem relações entre si.

Após extensa pesquisa bibliográfica, enfatizando Corrêa (1995), analisou- se o contexto urbano da cidade de Macapá-AP, referente à sua expansão, características e peculiaridades, para que se possa apreender como estes agentes produtores do espaço agem na dinâmica urbana de uma capital da região norte do Brasil.

## **2. DOS AGENTES DO ESPAÇO URBANO**

### **2.1 OS PROPRIETÁRIOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO**

Segundo Corrêa (1995), os proprietários dos meios de produção são os donos de empresas, fábricas, lojas, etc., ou qualquer outro meio e/ou objetos de trabalho. É o agente que mais consome espaço devido às suas atividades fabris. Comumente este agente atua implantando grandes centros industriais que atraem investimentos e infraestruturas, o que por sua vez influí no funcionamento dos demais espaços

urbanos, podendo acarretar benefícios ou prejuízos ao contexto socioeconômico das cidades.

Um grande exemplo das “metamorfoses do espaço” (SANTOS, 2008) operadas pelos grandes industriais e comerciários é o caso da implantação de grandes investimentos comerciais como os shoppings center que se tornam também agentes modeladores do espaço, pois atribuem valor ao entorno dos espaços onde são implantados. Num instante, uma área antes considerada inóspita, até abandonada, com a inauguração de um shopping torna-se o foco da cidade, um espaço cobiçado, privilegiado. E é nesse interim que se iniciam as problemáticas como a especulação imobiliária e a segregação socioespacial.

Com a inserção de um investimento comercial de grande porte, os terrenos ao redor começam a valorizar, e o que inicialmente era um espaço que podia ser vendido a baixo preço, subitamente sobe para um valor exorbitante tornando-se inacessíveis para as parcelas de menor poder aquisitivo da população. Os investimentos levam a novas infraestruturas, centralidades, atraem a elite consumidora e repelem os desfavorecidos, que se veem obrigados a ocupar áreas ainda mais distantes e muitas vezes totalmente inadequadas do ponto de vista ambiental, com terrenos acidentados e de difícil acesso, sem qualquer suporte do poder público, que é o caso das favelas, que praticamente se urbanizam sozinhas.

Outro exemplo prático é o Garden shopping, na cidade de Macapá, empreendimento que impulsionou outros investimentos em um espaço antes considerado de pouco apelo imobiliário, que servia apenas como paisagem complementar aos passageiros que transitam diariamente entre Macapá e o município de Santana. A área antes pouco cotada para novas infraestruturas, hoje conta com distintos usos de solo em suas imediações, tais como: anexos de órgãos institucionais, loteamentos e condomínios fechados e um espaço de comercialização de vendas no atacado.

## 2.2 OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS

São grandes proprietários de terras - latifundiários - que possuem a maior parte das propriedades rurais. Os proprietários fundiários buscam o uso mais remunerador possível para suas terras, especialmente uso comercial ou residencial de STATUS. Estes estão interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso (CORRÊA, 1995).

Como para estes agentes a troca importa mais do que o uso da terra, eles

mostram-se muito interessados na expansão urbana, pois isto resulta na conversão de áreas rurais para áreas urbanas e esta ação torna suas terras mais valorizadas com a chegada de infraestrutura pública, no entanto, é importante frisar que tal ação só é executada quando é possível vislumbrar a rentabilidade desta troca sendo superior aos resultados da produção agrícola.

Corrêa (1995) também afirma que a transição de terras rurais para urbanas depende de uma série complexa de fatores como o aparecimento de novas camadas sociais advindas de fluxos migratórios, a ação do Estado, por meio de suas políticas e as características morfológicas da área em questão, que podem valorizá-la ou desvalorizá-la diante o mercado imobiliário.

Diante da situação anteriormente citada, os proprietários fundiários podem acabar tornando- se promotores imobiliários, vendendo, loteando e construindo edificações (CORRÊA, 1995), pois se considerarmos o fator características morfológicas e nível de investimentos do Estado nas áreas ou em seus entornos, criam-se dois novos contextos, as áreas privilegiadas por condições ecológicas favoráveis ao uso e contemplação, que viram lugar de investimentos de alto padrão, e as áreas que carecem destes privilégios, recebem loteamentos populares. No primeiro contexto os proprietários de terras convertem-se em promotores imobiliários por atrair a parcela da população de maior poder aquisitivo, no segundo, apenas dividem suas terras e iniciam a venda dos lotes, cabendo aos próprios compradores a construção da habitação ou ao Estado, restando a este último ainda a questão da infraestrutura mínima.

### 2.3 OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS

De acordo com Corrêa (1995), o espaço urbano é fragmentado, pois possui diferentes tipos de uso como áreas comerciais, industriais, residenciais ou de expansão urbana. No entanto, essas diversas áreas encontram-se ligadas através dos fluxos, ou seja, pela circulação de pessoas, mercadorias, investimentos ou decisões, no qual o setor imobiliário é responsável por ações determinantes que resultam na mudança da paisagem do espaço urbano. Esta paisagem se delineia de acordo com as transformações das cidades, ou seja, o crescimento de locais públicos e privados como condomínios residências, praças e prédios, assim como áreas de periferia e áreas de ressaca.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ressaca, de acordo com Néri (2004), é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que

O setor imobiliário define ações como a comercialização, financiamento de terrenos. Nesse sentido esse setor organiza o espaço de forma hierárquica, onde existem áreas mais valorizadas e áreas menos valorizadas, gerando uma segregação social. Estas forças/tipos de capital que ocupam a cidade e o campo estão constantemente em lutas, desenvolvendo a especulação sobre o uso do solo e seu valor de troca (SANTOS 1988).

Na citação de Santos percebe-se que o processo de produção do espaço urbano, delineado pelos promotores imobiliários, colocam à venda os loteamentos, os quais normalmente possuem pouca ou nenhuma infraestrutura para a classe mais baixa. Dessa forma os promotores reorganizam o espaço geográfico produzindo loteamentos para a classe alta, que possui maior renda, incorporando- os nas melhores áreas da cidade, onde possuem maior infraestrutura, saneamento e beleza construindo edifícios com arquitetura que atrai o público destinado. Nota-se que a construção para as pessoas de classe baixa dar-se quando é rentável para o capital imobiliário ou quando é subsidiada pelo estado. Observa-se que antes de um loteamento começar a ser construído, aquele local era bem abandonado, após a construção do mesmo ocorre à instalação de mercados, centros e as ruas passam a ser asfaltadas e saneadas. Modificando assim a paisagem da cidade.

Diante disto, destaca-se o promotor imobiliário como agente principal do espaço, pois é quem especula, negocia as ações, ou seja, valoriza e desvaloriza áreas. São agentes produtores do espaço que monopolizam a especulação no mercado imobiliário, num processo no qual a terra se torna o bem de maior valor como mercadoria concebe um papel tipicamente capitalista. Para Harvey “o solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias” (HARVEY, 1980, p.135) onde a terra se transforma em mercadoria no momento em que passa a ser explorada com a finalidade de atender ao capital.

#### 2.4 O ESTADO

A atuação do Estado na produção do espaço urbano está relacionada às leis e normas criadas para organizar a cidade, ainda que nem sempre se cumpram. São, porém, fundamentais para o ordenamento do espaço, em que o Estado possui o

---

se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando- se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas (PORTILHO, 2010). Segundo a legislação estadual estas áreas são áreas de preservação permanente (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ, 1991).

direito de intervir em qualquer atividade irregular por ser o detentor do poder de regularização do modo de uso, apropriação e desapropriação do solo.

Dentro desse contexto o estado possui diversas políticas de controle de ocupação, que contribuem significativamente na produção do espaço. Isso pode ser percebido nas taxas de ocupação que são cobradas, nas normas que limitam as áreas ocupadas pelos imóveis e o seu gabarito, assim como a regulação do preço das terras, entre outros.

Por outro lado, dentro do espaço urbano existem outros agentes sociais detentores de poder que estão visando apenas o seu próprio lucro e acabam entrando em conflito com o estado com o objetivo de domínio do solo, aliando-se a estratégias políticas na tentativa de convencer o Estado, proprietário das terras, a ceder espaço para uma determinada forma de uso.

O Estado é um dos agentes que mais influenciam na produção do espaço, pois tem o poder de decisão, regularizando e controlando as formas de uso e ocupação do solo, também é o que investe em infraestrutura adequada, sendo que esta acaba valorizando as terras por oferecerem melhores condições de ocupação, e assim atraindo diversos investimentos. Geralmente esses benefícios estão nas áreas centrais das cidades, e isso vem acompanhado por diversos problemas sociais.

Apesar de o Estado ter o poder de controlar as práticas ilegais de ocupação, suas políticas não favorecem a todos, ou seja, nem todos tem acesso aos benefícios. As normas e políticas de regularização do solo acabam intensificando a desigualdade social e segregação espacial, pois vem favorecendo as classes de maior poder aquisitivo. Assim, os marcos legais que cabem ao Estado, acabam por favorecer alguns agentes mais do que outros.

Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORRÊA, 1995, p. 12).

Desta forma, agentes como os grupos sociais excluídos ficam relegados ao segundo plano, e como o estado não assume a função imparcial que deveria, e acaba por trabalhar mais pelos interesses dos agentes dominantes, o que muitas vezes o autorga a ele a responsabilidade de conter as inquietações dos grupos sociais excluídos por meio dos mecanismos que ele dispõe.

Fernandes (2001) exemplifica quais os verdadeiros interesses das políticas habitacionais promovidas pelo Estado: “A política habitacional demonstra que as

políticas setoriais têm servido mais aos interesses do capital imobiliário privado e formação de redutos eleitorais ao atendimento das necessidades de moradia".

## 2.5 OS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS

O cenário urbano evidencia muitas disparidades em relação aos bens e serviços disponibilizados a sociedade, pois, por vezes, em meio ao processo de urbanização e na ação dos agentes dominantes, nota-se com clareza uma tendência de separatividade. Classes de menor poder aquisitivo são diretamente prejudicadas, relegadas a condições insalubres, baixo nível de escolaridade e desemprego.

A produção do espaço urbano pelos agentes sociais já faz parte da realidade das cidades e se nota através das ocupações irregulares. O processo de ocupação das terras foi feito de forma desordenada e cresce ainda mais, por conta da necessidade de moradia deste grupo.

É dentro desse contexto que estão o surgimento de áreas de ressaca, cortiços e favelas, que são áreas ocupadas de formas irregulares, muitas vezes em condições precárias, sendo estas algumas das alternativas de refúgio para a classe de baixa renda, geralmente em áreas próximas do centro das cidades. Esse processo de ocupação de terras públicas e até mesmo privadas é que torna os agentes excluídos verdadeiros produtores e modeladores do espaço, começando pelo seu próprio habitat (CORRÊA, 1995).

Figura 01 – Área de ressaca na cidade de Macapá-Ap.



Fonte: disponível em: <https://selesnafes.com/2018/06/justica-determina-desocupacao-de-entorno-do-igarape-do-jandia/>. Acesso em 19/08/2019.

A atuação desses agentes excluídos cria uma nova dinâmica no cenário urbano e muda a paisagem das cidades a partir do momento que ocupam novas áreas sem

nenhum planejamento, sendo assim, estes grupos sociais muitas vezes agem por conta própria criando pouco a pouco meios de sobrevivirem mesmo sem o auxílio do Estado, criando infraestrutura mínima (ligações clandestinas de água e luz) para suas moradias e gerando meios de adquirir renda com atividades comerciais informais.

Mas o Estado também busca agir neste contexto, seja por motivações advindas de pressão popular ou pretenções eleitoreiras, ele muitas vezes, no intuito de uma resposta rápida, colabora com o processo de ocupações irregulares ao levar estruturas básicas como fornecimento de água e energia elétrica criando mais condições de moradia e também atraindo mais habitantes para essas áreas. Esse processo acaba se consolidando, formando comunidades e até mesmo originando novos bairros.

Outra resposta do Estado que também pode ser percebida é criação de conjuntos habitacionais, uma alternativa que consiste na realocação dos moradores de áreas precárias para outros espaços mais estruturados. Esta atitude que diferentemente da anterior necessita de mais tempo para ser executada, consiste no reordenando da cidade, levando até a população de baixa renda melhores condições de moradia e saneamento básico, entretanto, muitas vezes esses conjuntos são construídos em áreas distantes, carentes de boa infraestrutura do entorno e equipamentos urbanos adequados, o que acaba ocasionando a segregação socioespacial e acentuando a desigualdade entre as classes sociais.

Figura 02 – Conjunto habitacional Macapaba em Macapá-AP.

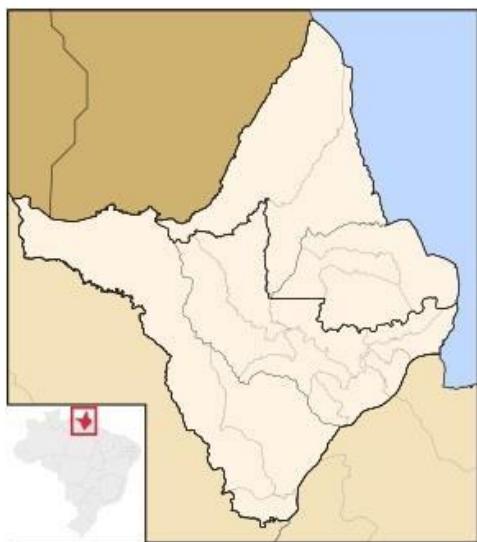


Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1590841>. Acesso em 19/08/2019.

### 3. AÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES NO CASO DA CIDADE DE MACAPÁ-AP

A cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, na região Norte do Brasil, é a única capital brasileira cortada pela linha do Equador e está situada à margem esquerda do Rio Amazonas.

Figura 03 – Mapa do Estado do Amapá.



Fonte: adaptado de IBGE (2008)

A história desta cidade remonta ao ano de 1738, a um pequeno destacamento militar enviado para proteger e povoar este território de posição estratégica muito relevante para a Coroa Portuguesa. Em 1758 o pequeno povoado que surgira deu lugar a Vila de São José de Macapá, que, posteriormente, com a construção da Fortaleza de São José de Macapá evoluiu gradativamente (IBGE- MACAPÁ, 2016).

Macapá é uma cidade que cresceu, inicialmente, a partir de sua orla fluvial, que foi ocupada em torno da Fortaleza de São José de Macapá. A cidade que nasce a partir da fortificação de São José de Macapá, em 1856, tem o objetivo de servir como defesa do território para a colônia portuguesa (FERREIRA; AMORIM; SANTOS, 2016, p. 161).

Por volta de 1940, o crescimento populacional de Macapá se intensificou de forma significativa, devido a alguns fatores como a elevação da condição de Território Federal do Amapá, sendo desmembrado do Estado do Pará, e a chegada de grandes projetos e investimentos no setor da indústria, como a Indústria de Mineração e Comércio – ICOMI LTDA (chegada dos agentes “proprietários dos meios de produção”). Esta década tem relevância para a história desta cidade, pois até então nunca havia ocorrido um crescimento populacional tão expressivo.

Na década de 40, observa-se uma influência de fatores raciais com relação a

cada grupo social que ocupava a cidade de Macapá, conforme este fator observa- se uma tendência de que a parte da população que consistia em pessoas brancas ocupava a área central da cidade, enquanto que as outras variações raciais como negros e mestiços ocupavam as áreas mais afastadas do centro, porém, ações do governo da época, começaram a ser implantadas para redefinir a organização da cidade e da sociedade macapaense, sendo assim, infere-se deste momento histórico que o agente de maior dominância na época era o poder público (PORTILHO, 2010).

É com o intuito de criar um novo padrão de cidade, que o governo do Território Federal do Amapá passa a promover remanejamentos e implementar a política de modernização da cidade de Macapá, uma nova cidade, uma nova forma de se organizar, pensar e agir influenciando os padrões sócio-culturais locais (PORTILHO, 2010, p.8).

Assim, a cidade de Macapá cresce de forma expressiva e vê a construção de seus primeiros prédios públicos, conjuntos habitacionais e escolas, além de ter sua economia alavancada pela chegada de grandes empreendimentos como a ICOMI LTDA e passou a ser vista como uma cidade de oportunidades em virtude da geração de empregos que estes empreendimentos provocavam.

Antes de continuar a cronologia da história da cidade de Macapá, cabe destacar, para o melhor entendimento do processo de crescimento desta cidade, algumas peculiaridades geográficas.

Macapá está inserida quase que em sua totalidade na bacia hidrográfica do Rio Jari e sua hidrografia é diversificada composta por rios, igarapés, lagoas e áreas de ressaca (reservatórios naturais de água que auxiliam na drenagem das águas da chuva garantindo o equilíbrio do ecossistema), desta forma, infere-se que a porcentagem de áreas de terra firme é limitada o que influencia diretamente o crescimento e dinâmica da cidade.

A cidade possui uma rede hidrográfica peculiar, com a presença de áreas de ressaca, lagos, igarapés, drenagens e canais que se meandram no espaço urbano. No entanto, essa rede hidrográfica sofre com ocupações espontâneas, poluição e aterramentos que acabam por diminuir sua capacidade de drenagem e a amenidade física proporcionada como corredores de vento (FERREIRA; AMORIM; SANTOS; 2016, p. 161).

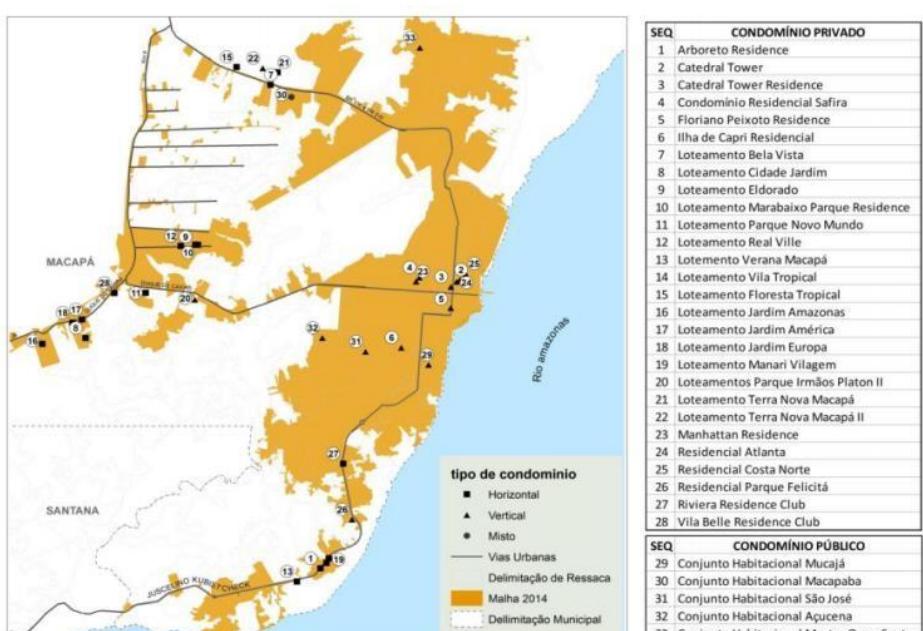
Outro período de muita relevância para a compreensão do crescimento e dinâmica da cidade é a década de 1980, quando o Amapá foi elevado a condição de unidade federativa do Brasil. A expansão da cidade foi se intensificando ainda mais,

crescendo em direção aos eixos norte, oeste e sul, sendo estes dois últimos eixos uma situação mais particular, pois nele verificaram-se o inicio do processo de conurbação com o segundo maior município do Estado, Santana.

Em 1980 ainda havia expressiva influência dos fluxos migratórios na dinâmica da cidade e com ausência de políticas eficazes de ordenamento, as ocupações irregulares foram se intensificando e os grupos sociais excluídos começaram a construir suas moradias nas áreas de ressaca. Esta é uma das maiores problemáticas a serem resolvidas pelo poder público, atualmente, existem algumas iniciativas como a construção de conjuntos habitacionais em pontos periféricos da cidade.

Na década de 90 até os dias atuais, os agentes “promotores imobiliários” têm influido mais significativamente na expansão da cidade, abrangendo os 3 eixos de expansão anteriormente citados (norte, sul e oeste), através da grande proliferação de loteamentos e condomínios, que se iniciou pelo eixo sul, onde a construção de um novo Shopping Center consolidou uma nova centralidade urbana. Esta problemática configura-se como mais um desafio à construção de uma cidade mais eficiente, pois a especulação imobiliária intensa, o aumento do fluxo de veículos e consequentemente da poluição, a segregação socioespacial, entre outras consequências desta questão, exigem que o Estado assuma o seu papel como moderador entre os interesses públicos e privados e elabore políticas eficazes para que a cidade cresça de forma mais saudável e com o devido planejamento.

Figura 04 - Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2016.



Fonte: SILVA (2018).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante perceber e interpretar o modo como se dão as relações entre os agentes sociais no espaço urbano e como elas se refletem espacialmente na construção das cidades para então se conceber planejamentos, políticas e projetos mais adequados e eficazes para o melhor desenvolvimento da cidade, pois ao observar tais agentes e suas influências entende-se a causa e disseminação de muitas problemáticas urbanas, que fragmentam ainda mais o espaço, criando fronteiras físicas e sociais.

As fronteiras físicas podem ter sido reduzidas no mundo amplamente globalizado atual, no entanto, as cidades se movimentam na direção contrária desse pensamento, se dividindo cada vez mais, criando fronteiras, abismos sociais absurdos em nome de uma falsa ideia de segurança, visando a lucratividade, a individualidade, o egoísmo assim distanciando-se do sentido de sociedade, de unidade, das cidades ideais, voltadas para o coletivo, com a conciliação entre as distintas realidades sociais, onde o mínimo de infraestrutura e boa qualidade de vida seja acessível a todos os habitantes, ações que fortalecem a cidade como um todo.

É certo que os investimentos da iniciativa privada são necessários e indissociáveis do contexto urbano, porque são vitais para o seu desenvolvimento e expansão, no entanto, o Estado que é tão omisso quanto às suas tomadas de decisão deveria colocar às suas responsabilidades para com o coletivo acima dos interesses individuais para que aja uma amenização quanto a questão do espaço urbano como campo de luta social, estas que só ocorrem em virtude dos constantes conflitos entre os interesses públicos e privados.

A segregação socioespacial é um dos reflexos mais prejudiciais das relações entre os agentes sociais produtores do espaço, pois interfere drasticamente na vitalidade urbana da cidade, que com as classes mais pobres, as mais populosas sendo repelidas para as áreas mais periféricas, os centros comerciais e espaços públicos próximos acabam se tornando desérticos, com aparência de desabitado, assim a cidade sofre, torna-se monótona, sem os fluxos que fazem dela tão ativa, tão viva.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995. FERREIRA, José; AMORIM, João; SANTOS, Romário. “A morfologia de uma cidade no meio do mundo: transformações urbanas e os novos desafios de Macapá-AP”. **Revista GeoAmazônia**. Belém: Editora da UFPA, Vol. 04, N. 07, pp. 155-168, 2016.

IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em 19/08/2019.

PORTILHO, Ivone. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP: Rio Claro, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>. Acesso em 22/07/2019.

NAFES, Seles. “Justiça determina desocupação de entorno no Igarapé do Jandiá”. Disponível em: <https://selesnafes.com/2018/06/justica-determina-desocupacao-de- entorno-do-igarape-do-jandia/>. Acesso em 19/08/2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora EdUsp, 1997.

SILVA, Eliane. **Novas estratégias de atuação do mercado imobiliário e produção do espaço urbano em Macapá-Amapá**. XIX Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB, 2018.

SOUZA, Leandro; MARQUES, Yara; ALVES, Diego. “Centralidades, o simbólico, o institucional e o econômico na região metropolitana de Belo Horizonte”. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius. N. 123.02, 2010.

SILVA, Eliane. “A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial”. **Ciência Geográfica**. Bauru: Saraiva. Vol. 21, N. 2, pp. 428-441, 2017. SKYSCRAPER CITY.COM. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1590841>. Acesso em 19/08/2019.

# CAPÍTULO 06

MAPAS CONCEITUAIS: COMO USO DA METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA PARA O ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO.

## **Emanuela Cristina Montoni da Silva**

Mestre em Modelagem Computacional em Educação pela Universidade Federal de Alagoas Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: Edifício Dr. Alberto Antunes, Rua da Harmônia, s/nº - Farol, Maceió – AL, Brasil  
E-mail: ec.montoni@gmail.com

## **Flaviana Nogueira de Lima**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Cesmac

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: Edifício Dr. Alberto Antunes, Rua da Harmônia, s/nº - Farol, Maceió – AL, Brasil  
E-mail: flavianandl@hotmail.com

## **Luiz Felipe Oliveira Luna de Farias**

Graduando em Sistema de Informação pelo Centro Universitário Cesmac Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: Edifício Dr. Alberto Antunes, Rua da Harmônia, s/nº - Farol, Maceió – AL, Brasil  
E-mail: luizfprofissional@gmail.com

## **Tacyana Cinthya Matos Batista**

Especialista em Sistema de Informação pelo Centro Universitário Cesmac

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: Edifício Dr. Alberto Antunes, Rua da Harmônia, s/nº - Farol, Maceió – AL, Brasil  
E-mail: tacyanabatista@gmail.com

## **Vinicius José Lopes Cursino**

Graduando em Sistema de Informação pelo Centro Universitário Cesmac Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: Edifício Dr. Alberto Antunes, Rua da Harmônia, s/nº - Farol, Maceió – AL, Brasil  
E-mail: viniciusjlc@hotmail.com

**RESUMO:** Esta pesquisa pretendeu aplicar uma nova metodologia de ensino com o estudo dos “mapas conceituais”, no qual esta ferramenta é capaz de organizar e mostrar o conhecimento de forma muito clara, além de demonstrar como as informações interagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino; Aprendizagem Significativa; Mapas Conceituais; Projeto Arquitetônico.

**ABSTRACT:** This research intended to apply a new teaching methodology with the study of "concept maps", in which this tool is able to organize and show knowledge very clearly, in addition to demonstrating how the information interacts.

**KEYWORDS:** Teaching; Meaningful Learning; Concept Maps; Architectural project.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretendeu aplicar uma nova metodologia de ensino com o estudo dos “mapas conceituais”, no qual esta ferramenta é capaz de organizar e mostrar o conhecimento de forma muito clara, além de demonstrar como as informações interagem.

A partir dos conceitos apresentados por David Ausubel em consonância com as ideias desenvolvidas por Novak os mapas conceituais têm a vantagem importante no meio acadêmico, pela sua propriedade de além de trazer os conhecimentos do aluno, também a forma como esse conhecimento se relaciona, sendo assim a forma ideal do aluno apresentar seu conhecimento, pois muitas vezes o assunto estudado pode ser interpretado de forma dispersada e desorganizada, e os mapas esclarecem as ligações e organização do conteúdo (AUSUBEL,2003).

Dependendo da maneira como a construção do mapa conceitual é realizada ela pode favorecer a relação professor-aluno, aluno-aluno e professor-turma, ao permitir que estes sujeitos compartilhem uma visão integrada e clara dos seus conhecimentos e das relações existentes entre estes conhecimentos (SILVA, 2012).

Embásado nesse estudo, os professores colocaram em prática os mapas conceituais para a representação de sua estrutura cognitiva, e posteriormente os utilizar no desenvolvimento da disciplina Projeto Arquitetônico. Esta disciplina é importante para os cursos de Arquitetura e Urbanismo de qualquer instituição de ensino, pois é a base do curso e inúmeras são as discussões sobre a melhor maneira de ensiná-la, sendo assim, o projeto em questão pretendeu analisar qualitativamente o desenvolvimento da metodologia utilizada no projeto atual, Método de Baker (método de avaliação para elaboração de projetos construtivos na arquitetura), comparando com a nova metodologia, utilizando os mapas conceituais.

Os processos de concepção de um Projeto Arquitetônico envolvem diversos conhecimentos, mas até que os alunos consigam atribuir significado a esses conhecimentos um longo caminho deve ser percorrido. Esta pesquisa pretendeu contribuir para a diminuição deste caminho, entre o momento em que o aluno é apresentado a um novo conhecimento e o momento em que o aluno atribui significado a este conhecimento.

Este projeto teve por finalidade agregar valor ao docente e discente, visto que facilitou o aprendizado do aluno. Também atingiu a toda a comunidade (estudantes e profissionais de arquitetura), pois a partir do momento que os professores de projeto

arquitetônico assumiram uma mesma linguagem de ensino, houve uma facilidade de compreensão do aluno por determinado conteúdo.

Neste contexto, escolhemos dentre as análises o mapa conceitual “padrão”, ou seja, aquele que o aluno possa ver as inúmeras possibilidades que ele tende a percorrer, e assim, o conceituamos como dinâmico, no qual faremos com que eles não apenas façam um mapa conceitual utilizando a elaboração projetual, mas que desenvolva um projeto arquitetônico desta maneira. Em síntese, da teoria para visibilidade prática.

Para que isso ocorra é necessário primeiramente o conhecimento de todos os itens presentes na metodologia, sendo estes: Programa de Necessidades; Referencial Arquitetônico; Análise Programática; Pesquisa Referencial; Localização; Análise do Entorno; Análise do Terreno; Legislação; Conceito; Referencial Simbólico; Tipologia; Partido Estudo da Volumetria; Geometria; Zoneamento; Pré-Dimensionamento; Organofluxograma; Materiais Construtivos; Desenvolvimento do Desenho Técnico.

Após toda pesquisa com alunos e professores, desenvolvimento de diversos mapas conceituais com o auxílio dos professores da disciplina de Projeto Arquitetônico e a definição de todas as etapas a serem trabalhadas, a pesquisa desencadeou como resultado a conscientização dos professores de procurarem formas mais dinâmicas de trabalhar com a elaboração projetual, e esta nova metodologia poderá ser utilizada por eles para explicações em salas de aula, pois também será utilizada uma linguagem simbólica, de forma que o aluno faça uma ligação entre a figura e o seu significado, trazendo assim um diferencial para o curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Cesmac e de outras Instituições, que sairá de uma metodologia projetual usual, para uma nova metodologia, utilizando os mapas conceituais e dando mais liberdade para os alunos raciocinarem qual caminho devem seguir e o preparando melhor para o mercado de trabalho.

A presente pesquisa demonstra que a Metodologia Projetal é essencial em todo o curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Cesmac, uma vez que a disciplina de Projeto Arquitetônico está presente no 2º ao 10º período.

É necessário destacar que o uso da nova metodologia de ensino e pesquisa utilizando os Mapas Conceituais será essencial para os professores utilizarem em suas explicações, para o melhor aprendizado do aluno e para o diferencial do curso perante outras instituições.

Os mapas conceituais no âmbito da arquitetura e a utilização dos métodos são um exemplo da melhor aplicabilidade de um sistematizador de informações, afinal, após uma explanação das informações, é possível desenvolver a relação das categorias do método de forma com que eles se complementem e percam uma possível dispersão, fazendo com que sejam menos confundidos e ainda aumentando seus sentidos individuais.

Concluindo assim, que neste sentido, é indiscutível a agregação da nova metodologia, entendendo ser de fundamental importância ao curso de Arquitetura e Urbanismo, pois, por sua flexibilidade, estará trazendo mais embasamento teórico ao curso e preparando o aluno para o mercado de trabalho, de modo que este esteja ciente das inúmeras possibilidades que poderá produzir através dos mapas conceituais. Esse aprendizado funciona de maneira que o conhecimento de cada aluno seja registrado desde o início ao fim do aprendizado.

## REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, MOREIRA & SALZANO, Aprendizagem Significativa: A Teoria de David Ausubel, 1968.
- AUSUBEL, D.P; Novak, J.D.; Hanesian. (1980). Psicologia Educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1986.
- AUSUBEL, D.P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.
- BELL, D. O Advento da Sociedade Pós-Industrial. São Paulo. Cultrix. 1974.
- CAVELLUCCI, L. C. B. Estilos de aprendizagem: em busca das diferenças individuais. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. Disponível em: [http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540\\_2003/lia/estilos\\_de\\_aprendizagem.pdf](http://www.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/lia/estilos_de_aprendizagem.pdf). Acessado em: 30 mar. 2018.
- Ching, F. D. K., Representação gráfica em arquitetura, 5a edição, Bookman, 2011.
- FARIA, de Wilson. Mapas Conceituais: aplicações ao ensino, currículo e avaliação. São Paulo: EPU - Temas Básicos de Educação e Ensino, 1985.
- Gerson, H. B. P., Aplicação de novas tecnologias no ensino e aplicação do desenho, Dissertação no Departamento de Construção Civil e Urbana, Universidade de São Paulo, 1995.
- GUEDES Sobrinho, Joaquim. Um projeto e seus caminhos. Tese de Livre Docência - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, julho de 1981.
- LACERDA, Rosália Procasko. A intervenção do professor nos mapas conceituais dos alunos. 2007. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/projetoamora/biblioteca/textos/texto\\_interven\\_o\\_mapas\\_conceituais\\_versao 1-1.doc/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/projetoamora/biblioteca/textos/texto_interven_o_mapas_conceituais_versao 1-1.doc/at_download/file)>. Acesso em 15 Nov.2017.
- LIMA, G. A. B. (2004). Mapa conceitual como ferramenta para organização do conhecimento em sistema de hipertextos e seus aspectos cognitivos. Perspectiva em Ciência da Informação, v. 9, n. 2, p. 134-145, jul./dez.
- MASINI, E. S.; MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos. São Paulo: Votor Editora, 2008

# CAPÍTULO 07

## GLOBALIZACIÓN Y GÉNERO. LAS MUJERES AFRODESCENDIENTES DE COSTA CHICA MEXICO. ALGUNAS EXPERIENCIAS CON LA VIOLENCIA.

**Hilda Beatriz Salmerón García**

Facultad de Filosofía y Letras

Instituição: Universidad Nacional Autónoma de México UNAM

E-mail: hilda.salmeron@gmail.com

Con el círculo ecuatorial  
ceñido a la cintura  
como a un pequeño mundo,  
la negra, la mujer nueva,  
avanza en su ligera  
bata de serpiente.  
Coronada de palmas  
como una diosa  
recién llegada,  
ella trae la palabra  
inédita el anca fuerte,  
la voz, el diente,  
la mañana y el salto.  
Chorro de sangre joven  
bajo un pedazo de piel fresca,  
y el pie incansable para  
la pista profunda del tambor.

MUJER NUEVA

Poemas de Nicolás Guillén

**RESUMEN:** A través de la globalización, que es la economía donde ganan pocos, empobrecen muchos se atraviesan desigualdades de género, etnia y clase, las cuales se hacen más profundas en los grupos minoritarios y originarios pues el estado de derecho se diluye ante la influencia del narcotráfico, emigración, analfabetismo y desempleo, así sucede con mujeres afro de la Costa Chica que es una extensión al Pacífico de los estados de Guerrero y de Oaxaca. En los cuerpos femeninos se ejerce la doble moral, por un lado el desprecio al ser negras y por otro toda la hipersexualidad que a sus cuerpos se les atribuye; muchas emigran al norte a prostituirse y regresan a sus comunidades las cuales no tienen los servicios básicos, y a ser juzgadas como malas mujeres. Eso sin contar la tradición de robarse a las mujeres, deshonrarlas y hacerlas meros objetos sin valor, por ello tienen que padecer violencia doméstica. Las leyes ayudan muy poco a su defensa y han sido manipuladas a partir de la Ley emanada de la ahora cd. de México.

**PALABRAS-CLAVE:** Feminismo, globalización, afromexicanas.

**RESUMO:** Através da globalização, que é a economia em que poucos ganham, muitos empobrecem muitas desigualdades de gênero, étnicas e de classe, que se aprofundam em grupos minoritários e indígenas, à medida que o Estado de Direito é

diluído sob a influência do narcotráfico. , emigração, analfabetismo e desemprego, é o caso das mulheres afro da Costa Chica, que é uma extensão ao Pacífico dos estados de Guerrero e Oaxaca. Nos corpos femininos, exercem-se padrões duplos, por um lado, o desprezo por serem negros e, por outro, toda a hipersexualidade atribuída a seus corpos; muitos migram para o norte para se prostituir e voltar para suas comunidades, que carecem de serviços básicos, e para serem julgados como mulheres ruins. Isso sem contar com a tradição de roubar as mulheres, desonrá-las e torná-las meros objetos inúteis; por esse motivo, elas sofrem violência doméstica. As leis pouco fazem para defendê-la e foram manipuladas com base na lei que emana do agora cd. do México.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo, globalização, afro-mexicana.

## 1. INTRODUCCIÓN

El sistema económico llamado globalización ha devastado no sólo los sistemas económicos, los estados y el planeta, sino la subjetividad, las poblaciones, el pensamiento como individuos, a las grandes firmas transnacionales, más preocupadas por las ganancias, ni siquiera les interesa causar catástrofes ecológicas, guerras, “limpiezas étnicas”, sino ganar más y más dinero, pues ello significa el control, el poder aún sobre los estados. Ellos, las transnacionales, deciden sobre políticas públicas, sobre gastos y se apropián de los recursos del mundo.

Con el gran avance de las tecnologías el sistema bancario y comercial se hace virtual, dando una ventaja más a las grandes compañías sobre de cualquier Estado y por supuesto de cualquier individuo, ya que tienen una capacidad grande para el manejo de la economía a nivel mundial. La tarea de este artículo es confrontar esta globalización a través de un enfoque de género, acercarnos al problema de las mujeres y de las jóvenes de Costa Chica, México, y la experiencia de la violencia. Para ello, intentaremos definir primero que es la globalización, qué es el género, la utilización del feminismo como categoría y aplicarlo a nuestras poblaciones afromexicanas, conocer sus repercusiones. Es interesante y urgente el tema pues a Latinoamérica fueron traídos millones de esclavos de África y sin embargo la gente se pregunta si en México o en el resto de Latinoamérica hay afros. Esto es un grave desconocimiento de la historia pero sobre todo de nuestras raíces que son mestizas: españolas, indígenas y afros. Por ello América Latina es un lugar lleno de riquezas, sabores, olores y paraísos, ultrajados<sup>9</sup>, quedados en la ruina debido a las políticas económicas que sumen en la pobreza a los más pobres y marginados: los afros y dentro de ellos, a las mujeres. Este trabajo intenta hacer visibles sus problemáticas, sin blanqueamiento y sin los ojos del colonizador, espero se logre el objetivo.

## 2. GLOBALIZACIÓN, MUNDIALIZACIÓN

Por cuestiones etimológicas hay autores que consideran más adecuado el término mundialización, de la palabra francesa mondialisation, en lugar de globalización, proveniente del anglicismo globalization.

Para Galeano, la globalización, es la seducción de un consumismo que arruinará económica y moralmente a la mayoría.

---

<sup>9</sup> Cfr. Eduardo Galeano. *Las venas abiertas de América Latina*.

Podría llamarse Asociación para el Exterminio del Planeta y sus Alrededores. Pero no: se llama Centro Mundial para el Medio Ambiente. Entre sus miembros figuran *British Petroleum, Occidental Petroleum, Exxon, Texaco, International Paper, Weyerhaeuser, Novartis, Monsanto, BASF, Dow Chemical y Royal Dutch Shell*. Todos estos amigos de la naturaleza y de la especie humana, que periódicamente se condecoran entre sí, anuncian que la empresa *Shell* recibirá la Medalla de Oro del Medio Ambiente correspondiente a 2001. Entre los muchos méritos de la empresa, cabe mencionar sus esfuerzos por arrasar el delta del Níger y por lograr que la dictadura de Nigeria enviara a la horca, en 1995, al escritor Ken Saro-Wiwa y a otra gente molesta que andaba protestando.<sup>10</sup>

Para el maestro Aguilar<sup>11</sup>, la globalización inicia con la crisis de 1995 y tiene su origen con la caída de la tasa de ganancia; el neoliberalismo es una política e ideología conservadora, que trae desigualdad mayor entre los países, y pérdida de soberanía, aumento de desempleo y expansión de la pobreza. Aguilar, se opone de manera radical a la globalización, está en contra de las políticas de la gran burguesía financiera e ideológica.

Para John Williamson, en 1989, se trata del Consenso de Washington, que incluye el programa de globalización: disciplina fiscal, reordenamiento de las prioridades del gasto público, reforma impositiva, liberalización de las tasas de interés, una tasa de cambio competitiva, liberalización del comercio internacional (*trade liberalization*), liberalización de la entrada de inversiones extranjeras directas, privatización<sup>12</sup>.

La Creación en 1995 de la Organización Mundial de Comercio OMC es uno de los momentos decisivos de la globalización. Por estar integrada por la mayoría de los países de la población mundial, regulan, entre otras cosas: propiedad intelectual, regulación de empresas y capitales, subsidios, tratados de libre comercio y de integración económica, régimen de servicios comerciales (especialmente educación y salud), etc.

De acuerdo con Dávalos López<sup>13</sup> los neoliberales se autodenominan modernos, se llaman a sí mismo liberales, clásicos y tienen varios ideólogos, como Fukuyama<sup>14</sup>, por su “fácil” manejo de un problema crucial como el hombre en la historia; pero también grandes ideólogos que fundamentan y defienden que no se gaste en políticas

---

<sup>10</sup> Eduardo Galeano. *Humor negro* [http://www.indiga.org/global/galeano\\_humornegro.php](http://www.indiga.org/global/galeano_humornegro.php)

<sup>11</sup> Cfr. Aguilar Monteverde, Alonso. *Capitalismo y globalización y capitalismo*.

<sup>12</sup> Citado en Aguilar Monteverde, opus cit

<sup>13</sup> Juan José, Dávalos López. *Seminario crisis del socialismo, crisis del capitalismo, y alternativas de modernidad en el siglo XXI* Universidad Obrera, primavera y verano (comunicación personal)

<sup>14</sup> Fukuyama. *El fin de la historia y el último hombre*.

[http://www.posgrado.unam.mx/publicaciones/ant\\_omnia/22/02.pdf](http://www.posgrado.unam.mx/publicaciones/ant_omnia/22/02.pdf)

públicas como: Milton Friedman, FA von Hayek, George Stigler, James M. Buchanan, Maurice Allais, Ronald Coase, Gary Becker, Vernon Smith, estos últimos todos, ganadores del premio nobel de Economía, Wilderberg que son la burguesía organizada y que constituyen la Mont Pelerin Society<sup>15</sup>.

De una manera novelada y accesible, Vivian Forrester<sup>16</sup> fue de las primeras escritoras serias y accesibles que hablaron sobre la globalización, sostiene que las sociedades contemporáneas están gobernadas por una extraña dictadura y por un nuevo totalitarismo. A diferencia de las tiranías tradicionales, se trata de una dictadura sin dictador, sin partido único de Estado, salvo algunas excepciones como China, Cuba, Irán, Arabia Saudita, Siria, Nepal y otros países.

El poder lo ejercen: Fondo Monetario, Banco Mundial y Organización Mundial de Comercio quienes determinan las principales políticas económicas y sociales y se trata de “un poder convertido en una potencia anónima, abstracta, inalcanzable, que determinará la política planetaria.”<sup>17</sup> Las matanzas, la explotación por Forrester narradas se realizan en los países del tercer mundo, que tienen como objetivo la maximización de la ganancia. Las grandes decisiones públicas y privadas se justifican por la búsqueda de la eficacia, la competitividad, las necesidades de racionalización y otro. Todas las grandes empresas, han disminuido su personal, aun cuando hayan aumentado su tasa de ganancia y vuelve al principio de su primer libro *El horror económico*, el trabajo tiende a desaparecer.

Los efectos psicosociales del desempleo prolongado son dramáticos: empobrecimiento, pérdida de autoestima, autoculpabilización, desesperanza que lleva a abandonar la búsqueda de empleo y el deterioro de las relaciones familiares, entre otros. Algo que es peor a la explotación es que ni hombres ni mujeres ya ni siquiera sirven para ser esclavos. La economía es cada vez más especulativa y menos basada en activos reales. Para la autora no se trata de crisis, sino de mutación violenta de nuestra civilización. Ianni<sup>18</sup>, sostiene que el mundo es una aldea global, donde somos modernos y tenemos experiencia vital, que es la experiencia del tiempo y el espacio, de uno mismo y de los demás, de las posibilidades y los peligros de vida. Ser modernos lo define como encontrarnos en un entorno que nos promete aventuras,

---

<sup>15</sup> <https://www.montpelerin.org/montpelerin/home.html> (visto el 30 de septiembre, 2013)

<sup>16</sup> Vivian, Forrester. *El horror económico*. FCE México, 1996 14 edic.

<sup>17</sup> Vivian Forrester. *Una extraña dictadura*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2000, p. 79

<sup>18</sup> Ianni, Octavio. *Teorías de la globalización*. S XXI, 1996, 1<sup>a</sup>. Edic.

poder, alegría, crecimiento, transformación de nosotros y el mundo. Y eso tiene el peligro de ser destruido.

En síntesis, la formación de la sociedad global reabre la problemática de la modernidad en sus implicaciones filosóficas, científicas y artísticas. En el ámbito de la globalización de las cosas, gentes e ideas, se modifican los marcos sociales, y mentales de referencia. Todo lo que es evidentemente local, nacional y regional se revela también global. Las relaciones, los procesos y las estructuras característicos de la globalización infunden nuevos significados en prácticamente todas las realidades preexistentes.

Naomi Klein, periodista y escritora canadiense, en el año 2000, publicó el libro No Logo<sup>19</sup>, el cual para muchos se ha convertido en un manifiesto de los Movimientos Anti-Globalización de las Corporaciones Privadas. En éste, ataca la Cultura de Consumo orientada por Segmentos y las operaciones de Grandes Corporaciones Empresariales. Hace graves acusaciones sobre lo que estas corporaciones hacen a los trabajadores, quienes son explotados sin ninguna ética, esto sucede en los países pobres del mundo, donde las grandes empresas sólo buscan grandes beneficios. Explica cómo Nike, empresa transnacional y de gran prestigio con tiendas enormes y elegantes y de ahí nos transporta a los talleres indonesios, donde el trabajo es la degradación de los trabajadores y la violación a los derechos humanos, entre muchas marcas y muchas fábricas que gobiernan el mundo. Por un lado resulta el glamour y fomentan la ideología del consumo y por otro, desbaratan poblaciones, países y por supuesto, individuos, sin el menor escrúpulo.

En su segundo libro, Klein identifica la "doctrina del shock", elaborada por Joseph Schumpeter (quien se destacó por sus investigaciones sobre el ciclo económico y por sus teorías sobre la importancia vital del empresario, subrayando su papel en la innovación que determinan el aumento y la disminución de la prosperidad), como las últimas etapas de la "creación destructiva". *La doctrina del shock* es la historia no oficial del libre mercado. Desde Chile hasta Rusia, desde Sudáfrica hasta Canadá la implantación del libre mercado responde a un programa de ingeniería social y económica que la autora identifica como "capitalismo del desastre", en donde, las pérdidas humanas, están planificadas pues a la larga, eso traerá desmesuradas ganancias.

---

<sup>19</sup>Klein, Naomi. *No Logo: El poder de las marcas*. México, Paidós 2002

Actualmente se encuentra trabajando sobre cuestiones medioambientales, en torno al cambio climático y a la empresa Monsanto, otra transnacional que atenta contra la vida del planeta y contra pueblos enteros a través de sus transgénicos.

En síntesis, la globalización es la herramienta más poderosa para realizar dinero, utilizando todas las tecnologías como transgénicos, modificación de ADN, para revertir por ejemplo el ritmo del crecimiento y el tamaño de los alimentos, para producir a menor costo y a mayor escala, sin importar el daño que cause a la tierra, a los animales (criados en granjas factorías con gran sufrimiento, obligándolos a comer hormonas para crecer y reproducirse rápidamente) y a los humanos. Otra estrategia que deja cuantiosas ganancias es la generación de guerras, como cuando Irak invade Kuwait, y después, la ONU, y los israelíes, entre otros<sup>20</sup>, cobra los daños que el invasor causó, los principales beneficiados fueron Israel y la ONU.". En el neoliberalismo y la globalización volvemos a observar que lo importante es proteger las ganancias como sucedió en México, cuando Enrique Peña Nieto exime a Televisa, a Coca Cola del pago de impuestos y cuando lo hacen, estos resultan irrisorios, dado que hablamos de grandes transnacionales que no les interesan los derechos humanos, el nivel de vida, la calidad, ni nada de todos los derechos que los clase medieros con algo de educación reclamamos.

Lo anterior lo han denunciado personalidades como Claudia Rosett<sup>21</sup>, quien se unió a *The Wall Street Journal* (1984), posteriormente, en 1992 se muda a la India y luego a Moscú. Regresa a Nueva York en 1997, formando parte del consejo editorial, escribe en *The Real Word*, para la publicación arriba mencionada.

La globalización a diferencia del capitalismo incipiente, tiene a su favor, el avance de la tecnología, como el espionaje a todos los ciudadanos mediante el Facebook, la explotación de las tierras y el desplazamiento de los grupos étnicos, las limpiezas étnicas o el terror como sucede con los Zetas, los Caballeros Templarios, en buena parte de México y los delitos quedan impunes.

El dinero, a través de la Banca Electrónica, también queda a disposición de las grandes empresas quienes aprovechando que en la mitad del mundo es de noche y en la otra de día, hacen uso de las cuentas bancarias. De hecho, son muchos los

---

<sup>20</sup> Grandes Batallas en <http://gbotd.blogspot.mx/2012/11/guerra-del-golfo-persico-1990-1991.html> consultado el 17 de octubre, 2013.

<sup>21</sup> En 1990 recibió una Mención por Excelencia del Overseas Press Club en reconocimiento por su reportaje en escena de las Protestas de la Plaza de Tian'anmen de 1989. En 1994, publicó la historia completa de los campos de trabajo norcoreanos en el lejano oriente ruso.

trabajadores que reciben su sueldo a través de la Banca, de donde nuevamente vuelve a pasar a la Banca, sin que podamos siquiera verlo en el mejor de los casos, pues existen historias dramáticas como “El corralito” en Argentina, donde el estado despojó a los ciudadanos de sus ahorros.

La globalización se basa en el consumo, y para ello, también en vender imágenes, estereotipos de lo que es una buena vida, ser un gran ser humano, para quienes pueden consuman, mientras que otros ganen pues mediante métodos inhumanos, explotan a los trabajadores del tercer mundo, causan contaminación, muerte de los ecosistemas y los pobres cada día se vuelven más pobres. Marx señalaba al plustrabajo, que genera plusvalía y por lo tanto valor, pero ahora la cuestión es mucho más siniestra de lo que pensó Marx en algún momento ya que el dinero y la mercancía son virtuales y los esclavos ya ni siquiera son necesarios, para ciertos negocios como los bancos

Los trabajadores, que viven condiciones de esclavitud pues es muy poco el sueldo y mucho el trabajo, sin ninguna prestación, ya que hay millones de seres humanos más, el mundo está sobre poblado y siempre existirá miseria y mano de obra barata que permitan reducir costos y obtener más y más ganancias.

### **3. EL GÉNERO Y/O EL FEMINISMO**

Para la autora chilena, de reciente deceso, Julieta Kirkwood<sup>22</sup>, es importante destacar y diferenciar el feminismo y lo político a partir de lo arbitrario de la división público privado. Para la feminista la relación es compleja. Toda política, tiene agentes activos que suponen luchan por la democracia, la igualdad, los derechos; sin embargo hay quienes dicen que la lucha será sin feminismo y por el contrario, existen quienes sostienen que el feminismo no acepta autoritarismos. Retomando a Simone de Beauvoir<sup>23</sup>, señala la mujer siempre se da en alteridad, y sufre el autoritarismo en cualquier ámbito, esposo, jefe, padres, hijos, compañeros de trabajo. Pero siempre existirá “el jefe de familia”.

Si tomamos el concepto de privado como político, sucederán dos cuestiones basados en una percepción democrática: la estrechez del sujeto público. Ampliación y complejización del campo político al incorporarse a las mujeres como sujetas y

---

<sup>22</sup> Julieta Kirwood. *Feministas y políticas*. Nueva Sociedad no. 78 Jul-agosto, 1085 pp. 62-70.

<sup>23</sup> Cfr. Simone de Beauvoir. *El segundo sexo*

actoras, y nuevos temas aparecen como: replanteamiento de la producción y reproducción humana, incluida la doméstica.

Formas vigentes y el sentido de participación social y la exclusión, incorporación de demandas no tradicionales a los modelos políticos, la invisibilidad, causas y consecuencias (violencia sexual y doméstica, prostitución, abusos en la planificación familiar. La mujer como sujeto político, revirtiendo el patriarcado mediante cambios culturales. Ser política y ser feminista, también plantea varios problemas. Sostengo junto con Merola, que:

El feminismo es un movimiento social y no una ideología, un movimiento de rebelión contra un orden no natural, por tanto, modificable. También afirma que el feminismo debe ser una ciencia con concepción materialista. Como hecho político concreto afirma, “la conciencia de opresión de las mujeres está surgiendo después del movimiento social real. Ni la lucha de clases debe subordinarse al feminismo ni el feminismo a la lucha de clases. Como movimiento social debe ser autónomo. Un hecho indiscutible y que sobrepasa la polémica: el movimiento feminista toma cuerpo y crece en los países de América Latina. La autora constata que partidos políticos de izquierda y aún algunos de sus egregios representantes miran con reticencia este movimiento y se permiten incalificables desmanes con juegos de palabras peyorativas y afanosos de ridiculizar un fenómeno que ningún individuo culto –sea hombre o mujer- puede negar ni desconocer”<sup>24</sup>.

La perspectiva de género, es una corriente del feminismo, que se enfrenta al patriarcado que daña a hombres y a mujeres, imponiendo una “esencia”, que se cree dada por la naturaleza y la biología. A partir, de las creencias culturales, que siempre favorecen al hombre, se genera una moralina y se castiga a los individuos con esta desviación.

Sin embargo, a pesar de que a hombres y a mujeres nos va mal con el patriarcado, los hombres obtienen “ciertos privilegios” al salir mejor evaluados que las mujeres, pues se supone que los hombres son más racionales, al no tener menstruación, según se hacen menos emotivos o bipolares, son más sexuales que éstas (lo cual “justifica” su infidelidad, atribuyendo incluso a la falta de sexo su malestar físico e incluso sostienen que no se sacian con la masturbación, sino que necesitan “mujer”) a las que pueden violar o utilizan como prostitutas para su desfogue

Por su parte, a las mujeres se les atribuye características que tienen que ver con la crianza de los hijos y el cuidado familiar, fundamentándolo en cuestiones biológicas como su naturaleza. Es claro que esta ideología machista y patriarcal ha

---

<sup>24</sup> Giovanna Merola. L. *Feminismo: un movimiento social*. Nueva Sociedad. No. 78 Julio-Agosto, 1985 pp. 112-117

denigrado por muchos años a la mujer, suponiéndola inferior que al hombre y obligándola a hacer dobles y triples jornadas pues se supone que “a ella le toca el trabajo del hogar”, el cual nunca se acaba, no es reconocido y los hombres “no pueden ayudar”, puesto que se verían femeninos. Estas normas de conducta, han permeado la mentalidad de los hombres y las mujeres de tal forma que lo femenino es considerado de poco valor y a lo masculino se le atribuyen valores como “jefe de familia”, quien toma las decisiones de lo que a todos los miembros de la familia les “conviene”, etc.

Tan es así que siguen los chistes, las canciones y el imaginario, apoyado en las televisoras mexicanas, TELEVISA y TV AZTECA, fomentando la imagen de mujer linda, como objeto suntuario y de uso sexual. De tal forma que esta construcción arbitraria del mundo, va conformando los roles que se atribuyen a unos y a otras, generando enemistad, competencia, pero sobre todo violencia.

Lo cierto es que mientras el feminismo ha existido siempre, pues las mujeres además de luchar con sus compañeros a lo largo y ancho de la historia y del mundo, se han enfrentado a la discriminación y al no reconocimiento de sus derechos sean estos de índole “público o privado”, afectando su desarrollo emocional, intelectual, familiar, social, laboral y escolar, pero no porque sea tonta, sino que simplemente no se le valora y su educación en cualquier ámbito, se ve como una mala inversión, sobre todo en los niveles rurales y de medios económicos bajos.

Las mujeres siempre han combatido, y también han trabajado sin ser reconocido, a pesar de haber defendido a los marxistas y de haber pensadoras de la talla de Rosa Luxemburgo, a quien sus mismos compañeros discriminaban aparte de mujer por sus características físicas. La torturan, la asesinan y su cuerpo es encontrado hasta los quince días después de su muerte. Y así podemos citar mujeres anarquistas, maoístas, trotskistas, que aparte de luchar por las causas sociales, tenían que defender sus derechos, de los cuales nadie había hablado. Y cuando las mataban lo hacían con más saña que con sus compañeros, aplicaban “el castigo ejemplar”.

Después, con el sufragio, los gobiernos utilizan el derecho como botín para sus intereses y no cumplen sus promesas una vez que se encuentran en el poder, las luchas fueron muchos y hay quienes las ubican desde la Revolución. Desde 1916, se reconoce la igualdad política, en 1947, con Miguel Alemán se le reconoce el derecho a votar y ser votada y en hasta 1952 cuando Ruiz Cortines en México, en 1952 cuando fue elegido candidato a la presidencia y no es sino hasta 1953, después de dar largas,

vueltas, decir a las mujeres que no las podía atender, que requería la firma de todas etc.<sup>25</sup> . De esta forma, observamos que el feminismo se ha dado a lo largo de la historia, sin embargo se le ha desdibujado.

Para Lourdes Benería, en el feminismo “se trata de combinar el énfasis en la diferencia con la búsqueda de igualdad, y preservar rasgos de género que contribuyen al bienestar individual, familiar y humano, sin generar o perpetuar desigualdades de género basadas en relaciones de poder desiguales”<sup>26</sup>.

¿Cuando se cambió del género al feminismo?, de acuerdo con Eugenio Dorao<sup>27</sup>, El Feminismo de Género (FG) es una ideología dogmática que nace en septiembre de 1969 en la Universidad de San Diego (California), con el diseño y apoyo financiero por parte de la Fundación Ford del que fue el primer curso de una nueva disciplina denominada *Women's Studies*. A partir de ésta fecha la misma Fundación Ford, bajo la presidencia de Mr. George Bundy, el ex Director para la Seguridad de EEUU, financia y promueve la creación de centenares de Departamentos de *Women's Studies* a comienzos de los años 70. Estas “nuevas disciplinas” junto a las “*Divinity Schools*” y los “*Afroamerican Studies*” son apoyadas y financiadas por la Filantropía Americana, de la que la Fundación Ford y la Fundación Rockefeller son el máximo exponente (por su dimensión) seguidas de decenas de fundaciones hoy día integradas en el llamado “*Council of Foundations*”. Anteriormente a la creación de los *Women's Studies*, no podemos negar trabajos teóricos que sustentan las tesis del FG, pero que de no haber sido promocionados a través de estos departamentos su relevancia hubiese sido casi nula.

Continúa Dorao:

Gloria Steinem, de origen judío, perteneció en los años 60 al ala más radical de la CIA en su lucha contra el comunismo (“The CIA Old Boys”), y fue artífice del siniestro “Festival de Viena”, creado por la CIA para controlar a la izquierda centroeuropea. Gloria Steinem fue cofundadora en 1971 del NWPC National Women's Political Caucus y de la revista Ms (la más antigua y primera revista del Feminismo de Género del mundo), ambas con el apoyo de la Fundación Ford y de su presidente Bundy, justamente en coincidencia con la implantación de los *Women's Studies*. Para el autor, se ha conseguido muy poco con los programas y es ésta una forma de infiltrarse en las familias y modificarlas.

<sup>25</sup> Cfr. Enriqueta Tuñón Pablos. Los movimientos de las mujeres en pro del sufragio en México, 1917-1953 pp 13-150 [digital.uv.mx/bitstream/123456789/8788/1/sotav4-Pag--131-150.pdf](http://digital.uv.mx/bitstream/123456789/8788/1/sotav4-Pag--131-150.pdf) consultado el 17 de octubre, 2013 pp. 145 y ss.

<sup>26</sup> Lourdes Benería. *Mercados globales, género y el hombre de Davos*. p. 34

<sup>27</sup> Eugenio Dorao. *El feminismo de género. ¿Qué es el feminismo de género?* Resumen de la Ponencia presentada en Salamanca el 16 de Junio de 2006, en los salones de CajaDuero, con motivo de la I Jornadas Separación y Divorcio organizadas por APFS Salamanca

Sin embargo, creo que también y a pesar de lo dicho por el mencionado autor, es cierto que de lo que se ha ganado en las Universidades es que los estudios y las investigaciones, tomen en cuenta la perspectiva de género, ya que al ser los géneros fenómenos culturales, preguntémonos, qué sucede con los hombres y con las mujeres. Pues hace rato que el sujeto de la historia, el sujeto de Aristóteles y de tantos otros pensadores, también tiene sexo y entonces obedece a un género circunscrito social e históricamente.

Siguiendo la línea del feminismo, defendido y enseñado por Alba Carosio, quien ubica a nuestro tiempo en el feminismo de la 2<sup>a</sup>. Y la 3<sup>a</sup>. Ola, siendo la primera Ola, la de la Ilustración y las mujeres sufragistas. Continuando con Carosio<sup>28</sup>, el feminismo de la 2<sup>a</sup>. Ola, que se da durante la segunda mitad del siglo XX, se encuentra interesado en modificar las concepciones de sexualidad y cuerpo y replantear la división arbitraria de lo público y privado, solicitando mejor remuneración económica por ser mujer, mayor educación y repartición equitativa del trabajo doméstico. Y es el feminismo de la 3<sup>a</sup>. Ola, quien se encarga de las diferencias étnicas y raciales de las minorías, los indígenas, los afros, los homosexuales y queers y es en donde la idea del estado nación, se ve cuestionada. Creo que en América Latina, seguimos en la 2<sup>a</sup>. Y 3<sup>a</sup>. Ola dada la diversidad cultural que tienen nuestros pueblos.

El feminismo y los estudios de género, de las mitades del siglo XX, han abarcado a las minorías, de tal forma que no sólo se ve el capital sino también el patriarcado y cómo afecta a ambos géneros, pues al ser estereotipos, obligan y someten al cuerpo de todos los individuos a normalizarse y ser iguales a un ideal que no existe, de esta forma a los hombres se les pide ser racionales, hipersexuales, proveedores, agresivos (que a veces se confunde con la violencia como veremos más adelante) y ser jefes de familia, (dando cabida a una serie de patologías como los celos, el control, las decisiones “fuertes”), por su parte, a la mujer se le pide exactamente lo contrario, (sumisas, sacrificadas, de poca sexualidad, salvo que caigan en la categoría de prostitutas, infieles o malas madres/ esposas, cariñosas) y siempre observando los intereses de la familia por encima de los suyos (hijos, marido, padre, hermanos o comunidad ).

De esta forma, los estudios de género, pueden ser aplicados a cualquier disciplina. Poco a poco los mencionados estudios irán desmitificando los

---

<sup>28</sup> Cfr. Alba Carosio. El feminismo latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI

esencialismos arbitrariamente atribuidos a los sexos e irán dando cuenta del fenómeno cultural al que obedece. Sin embargo, al toparnos con el concepto de globalización, la cuestión adquiere un matiz diferente. ¿Cómo impacta a la construcción de género y la globalización, como afecta a la subjetividad la cultura del deshecho?: la belleza, cada vez es más efímera, pues lo joven puede ser de los 8 años a los 24, esto conforma el imaginario colectivo que impactan a hombres y a mujeres y que como sabemos no son iguales para todos.

Las políticas globalizadores en el rubro de la economía han privilegiado como siempre a los capitales a costa del empobrecimiento de la mayoría; de donde surge un nuevo concepto de trabajo y de salario, de propiedad privada y de marca, al punto que grandes transnacionales como Monsanto. En síntesis, la mundialización o globalización es hegemónica, de tal forma que mientras las potencias pueden colocar sus productos en diversos lugares, incluyendo a países subdesarrollados, no sucede al revés; ni los países subdesarrollados exportan, ni la mano de obra se puede cotizar alto, sino más bien son países consumidores y maquiladores, que van perpetuando las diferencias entre países y entre individuos, generando una pobreza globalizada. Sin embargo, las tics, las redes sociales y los medios de comunicación masiva, van generando un estereotipo de belleza, de ideologías que atentan contra la inter y la multiculturalidad propia del mundo, especialmente el latinoamericano y sus minorías.

Coincido con Giovana Merola<sup>29</sup> quien señala que el feminismo no es ideología, sino un movimiento social, que tiene por sobre todo una función ética, sin la cual es imposible la convivencia social y familiar, debe ser una ética de los valores del derecho a la vida, a la libertad, pues hombres y mujeres podemos liberarnos de los estereotipos que a todos nos aniquilan es un deber entonces como feministas, sea cual sea el estudio al que nos aboquemos, imprimir un enfoque de género al incluir en nuestra investigación la pregunta de qué pasa con los géneros, pues partimos de que no hay esencialismos ni algo que definan lo femenino o lo masculino *per se*; sino que ha sido cultural y siendo hegemónico el patriarcado.

#### 4. LA POBLACIÓN AFRODESCENDIENTE

A pesar de la globalización y de prevalecer la idea decimonónica de estado nación, aun estas no hacen honor a los pueblos originarios, así encontramos mayas

---

<sup>29</sup> Giovana Merola *Feminismo: un movimiento social en Nueva Sociedad* p. 115

en Guatemala y México o mascogos en Estados Unidos y México, por citar un ejemplo. Somos multiculturales<sup>30</sup>. Y sin embargo, los afrodescendientes no tienen reconocimiento federal.

De esta forma, y mediante la globalización y su tecnología, se ha impuesto una cultura hegemónica de belleza, de estándar de vida y de felicidad y las diferencias se invisibilizan, como sucede con los diversos y múltiples grupos étnicos que conforman América Latina, especialmente los afrodescendientes.

La relación entre globalización y género, tercer mundo y afrodescendientes es estrecha. La globalización al buscar mayores ganancias y tener muchísimo poder económico a través de las empresas y de medios como el Banco Mundial, la OCDE reducen y acotan los trabajos en primer lugar en materia de prestaciones, se han aumentado los años de jubilación, y se han hecho modificaciones a los sueldos para que al jubilarse las personas reciban mucho menos del sueldo en activo.

Las transnacionales quieren apropiarse de los recursos naturales de todas las naciones como ejemplo tenemos aquí a PEMEX, Cia. de Luz y Fuerza, Carreteras, Sistema del Retiro, en donde el Estado cada vez otorga menos dinero para proyectos de Salud, Cultura de su población, generando más pobreza. La pobreza no sólo habla de sueldos bajos sino del nivel de vida donde la cultura y la recreación son partes de ella. Existe desplazamiento de comunidades por cuestiones y catástrofes climáticas, como el pasado ciclón Iris y la tormenta tropical Arturo, los afectados no recibieron ayuda; muchos perdieron sus casas al quedar sus poblados inundados. En síntesis, América Latina se ha hecho el laboratorio de las privatizaciones y el menor monto es asignado al gasto público. Los estados reciben menos y organismos como los mencionados cada vez son castigados con menos recursos, incluso para catástrofes como las vividas.

La escasa distribución económica, se hace visible en que las políticas públicas no pueden ser puestas en marcha, por ejemplo las perspectivas de género y la lucha contra la violencia a mujeres y niñas. Las poblaciones indígenas se ven ya de por si perjudicadas, con mayor razón las afrodescendientes que ni reconocimiento federal tienen aún. Las políticas públicas deben repercutir en un mayor bienestar social y siempre es difícil plasmar lo anterior al medio urbano, cuanto más al rural, donde vive nuestra referida población.

---

<sup>30</sup> Cfr Giovanni Sartori. *La sociedad multiétnica*.

Los empleos a los que acceden las mujeres cada vez son menos calificados y peor remunerados, el caso de México, concretamente es el de las maquilas instaladas en el norte del país. Mujeres que emigran solas para fungir como proveedoras de las familias, llegando sin dinero, sin educación y sin conocimientos. Ya hablamos de los feminicidios que ocurren y que no se ha dado con los culpables y menos se les ha castigado.

La visión patriarcal del mundo también es benéfica para las transnacionales que todo el tiempo generan estereotipos de ser hombre y mujer, y además bellos. Hay genocidios y desplazamientos de los pueblos originarios y quieren en suma, apropiarse del país. La trata, la prostitución infantil es más común en países en desarrollo y en comunidades originarias, porque la invisibilización es mayor, toda vez que no hay autoridades que comprendan la urgencia del fenómeno. No se han dado apoyos gubernamentales para mejorar la situación. El estado maneja la doble moral, aumentan los feminicidios y hace oídos sordos pero sigue castigando a las mujeres que abortan.

En general en la globalización se ha aumentado la pobreza y esta se ha feminizado, así como la misoginia y los cambios en la estructura familiar. Sin embargo, como veremos no son las mujeres las que obtienen mejores trabajos. El caso de las afrodescendientes es peor pues cuando encuentran trabajo de doméstica, empleadas, las hostigan sexualmente y no pueden ni quejarse, a riesgo de ser corridas de sus empleos. La zona es abiertamente patriarcal y prevalece el estereotipo del macho bravucón, hipersexual, el que manda (aunque no siempre provea). Muchas mujeres se dedican al comercio vendiendo comida preparada por ellas o en los mercados y para ello tienen que moverse de su pueblo hacia capitales más cercanas como Santa Rosa de Lima, Cuajinicuilapan, o hasta Pinotepa, lo cual resulta costoso. Hay quienes viajan a Acapulco, en donde luego encuentran trabajo, viviendo en condiciones de pobreza extrema o en servicios domésticos o en los hoteles como afanadoras, recamareras.

Después de tres siglos de trata de negros, enriqueciéndose del mundo las potencias como Inglaterra, Portugal, España, hayan saqueado a América Latina y exportado a los negros de África, esclavizándolos y enviándolos a las minas, al campo, gracias a ellos tenemos oro, plata, azúcar, ron y tabaco y esos países acumularon riqueza y poder. Estos hechos, generalmente se olvidan, entre muchas cosas por el blanqueamiento y porque incorporamos los ojos del colonizador.

Conociendo lo anterior, más bien la pregunta sería, si hubo tantos siglos de trata, ¿dónde quedaron los negros, qué sucedió, dónde están?, ¿cómo han contribuido con su cultura a dar riqueza y color a nuestros países latinoamericanos?, a nuestras naciones, puesto que ellos, junto con las mujeres, colaboraron en las guerras de independencia, en las revoluciones, en los movimientos libertarios, de tal suerte que a veces ser negro era sinónimo de ser rebelde<sup>31</sup>. Desafortunadamente, muchas poblaciones negras desaparecieron, se las acabaron y las exterminaron debido a los malos tratos, el exceso de trabajo y las condiciones insalubres en que vivían. Había muchísimos suicidios y cimarronaje.

Las ideas que apoyaban la esclavitud, consistía que el color era asociado a la maldad, flojera, falta de inteligencia dando origen al racismo y discriminación primero, que generaba y fomentaba un trato inhumano hacia los considerados inferiores. Esto se facilitó, dado que en África era aceptada la esclavitud.

Posteriormente, con la independencia, México y el mundo latino vivieron un proceso de “blanqueamiento”, que incluía a los mismos negros quienes se refieren a sí mismos como “morenos”, “quemados”, “tostados”, “costeños”, señalando que existe una mezcla “que los hace buenos o no tan malos”.

Las ideas “científicas” que apoyaron la discriminación, se basaban en Linneo, considerado “el padre de la taxonomía”, de Buffon, (1707-1788), de Blumenbach (1752-1840), Gobineau (1816-1882), ellos sostenían lo que se conocería después como el racismo científico, aduciendo características biológicas y espirituales a partir de un fenotipo, se hablaba de razas y ellos justificaban el racismo, también ideas positivistas que influyeron para que se aceptara la idea de que hay seres inferiores y otros superiores y que sobreviven los más aptos<sup>32</sup>.

Aunado a lo anterior, siguen vigentes estereotipos y dichos relativos a que lo negro es malo como “el negrito en el arroz”, “trabajar como negro”, etc. Que siguen haciendo referencia a la inferioridad a partir de un estereotipo. Por si fuera poco, las mujeres afro, sufren discriminación doble, por negras y por mujeres. El primer estudioso de lo negro fue Aguirre Beltrán en su libro *Cuijila*<sup>33</sup>, refiriéndose al poblado que hoy se llama Cuajinicuilpan y que es casi el último pueblo de Guerrero que colinda

---

<sup>31</sup> Como sucedió con la independencia de Haití, primer país que logró su independencia en América Latina y que los negros huyeron a Cuba diciendo que eran franceses.

<sup>32</sup> Ma. Elisa Velázquez. *Afrodescendientes en México* p. 103

<sup>33</sup> Cfr. Aguirre Beltran, *Cuijila*.

con Oaxaca; ahora, se han realizado una serie de investigaciones culturales, de género y de derechos humanos que nos han mostrado algunas cuestiones acerca de las problemáticas vividas por las comunidades afro. Son los estados de Guerrero, Oaxaca, Tabasco y Veracruz, donde se asientan las poblaciones más visibles de negros, al menos por el fenotipo.

Desafortunadamente, los estereotipos de belleza como son blanco, anglo sajón y protestante se han infiltrado en el imaginario de este mundo globalizado, con lo que García Canclini<sup>34</sup> denomina el consumismo simbólico. Que quiere decir, que aunque no tengas el poder adquisitivo para comprar objetos de marca, estos se pueden obtener en el mercado, alguien siempre estará dispuesto a poner el nombre de marcas caras y otro a usar esas prendas apócrifas, pero que finalmente también se consumen apuntalando a esta sociedad globalizada donde el vender y comprar otorgan también, mayor como persona, es más un estándar deseable, el consumir ciertos artículos te brinda estatus.

Como señala Sueli Carneiro<sup>35</sup>, la violación colonial perpetrada por los señores blancos a mujeres indígenas y negras y la mezcla resultante está en el origen de todas las construcciones sobre nuestra identidad nacional, estructuran el mito de la democracia racial latinoamericana, que en Brasil llegó hasta sus últimas consecuencias. Esa violencia sexual colonial es también el cimiento de todas las jerarquías de género y raza presentes en nuestras sociedades configurando lo que Ángela Gilliam define como 'la gran teoría del esperma en la conformación nacional', a través de la cual: 1. El papel de la mujer negra es rechazado en la formación de la cultura nacional; 2. La desigualdad entre hombre y mujer es erotizada; y 3. La violencia sexual contra la mujer negra ha sido convertida en un romance.

El colonialismo europeo ha marcado América Latina con cicatrices<sup>36</sup> profundas: en su mayoría es un continente católico; se rige por una economía de mercado determinada por un centro externo a la región; y su estructura social es patriarcal, racista y discriminadora.

Para el feminismo latinoamericano es muy difícil deconstruir su occidentalidad, porque ésta se impuso como sinónimo de un mundo tecnológicamente moderno y

---

<sup>34</sup> García Canclini. La Globalización Imaginada p. 83

<sup>35</sup> Sueli Carneiro. Ennegrecer el feminismo p. 17

<sup>36</sup> Sueli Carneiro escribió para el Seminario Internacional sobre Racismo, Xenofobia y Género organizado en Durban, Sudáfrica, el 27 y 28 de agosto de 2001

legalista que hasta las socialistas querían alcanzar. Sólo desde el análisis de la pobreza y la desigualdad como frutos de un colonialismo capitalista que necesitaba, y sigue necesitando de la contraparte pobre de la riqueza de su lugar de origen y expansión, el feminismo latinoamericano se plantea hoy la necesidad de liberarse de la perspectiva del universalismo cultural occidental, y su construcción determinista: la organización de géneros sexuales, masculino y femenino, bipolares, binarios y jerarquizados para que el trabajo gratuito de las mujeres descance en una naturaleza invariable, construida desde la cultura.

La igualdad entre México y Centroamérica es casi unívoca, a pesar de las diferencias culturales: mujeres sometidas por el padre y el marido, golpeadas, que trabajan de la mañana a la noche sin ningún reconocimiento social o económico.

Se trata, por supuesto, de un estereotipo: en realidad todas participan de una forma especial, no necesariamente protagónica, de rituales y decisiones comunitarias, son agentes de la economía de mercado y productoras, son transmisoras de conocimientos, parteras, curanderas, madres. No obstante, la teoría feminista latinoamericana no arranca de sus saberes y muy pocas mestizas se reconocen en su historia, prefiriéndose occidentales que indias, blancas que morenas, genéricamente oprimidas que miembros de una cultura de la resistencia. En suma, seguimos con la mirada del colonizador.

Los afrodescendientes, decíamos que sufren peor que los indígenas, que ya están marginados, pues no encuentran reconocimiento y no pueden ingresar a los programas sociales como Sedesol, Conapred, etc. A efecto de generar recursos y trabajar, en primer lugar por el reconocimiento federal de que existe población afrodescendiente en nuestro país. Ha sido después de muchos esfuerzos, encuentros, desencuentros y debates es hasta el Miércoles, 05 de Junio de 2013 20:37 hrs que la Cámara de diputados, por Comunicado Congreso PRI, aceptan el reconocimiento de los afromexicanos. La reforma que reconoce constitucionalmente a los pueblos y comunidades afromexicanos, aprobada por el Pleno de la LXI Legislatura local, es un justo reconocimiento a los años de lucha de nuestros hermanos que viven en la Costa, para lograr que reconozcan sus formas de organización social, política y de gobierno<sup>37</sup>. Sin embargo, el reconocimiento no es federal sino estatal, pero todos queremos que se empiecen a multiplicar los reconocimientos a lo largo de nuestro

---

<sup>37</sup> <http://nssoaxaca.com/politica/27-camara-de-diputados/49940-justo-el-reconocimiento-a-los-pueblos-afromexicanos-rosa-elena-peña> (páginas consultada en 11 de Julio de 2013)

país. Esta es una reivindicación social, cultural, política y económica de los pueblos afromexicanos. La diputada por el distrito de Pinotepa, en la Costa oaxaqueña, dijo que con esta Ley, el Estado reconoce también sus sistemas normativos internos, la jurisdicción que tendrán sus territorios y el acceso a los recursos naturales de sus tierras.

De igual forma, su participación en el quehacer educativo, así como en los planes y programas de desarrollo, además de sus formas de expresión religiosa y artística, la protección de las mismas y de su acervo cultural y en general para todos los elementos que configuran su identidad. Sin embargo, aunque exista el reconocimiento, aunque se asignen presupuestos a los afrodescendientes, no hay que invisibilizar la cuestión de la violencia a las mujeres que es grande con problemáticas amplias y específicas, pero que conociéndola podrá ser combatida, sin embargo, el trabajo es largo y difícil.

#### **4. VIOLENCIA Y GÉNERO**

La violencia es un proceso altamente humano y racional de acuerdo a Arendt<sup>38</sup>, se hace una diferencia entre la violencia mundial (guerras, conflictos de intereses) que se le nombra como violencia estructural y la violencia hacia mujeres, niñas y jóvenes (violencia de género) y violencia familiar. La globalización sería una violencia estructural y queremos referirnos a las dos últimas.

Hay que diferenciar violencia de agresión, esta última es inherente a todos los seres vivos que defienden su territorio, su comida, a su pareja y a su familia. La violencia tiene características más sórdidas porque se da en las relaciones familiares y amorosas y por ello es tan difícil de ser percibida. Se da en hombres y mujeres pero con la agresión aceptada más en hombres que en mujeres, lo definimos como el proceso mediante el cual, generalmente el hombre señala alguna característica (arbitraria y subjetiva como el físico, la fuerza, el dinero, la inteligencia, el empleo, etc.) para decirle a la otra persona (su pareja o sus hijos) que no valen tanto como él, y que por ello, lo tienen que obedecer, de lo contrario, genera una serie de subterfugios, que van desde el dejar de hablar o generar “micromaschismos” para modificar la conducta de su pareja.

---

<sup>38</sup> Cfr. Hanna Arendt Sobre la violencia

La violencia no es sólo una golpiza, sino incluye descalificaciones, generar miedo en las víctimas para que controlen todo tipo de conductas “que los molesten”, pueden ser celos, salidas, toma de decisiones, etc. Que impliquen una afrenta o cuestionamiento a lo que el individuo violento considera atentar contra su poder.

Pero como el controlador acaba controlado, el hombre violento, va aumentando los mecanismos de control, (nadie controla a nadie) y se va haciendo un círculo vicioso y sordo. No se hace cargo de sus sentimientos y emociones (pues el machismo le dicta que no debe mostrarlos y ser fuerte), pero como eso no es posible, llegado el momento, montan en cólera y se “calma” golpeando primero objetos y luego “personas”, los hombres violentos también adjudican y proyectan sus emociones y el control de impulsos a sus víctimas, pues en vez de apropiarse sus sentimientos y depurarlos, afirman y además están convencidos de “que los hacen enojar”; lo que en realidad implica una tremenda dependencia emocional hacia la pareja que agreden y la poca responsabilidad y conocimiento que tienen sobre sus emociones<sup>39</sup>. Como la víctima le teme, el hombre se encuentra convencido de que su trastorno se debe a su mujer quien no sabe, no sirve, etc. Atribuyéndole una serie de calificaciones devaluadoras que en mucho se apoyan en el imaginario de que a la mujer se le debe controlar. La pregunta es por qué, sigue con ella y esto se debe a su absoluta dependencia emocional. No puede vivir sin ella pues no sabría qué hacer con sus emociones.

La violencia es selectiva, pues el hombre violento no se enoja con el jefe, con personas superiores a él, este tipo de hombres, tienen como característica la frustración, la timidez y la inhibición y para complicar el cuadro pueden tener deficiencia mental, o algún problema como características sociopáticas o psicópatas, también puede tratarse de un trastorno narcisista de personalidad; sin embargo, socialmente se atribuye al hombre de la casa, vigilar por el bienestar de los demás a través de su “racionalidad”. La violencia es cíclica, después de la catástrofe viene el perdón, el romance, promesas de que todo va a cambiar, para que justamente no cambie. Los períodos de calma cada vez se hacen más breves y por ello se dice que la violencia es crónica, progresiva y mortal, puede acabar con la vida, como lo muestran los feminicidios, tipificados como la mayor violencia a las mujeres.

---

<sup>39</sup> El estereotipo de macho, incita estas conductas. Él puede gobernar sobre todos los miembros de su familia, y los métodos para emplearlo, han sido descritos por en los micromachismos de Jorge Corsi..

La Organización Mundial de la Salud<sup>40</sup> define la violencia como: "El uso intencional de la fuerza o el poder físico, de hecho o como amenaza, contra uno mismo, otra persona o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de causar lesiones, muerte, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones". La violencia, de acuerdo a la Nueva Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia<sup>41</sup>, destaca en su artículo 6, los tipos de violencia contra las mujeres estos son: **I.** La violencia psicológica. Es cualquier acto u omisión que dañe la estabilidad psicológica, que puede consistir en: negligencia, abandono, descuido reiterado, celotipia, insultos, humillaciones, devaluación, marginación, indiferencia, infidelidad, comparaciones destructivas, rechazo, restricción a la autodeterminación y amenazas, las cuales conllevan a la víctima a la depresión, al aislamiento, a la devaluación de su autoestima e incluso al suicidio; **II.** La violencia física. Es cualquier acto que inflige daño no accidental, usando la fuerza física o algún tipo de arma u objeto que pueda provocar o no lesiones ya sean internas, externas, o ambas; **III.** La violencia patrimonial. Es cualquier acto u omisión que afecta la supervivencia de la víctima. Se manifiesta en: la transformación, sustracción, destrucción, retención o distracción de objetos, documentos personales, bienes y valores, derechos patrimoniales o recursos económicos destinados a satisfacer sus necesidades y puede abarcar los daños a los bienes comunes o propios de la víctima; **IV.** Violencia económica. Es toda acción u omisión del Agresor que afecta la supervivencia económica de la víctima. Se manifiesta a través de limitaciones encaminadas a controlar el ingreso de sus percepciones económicas, así como la percepción de un salario menor por igual trabajo, dentro de un mismo centro laboral;

**V.** La violencia sexual. Es cualquier acto que degrada o daña el cuerpo y/o la sexualidad de la Víctima y que por tanto atenta contra su libertad, dignidad e integridad física. Es una expresión de abuso de poder que implica la supremacía masculina sobre la mujer, al denigrarla y concebirla como objeto, y **VI.** Cualesquiera otras formas análogas que lesionen o sean susceptibles de dañar la dignidad, integridad o libertad de las mujeres.

Este estudio lo realizamos en los *Encuentros de Los Pueblos Negros* que se llevaron a cabo en: comunidades afrodescendientes de Charco Redondo, muy cerca

---

<sup>40</sup> Organización Mundial de la salud en

<http://psiatria.facmed.unam.mx/doctos/descargas/Violencia%20OMS%5B1%5D%5B1%5D.pdf>

<sup>41</sup> Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia.

de la laguna de Chacahua que agoniza, (municipio de Tututepec Oaxaca), en Santo Domingo de Armenta, y en Lagunillas (municipios de Pinotepa)<sup>42</sup>, en todos ellos aparte de las mesas y actividades varias que dieran cuenta de la identidad negra, con muestras gastronómicas, actividades culturales, deportivas, etc. Se llevaron a cabo mesas relativas a lo afro, a las mujeres y a la violencia y a los jóvenes, a la educación, a la identidad cultural. Dentro de estas mesas, entrevistamos a 20 mujeres y 20 jóvenes de cada poblado. El método era la entrevista semi estructurada, y hacíamos referencia al método sociológico de las trayectorias<sup>43</sup> y de las biografías que consiste en suponer que el joven se separa de los padres e ingresa a la vida adulta a través de los logros, tales como el estudio, el trabajo, el nacimiento del hijo, el matrimonio. Teníamos preguntas ejes como: Edad y escolaridad, estado civil. ¿Cuál ha sido su mayor logro?

Indagar sobre la violencia social vivida como discriminación y la violencia familiar en cualesquiera de sus formas y la forma de afrontarla. Aquí buscábamos la capacidad de resiliencia que es la capacidad de ser duro y flexible para soportar las embestidas de la vida.

De igual forma, indagábamos en el autoconcepto de las entrevistadas al preguntarles cómo resolvieron, qué hicieron, cómo y por qué se les ocurrió, un poco festejando su sobrevivencia, el que hayan sobrevivido a la viudez, el apoyo de las redes sociales y familiares..

#### 4.1 EL NÚMERO DE HIJOS

También empleamos la biografía<sup>44</sup>, para indagar sobre ciertos puntos que considerábamos necesarios., sobre todo cuando las mujeres o jóvenes participaban con mayor apertura<sup>45</sup>.

En general, la gran mayoría de las mujeres ya no estaban casadas, su marido había muerto o las había dejado. Buscamos mayoritariamente mujeres de la tercera edad, pues mostraban mayor disposición a ser entrevistadas. A todas las habían violentado, ya sea sexualmente, física, económica y físicamente.

---

<sup>42</sup> Esto sucedió de 2010 a 2012 en las comunidades mencionadas

<sup>43</sup> Joaquim Casal et al *Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva transición* de la Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Sociologia Grup de Recerca Educació i Treball (GRET) 08193 Bellaterra (Barcelona). Spain Papers 79, 2006 21-48 en [http://www.redligare.org/IMG/pdf/aportaciones\\_teoricas\\_metodologicas\\_sociologia\\_juventud.pdf](http://www.redligare.org/IMG/pdf/aportaciones_teoricas_metodologicas_sociologia_juventud.pdf), consultado el 17 de octubre de 2013

<sup>44</sup> Ibid p. 18

No sentían que pudieran solicitar ayuda pues sus padres, casi siempre las culpabilizaban y las regresaban con el cónyuge. Muchas de las entrevistadas no eran casadas, se las habían robado, o las habían violado y los padres las obligaban a casarse. Muchas mujeres no habían aún trabajado cuando ya estaban embarazadas, y cuando sus hijos estuvieron más grandecitos fue que se incorporaron a la economía con oficios como los arriba mencionados. Con trabajos mal remunerados y la exigencia de muchas horas como mostramos arriba.

Otras, seguían casadas y decían encontrarse más contentas que antes pues ya se habían “impuesto” y acostumbrado a la forma de ser del marido al que ya no le tenían miedo.

Hemos comentado que Oaxaca es el estado que ocupa los primeros lugares en violencia de género y al parecer la historia no ha cambiado. Las jóvenes sufren abuso, violación, viven la violencia en sus hogares y presentan embarazos adolescentes, así como uso de drogas, promiscuidad, prostitución, acompañada de múltiples compañeros sexuales con altas conductas de riesgo que acaban en embarazos no deseados o en transmisión de enfermedades venéreas o en VIH. Y el ciclo se repite.

Como vemos, la violencia es un tema de salud pública pues enferma, física, mental y emocionalmente a las personas que la viven. El estrés postraumático, la depresión y el síndrome de Estocolmo padecido por las mujeres las hace incapaces de defenderse y el estrés prolongado lleva al agotamiento psicológico y glandular, causante de las enfermedades de adaptación: hipertensión, diabetes, obesidad, asma, etc.<sup>46</sup> Las medican y el círculo no se rompe. La madre es incapaz de cuidar de sí y de sus hijos.

Pueden en cambio, generar adicciones, lo que aumenta las conductas de riesgo pues no hay un autoconcepto positivo, de logro con el decremento sustantivo de amor propio y nulo autocuidado, están a merced de los otros.

Con ese bajo autoconcepto, ya no importa nada, hay conductas de alto riesgo como la actividad sexual, la interacción sexual se inicia de manera temprana con numerosos compañeros sexuales y sin protección.

De ahí observamos o prostitución o comportamiento sexual sin inhibiciones. Aquí no hablaremos de la trata, pues ese es otro tema de violencia, sólo lo

---

<sup>46</sup> Irma Saucedo González (coord) Violencia contra las mujeres en México p.49

mencionamos. Este sucede con engaños y las alejan de sus hogares a efecto de que no puedan pedir ayuda.

El embarazo no deseado es un problema grave, se ataca a la mujer y no al hombre y puede generar (suicidio, homicidio, morbilidad, mortalidad por aborto, mortalidad materna).

Se genera un círculo vicioso: entre más violencia existe, la mujer se siente menos dispuesta a abandonar a la pareja agresora debido a que acaba creyéndose que no vale nada. También hay sentimientos de vergüenza, dolor y culpa. Y generalmente esconde su problema porque o defienden al marido golpeador y la obligan a regresar a su casa o nada más la critican sin brindarle apoyo de ningún tipo.

Además de que existe en el imaginario social la idea de que la mujer necesita ser controlada por el hombre, y se aplica la doble moral. El hombre no es visto como promiscuo y la mujer si. El hombre no es censurado por abandonar a los hijos y la mujer ha sido mitificada como madre. Mencionamos ya que en general en Guerrero y Oaxaca, hasta hace muy poco “se robaban” a las muchachas y obviamente las obligaban a casarse pues el valor de la virginidad es muy importante.

El tema de la violación también es trascendente, frecuente y más común de lo que se cree pues se trata de ultrajar el cuerpo de la mujer que significa poder, fuerza y sometimiento, estereotipo que a veces resulta risible pues ahora se sabe que la mujer puede tener más sexo que el hombre, justo por las hormonas. La violación también deja secuelas importantes y no siempre se encuentran personas calificadas para dar tratamientos breves y efectivos, para salir adelante, sino que sigue la cadena, la mujer se victimiza y cuenta al compañero lo sucedido y eso es causa de violencia pues a través de los celos, el compañero la violenta. La mujer no ha terminado de ser un ser para sí, de conformar una idea sobre ella misma y lo más importante, de generar autocuidado.

La violación sigue ocurriendo en el matrimonio o unión libre, el hombre golpea a la mujer, la molesta y luego quiere tener sexo con ella, cuando se niega o justo por ello, la golpea. También la obliga a tener sexo con él a pesar, de que se han descubierto sus infidelidades, le ha transmitido enfermedades, negándose en muchas ocasiones a atenderse y a utilizar condón. Han sido muchas las conferencias internacionales<sup>47</sup> para dejar claro que la violencia existe y que ésta puede darse del

---

<sup>47</sup> El primer encuentro feminista hasta convenciones internacionales como la de Belem Do Para la del Cairo, la CEDAW, que hacen evidente la violencia que existe hacia las mujeres y las niñas.

esposo a la esposa, aquel puede violarla pues las relaciones sexuales debieran darse en libertad, son parte de los derechos sexuales de la mujer. Suponiendo el caso más escandaloso en donde la mujer infiel es descubierta por el esposo, éste no tiene la autoridad para matarla ni para golpearla, sin embargo, aún en el imaginario resulta aceptable, dado que la mujer sigue siendo vista como el ser para otros y la que debe sacrificarse por los demás. Lo peor de todo esto, es que los pocos casos que se castiga al feminicida, éste sale rápidamente pagando multas verdaderamente irrisorias. Y eso cuando se castiga.

Cuando hablamos de las mujeres negras de Costa Chica, estamos hablando de pobreza tienen baja o nula escolaridad, no tienen empleo y por supuesto que la globalización impregna el estereotipo de belleza que no consiste en ser negra y pobre.

Para Carosio, el sexo pasó de ser una parte negada de las mujeres a ser un eje fundamental en la vida, que incluye la obsesión por la belleza, la delgadez, la clase, en orden de ser deseadas sexualmente. Subyace a esta manipulación la socialización femenina en la relación con su corporalidad que impregna el imaginario colectivo y la subjetividad de cada una de las mujeres y, a la vez constituyendo uno de los aspectos normativos con mayor incidencia entre la desigualdad entre hombres y mujeres<sup>48</sup>. Esto se aplica perfectamente a las afromexicanas, al atribuirsele un doble discurso, por un lado son “feas” y por otro “hipersexuales”. Esta paradoja en sí misma es violenta, pues pareciera que no se les reconoce su belleza sino se les ve como hembras para tener relaciones, lo cual agrava el problema.

La violencia sufrida por estas mujeres es grande, pero no llegan a ser conscientes de ella, en las entrevistas realizadas <sup>49</sup> y la indagación de la violencia vivida, las mujeres dicen inmediatamente que no, pero cuando se les clarifica el concepto como la discriminación, aceptan que si la han padecido, como al pretender realizar un trámite en oficinas gubernamentales. Sin embargo, esto se vuelve parte de la cotidianidad, lo ven “normal”. Y esta es parte de la lucha contra la violencia, no es ni sano ni normal la discriminación a partir de una característica física. Pero en el

---

<sup>48</sup> Alba Carosio. *Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación en Género y Globalización* p. 234

<sup>49</sup> Sobre todo han sido las Asociaciones como Epoca, México Negro, Ecosta, entre otras, quienes se han dado a la tarea de trabajar con las mujeres sobre la violencia de género en Coordinación con INMUJERES, CONAPRED, UNAM y han resaltado algunas de las problemáticas en las comunidades que conforman la población afro

papel de víctimas, esperan que el mundo cambie o que alguien haga algo. Otro círculo vicioso más.

Respecto a la violencia sufrida por su pareja, al inicio lo niegan, pero en efecto todas dicen haber sido celadas, golpeadas y castigadas por sus compañeros pues recordemos que la violencia es una forma de someter a la otra persona para obtener poder y lograr que haga lo que el violento desea.

Las mujeres son las encargadas de cuidar a los hijos, ellas cocinan, lavan y si trabajan, lo hacen en situaciones no consideradas trabajo como domésticas, ayudando, vendiendo dentro de sus casas. Y cuidando a los hijos, cuando sus esposos emigración hacia los Estados Unidos, haciéndose cargo del gasto familiar.

Cuando está el marido, ellas no deciden cómo gastar el dinero, eso lo hace el compañero. Y las mujeres que ya lograron separarse, rompen en llanto al acordarse de los malos tratos y del odio con que las golpeaban. Guardan mucho rencor y resentimiento sin un plan de protección de salud que las atienda.

Como toda sociedad machista, la de los afromexicanos no es la excepción pues las mujeres que se separan ya no vuelven a encontrar marido, “dado que están usadas”. Se sigue valorando la sexualidad sólo con la pareja. Hay ideas distorsionadas de la sexualidad y la promiscuidad, debido a los estereotipos tan diferenciados de masculino y femenino. Sin embargo, las mujeres solas, si son presas de todos los hombres que quieren aprovechar su situación.

Cuando se casan, habitualmente la mujer es quien se va a la casa de los padres del compañero, de esta forma “le enseñan cómo debe hacer las cosas” y ella no puede ni quejarse dado que todos se ponen del lado del marido.

Los hombres, la gran mayoría presenta alto grado de alcoholismo que “usan de pretexto” para la golpiza, si llegan a su casa y algo les molesta o como indicamos antes, el hombre golpea para sacar las frustraciones.

Las mujeres que demandan por golpes, encuentran todos los obstáculos, en primer lugar, la ley no las favorece<sup>50</sup>, los encargados de la justicia, no están preparados y las mujeres no tienen recursos para ir y venir del pueblo al municipio; así que en la mayoría de los casos, no se da seguimiento a la denuncia.

---

<sup>50</sup> Hay diferencias grandes entre la ley para el DF y la de Oaxaca, cfr. Erika Lilí Díaz Cruz. *Ánalisis del marco jurídico en torno a la violencia de género (Oaxaca)* (Ley General de Acceso de las Mujeres a una vida Libre de Violencia y la Ley Estatal de Acceso de las Mujeres a una vida Libre de Violencia en Oaxaca) <http://observatoriojusticias.org/observatoriojusticias/pdf/leyesviolencia.pdf> (consultado el 20 de agosto de 2013)

Aunque el número de feminicidios ha aumentado, así como los suicidios, las autoridades no castigan y no dan seguimiento a las denuncias, cuando las hay, se le ha echado la culpa al narcotráfico y las autoridades no castigan el crimen.

Hay que recordar que existen comunidades recónditas y alejadas de los municipios en donde se encuentra la procuración de justicia, el terreno es amplio y con poca comunicación que faciliten el viajar.

Ya se ha intentado en Oaxaca pedir el apoyo de la Policía Ministerial por cuestiones de violencia familiar y la policía refería que no entraba hasta que tuviera orden del Ministerio Público, y éste a su vez remitía al Juez Familiar o Penal; obtener una medida derivada del procedimiento civil (porque este contempla en su contenido lo relacionado con el ámbito familiar –las necesidades de reformas son obvias y necesarias) puede llevar hasta un mes en los casos más urgentes. Ante tal impunidad, las víctimas se sienten absolutamente desprotegidas y reproducen una cosmovisión distorsionada de que el mundo es así.

Los jóvenes no corren mejor suerte, las y los jóvenes que entrevistamos inician las relaciones sexuales en un escenario de riesgo, abonado por estereotipos de género, ampliamente difundidos a lo largo de culturas y contextos sociales específicos; los cuales están imbricados a normas y valores transmitidos por los diferentes agentes de socialización que se encargan de reproducir y perpetuar una visión desigual de los géneros, basada en una relación jerárquica y de poder, donde el hombre- lo masculino es definido como lo dominante y la mujer- lo femenino pasa a ser lo dominado, ocupando una posición de subordinación con respecto al joven.

El inicio de las relaciones sexuales en la adolescencia, no se planifica, sino se da con espontaneidad y el factor “enamoramiento” tiene un efecto impulsor en la medida que condiciona la necesidad de dar y recibir placer (aunque de manera desigual para hombres y mujeres), expresándose en el ámbito de la sexualidad y específicamente a través de las relaciones íntimas.

Las motivaciones que llevan a consumar una primera experiencia sexual coital por parte de una o un adolescente están mediadas por las concepciones de género. El análisis de esta dinámica indica que está implícita la relación de poder, concentrada en la masculinidad; y en función de esta el varón pide, exige, propone y consigue; mientras que por su parte la mujer accede y complace.

Las jóvenes inician relaciones sexuales por: complacer a la pareja; presencia del deseo y la relación sexual como intercambio oportunidad de escape ante una

situación de violencia y vulnerabilidad en el hogar de origen. Por su parte, en los varones la presencia del deseo también fue identificada como motivación para iniciar las relaciones sexuales; sin embargo en el sexo masculino este “móvil” está vinculado a una necesidad de demostración de virilidad y de asumirse y ser reconocido como ‘hombre’.

Existe una contradicción entre el discurso y la práctica de adolescentes en cuanto a la edad apropiada para el inicio de las relaciones sexuales. A pesar de que las y los jóvenes reconocen “lo apropiado” en cuanto a la edad de inicio de las relaciones sexuales, no se da en la práctica, porque esta primera relación sexual durante la adolescencia es por lo regular un evento no planificado.

La sexualidad es asumida en los diferentes contextos socioculturales como tema oculto y prohibido, asociado a la perversión y promiscuidad. Al negarles el acceso a información sobre salud sexual y salud reproductiva a los y las adolescentes, se promueven prácticas de riesgo.

Los patrones de crianza que reproducen las diferencias de género, la limitada información sobre salud sexual y salud reproductiva, la deficiente comunicación en la familia y la violencia, entre otros factores; aparecen en la población estudiada como factores que influyen en el inicio de las relaciones sexuales en condiciones de riesgo para la ocurrencia de embarazos no planificados.

La crianza de las niñas y adolescentes mujeres, va orientada a la pérdida o no-construcción de su autonomía y la falta de autocuidado, en la medida que se les orienta respecto a que su persona, su cuerpo y su sexo deberá ser conservado y preparado para ser entregado al varón que será su dueño (mito de la virginidad). También encontramos casos, los menos en donde las jóvenes parejas han recurrido al uso de pastillas del día siguiente.

Los pares y los medios de comunicación ocupan lugares predominantes, como fuentes de información sobre sexualidad en la adolescencia; debido a la incapacidad de otros agentes socializantes, tales como la familia y la escuela, llamados a cumplir con este rol. Los medios de comunicación masiva, promueven a la mujer hipersexual y por supuesto las y los jóvenes de Costa Chica consumen estos imaginarios, igual que el resto de las personas construyendo estereotipos sobre la belleza y la sexualidad de hombres y mujeres.

La violencia familiar y contra las mujeres constituye un factor que predispone al embarazo en la adolescencia, propiciando el inicio de las relaciones sexuales y la

ocurrencia del embarazo como puerta de escape y la búsqueda de protección y afecto. Las actitudes y comportamientos violentos están fuertemente arraigados en la cultura de Costa Chica y se manifiestan en los diferentes contextos socioculturales. La violencia fue una situación detectada en los jóvenes, quienes la asumen como parte de su personalidad y se percibe en la relación de noviazgo, donde el varón expresa su masculinidad a través del control sobre el cuerpo y la persona de la mujer.

En los casos estudiados se reporta el embarazo como un hecho no planificado y producto de una relación sexual con la pareja sentimental. En general, en el grupo estudiado las reacciones y sentimientos iniciales son conflictivos y están presentes la negación, el miedo, el rechazo y la dificultad de enfrentar a la familia. Posteriormente, y ante la necesidad de resolver la situación, se asumen decisiones donde participa no sólo la embarazada y su pareja, sino también las familias. De manera simultánea, se crea un escenario de rechazo y cuestionamiento hacia la embarazada adolescente en sus diferentes ambientes de interacción social: familia, escuela, amigos y comunidad.

El significado del embarazo para el adolescente masculino, al igual que en el sexo femenino, está mediado por los estereotipos de género. En este sentido, el hecho de “embarazar” es asumido como una prueba de masculinidad y le confiera al adolescente un mayor posicionamiento ante sus pares y la sociedad en general.

Los resultados permiten concluir que alrededor de la dinámica del embarazo en adolescentes opera una cultura de familias amalgamadas que, a través de diversos mecanismos, amortigua los costos de la reproducción temprana. (Mudanza de la pareja con la familia de origen, provisión económica, entre otros). Esto genera más violencia pues no se le permite a la joven pareja desarrollar a su familia de acuerdo a su personalidad y características, siendo que la mujer se tiene que desdibujar y adaptarse a la “nueva familia” extensa.

Las implicaciones del embarazo en la adolescencia resultan en un impacto negativo, tanto para hombres como para mujeres, con manifestaciones en el ámbito personal, familiar, educativo y laboral, registrándose: problema de pareja y separación, conflictos familiares, presencia de violencia, deserción escolar, inserción laboral de baja calificación y mal remunerada, sobre todo en los contextos rural-tradicional y urbano-marginal.

Este impacto negativo responde, esencialmente, a la falta de respuestas de la sociedad y la deficiencia de los sistemas garantes de derechos, tales como salud, educación y justicia.

En otras ocasiones, en vez de juntarse, el joven huye del compromiso, la figura del “padre ausente” o “padre abandonador” es frecuente y se asocia a la incapacidad del adolescente de asumir un rol para el cual no está preparado. Esta situación es observada en los diferentes contextos socioculturales estudiados.

La violencia como vemos, es considerada normal o invisibilizada, no se otorga importancia de ver que un hombre golpee una mujer, por ser práctica común. Y como en todo el caso de violencia, ésta quita el poder, la autoestima y continúa hacia los hijos. Por otro lado, ¿qué opciones tiene una mujer afro y pobre, llena de hijos?, ¿a dónde puede acudir a solicitar ayuda, su pobreza puede ser superada?, ¿cuenta con herramientas para lograrlo, no sólo de personalidad menoscabada, sino habilidades para trabajar en algún puesto calificado?, ¿tendrá el ánimo y el valor de hacerlo con su escasa autoestima y amor propio?, si denuncia, ¿cómo se protege de la furia del golpeador?, ¿las autoridades, se encuentran capacitadas para tratar estos casos?. Es mucho y muy grande el trabajo que se ha hecho, pero falta más aún por hacer, sensibilizar a las mujeres, generar grupos de apoyo, intentar que los hombres asistan a los talleres, vincular a las autoridades en talleres de género, que generalmente se encuentran reacios.

Y son los médicos de clínicas pobres, con falta de medicamentos y de instalaciones apropiadas, quienes a través de discursos pseudo científicos y llenos de moralina, las regañan por tener tantos, hijos, por tener enfermedades de transmisión sexual, generando un discurso que apoya al mundo globalizado y de división de géneros en choque.

La región también se encuentra llena de cacicazgos que perpetúan el patriarcado y el machismo, las muchachas se siguen robando, violando o desapareciendo. En Oaxaca el aborto está penalizado y además, toman para la penalización características misóginas como art. 315 del Código Penal del Estado de Oaxaca:

Se impondrán de seis meses a dos años de prisión, a la madre que voluntariamente procure su aborto o consienta en que otro la haga abortar, si concurren estas tres circunstancias: I. Que no tenga mala fama; II. Que haya logrado ocultar su embarazo; y III. Que éste sea fruto de unión ilegítima. Faltando alguna de las circunstancias mencionadas, se le aplicarán de uno a cinco años de prisión<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Erika Lilí Díaz Cruz ibid. p. 6.

Los hombres, por su parte, presentan alto grado de alcoholismo. Este tiene que ver, igual que otras adicciones con la incapacidad de soportar las emociones propias del estrés de la vida, y también se tiene la idea de que el hombre macho y fuerte toma mucho más que cualquiera. En nuestras indagaciones, los hombres se muestran renuentes a hablar de sus problemas y las mujeres difícilmente hablan en las mesas redondas, lo hacen aparte. Casi no participan, tienen miedo de decir tonterías porque no estudiaron.

De acuerdo a Raúl Rojas Camacho<sup>52</sup>, los datos obtenidos de varios trabajos sobre violencia a la mujer han reportado los siguientes: violencia sexual, abuso sexual infantil, estupro, hostigamiento sexual en diferentes espacios: laboral, educacional, otros dentro del ámbito privado (como la familia) y del orden público (como la calle), los medios de transporte, etc, violencia doméstica con su variables vistas arriba, llamadas telefónicas obscenas, incesto, tráfico de niñas, violencia en los medios de comunicación (pornografía infantil, lenguaje escrito y gráfico), represión, tortura, mutilaciones sexuales, reales o simbólicas.

Para el autor, basándose en la IV conferencia Mundial sobre la Mujer, acción para la igualdad, el desarrollo y la paz, Pekín<sup>53</sup>, Las distintas formas en que se presenta la violencia contra la mujer son: 1. Violencia de género, 2. Violencia en ciencias sociales, 3. Violencia individual y social, 4. Violencia doméstica, 5. Violencia laboral, 6. Violencia en los medios de comunicación, 7. Violencia política, 8. Violencia en la atención de la salud, 9. Violencia racial, 10. Violencia sexual

Una de las explicaciones de tanta violencia es la violencia de género y que Oaxaca tiene a muchos hombres consumidores de drogas y alcohol, aunado a las condiciones socioeconómicas, culturales, educativas de hombres y mujeres, pero, las mujeres no tienen poder adquisitivo debido a su baja escolaridad y a ellas pueden aplicarse todas las violencias arriba señaladas. Creemos que el peor grado de violencia y misoginia es el feminicidio que como vimos aumenta y es grande en esa zona.

También la figura del macho bravo, que le entra a los golpes, conquistador, parlanchín se puede ejemplificar en esta hermosa chilena llamada Soy el Negro de La costa:

---

<sup>52</sup> Raul Rojas Camacho. *Aspectos victimológicos de los homicidios*. p. 483

<sup>53</sup> CONAPO-FNUAP, setp. 1995, p. 77

Soy el negro de la costa  
de Guerrero y de Oaxaca.  
No me enseñen a matar  
porque se como se mata,  
y en el agua se lazar,  
sin que se moje la reata.

Pero ándale chiquita  
que te quiero mamacita,  
pero ándale preciosa  
cachetes color de rosa.

Cuídate negra sureña,  
No me quieras dar picones,  
Dime si con otros sueñas  
Para cambiar mis pasiones  
Que la sangre que es costeña

No tolera las traiciones.  
Pero ándale chiquita  
que te quiero mamacita,  
pero ándale preciosa  
cachetes color de rosa.

Ciento que echo mis habladas  
Pero Sóstenes me llamo,  
A mi nadie me hace nada  
Como quiera yo las gano,  
Y no hay ley más respetada  
Que el machete entre mis manos.

Pero ándale chiquita  
que te quiero mamacita,  
pero ándale preciosa  
cachetes color de rosa.

Se han propuesto bajar los asesinatos de mujeres y niñas, cruzando datos con las personas que observan violencia como son los profesores, veterinarios, médicos y ministerios públicos, lo cierto es que lo que produce los feminicidios no son las drogas, alcohol, el narco mexicano, sino el machismo, el seguir creyendo que la mujer es inferior a partir de características sexuales o bien que los hombres son los poseedores de la sexualidad de su pareja, en síntesis, de las mujeres. Es el odio a las mujeres y tiene que ver con los imaginarios, con las figuras de traidoras, pero sobre todo con un concepto de amor enfermo, disfuncional y obsoleto que debemos combatir desde nuestras trincheras.

También el concepto de familia, de acuerdo a la que consideraba el estructuralismo y el funcionalismo, ha cambiado, en América Latina en general y en Costa Chica en particular, sufre de muchas modificaciones pues la pobreza obliga a emigrar o a hacer a las familias más extensas y ayudarse en el trabajo del hogar y de campo. La 3<sup>a</sup> ola del feminismo hace por ello énfasis en la descolonización, dejar de vernos con los ojos de nuestros conquistadores y vernos con nuestros propios ojos.

## 5. CONCLUSIONES

Las familias afrodescendientes y las latinoamericanas no obedecen a lo que muchos teóricos señalaban, iniciando por las migraciones, muchos afros viajan a Estados Unidos, en busca de trabajo, de tal suerte que las familias no tienen “a la cabeza”, y conviven en los medios rurales las suegras y las nueras. Hay modificación en las formas familiares, hay quienes tienen doble ingreso, con hijos pequeños y

dependientes, a pesar de ser muchas veces monoparentales<sup>54</sup>. Respecto a la globalización y al género, éste produce empobrecimiento de la vida privada, pues es asociada al trabajo femenino, el cual no se valora de manera suficiente, la pobreza no ayuda ni libera a nadie y menos a las mujeres pertenecientes a las minorías, el feminismo tiene mucho que hacer, debe librar varias batallas, que establezcan la fuerza, la resistencia y los derechos de las mujeres a decidir sobre sus cuerpos, sus vidas, su sexualidad, habrá que denunciar a muchos estereotipos que las canciones, el escenario popular lleva consigo recordando que el feminismo es una ética de la existencia, llena de historia y esta es plural, multicultural y también subjetiva, sin importar el género sino el ser en el mundo.

La globalización trae pobreza y menor capacidad de trabajo, esto significa que las mujeres afro, menos preparadas escolarmente, tendrán que seguir siendo explotadas sexualmente para beneficio de unos cuantos a menos que se realicen movimientos, se organicen y se reconozcan con su propia mirada y que se generen microempresas productivas, como se ha hecho en algunas regiones, se dedican a cultivar productos como mermeladas, artículos de belleza, crías de iguanas y de conejos, para ingresar al mercado laboral, pero rompiendo todo el tiempo con la idea globalizadora. Son cultivos armónicos con la naturaleza, productos orgánicos y de bajo costo para los consumidores.

La incorporación al trabajo aparte del género, también estará dada por la pobreza y por la forma en que se visten y esto es un círculo vicioso, el capitalismo y su mecanismo, exige ciertas competencias que las mujeres afro, de momento no pueden tener. Tienen otras y mejores, pero ello no le interesa a la maquinaria económica. Y si lo hacen, sabemos que como terciermundistas y minorías, las condiciones de empleo serán esclavizantes como arriba denunciaron las periodistas norteamericanas arriba citadas.

Creo que estos discursos, no hacen sino perpetuar la inequidad y las diferencias culturales entre los géneros y por supuesto su explotación en el consumo, en la división del trabajo, en la invisibilización de las violencias masculinas. Eso es más productivo, financieramente hablando que mejorar las condiciones de vida o implementar políticas públicas para abatir la pobreza, el analfabetismo y el uso irracional de la tierra y de hombres y mujeres, pobladores de esta América Latina.

---

<sup>54</sup> Arriagada, Irma. Globalización y transformaciones familiares en América Latina. p. 7.

La globalización acaba con las culturas minoritarias, sin embargo, al unirse frente a problemas urgentes de aniquilamiento de sus tierras, se dan grupos donde conviven indígenas con negros, mujeres con blancos como los *movimientos sin tierra de Brasil* o los sin rostro de México. Luchan contra las transnacionales que quieren acabar con las selvas, con el gas, con los ríos hasta pretender vender el agua de lluvia; este uso abusivo de las transnacionales los unifica pese a sus diferencias. No sin grandes contradicciones como ocurre con el proyecto de desindianización donde los originales que hablan castellano se olviden de su idioma, al sentirse más respetados de esta forma. Lo originario cual sea la etnia de la que se trate, está devaluado y ha sufrido de mucho desprecio a través de la historia de la humanidad.

Se revisó el concepto de sororidad utilizado por Marcela Lagarde propuesta política feminista que plantea enfrentar desde el punto de vista de cada mujer, las discrepancias de un pensamiento único; es una de las recetas más efectivas contra la misoginia y el rechazo de otras mujeres que desconfían, descalifican y desacreditan al feminismo<sup>55</sup>. El poeta negro Aimé Cesaire quien dice que “las dos maneras de perderse son: por segregación, siendo encuadrado en la particularidad, o por dilución, en el universal<sup>56</sup>”. La utopía que hoy perseguimos consiste en buscar un atajo entre una negritud reductora de la dimensión humana y la universalidad occidental hegemónica que anula a la diversidad.

Considero que esta cuestión del feminismo con el proyecto de globalización ante la diversidad de culturas, etnias, grupos originarios, negros, tiene una lucha bárbara que realizar sin embargo, siguiendo a Cesaire, el feminismo nuevamente puede diluirse.

Sin embargo, a pesar de las condiciones no tan benéficas, las mujeres siempre han luchado y siempre han tenido doble jornada, ellas podrán salir nuevamente de este triste y lamentable estado de violencia y discriminación. Con enfoque de género o con feminismo, algo de trabajo se ha hecho y este no va a detenerse. Serán las mujeres autonombradas feministas o no, quienes inicien otro movimiento más, como lo han hecho a lo largo de la historia. Hay que presionar por reformas a la ley que permitan obtener a las mujeres de cualquier etnia, lugar como ciudadanas con todos los derechos e impulsar políticas públicas como el derecho a la salud sexual, reproductiva y psicológica.

---

<sup>55</sup> Marcela Lagarde. Enemistad y sororidad: Hacia una nueva cultura feminista en

<sup>56</sup> Aimé Cesaire. Discursos sobre el colonialismo. p. 47.

## REFERENCIAS

- AGUILAR MONTEVERDE, ALONSO. (2002). *Capitalismo y globalización y capitalismo*. Plaza y Janés, México.
- Aguirre Beltrán, Gonzalo *Cuijla*. Esbozo etnográfico de un pueblo negro. México: 1989. FCE/Instituto Nacional Indigenista/Universidad Veracruzana/Gobierno del Estado de Veracruz.
- ARENKT, HANNA. (2005). *Sobre la violencia*. Trad. de Guillermo Solana. Madrid, Alianza Editorial.
- ARRIAGADA, IRMA. (2007). *Globalización y transformaciones familiares en América Latina. Una perspectiva de género*. [http://www.fad.es/sala\\_lectura/C2008-MR1\\_ARRIAGADA.pdf](http://www.fad.es/sala_lectura/C2008-MR1_ARRIAGADA.pdf) (página visitada el 15 de agosto, 2013).
- BEAUVOIR, Simone. (1992). El segundo sexo. Alianza Editorial. México. Benería, Lourdes. *Mercados globales, género y el hombre de Davos*. [http://www.catedradh.unesco.unam.mx/SeminarioCETis/Documentos/Doc\\_basicos/5\\_biblioteca\\_virtual/2\\_genero/26.pdf](http://www.catedradh.unesco.unam.mx/SeminarioCETis/Documentos/Doc_basicos/5_biblioteca_virtual/2_genero/26.pdf) (página visitada el 15 de agosto, 2013)
- CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO, (1976). *Identidad, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- CARNEIRO, SUELI (2005) Ennegrecer el feminismo. La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género en *Nouvelles Quéstions Féministes. Revue Internationale francophone*, volumen 24, n.2, Edición especial en castellano, Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe, ediciones feme- libros, pp. 21-22.
- CAROSIO, ALBA (2000) Feminismo latinoamericano. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer* Caracas. Venezuela Julio/Diciembre- Volumen 14/N No. 33
- CAROSIO, ALBA (2009) El feminismo latinoamericano y su proyecto ético-político en el siglo XXI. En *Revista Latinoamericana de Estudios de la Mujer*. Nro 33. Venezuela: Centro de Estudios de la Mujer de la UCV
- CASAL, JOAQUIM et al (2006). *Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva transición* de la Universitat Autònoma de Barcelona.
- Departament de Sociologia Grup de Recerca Educació i Treball (GRET) 08193 Bellaterra (Barcelona). Spain Papers 79, 21-48 en [http://www.redligare.org/IMG/pdf/aportaciones\\_teoricas\\_metodologicas\\_sociologia\\_juventud.pdf](http://www.redligare.org/IMG/pdf/aportaciones_teoricas_metodologicas_sociologia_juventud.pdf), consultado el 17 de octubre de 2013
- CESAIRE, AIMÉ. (2006). *Discursos sobre el colonialismo*: Akal. España. CONAPO 2008 Series sobre migración internacional. Consultado en: <http://www.conapo.gob.mx/> [Fecha de consulta: 29 de septiembre de 2013]
- Dávalos López, Juan José. Seminario crisis del socialismo, crisis del capitalismo, y alternativas de modernidad en el siglo XXI Universidad Obrera, primavera y verano (comunicación personal).
- DÍAZ CRUZ, ERIKA LILÍ. (2010) *Análisis del marco jurídico en torno a la violencia de género* (Oaxaca) (Ley General de Acceso de las Mujeres a una vida Libre de Violencia y la Ley Estatal de Acceso de las Mujeres a una vida Libre de Violencia en Oaxaca)

<http://observatoriojusticias.org/observatoriojusticias/pdf/leyesviolencia.pdf> (consultado el 20 de agosto de 2013).

DORAO, EUGENIO. (2006). *El feminismo de género. ¿Qué es el feminismo de género?* Resumen de la Ponencia presentada en Salamanca el 16 de Junio de 2006, en los salones de Caja Duero, con motivo de las Jornadas Separación y Divorcio organizadas por APFS Salamanca. Madrid, 2006.

<http://www.projusticia.es/articulos/documentos/feminismodegeneroeugeniodorao.pdf> [Fecha de consulta: 28 de septiembre de 2013]

FLORES DÁVILA, JULIA. (2006). *Afrodescendientes en México; Reconocimiento y Propuestas Antidiscriminación.* 2006 México: Dirección General Adjunta de Estudios, Legislación y Políticas Públicas del Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. Dirección General Adjunta de Estudios, Legislación y Políticas Públicas Documento de Trabajo No. E-19.

FORRESTER, VIVIAN (2000). *Una extraña dictadura.* Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 164 p.

FORRESTER, VIVIAN. (1996). El horror económico. FCE México, 14 edición Fukuyama. *El fin de la historia y el último hombre.*

[http://www.posgrado.unam.mx/publicaciones/ant\\_omnia/22/02.pdf](http://www.posgrado.unam.mx/publicaciones/ant_omnia/22/02.pdf) (consultado el 10. septiembre, 2013)

GALEANO, EDUARDO. (2008) Las venas abiertas de América Latina. Siglo XXI. España, 6<sup>a</sup>. Reimpresión. España.

GARCÍA CANCLINI; NÉSTOR (1999). *La globalización imaginada*, Paidós, Barcelona. Gargallo, Francesca. Feminismo Latinoamericano. (2007) En *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*.

GIMÉNEZ, GILBERTO. (2007) *Formas de discriminación en el marco de la lucha por el reconocimiento social*, en Racismo mestizaje y modernidad: visiones desde latitudes diversas, México: UNAM, CEICH, CRIM, pp.37–61.

GIRÓN, ALICIA (2009). *Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación en Género y globalización.* Buenos Aires. CLACSO, 2009.

GIRÓN, ALICIA. (2009) *Género y globalización.* CLACSO, Buenos Aires.

HERRERA. CRISTINA. (2009) Invisible al ojo Clínico. *Violencia de pareja y políticas de salud en México.* UNAM. México.

IANNI, OCTAVIO. (1996) *Teorías de la globalización.* S XXI, 1<sup>a</sup>. Edic.

KIRWOOD, JULIETA (1985) *Feministas y políticas.* Nueva Sociedad no. 78 Jul-agosto, pp. 62-70.

KLEIN, NAOMI (2003) *Vallas y Ventanas: Despachos desde las trincheras del debate sobre la globalización.* Paidós. México, 2002.

KLEIN, NAOMI (2007). La doctrina del schock. *El auge del capitalismo del desastre.* Paidós. México, ISBN 978-84-493-2041-5.

KLEIN, NAOMI. (2002) *El poder de las marcas.* México, Paidós.

LAGARDE, MARCELA (2013). *Enemistad y sororidad: Hacia una nueva cultura feminista*. Mujeres net. <http://e-mujeres.net/ateneo/marcela-lagarde/textos/enemistad-y-sororidad-nueva-cultura-feminista>, agosto, 2013 (página visitada el 15 de agosto, 2013)

LAGARDE, MARCELA (1999) *Claves identitarias de las latinoamericanas en el umbral del Milenio*. En Ana María Portugal, Carmen Torres, Ed. El Siglo de las Mujeres, 1999. Chile: Isis internacional, Ediciones de las Mujeres N°28. *Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia*. Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el 1 de febrero de 2007. TEXTO VIGENTE Última reforma publicada DOF 15-01-2013 <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/doc/LGAMVLV.doc> agosto, 2013 (página visitada el 20 de agosto, 2013)

MAQUIERA DÁNGELO, VIRGINIA. (2011). *Mujeres, globalización y derechos humanos. Reflexiones desde la categoría de “tensión”*. <http://www.pensamientoiberoamericano.org/xnumeros/9/pdf/pensamientoiberoamericano-178.pdf> (página visitada el 19 de agosto, 2013).

MÉROLA, GIOVANNA. (1985) *Feminismo: un movimiento social en Nueva Sociedad* Nro. 78 Julio-Agosto, pp. 112-117.

ROJAS CAMACHO, RAUL. (2004) *Aspectos victimológicos de los homicidios*. En *Homicidios y desapariciones de mujeres en Ciudad Juárez. Análisis, Críticas y perspectivas*. INACIPE México.

SARTORI, GIOVANNI. (2007) *La sociedad multiétnica*. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros. Taurus. México.

SAUCEDO GONZÁLEZ, IRMA (coord.) (20119.) *Violencia contra las mujeres en México*. UNAM. México.

TAMEZ, ELSA (1999). *El sujeto viviente "racializado" y "generizado"* En PASOS. Nro 88. Costa Rica: Editorial.

VELÁZQUEZ, MA. ELISA Y GABRIEL ITURRALDE NIETO. (2012). *Afrodescendientes en México* Consejo para prevenir la discriminación. Instituto Nacional de Antropología e Historia. México.

# CAPÍTULO 08

## COMO PAIS E MÃES TÊM DIVIDIDO A TAREFA DE CUIDAR DE FILHOS EM CUIABÁ-MT.

**André Luís Ribeiro Lacerda**

Departamento de Sociologia e C. Política Universidade Federal de Mato Grosso,  
Campus Cuiabá-MT.

E-mail: [ribeiro.lacerda66@gmail.com](mailto:ribeiro.lacerda66@gmail.com)

**RESUMO:** A análise sociológica contemporânea defende que tendências demográficas pós anos oitenta indicam transformações significativas na estrutura da família nuclear como decorrência de processos de modernização social em países como Estados Unidos e Brasil. Inspirado no consenso que emerge do corpo de estudos da sociologia da família contemporânea, esse trabalho defende a hipótese geral de que após quase seis décadas de aumento no nível de emprego das mulheres que são mães, não houve mudanças significativas no sentido de uma distribuição mais equitativa no tempo para cuidar de filhos entre pais e mães. Dados secundários extraídos da Estatística do Registro Civil (IBGE) sobre responsáveis pela guarda de filhos em situações de separações judiciais e divórcios em Cuiabá, entre 1984 e 2013, sustentam a hipótese geral. A classificação dos dados nas quatro categorias - marido, mulher, ambos e outros - indicou números inexpressivos para as categorias ambos e outros e números pouco significativos para a categoria marido. A flutuação do número de pais e mães responsáveis pela guarda dos filhos não apresenta mudanças significativas em suas dinâmicas nas duas situações, separações judiciais e divórcio, ou seja, parece que a função social de cuidar de filhos continua sendo uma tarefa basicamente materna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cuidar de filhos. Família nuclear. Divisão sexual do trabalho.

**ABSTRACT:** Contemporary sociological analysis defends the view that demographic trends after the 1980s indicate significant changes in the nuclear family structure as a result of social modernization processes in countries such as the United States and Brazil. Inspired by the consensus emerging from the body of studies on the contemporary family, this paper defends the general hypothesis that, after nearly six decades of increasing employment level of women who are mothers, there have been no significant changes towards a more equitable distribution of the time fathers and mothers dedicate to taking care of their children. Secondary data extracted from the Civil Registry Statistics (IBGE) about custody of children in situations of judicial separation and divorce in Cuiabá, between 1984 and 2013, support this general hypothesis. The classification of the data in four categories - husband, wife, both, and others - indicated unimpressive numbers for categories "both" and "others" and not very significant numbers for "husband". The fluctuation of the number of mothers and fathers responsible for child custody does not present significant changes in their dynamics in both situations, judicial separation and divorce, that is, it seems that the social function of caring for children continues to be a basically maternal task.

**KEYWORDS:** Taking care of children. Nuclear family. Gender task division.

## 1. INTRODUÇÃO

Tendo implicações para uma perspectiva psicossocial da estrutura da família, tendências demográficas pós anos oitenta indicam transformações significativas na estrutura da família nuclear como decorrência de processos de modernização social nos Estados Unidos e Europa, conforme sustenta a literatura sociológica (Turner, 2000; Casper & Bianchi, 2002; Craig and Mullan, 2011; Craig, 2016). Embora as estatísticas produzidas pelo IBGE indiquem tendências afins para o Brasil, pretende-se entender quais dimensões dessas transformações atingem a estrutura da família brasileira com mais intensidade. De uma maneira geral, pode- se dizer que a transformação da família em resposta à modernização tem sido tratada de forma extensa na literatura sociológica (Goode, 1960; 1970; Davis & Van Den Oever, 1982; Rossi, 1984; Van Den Berghe, 1983; Lopreato & Yu, 1988, Casper & Bianchi, 2002; Therborn, 2006; Craig and Mullan, 2011; Craig, 2016). Esta literatura reconhece geralmente que existe uma correlação inversa entre tamanho da família e modernização e que a questão de como homens e mulheres dividem responsabilidades domésticas está relacionada a uma das mais profundas mudanças no século passado, a participação das mulheres na força de trabalho.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos trinta anos desestruturou o arranjo social familiar do homem trabalhador e chefe de família e da mulher cuidadora da casa em tempo integral (Schoeber, 2009).

Com a participação das esposas no mercado de trabalho, os “ganhos” delas se tornaram contribuições essenciais para a renda familiar, especialmente entre as famílias de baixa renda (Schoeber, 2009). A contribuição dos homens para o trabalho doméstico, entretanto, não tem compensado o aumento do número de horas das mulheres no mercado de trabalho, pois as mulheres ainda fazem a maior parte do trabalho doméstico não pago.

A expectativa era que, como uma consequência de a mulher gastar mais tempo no trabalho remunerado, os homens gastariam mais tempo com trabalho doméstico (Bianchi & Casper, 2002). Mas, segundo a literatura sociológica, isso não aconteceu. Parece que as mudanças na esfera do trabalho remunerado têm sido mais radicais do que as mudanças no trabalho doméstico (Bianchi & Casper, 2002; Schoeber, 2009; Craig and Mullan, 2011; Craig, 2016).

O crescimento da participação das mães no mercado de trabalho tem diminuído o desempenho delas no papel social de cuidar de filhos, por exemplo. Nos Estados

Unidos, conforme mostram Casper and Bianchi (2002), um grande número de crianças está sendo cuidada por outras pessoas que não são seus pais e mães por pelo menos algumas horas durante a semana. Em média, os homens aumentaram ligeiramente o tempo que passam fazendo trabalho doméstico. Mas, algumas pesquisas têm sugerido que as mulheres podem ter menos desejo de reduzir seu tempo com crianças do que reduzir seu tempo em outras atividades domésticas (Bianchi & Casper, 2002).

Pesquisas sobre o uso do tempo têm abordado as diferenças de gênero em relação a várias dimensões da vida social e particularmente no que se refere ao trabalho doméstico (Ramos, 2009, por exemplo). Mas, a tradição de pesquisa aqui invocada não se ocupa diretamente desse corpo de pesquisa do uso do tempo porque as técnicas de pesquisa que mensuram o tempo têm sido pouco utilizadas no Brasil (Bryman, 2016).

Uma hipótese fundamental de certas versões da sociologia contemporânea afirma que atribuições sociais da família como reprodução, manutenção física de seus membros, atribuição de *status* à criança, socialização e controle social são funções que podem ser desmembradas e desempenhadas por especialistas. Não é necessário que os próprios pais socializem seus filhos (Goode, 1970; Davis & Van Den Oever, 1982; Therborn, 2006). Cuidar de filhos, uma função do sistema social denominado família nuclear tem experimentado processos de diferenciação social. Assim como ocorreu com outros conjuntos de papéis que se diferenciaram e suas funções se separaram, como o trabalho produtivo que deixou de ser realizado no lar organizado em torno do parentesco para ser desenvolvido nas oficinas e fábricas, o cuidado aos filhos estaria deixando de pertencer à estrutura da família nuclear. Alguns sociólogos como Davis & Van Den Oever (1982), chegam mesmo a afirmar que cuidar de filhos, por exemplo, seria um papel social em extinção.

Em uma perspectiva rival e inspirado no consenso que emerge do corpo de estudos da sociologia da família contemporânea, esse trabalho defende a hipótese geral de que, após quase seis décadas de aumento no nível de emprego das mulheres que são mães, não houve mudanças significativas no sentido de uma distribuição mais equitativa no tempo para cuidar de filhos entre pais e mães (Craig & Mullan, 2011; Craig, 2016). Dados secundários extraídos da Estatística do Registro Civil (IBGE) sobre responsáveis pela guarda de filhos em situações de separações judiciais e divórcios em Cuiabá, entre 1984 e 2013, sustentam a hipótese geral. A classificação

dos dados nas quatro categorias - marido, mulher, ambos e outros - indicou números inexpressivos para as categorias ambos e outros e números pouco significativos para a categoria marido. A flutuação do número de pais e mães responsáveis pela guarda dos filhos não apresenta mudanças significativas em suas dinâmicas nas duas situações, separações judiciais e divórcio, ou seja, parece que a função social de cuidar de filhos continua sendo uma tarefa basicamente materna.

## 2. MÉTODO

Os dados utilizados são aqueles disponíveis pelas Estatísticas do Registro Civil publicados entre 1984 e 2013. Como a hipótese de Davis & Van Den Oever (1982) defende que mudanças demográficas pós anos oitenta têm mudado a estrutura da família, investigou- se o período entre 1984 e 2013.

Não foi possível acessar dados após 2013. E também não foi possível recorrer aos dados da *Síntese dos Indicadores Sociais* sobre o perfil da mulher no mercado de trabalho, particularmente dados que pudessem esclarecer as mudanças ocorridas em torno do aumento do número de mulheres que são chefes de família e do número de famílias que não tem a presença de um dos cônjuges, no caso o pai, pois não há dados disponíveis para Cuiabá, apenas para Mato Grosso. Esses dados seriam importantes porque poderiam fornecer dados sobre as proporções de famílias em que a mulher divide cotidianamente, às vezes, ou tem que cumprir sozinha as tarefas domésticas de maneira geral e cuidar de filhos em particular.

Para testar a hipótese elaborada, os dados disponíveis anualmente nas *Estatísticas do Registro Civil* foram organizados no mesmo formato das tabelas lá encontradas. Em seguida, apresenta-se gráficos que exibem a variação temporal da responsabilidade pela guarda dos filhos. Para expressar mais realisticamente a dinâmica da relação entre pai/mãe e responsabilidade pela guarda dos filhos, os números relacionados aos responsáveis pela guarda foram apresentados percentualmente.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Estatística do Registro Civil disponibiliza dados sobre os responsáveis pela guarda de filhos em caso de divórcio ou separação judicial. Entende divórcio como a dissolução do casamento, ou separação do marido e da mulher, conferindo às partes o direito de novo casamento civil e religioso. Separação judicial é a

dissolução legal da sociedade conjugal. O marido e a mulher são desobrigados de certos compromissos como dever da vida em comum ou coabitação, mas não podem contrair novo casamento civil ou religioso (IBGE, 2000).

Considera-se responsável pela guarda dos filhos a pessoa em cuja companhia ficam os filhos menores de idade (18 anos, no caso dos homens, e 21 anos, no caso de mulheres) do casal divorciado/separado judicialmente. Esta pessoa é responsável pela criação e educação dos mesmos. Esta responsabilidade pode ser de um dos cônjuges, de ambos, ou de outra pessoa, conforme decisão judicial (IBGE, 2000).

Abaixo, apresenta-se tabelas com dados sobre a responsabilidade de cuidar de filhos disponibilizadas entre 1984 e 2013.

Tabela 01: Separação judicial concedida em 1<sup>a</sup> instância-Cuiabá-MT. Responsáveis pela guarda dos filhos.

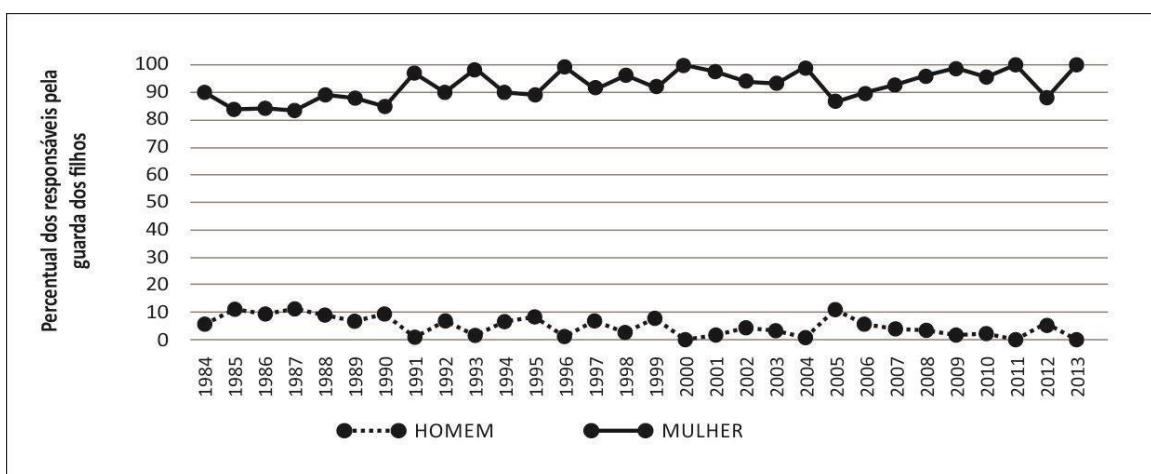
ANO	TOTAL	MARIDO	MULHER	AMBOS	OUTROS	SEM DECLARAÇÃO
1984	132	07	119	05	01	-
1985	112	12	94	06	-	-
1986	209	20	176	04	09	-
1987	281	31	234	05	11	-
1988	339	30	300	03	06	-
1989	163	11	143	01	08	-
1990	142	13	121	04	04	-
1991	91	01	88	01	01	-
1992	126	08	114	01	03	-
1993	238	05	233	-	-	-
1994	94	06	85	-	03	-
1995	103	08	92	01	02	-
1996	82	01	81	-	-	-
1997	258	16	236	04	02	-
1998	130	04	124	-	02	-
1999	190	14	175	01	-	-
2000	175	-	175	-	-	-
2001	241	4	235	2	-	-
2002	201	8	189	3		1
2003	157	5	146	2	2	2
2004	142	1	140	-	-	1
2005	114	12	99	3	-	-
2006	206	12	184	7	2	1
2007	211	8	195	5	1	2
2008	118	4	113	-	1	-

2009	62	1	61	-	-	-
2010	46	1	44	1	-	-
2011	10	-	10	-	-	-
2012	17	01	15	-	-	01
2013	07	-	07	-	-	-

Fonte: IBGE (1984 a 2013).

Em todas as tabelas não existe identificação sobre quem seriam os outros. Esse dado seria importante para se conhecer em que medida o papel social de cuidar de filhos tem sido terceirizado, conforme mostram dados sobre a realidade norte-americana.

Figura 02. Separação judicial concedida em 1<sup>a</sup> instância-Cuiabá-MT. Responsáveis pela guarda dos filhos.



Fonte: IBGE (1984 a 2013).

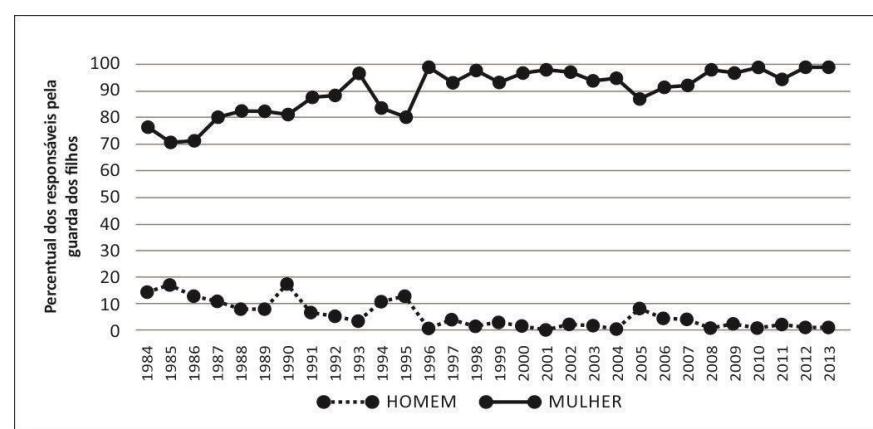
Partindo-se do gráfico acima, visto como expressão de tendências, a flutuação do número de pais e mães responsáveis pela guarda de filhos de 1984 até 2013 não apresenta modificações significativas em suas dinâmicas. Ou seja, não existe indício de que o cuidar de filhos esteja saindo significativamente da responsabilidade da mãe. Os dados são compatíveis tanto nas separações judiciais quanto no caso dos divórcios, conforme veremos mais adiante. Embora ambos caracterizem a dissolução do casamento, o divórcio confere às partes o direito de novo casamento civil, religioso e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país, portanto, ratifica a dissolução da família e cria possibilidade de criações legais de outras famílias seja pelo lado da mãe, seja pelo lado do pai, o que pode acirrar conflitos em torno da responsabilidade pela guarda dos filhos.

Tabela 02. Divórcios concedidos em 1<sup>a</sup> instância – Cuiabá-MT. Responsáveis pela guarda dos filhos.

ANO	TOTAL	MARIDO	MULHER	AMBOS	OUTROS	SEM DECLARAÇÃO
1984	55	08	42	03	02	-
1985	24	04	17	-	03	-
1986	53	07	38	05	03	-
1987	45	05	36	02	02	-
1988	74	06	61	04	03	-
1989	96	08	79	04	05	-
1990	166	29	135	-	02	-
1991	72	05	63	04	-	-
1992	128	07	113	05	03	-
1993	250	09	241	-	-	-
1994	154	17	129	06	02	-
1995	125	16	101	04	04	-
1996	132	02	130	-	-	-
1997	347	15	324	06	02	-
1998	238	04	232	01	01	-
1999	289	10	270	04	02	03
2000	277	05	268	01	-	03
2000	404	05	268	01	-	03
2001	339	03	396	03	01	01
2002	242	08	329	01	-	01
2003	228	05	227	03	04	03
2004	157	01	216	-	06	05
2005	301	13	137	04	03	-
2006	314	15	274	07	02	03
2007	194	13	289	05	04	03
2008	129	02	190	-	02	-
2009	96	03	125	-	-	01
2010	96	1	95	-	-	-
2011	167	6	160	01	-	-
2012	427	7	420	-	-	-
2013	310	4	305	-	-	01

Fonte: IBGE (1984 a 2013).

Figura 03. Divórcios concedidos em 1<sup>a</sup> instância – Cuiabá-MT. Responsáveis pela guarda dos filhos.



Fonte: IBGE (1984 a 2013).

Há que se considerar que a justiça tende a conceder a guarda à mãe, na maior parte das vezes, o que poderia concorrer para os resultados apresentados. Porém, vale a pena destacar dois pontos: o primeiro é que essa tendência deixou de ser obrigatória recentemente e o segundo é que o próprio fato dela existir é um reconhecimento do papel fundamental da mulher no cuidado aos filhos, mesmo em um ambiente com as mudanças sociais já explicitadas.

#### 4. CONCLUSÃO

O crescimento do número de famílias em que a mulher é o cônjuge de referência tem levado a mudanças significativas na estrutura da família.

Em termos históricos, a estrutura da família nuclear com os dois pais e seus filhos não é a estrutura da família do nosso passado ancestral. A família extensa foi por um bom tempo nossa estrutura padrão. Muitos indivíduos pertencentes à família extensa desempenharam papel importante na criação social (socialização) e na função de cuidar de filhos da família. Tais indivíduos incluíam avôs e avós, tios e tias, primos e primas mais velhos, irmãos e irmãs. A importância disto é que, até muito recentemente, cuidar de filhos era uma atividade comunal dividida por um largo número de parentes da família extensa. A família humana ancestral constituía assim um “grupo tarefa” de parentes genéticos que estavam dispostos a ajudar em situações de necessidade. Mas, os tempos estão mudando. A família extensa está se tornando cada vez mais rara. O enfraquecimento dos laços sociais da família extensa reduz as possibilidades da família nuclear tirar proveito daquela “força-tarefa”. Como consequência, a responsabilidade dos pais na criação dos filhos está aumentando e a demanda por filhos está caindo. (Ao final da página 10387, existe um problema no espaço da página. Grifei em amarelo para que vcs vejam. Não sei se o templete não permite uma arrumação ou se é possível mexer ali).

A modernização da família tem promovido mudanças significativas na estrutura da família nuclear – diminuição do tamanho e da fecundidade, crescimento do número de famílias que o cônjuge referencial é a mulher, crescimento do número de famílias sem a presença do pai, mudanças que os Censos de 2000 e 2012 apontam como uma tendência demográfica (IBGE, 2001, 2012). Tudo isso como consequência de mudanças como o aumento da escolarização da mulher e sua entrada no mercado de trabalho, defende a literatura sociológica. Quem é a mulher que é agora o cônjuge referencial? Trata-se da mulher que está no mercado de

trabalho, que tem formação universitária? Ou de famílias em que o marido está desempregado e, como a esposa está empregada em trabalhos não qualificados, ela é o cônjuge referencial? Responder a estas perguntas é fundamental para a compreensão das transformações na estrutura da família nuclear e para o entendimento de como está sendo desempenhado o papel social de cuidar de filhos em famílias em que a mãe trabalha fora e o pai está presente e também naquelas famílias em que o pai não está presente. Sabe-se que existe correlação entre rearranjos no papel de cuidar de filhos e o perfil da mulher no mercado de trabalho, mas os dados aqui apresentados não permitem visualizar nem discutir tal questão. É importante também apontar a limitação desse tipo de dado. Ele diz respeito às famílias que se dissolveram. O quanto a função social de cuidar de filhos se modifica com a dissolução da família é algo que merece investigações. Além disso, esse é um dado das famílias dissolvidas que formalizaram sua situação. Aquelas que não formalizaram, não foram aqui abarcadas e podem ter uma situação diferente do que se apontou aqui.

De uma maneira geral, pode-se dizer que os dados sobre a guarda de filhos não são conclusivos no que se refere à hipótese da presença da mãe no papel social de cuidar de filhos, mas permitem problematizar a hipótese de que o pai (homens) estaria assumindo equitativamente um papel social que, tempos atrás era predominantemente feminino. Sem esquecer que a reestruturação dos arranjos familiares em desenhos que contam com pais do mesmo sexo exigirá novas categorizações de quem coleta os dados e indica que novas mudanças estão em desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- Alcock, J. **The Triumph of Sociobiology**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001.
- Alexander, R. **The Biology of Moral Systems**. New York: Aldine de Gruyter, 1987.
- Barkow, J & Cosmides, L. & Tooby, J. **The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture**. New York: Oxford University Press, 1992.
- Boudon, R. & Bourricaud, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Bryman, A. **Social Research Methods**. New York: Oxford University Press, 2016.
- Buss, D.M. **Evolutionary Psychology: the new science of the mind**. Boston: Allyn and Bacon, 1999.
- Casper, L.M. & Bianchi, S.M. **Continuity & Change in the American Family**. London: Sage Publications, 2002.
- Craig, L. **Contemporary Motherhood – The Impact of children on adult time**. London and New York: Routledge, 2016.
- Craig, L. & Mullan, K. How mothers and fathers share childcare: a cross-national time-use comparison. **American Sociological Review**, 76(6), 2011. p. 834-861.
- Davis, K & Van Den Oever, P. Demographic foundations of new sex role. **Population and Development Review**, 8, N.3, September 1982.
- Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário de Ciências Sociais**, Instituto de Documentação; Benedito Silva, Coordenador Geral; Antônio Garcia de Miranda Netto et al, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- D'onofrio, B.M. & Lahey, B.B. Biosocial influences on the family: A decade review. **Journal of Marriage and Family**, 72, June: 762-782, 2010.
- Emlen, S. T. The Evolutionary study of human family systems. **Social Science Information**, 36, 563-589, 1997.
- Emlen, S.T. Evolution and stepfamilies: An Interview with Dr. Stephen T. Emlen, by David M. Kaplan and Molly L. Van Duser. **The Family Journal**, 7, 408, 1999.
- Giddens, A. **Sociologia**, Porto Alegre: Artmed, 2005.
- Goode, W. J. **Revolução Mundial e Padrões de Família**, São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1969.
- Goode, W. J. **A Família**, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970
- Ibge. **Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Ibge.
- Estatísticas do Registro civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1988. Ibge.

- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1994. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Ibge.
- Estatísticas do Registro Civil**, Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- Kerlinger, F. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo: EPU, 1980.
- Lopreato, J. & Yu, Mei-Yu Human Fertility and Fitness Optimization, **Ethology and Sociobiology**, 1988, 9:269-289.

Lopreato, J. & Crippen, T. **Crisis in Sociology**, New Brunswick (USA): Transaction Publishers, 1999.

Parsons, T. & Bales, R.F. **Family: Socialization and Interaction Process**, London: Routledge and Kegan Paul, 1956.

Pinker, S. **Tábula Rasa**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Ramos, D.P. Pesquisas de uso do tempo: um instrumento para aferir desigualdades de gênero.

**Estudos Feministas**. Florianópolis, 17(3): 32, setembro-dezembro de 2009.

Rosenberger, M. **A Lógica da Análise e do Levantamento de Dados**, São Paulo: Cultrix/Edusp, 1976.

ROSSI, A. (1984). Gender and Parenthood, **American Sociological Review**, v.49 (February: 1- 19).

SILVA, N. V. (1990). **Introdução à Análise de Dados Qualitativos**, São Paulo: Revista dos Tribunais/Vértice Universitária.

SCHOEBER, P.S. (2014). – **From Partners to Parents: the gender division of domestic work, parenthood and relationship quality of British Couples**, A thesis submitted to the Department of Social Policy of The London School of Economics for The Degree of Doctor of Social Policy, London, April 2009. Published by ProQuest, LLC.

Symons, D. (1979). **The Evolution of Human Sexuality**, New York: Oxford University Press.

Therborn, G. (2006). **Sexo e Poder – A Família no Mundo 1900-2000**, São Paulo: Editora Contexto.

Turke, P. W. (1989). Evolution and the demand for children. **Population and Development Review** 15, N.1, March.

Turner, J. (2000). **Sociologia – conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books.

Van Den Berghe, P.L. (1979). **Human Family Systems – An Evolutionary View**, New York: Elsevier North Holland.

# CAPÍTULO 09

BRASIL E CHINA NA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO: NOTAS SOBRE ACORDOS BILATERAIS, COMÉRCIO EXTERIOR E O FUTURO (2008 – 2019)<sup>57</sup>

## Raimundo Jucier Sousa de Assis

Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí – CCGEO/UFPI

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP/UFPI

Doutor em Geografia Humana – FFLCH/USP

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella s/n - Ininga, Teresina - PI,

CEP: 64049-550

E-mail: raimundojucier@ufpi.edu.br

## Osmar Fernando Alves da Silva

Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Piauí – CCGEO/UFPI

Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao CNPQ

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella s/n - Ininga, Teresina - PI,

CEP: 64049-550

E-mail: osmarfernando11@outlook.com

**RESUMO:** Após doze anos da última grande depressão global, a expansão da reprimarização do Brasil tem sido uma tentativa de crescimento econômico baseado na exportação de commodities e na importação de produtos industrializados, em grande destaque, do mercado chinês. Esse processo nos guia aqui para analisar tanto os acordos bilaterais entre o Brasil e a China como os dados das trocas assimétricas entre os dois países. Em suma, a investigação sobre a reprimarização do Brasil é uma forma de demonstrar como a influência do poder chinês penetra no território brasileiro a partir das alianças interestatais e das trocas assimétricas após a crise de 2008.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reprimarização. Comércio exterior. Brasil. China. Crise de 2008.

**ABSTRACT:** After twelve years of the last great global depression, the expansion of reprimarization of Brazil has been an attempt to economic growth based on exports of commodities and import of industrial products, mainly, the chinese market. This process allows us to analyze both bilateral agreements between Brazil and China, as well as data on asymmetric exchanges between the two countries. In short, the investigation of Brazil's reprimarization is a way of demonstrating how the influence of Chinese power penetrates Brazilian territory through interstate alliances and asymmetric exchanges after the 2008 crisis.

**KEYWORDS:** Reprimation. Foreign trade. Brazil. China. Crisis of 2008.

<sup>57</sup> Agradecimentos ao CNPq pelo financiamento da bolsa de iniciação científica e dos custeios do projeto de pesquisa “A China e a incorporação do sudoeste do Piauí na geopolítica contemporânea (2008 a 2021)”, investigação desenvolvida no curso de geografia da UFPI.

## 1. INTRODUÇÃO

Em tons de alarme de incêndio os jornais anunciam o fechamento das fábricas no Brasil. O Estadão espalha que a “ociosidade leva Pirelli a fechar fábrica de Gravataí”, “GM ameaça sair do país se não voltar ao lucro”<sup>58</sup>. O jornal Folha de São Paulo notícia que “a indústria brasileira implodiu, não será fácil resgatá-la”<sup>59</sup>. O Correio do Estado joga mais um jato d’água: “tradicional fábrica de biscoitos fecha as portas em Três Lagoas”<sup>60</sup>. A Terra é Redonda anuncia o aniversário de “quarenta anos de desindustrialização” brasileira<sup>61</sup>. E no assombro do aviso final, a GGN adverte que “só a derrota de Macri salva à indústria brasileira”<sup>62</sup>. Em diversos slogans é narrado o fato radical da “desindustrialização” e a montagem de um país que se entregou a “reprimarização” como a nova fórmula para o crescimento econômico.

Sob a cortina de fumaça das notícias, a reprimarização da economia se acelera com o contexto dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2008, com o acontecimento da crise do capitalismo e a clara ascensão chinesa como a segunda maior potência do mercado mundial. A China atua no território brasileiro numa mão dupla: desindustrializando-o ao sobrepor-se como a nova “oficina mundial” capaz de abastecer o mundo com produtos industriais baratos e reprimarizando-o ao apresentar-se como a principal economia que demanda *commodities* em quantidade elevadas. Como bem arrematou Pierre Salama, “destinadas cada vez mais às economias asiáticas, as exportações de matérias-primas produzidas, na verdade, com tecnologia de ponta compensam os déficits da indústria de transformação e permitem obter um saldo positivo da balança comercial” (SALAMA, 2012, p. 30).

Dessa maneira, o presente texto tem o objetivo central de discutir como os acordos bilaterais do Brasil com a China, em especial, a partir da crise de 2008, revelam como o Brasil aprofunda o processo de reprimarização da sua economia e se torna um país que afunila a sua participação no mercado mundial com base na

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/05/14/ociosidade-leva-pirelli-a-fechar-fabrica-de-gravatai.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>59</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/a-industria-brasileira-implodiu-nao-sera-facil-resgata-la.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/a-industria-brasileira-implodiu-nao-sera-facil-resgata-la.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/tres-lagoas/tradicional-fabrica-de-biscoitos-fecha-as-portas-em-tres-lagoas/351181/>

<sup>61</sup> Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/quarenta-anos-de-desindustrializacao/>

<sup>62</sup> Disponível em: <https://jornalgn.com.br/coluna-economica/so-a-derrota-de-macri-salva-a-industria-brasileira-por-luis-nassif/>

exportação de *commodities*. A nossa atenção aqui está em evidenciar, com auxílio também de dados estatísticos das trocas comerciais, como a necessidade chinesa por produtos primários, no posto de “nova fábrica do mundo”, exerce uma força motriz que impulsiona o ordenamento dos processos produtivos no território brasileiro, colocando-os como um exportador de grãos, de minérios, de carnes, entre outros produtos primários e, em correspondência, como um importador de produtos industrializados e eletrônicos chineses. É cabível também problematizarmos como essas trocas assimétricas se especializa e se divide entre distintos estados brasileiros<sup>63</sup>.

Para demonstrarmos isso, levantamos, organizamos em quadros e tabelas e analisamos os seguintes documentos: três acordos internacionais assinados a partir da crise de 2008 a 2016, o *Plano de Ação Conjunta (2010-2014)*, o *Plano Decenal de Cooperação (2012-2021)* e o *plano de ação conjunta (2015-2021)*, ambos assinados com a República Popular da China – RPC. O Relatório *China: direções globais de investimento 2018*, produzido durante o Governo Temer pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil); o relatório *Visão de futuro: 40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China*, do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC); e, por fim, analisamos e localizamos os dados estatísticos de exportação e importação das relações entre o Brasil com a China levantados e tabulados a partir da plataforma do Ministério da Economia.

É importante destacar também que para o desenvolvimento e análise de dados da pesquisa nos debruçamos sobre a perspectiva *geopolítica* desenvolvida pelo geógrafo David Harvey. Falamos “desenvolvida” por ser Harvey aquele que, de forma contundente, trata como os centros produtores de excedentes de capital (mercadorias, tecnologias e finanças em quantidade sempre maiores) tem exigido a contínua expansão geográfica. O próprio excedente força a necessidade da incorporação de novos espaço, por um lado, na medida que se faz necessário a abertura de territórios para exportar mercadorias, capital produtivo e investir finanças em infraestruturas, por outro, impele a abertura de novos territórios no sentido da busca por insumos para a

---

<sup>63</sup> Sobre a proposição original dessa proposta, pode ser consultado ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; EUA, China e o Sul/Sudoeste do Piauí: a construção de um projeto de pesquisa. In NUNES, Ranchimit Batista. **Experiências, Realidades e Contextos da Educação do Campo no Sul do Piauí**. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 99-112.

produção e de força de trabalho a baixos preços, ambas para a renovação do processo produtivo e para o abastecimento da alimentação da população dos centros da acumulação de capital<sup>64</sup>.

O excedente de capital em quantidade sempre maiores, sobretudo com a produtividade da terceira revolução industrial, e com o período hegemônico de financeirização da economia, após a década de 1970, moldam uma geopolítica do espaço mundial, processos que tentam recriar medidas que possibilitem a continuidade do crescimento econômico e, assim, utilizar a reestruturação e de novas dinâmicas econômicas e políticas nos territórios nacionais como saídas para as crises periódicas geradas pela não absorção desses excedentes de capital. A tese central de Harvey (2004, p. 40), assim, é que “a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica” e, principalmente, “sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político”<sup>65</sup>.

Em suma, a partir da análise dos acordos internacionais e dos dados estatísticos do comércio exterior entre o Brasil e a China, à luz da teoria da geopolítica do capitalismo de Harvey, temos refletido como o Brasil transforma-se num país movido pela dinâmica chinesa. Dessa forma, foi possível dividir a análise proposta pelo texto em três tópicos: o primeiro trata da China na geopolítica do capitalismo após a crise de 2008; o segundo penetra nos acordos bilaterais assinados entre o Brasil e a China e nas estatísticas das trocas comerciais entre os dois países. E, por fim, faz-se o esforço de apontar algumas sínteses e apontamentos sobre os principais ordenamentos territoriais que a transformação do país em um produtor de *commodities* tem revelado como manchas das trocas “assimétricas” do comércio exterior nos estados brasileiros.

---

<sup>64</sup> Escolhemos chamar de “geopolítica do capitalismo” por se referir ao título de um artigo clássico do autor, que trata do esforço dessa construção teórica; mas outras terminologias, como “geografia da acumulação de capital” ou “geografia histórica do capitalismo” cabiam como semelhante. Sobre dúvidas, pode-se cf. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Em destaque, o capítulo 5, “A geopolítica do capitalismo”.

<sup>65</sup> De forma mais ampla esse exercício metodológico pode ser consultado em um trabalho de maior fôlego. Ver ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago.** Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

## 2. SOBRE A CHINA NA GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO APÓS 2008

A China do início do século XXI, como destaca Wladimir Pomar, é um país consciente que é o novo centro industrial do mundo e que, igualmente aos outros centros de produtos manufaturados do passado, precisa criar estratégias para sobreviver com as crises e os percalços que possam surgir nos mercados exteriores para o excedente capital e produtos industriais chineses. Além disso, o projeto de crescer 10 % ao ano tem apresentado uma demasiada pressão sobre as matérias-primas, o que coloca a necessidade de desacelerar, entre 2 % a 3 %, o crescimento econômico. Isto é, um conjunto de medidas anticrise já vinham sendo tomadas, antes mesmo, da crise de 2008, estratégias que passava, segundo o autor, pela “elevação da renda da população, do estímulo ao consumo interno e da diversificação dos investimentos, de modo a transformar seu mercado interno no principal indutor do seu desenvolvimento, e mantendo sua competitividade internacional” (POMAR, 2003, p. 161).

Dessa forma, a crise de 2008, praticamente, depara-se com uma nova potência industrial que tenta controlar o excedente de produtos industriais pelo desenvolvimento do mercado interno e que, ao mesmo tempo, apresenta-se como “a nova oficina no mundo” com o aumento da sua participação no PIB global mesmo diante da recessão das exportações com a crise internacional. Em termos de números, Acioly, Costa e Macedo Cintra revelam que:

A participação da China no PIB global (em dólares correntes) entre 1980 e 1990 permaneceu praticamente estagnada e num patamar baixo (de 1,9 % para 1,8 %). A partir da década de 1990 verificou-se um aumento nessa participação de 273 % (de 1,8 % em 1990 para 3,7 % em 2000) que se acelerou ainda mais durante a década de 2000. Entre 2000 e 2005, período de expansão da economia mundial, a participação elevou-se de 3,7 % para 5 % (crescimento de 369 %), tendência ampliada entre 2005 e 2010, em virtude da crise internacional – que teve menor impacto negativo na China em relação aos demais países, já que a participação cresceu de 5 % para 9,3 %. Inclusive a participação da economia chinesa ultrapassou a do Japão (8,7 %) em 2010, tornando-se a segunda economia do mundo (2011, p. 45).

O PIB, como assinala Oliver Stuenkel (2018, p. 74), “não é uma medição ideal ou completa do poder de um país, mas ainda é o melhor substituto ou representante isolado ao discutirmos deslocamento do poder”. Dessa forma, é possível verificarmos que o crescimento da participação da China no PIB global, mesmo com a crise *subprime* de 2008, abriu um processo assimétrico na divisão internacional do trabalho que tem envolvido os EUA, a China e os demais países emergentes associados a essa corrente de comércio sino-americano. O excedente de capital na China

articulado com o Estado chinês passa a impor regras globais a partir do seu crescimento econômico, sobretudo nas relações sul-sul, expandindo geograficamente suas influências para outros países na Ásia, África e América Latina, como o Brasil.

O interessante é que EUA e China, mesmo competindo pelo mercado mundial, tem construído eixos específicos e complementares na geopolítica contemporânea. Para as empresas norte-americanas e outros capitais estrangeiros, interessa investir na China para aproveitar a mão de obra barata e o crescimento da economia do país. E nesse quesito, como assinala Giovanni Arrighi, “o capital estrangeiro (principalmente o dos Estados Unidos) precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro” (ARRIGHI, 2008, p. 359). Os chineses, praticamente, tornaram-se a nova “oficina do mundo” que abriga as corporações internacionais e nacionais e, cada vez mais, tem importado menos “produtos de maior valor agregado” tanto dos EUA como da África e da América Latina, mostrando ter uma indústria de bens de produção e de alta tecnologia. Assim, da China fabrica-se produtos industriais e tecnológicos, na contramão dos déficits dos seus concorrentes, em destaque, daqueles que tem seu mercado de bens de consumo industrializados abastecidos pelos asiáticos, como os norte-americanos. Além disso, a China, como a nova “oficina do mundo”, força a reprimarização de outras periferias do capitalismo que tem algum tipo de parque industrial com exportações regionais<sup>66</sup>.

Para Robert Kurz, atualmente, os Estados Unidos têm se particularizado no mercado mundial e focado seus investimentos naquilo que ele não tem concorrentes, isto é, na “máquina militar”. Isto, no entanto, enfraqueceu a economia real da indústria norte-americana, revelando-se em contínuos déficits com os países industrializados, sobretudo, os asiáticos. Entre as décadas de 1980 e 1990, segundo o autor, “foram sendo produzidas cada vez menos mercadorias industriais, em algumas áreas a regressão foi absoluta” nos Estados Unidos, o que tem apresentado déficit na balança comercial com o Japão, países da Europa até “transbordar de forma incrível, no comércio de mercadorias com os colossos Índia e China”. Para Kurz, a China é usada “como placa giratória das cadeias transnacionais de criação de valor, por causa das

---

<sup>66</sup> Ainda sobre a construção do projeto da China e suas diferenciações com os projetos ocidentais, sobretudo, dos Estados Unidos, consultar: ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução de Beatriz Medida. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

estruturas de baixos salários e a partir daí fornecem aos mercados dos Estados Unidos e de outros lugares”<sup>67</sup> (KURZ, 2015, p. 31).

Tem sido exatamente essa força de “placa giratória” da produção industrial chinesa que tem dado o forte poder de compra sobre outros países e, assim, constituído uma “corrente de transmissão” que opera influências nas trocas com as periferias do capitalismo, imprimido uma forte demanda por matérias-primas e produtos primários para a renovação dos processos produtivos, bem como, para a alimentação da enorme população chinesa, com 1,379 bilhão segundo o Banco Mundial. Esse processo da China força claramente a abertura dos territórios fracamente industrializados e tradicionalmente empenhados no abastecimento dos centros do capitalismo com produtos primários, assim, imprime uma força no redesenhar das manchas de territórios no exterior do país incorporados para a produção, especulação e exportação de *commodities*, restaurando nesse processo as trocas assimétricas entre um exportador de produtos industrializados e um importador de produtos primários.

O crescimento da economia chinesa, mesmo após a crise de 2008, tem ocupado um papel central no espaço mundial como uma “corrente de transmissão” para outros países na Ásia, África, Europa e América Latina, como o Brasil. Mesmo com a estratégia de fortalecimento do mercado interno e desaceleração da produção de excedentes, existe uma “necessidade chinesa cada vez maior de alimentos, petróleo, minério e outras matérias-primas, ao passo que Brasil, Índia e Rússia são grandes produtores desses produtos” (ACIOLY, COSTA PINTO, MACEDO CINTRA, 2011, p. 19). Instala-se assim uma lógica contraditória, o processo de mudança no padrão de crescimento apresenta a possibilidade de desacelerar também a demanda por *commodities*. No entanto, o aumento da renda da população mais pobre abre novos mercados, sobretudo, de alimentos, sem falar que a forte dependência dos EUA, dos produtos industrializados chineses, também passa a ser um processo que faz a China necessitar de matérias-primas de forma contínua.

Nessa perspectiva, o espinhoso tema da ascensão da China e sua ressonância em outros territórios nacionais e economias regionais ganha peso, no caso particular do Brasil, na medida que o processo de transição do crescimento da China continua a abrir mercados ligados ao setor das *commodities*. Com aproximadamente 55% da

---

<sup>67</sup> KURZ, Robert. **Poder Mundial e Dinheiro Mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

sua população morando nas cidades e no aumento do consumo pelas populações pobres, a lógica do crescimento marcada pela desaceleração das exportações continua a alargar mercados de importação de *commodities* ligadas a renovação dos processos industriais, também interligados a construção civil, a alimentação da população e a produção de biocombustíveis.

## 2.1 OS ACORDOS BILATERAIS E O COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE BRASIL E CHINA

As relações estratégicas entre Brasil e China vem, desde o início do século XXI, e mais precisamente entre 2008 a 2019, tomando novos rumos. Em grande parte, essa nova fase de fortalecimento e maturidade da relação estratégica bilateral entre os dois países se dá pela janela de oportunidade aberta ao Brasil pelo modelo de desenvolvimento vigente na China neste período, apresentado como uma das poucas saídas possíveis de crescimento e estabilidade da balança comercial após a crise de 2008. Em tons de celebração, mostra o Conselho Empresarial Brasil-China (2015, p. 37), em seu especial de 40 anos de relações diplomáticas, que:

A grande demanda chinesa de alimentos e da indústria intensiva em recursos naturais proporcionou um salto considerável nas exportações brasileiras de *commodities*, sobretudo de minério de ferro, soja, carnes, petróleo e celulose, enfatizando a complementaridade entre as duas economias.

O que torna central dizer é que, diferentemente das grandes tensões geopolíticas e das grandes crises nos centros industriais, como as duas guerras e a crise de 1929, que fortaleceram o modelo de industrialização como substituições de exportações para países como o Brasil, a crise de 2008, até agora, apresenta que o caminho das periferias do capitalismo tem sido o processo de “desindustrialização precoce” e de “reprimarização”, como chamou Pierre Salama (2012), interpretando esse deslocamento das periferias do Sul com os centros do Norte como uma reconfiguração da economia mundial que tem como novo centro as economias asiáticas, sobretudo, a China, apresentando nessa relação Sul-Sul que é possível crescer economicamente a partir do abastecimento do mercado asiático com *commodities*.

A parcela do comércio da América Latina com a China e a Índia aumenta fortemente. O Brasil, ao triplicar o comércio com a China, entre 2006 e 2010, mantém relações comerciais cada vez mais estreitas com esse país. Mas a troca é assimétrica: a China exporta principalmente produtos manufaturados para o Brasil e compra dele matérias-primas. Graças à extensão de suas exportações para a China, o constrangimento externo do Brasil não funciona mais como limite ao crescimento, como foi o caso no passado. O crescimento elevado da China “puxa” em parte o do Brasil (SALAMA, 2011, p. 229-230).

A reprimarização não se trata, dessa forma, de um retorno aos processos antigos, mas uma estratégia de crescimento econômico a partir das exportações de *commodities*, aproveitando os preços altos e a disponibilidade de alguns produtos primários em grandes quantidades no mercado mundial. Uma das faces dessa fase de desindustrialização precoce e de amadurecimento da reprimarização pode ser percebida desde a criação, em 2004, da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e de Cooperação – (COSBAN). Essa comissão, através de suas subcomissões que representam as diversas áreas estratégicas entre o Brasil e a China, tem o objetivo de ser o principal mecanismo de relação entre os dois países, contribuindo assim para uma cooperação abrangente e de longo prazo. A mesma é utilizada também para regulamentar, desenvolver e implementar planos que fundamentem, de fato, essas relações estratégicas bilaterais.

Os acordos bilaterais, articulados com os dados do comércio exterior, estão entre as principais evidências da institucionalização da divisão territorial do trabalho entre o Brasil e a China. O levantamento e a análise dos documentos oficiais entre esses dois países nos permitem apreender os planos que legitimam e qualificam o Brasil como um país produtor de *commodities* e consumidor de produtos industrializados no atual redesenho dessa geopolítica bilateral. Para isso, além de outras fontes complementares, torna-se central os três acordos bilaterais assinados entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China após a crise de 2008, a saber: o Plano Nacional de Ação Conjunta (2010-2014), o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e do Plano de Ação Conjunta (2015-2021).

O Plano de Ação Conjunta (2010-2014) define objetivos e metas para a cooperação bilateral e busca aprimorar os mecanismos já existentes nessa relação, aprofundando as trocas nas áreas política, econômica, agrícola, industrial e tecnológica. Já o plano decenal (2012-2021) aparece como um complemento do Plano de Ação Conjunta e tem como objetivo destacar as áreas prioritárias e os projetos-chave em cada uma dessas áreas no período de 2012 a 2021 (Figura 1). Por fim, o Plano de Ação Conjunta (2015-2021) aparece como uma atualização para o Plano de Ação anterior (2010-2014), que já estava no fim de sua vigência, e como uma reafirmação para o que foi acordado no Plano Decenal (2012-2021).

Quadro 01 – Os acordos bilaterais entre Brasil e China.

<b>Plano de Ação Conjunta (2010-2014)</b> <b>Plano de Ação Conjunta (2015-2021)</b>	<b>Plano decenal de cooperação conjunta</b>
Artigo 5 – Área Econômico-Comercial	Ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial
Artigo 6 – Área de Energia e Mineração	Minas, Energia, Infraestrutura e Transporte
Artigo 7 – Área Econômico-financeira	Investimento e Cooperação Industrial e Financeira
Artigo 8 – Área de Agricultura	Cooperação Econômica e Comercial
Artigo 9 – Área de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena	Cooperação Cultural, Educacional e intercambio entre os povos
Artigo 10 – Área de Industria E tecnologia da Informação	-
Artigo 11 – Cooperação Espacial	-
Artigo 12 – Área de Ciência, Tecnologia E Inovação	-
Artigo 13 – Área cultural	-
Artigo 14 – Área de Educação	-

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos acordos bilaterais entre Brasil e China, 2008 a 2021.

Percebe-se, após a leitura e análise dos planos, que os pontos acordados sempre focam na ideia de “investimento e cooperação mútua entre os países”. Entretanto, a interpretação que se tem é que as áreas chave da produção de *commodities*, energéticas e agrícolas, e a questão econômica e técnica científica que as envolve, recebem um destaque maior dessa discussão e no direcionamento dos investimentos. Isso é comprovado nos diversos artigos dos Plano de Ação Conjunta e nos capítulos principais do Plano Decenal, como poderemos observar nos parágrafos seguintes.

No artigo 6 do plano de ação conjunta (2010-2014), intitulado “Área de Energia e Mineração”, é colocado que “as duas partes concordam sobre o grande potencial de cooperação na área de investimentos bilaterais no setor de energia e mineração.” (Brasil, 2010) e a partir desse conhecimento do potencial brasileiro nesse setor, os países acordam em intensificar a cooperação e a desenvolver parcerias na área de biocombustíveis. Ambos também concordam em promover o investimento em infraestrutura para possibilitar a exploração econômica de recursos e produtos minerais.

Com a assinatura do Plano de Ação Conjunta (2015-2021) nota-se uma postura muito mais disposta, de ambas as partes, para investir no setor de energia e mineração. Além de concordarem “(...) em facilitar os investimentos bilaterais,

inclusive investimentos em infraestrutura para apoiar as exportações para a China, bem como o processo de agregação de valor à produção e o processamento local.” (BRASIL, 2014) como podemos ver, no artigo 6 do referido plano, ainda é colocado que:

8. As duas Partes concordam em ampliar a cooperação entre empresas brasileiras e chinesas no setor de mineração; (...) e promover os investimentos necessários em infraestrutura para possibilitar a exploração econômica de recursos minerais e o comércio de produtos minerais.

Referente a área da agricultura, no artigo 8, ambos os países acordam em fortalecer a cooperação no comércio de produtos agrícolas, garantem também o fortalecimento de investimento em pesquisas agrícolas, conduzindo estudos conjuntos em recursos de germoplasma de plantas e animais de alta qualidade, biotecnologias, tecnologias de energia de biomassa e tecnologias de produção agrícola. É importante destacar também nesse artigo, mais precisamente no parágrafo 10, o interesse da China em investir no setor agrícola brasileiro:

O Banco de Desenvolvimento da China se dispõe a oferecer apoio financeiro para o desenvolvimento da cooperação bilateral em agricultura, inclusive por meio de iniciativas em pesquisa agrícola, comércio agrícola, investimento agrícola mútuo e workshops e seminários de tecnologia entre o Brasil e a China.

É importante deixar claro também a importância dada à área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Como o próprio Plano de Ação (2010-2014) conjunta nos mostra, no início do artigo 12, “as partes consideram que a ciência, a tecnologia e a inovação têm um papel estratégico na elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e para a competitividade de ambos os países” (Brasil, 2010). Aqui chama-se a atenção para o fato de que dentro das áreas definidas como prioritárias desse artigo temos áreas como as de bioenergia e biocombustíveis, e as de ciências agrárias. Ambas as áreas importantes para o desenvolvimento chinês e para a sua permanência no seu novo posto de “nova fábrica do mundo”.

Com a atualização do artigo 12, proposta pelo Plano de Ação Conjunta (2015-2021), essa importância dada à área de “Ciência, tecnologia e informação” não só é mantida como em grande parte ampliada. Isso fica claro quando observamos a inserção de novas áreas vistas, por ambas as partes do acordo, como “áreas prioritárias de cooperação”:

2. As duas Partes concordam que são áreas prioritárias de cooperação: energias renováveis; bioenergia e biocombustíveis; novos materiais e nanotecnologia; ciências agrárias; mudanças do clima; tecnologia de bambu e ratã; clima espacial; economia criativa e indústria criativa; inovação; cidades

inteligentes; tecnologias da informação e comunicação (TIC) e computação em nuvem; e biomedicina e saúde.

No plano decenal de cooperação o que temos é a reafirmação do que foi dito anteriormente sobre o plano de ação conjunta e um maior direcionamento de investimentos para a produção de *commodities* e para o desenvolvimento de infraestrutura para o escoamento da exportação das mesmas. Como podemos ver no capítulo 4 do Plano Decenal de Cooperação, intitulado “Cooperação Econômica e Comercial”, onde, no subtópico “alimentação e agricultura”, é enfatizada a necessidade de “promover o investimento mútuo no setor agrícola, incluindo setores de grãos, processamento de alimentos, e logística no transporte de produtos agrícolas, como ferrovias, rodovias, expansão de portos e novas instalações portuárias.” (Brasil, 2011).

Dessa forma, as assinaturas desses acordos representam o planejamento entre Brasil e China no que diz respeito à investimentos e tecnologias, em setores da produção e da circulação necessárias para as trocas comerciais e as dinâmicas da economia brasileira, mas que ecoam em toda a região. Dessa forma, complementa ainda Camila Moreno (2015, p.65):

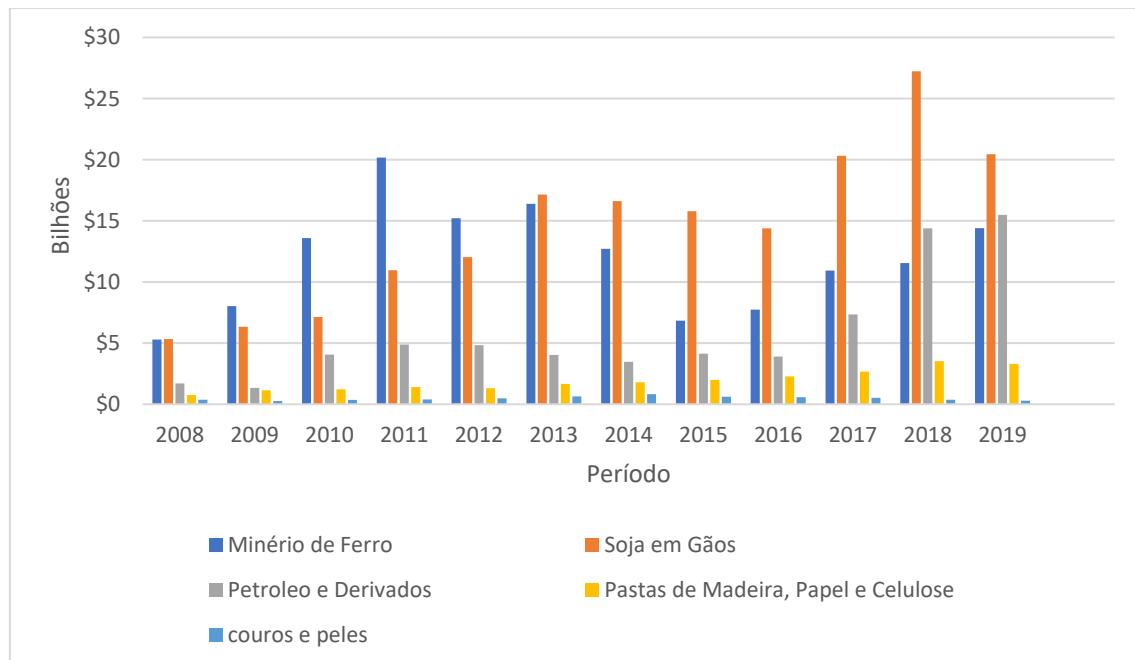
(...) a crescente presença de investimentos chineses em setores-chave da economia brasileira concretiza uma ação coordenada e planificada entre os dois países, na busca de “benefícios mútuos e ganhos compartilhados” (...). Ou seja, a entrada da China como uma potente força econômica e que se reflete nos territórios vem sendo executada de forma planificada e integrada a um projeto nacional.

Por fim, a consolidação do Plano Nacional de Ação Conjunta (2010-2014), do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e do Plano de Ação conjunta (2015-2021) nos deixam claro como a China vem, por meio de investimentos em diversas áreas, citadas anteriormente, imprimindo no território brasileiro profundas marcas de sua dependência por *commodities*, impulsionando a reprimarização da indústria brasileira, direcionando-a para a produção e exportação de produtos de baixo valor agregado e para a importação de produtos chineses de alto valor agregado. Essa afirmação, ficará mais clara com as pautas e os resultados de importação e exportação do Brasil em relação a China a seguir.

Sobre a relação entre Brasil e China, Debora Santos e Marianne Oliveira afirmam que após o ano de 2008 ocorrem os principais avanços em relação ao mercado mundial entre os dois países, culminando na transformação da China em 2009 no principal comprador das exportações brasileiras. Desde então o Brasil tem se

especializado cada vez mais no mercado de produtos de “menor valor agregado”. Essa especialização é comprovada quando se levanta os principais produtos exportados desde a assinatura do primeiro acordo bilateral após a crise de 2008 (ver Gráfico 01).

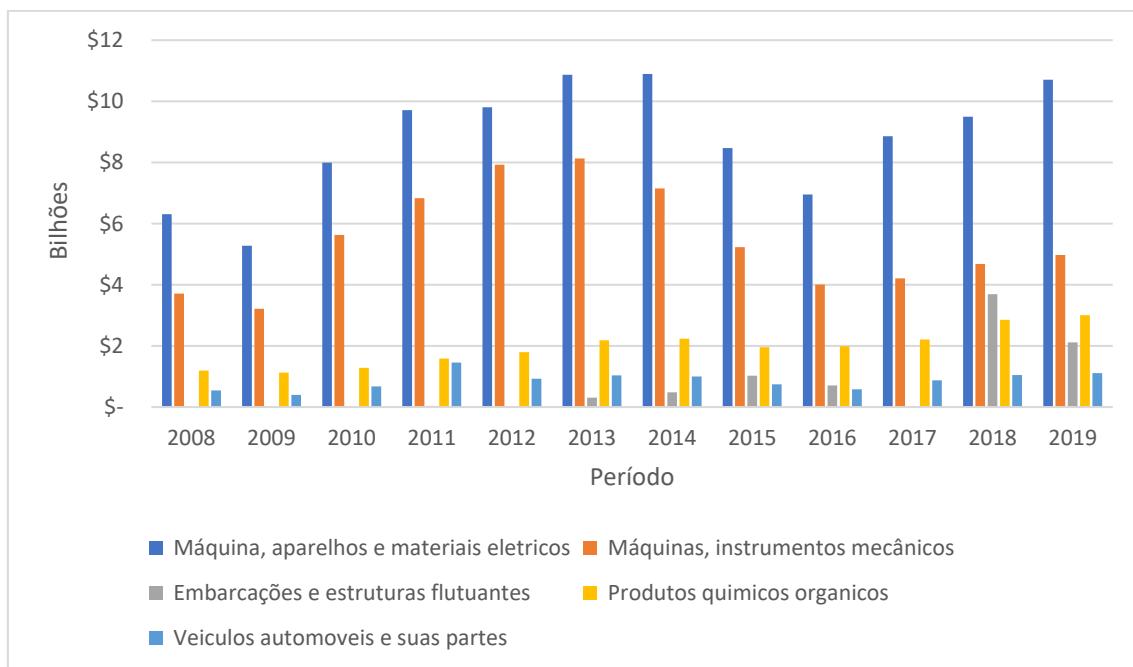
Figura 02: Pautas de exportação do Brasil para a China (2008 a 2019).



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Ministério da Economia (COMEX STAT), 2008 a 2019.

No gráfico acima, onde podemos visualizar os cinco produtos em que a China está à frente na compra, comprova-se o foco da economia brasileira no que diz respeito a produção de commodities para exportação. Segundo Santos e Oliveira, “o Brasil tornou-se em menos de 20 anos um fornecedor de produtos de baixo valor agregado, enquanto importa uma quantidade cada vez maior de bens tecnológicos provenientes da China.” (SANTOS e OLIVEIRA, 2014, p. 7). Ao verificar também a pauta de importação (Tabela 03) fica claro, nessas trocas, a relação “assimétrica” existente entre um centro industrial de produtos tecnológicos e um exportador de produtos primários no período da terceira revolução industrial.

Gráfico 02 - Pautas de importação do Brasil com relação a China (2008 a 2019).



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Ministério da Economia (COMEX STAT), 2008 a 2019.

Na tabela acima visualiza-se, em contraponto à tabela de exportação, que a pauta de importação brasileira em relação a China é caracterizada em muito por produtos de alto valor agregado, como máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, embarcações e estruturas flutuantes, produtos químicos orgânicos, veículos automóveis e suas peças. Essa grande taxa de importação de produtos tecnológicos da China legitima a “fragilidade” da indústria brasileira, fato esse que impede a possibilidade de produzir e competir no mercado mundial com esses produtos de maior valor agregado.

No entanto, as possibilidades de crescimento econômico articulado com a reprimarização tem se tornado o discurso dominante entre as instituições oficiais que cuidam de analisar a balança comercial brasileira e chinesa. Além do mais, a China tem se tornado uma referência na produção de tecnologias de ponta e de insumos químicos para a agropecuária, sendo a atividade do desenvolvimento do agronegócio brasileiro também um espaço novo para a expansão do excedente no mercado chinês no Brasil. No final, o destaque tem sido para o superávit da balança comercial brasileira, entre elas, dado pelo Conselho Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, no documento *O Agronegócio Brasileiro no Mundo*:

Entre 2016 e 2018, as compras do agronegócio brasileiro feitas pela China saltaram de US\$ 23 bilhões para entre US\$ 37 bilhões e US\$ 38 bilhões, e

parte deste montante é relativo à soja, produzida para exportação apenas pelo Brasil, pela Argentina e pelos EUA. Com as controvérsias comerciais envolvendo taxação sobre a soja norte-americana, houve maior demanda pelo produto brasileiro, o que primariza ainda mais a pauta de exportação. Enquanto uma tonelada de soja vale US\$ 500, uma tonelada de carne é negociada entre US\$ 2 e 5 mil, o que adiciona valor à agropecuária brasileira (LIMA, JANK & MALAN, 2019, p. 9).

Essa visualização das pautas de importação e exportação é de suma importância para a análise desse redesenho da economia brasileira. É através da tabulação desses dados que se torna possível entender a solidez e a interdependência das relações de troca entre Brasil e China, como assinala o mesmo documento, “quando se atenta apenas para o Brasil, é importante destacar que em 2018 o país ultrapassou a barreira de US\$ 100 bilhões nas exportações do agronegócio, importando apenas US\$ 14 bilhões, superávit que representa sete vezes mais o volume de vendas em relação às compras”. Percebe-se, dessa forma, a crescente exportação de produtos primários do Brasil em direção a China, mesmo em períodos como entre 2016 a 2018, onde ambos passaram por instabilidades político-econômicas, com o processo de *afastamento* movido contra a ex-presidente Dilma Rousseff e com a queda da bolsa de Xangai.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS – ORDENAMENTO DA GEOGRAFIA DO BRASIL PELA DEMANDA EXTERIOR**

A partir de um conjunto de medidas, entre elas os acordos bilaterais entre o Brasil e a China articulados com os dados do comércio exterior, é possível verificar como o território brasileiro se reprimariza, cada vez mais, estando voltado para o suprimento de alimentos e matérias-primas, sobretudo, da economia asiática. Como trata o CEBRI, a geografia do agronegócio mudou: “se há 20 anos, Europa consumia 43% das vendas brasileiras, e os EUA, 19%, há agora uma queda brutal deste último, acompanhada do surgimento da Ásia como compradora. Tal movimento será seguido de aumentos de exportações para o Oriente Médio e para a África” (LIMA, JANK & MALAN, 2019, p. 11).

Além da geopolítica do capitalismo brasileiro que vai sendo alargada a partir da produção de alimentos e matérias-primas é possível verificarmos que o território nacional, sobretudo as áreas não-metropolitanas, vem sendo ordenado por profundas mudanças associadas as formas de produção e circulação interligadas com o

comércio exterior de *commodities* no Brasil. As manchas das dinâmicas internacionais que surgem no território brasileiro a partir da exploração e produção de *commodities*, como fruto da necessidade chinesa por produtos primários, se tornam visíveis quando tentamos espacializar os estados em que existe, majoritariamente, uma relação de exportação com a China.

Segundo os dados de 2019 do Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviço – MDIC – esses estados, que são os principais responsáveis pela exportação das *commodities*, como minério de ferro, soja, petróleo, entre outros produtos primários para a China, são Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Como vimos também, o Brasil não se classifica apenas pela grande taxa de exportação de produtos primários para a China, o país está inserido também no papel de grande importador de bens tecnológicos e industrializados chineses.

Dessa forma, é válido também salientar que as transformações territoriais da reprimarização também abrem espaço novo para a importação de tecnologias de ponta, insumos químicos, aparelhos digitais, entre outros. Numa tentativa simples de localização do destino desses produtos chineses no Brasil, através dos dados do MDIC de importação de 2018, é possível evidenciarmos os principais estados brasileiros que mantêm relação de importação de produtos de “alto valor agregado” chineses, a saber: Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

O que está em evidência, após a crise de 2008, é que o Brasil se transforma de modo acelerado no reservatório territorial produtor de *commodities* para o abastecimento da China e receptor de produtos de alta tecnologia. Interligado a esse processo, as frações das unidades federativas são redirecionados para abastecer o mercado chinês e novas fronteiras, como é o caso do Matopiba<sup>68</sup>, são abertas pela força do processo de reprimarização do país e a demanda da economia chinesa. Nos próximos textos nos dedicaremos melhor a destacar como o Matopiba, sobretudo, a particularidade do sudoeste do território do Piauí, tem sido incorporado após a crise

---

<sup>68</sup> “MATOPIBA é um acrônimo a partir das iniciais dos estados brasileiros do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Ficou assim conhecida em reportagens da mídia e projetos do governo (...) O governo tornou oficial a região do MATOPIBA por meio do Decreto no. 8.447, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e o seu Comitê Gestor articulando os referidos estados e diversos ministérios (PITTA, BOECHAT & MENDONÇA, 2017, p. 156)

de 2008 na geopolítica chinesa e quais os impactos territoriais dessa nova dinâmica mesoregional interligada ao mercado mundial.

Para concluir, faz-se necessário destacar que sabemos do desafio de realizar uma leitura desse universo dinâmico acerca da discussão sobre a relação bilateral “assimétrica” existente do Brasil com a China. Essa multiplicidade de pesquisas documentais e a montagem de um observatório constante tem sido fundamental, principalmente, após o último processo eleitoral brasileiro, que culminou na eleição do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. O ano de 2019 tem sido marcado por discursos contra a ordem geopolítica Sul-Sul e a relação entre os dois países continua incerta, por mais que exista indícios de que essa relação ganhe continuidade, a saber: pela reativação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e de Cooperação – (COSBAN) na visita do vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão à China, para o 5º encontro da COSBAN, essa visita marca também o início da pretensão de uma revisão do Plano Decenal (2012-2021) com um intuito de preparar um novo Plano Decenal que terá vigência no período de 2022 a 2031.

Nessa perspectiva salienta-se a importância desses planos bilaterais que regem a relação entre os dois países. Vale lembrar também como nos mostra Tatiana Rosito (2020), em um artigo publicado pelo Conselho Empresarial Brasil China – CEBC, que um novo acordo deve buscar interpretar a realidade atual, de certa forma incerta e que se transforma a uma velocidade nunca antes vista, em que começamos essa nova década.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana; COSTA PINTO, Eduardo Costa; MACEDO CINTRA, Marcos Antonio. As Relações Bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. São Paulo: Grupo de Trabalho sobre a China / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Ipea, 2011, 56p.

ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org). **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medida. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; **EUA, China e o Sul/Sudoeste do Piauí: a construção de um projeto de pesquisa**. In NUNES, Ranchimit Batista. Experiências, Realidades e Contextos da Educação do Campo no Sul do Piauí. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 99-112.

\_\_\_\_\_. A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. **Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010-2014**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano\\_de\\_acao\\_conjunta\\_2010\\_-\\_2014\\_2\\_.pdf](http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf)

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Brasília:[S.n], 2011 Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AcordoChina2012.pdf>

\_\_\_\_\_. **Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2015-2021**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9694-declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-doconselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015#planoacaoAcesso>

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. **China: Direções Globais de Investimento 2018**. Rio de Janeiro: CEBC, 2018. Disponível em: <http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>

\_\_\_\_\_. **Visão de Futuro: 40 anos de relação diplomática entre brasil e china**. Rio de Janeiro: CEBC, 2015. Disponível em: <http://cebc.org.br/2015/01/27/10a-edicao-visao-de-futuro/>

Escher, Fabiano. Et al. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: CEBC. **China: Direções Globais de Investimento 2018**. Rio de Janeiro: CEBC, 2018, p. 190-227.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

KURZ, Robert. **Poder Mundial e Dinheiro Mundial:** crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LIMA, José Alfredo Graça; JANK; Marcos; MALAN, Pedro. **O Agronegócio Brasileiro no Mundo.** Conselho Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI. Breaking News #27, Rio de Janeiro, fevereiro de 2019.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ROSITO, Tatiana. **O Plano Decenal BRASIL-CHINA 2022-2031: oportunidade de preparação e realinhamento.** Conselho Empresarial Brasil China – CEBC. *Carta Brasil-China*, ed.25. abril, 2020. Disponível em: <https://cebc.org.br/2020/04/28/o-plano-decenal-brasil-china-2022-2031-oportunidade-de-preparacao-e-realinhamento/>

SANTOS, Débora Almeida Nascimento dos; OLIVEIRA, Marianne Costa. **Relações Econômicas entre Brasil e China no Período de 2008 a 2013.** ANAIS do IV Semana do Economista e IV Encontro de Egressos. Ilhéus/ BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014.

SALAMA, Pierre. **China-Brasil:** industrialização e “desindustrialização precoce”. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan.-jun. 2012.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Ocidental:** potências emergentes e a nova ordem global. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

# CAPÍTULO 10

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO.

## **Loreine Hermida da Silva e Silva**

Doutora em Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO Pró-Reitoria de Planejamento

Endereço: Avenida Pasteur 296, Sala 615 - Urca - Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: [loreine.hermida@unirio.br](mailto:loreine.hermida@unirio.br)

## **Daniele dos Santos Zeferino**

Mestre em Administração – Universidade do Grande Rio - Unigranrio

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO Pró-Reitoria de Planejamento

Endereço: Avenida Pasteur, 296, sala 615 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: [daniele.zeferino@unirio.br](mailto:daniele.zeferino@unirio.br)

## **Elizabeth da Silva Guedes**

Mestre em Educação - Universidade Estácio de Sá - UNESA Doutoranda em Educação - Universidade Estácio de Sá - UNESA

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO Pró-Reitoria de Planejamento

Endereço: Avenida Pasteur, 296, Sala 615 - Urca - Rio de Janeiro - RJ, Brasil

E-mail: [elizabethlynch@unirio.br](mailto:elizabethlynch@unirio.br)

**RESUMO:** A UNIRIO é uma fundação integrante do Sistema Federal de Ensino Superior, que tem como missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber. Buscando acrescer dados sobre gestão, esse estudo teve como objetivos caracterizar e dar visibilidade ao processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRIO. O estudo demonstrou que o PDI teve como pressupostos primários: transparência, construção participativa, continuidade, monitoramento, avaliação, revisão permanente e flexibilidade. Foi elaborado utilizando o método top down do BSC, partindo de perspectivas e objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, capturando metas e ações num estilo bottom up. Na confluência das vertentes, foram descobertas as iniciativas estratégicas resultantes do desdobramento dos objetivos e do agrupamento das ações propostas. Os indicadores dos objetivos estratégicos foram estabelecidos. Utilizou-se a análise SWOT facilitada pela avaliação institucional. O PDI estabeleceu 14 objetivos estratégicos, segundo 3 perspectivas do planejamento estratégico no setor público: resultados institucionais, processos internos, pessoas e recursos. O PDI foi finalizado com 14 (quatorze) objetivos estratégicos, 71 iniciativas estratégicas e 806 ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano de Desenvolvimento Institucional, Construção Participativa, UNIRIO.

**ABSTRACT:** UNIRIO is a foundation that is part of the Federal Higher Education System, whose mission is to produce and disseminate knowledge in different fields of knowledge. Seeking to add data on management, this study aimed to characterize and give visibility to the process of construction of UNIRIO's Institutional Development Plan (PDI). The study demonstrated that the PDI had as primary assumptions: transparency, participatory construction, continuity, monitoring, evaluation, permanent review and flexibility. It was developed using the BSC top down method, starting from strategic perspectives and objectives and, at the same time, capturing goals and actions in a bottom up style. At the confluence of the strands, the strategic initiatives resulting from the unfolding of the objectives and the grouping of the proposed actions were discovered. Indicators of strategic objectives have been established. The SWOT analysis facilitated by the institutional evaluation was used. The PDI established 14 strategic objectives, according to 3 perspectives of strategic planning in the public sector: institutional results, internal processes, people and resources. The PDI was concluded with 14 (fourteen) strategic objectives, 71 strategic initiatives and 806 actions.

**KEYWORDS:** Institutional Development Plan, Participatory Building, UNIRIO.

## 1. INTRODUÇÃO

As universidades federais brasileiras assumem função estratégica na construção de um país alinhado com os ideais de igualdade, justiça e fraternidade diante dos incitamentos da educação contemporânea em todos os níveis e esferas e de sua importância para o destino do país.

Constitui um grande desafio planejar o futuro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) por esta ser uma instituição pública de ensino superior, situada em uma região de profundos contrastes, como é a região Sudeste do país. A UNIRIO, atenta às transformações advindas da nova gestão pública que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos, busca implementar um processo de modernização e de inovação visando fortalecer a sua posição institucional, considerando a sua significativa relevância social no Estado do Rio de Janeiro.

Os inúmeros indicadores institucionais apontam ótimos resultados alcançados pela UNIRIO e ratificam a constatação de que os progressos por ela obtidos e a consonância com as políticas e estratégias adotadas nacionalmente são motivo de encorajamento para a comunidade universitária.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi construído como instrumento gerencial que agrupa ideias, no universo da diversidade acadêmica, para realizar esforços e mobilizar recursos de maneira coerente, perseguindo objetivos amplamente discutidos e previamente estabelecidos por todos os segmentos da Universidade (UNIRIO, 2016).

Por estar inserida em contextos históricos específicos, em níveis mais locais e regionais ou em níveis mais amplos, de abrangência nacional e internacional, que fazem emergir e amadurecer as suas concepções e práticas de direção político-institucional, a universidade não está imune às imposições e limitações de origem exógena, não pode ignorar pressões advindas e constituídas a partir de diversos tipos de interesses e, tampouco, deve ignorar novas demandas sociais legitimamente constituídas (UNIRIO, 2016).

A Universidade deve proceder as suas escolhas, responder às cobranças e exercer suas funções críticas, sem se eximir à responsabilidade histórica de renovar e produzir saberes que venham ao auxílio da construção de novas realidades sociais, mais solidárias e mais justas. Na UNIRIO, os agentes de governança zelam pela sustentabilidade da Instituição, com vistas à perenidade de seu projeto pedagógico,

incorporando na definição e execução de suas ações processos considerados de ordem socioambiental.

A UNIRIO constitui-se em corpo social, bem público a serviço da sociedade, que se afiança como Instituição capaz de debater o contexto político, econômico, social, cultural e ambiental e de neles intervir. Garantir a produção de conhecimento inovador e crítico, fruto do respeito à diversidade, à heterogeneidade e à pluralidade de ideias, que, somadas às diretrizes norteadoras relacionadas aos princípios básicos de gestão, garantirão o alcance da sua missão e da visão de futuro é o seu grande desafio.

Absorver em seu coletivo discente cidadãos advindos de setores sociais menos favorecidos em termos econômicos é também um desafio que precisa ser enfrentado pelas universidades, que ao serem inclusivas e abertas a estabelecer formas de acesso mais abrangentes e democráticas e ao se recusarem a manter participação no perverso processo de estratificação social historicamente instituído e consolidado no país contribuem para que a construção do conhecimento seja autônoma e independente de injunções econômicas e/ou ideológicas.

Por ser um dos principais agentes de transformação social, é necessário à universidade buscar compreender amplamente a realidade na qual está inserida, pois somente desta forma ela estará preparada para responder às suas demandas internas e externas, visando cumprir sua missão e contribuir para o desenvolvimento humano, com ênfase na responsabilidade social.

A elaboração do PDI se configura como momento oportuno para a reflexão da comunidade acadêmica sobre os rumos percorridos pela UNIRIO nos anos recentes, sobre os rumos que vêm sendo atualmente trilhados e aqueles que almeja delinear para o seu futuro próximo, pois possui um quinquênio de vigência, suplantando a simples obrigatoriedade estabelecida pela legislação brasileira, prevista por um conjunto de normas, dentre as quais as que criaram o SINAES, por intermédio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Construído para o período de 2017-2021, o PDI da UNIRIO foi elaborado nos moldes do Artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Ainda que o Plano tenha como uma de suas finalidades o atendimento às exigências legais para recadastramento da Universidade perante o MEC, no Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Processos que

regulam a Educação Superior do Brasil (e-MEC), ele é construído para ser, com a sua operacionalização, um importante instrumento de gestão e tomada de decisões.

Nesse sentido, o propósito deste estudo foi caracterizar e dar visibilidade ao processo de construção participativa do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a identidade institucional.

Assim, pergunta-se: como ocorreu o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIRIO?

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com o objetivo de dinamizar a gestão institucional identificada com valores associados aos objetivos do milênio e a partir de sua missão e visão de futuro, O PDI 2017-2021 da UNIRIO configura- se como a primeira etapa de um processo que visa articular ações capazes de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e se tornar centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica, cultural e na produção de conhecimento de valor para a sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento institucional de caráter estratégico, contendo: histórico da IES, sua implantação e evolução, descrição atual com dados quantitativos e qualitativos, estrutura organizacional e de gestão, objetivos e metas que pretende realizar no ensino, na pesquisa e na extensão (BERTOLDI, 2006).

A consolidação da cultura do planejamento no lócus acadêmico e a utilização do PDI como peça- chave na tomada de decisões institucionais são cruciais para a garantia da eficácia do instrumento. Os mecanismos de gestão, comunicação, informação e avaliação institucionais também precisam ser fortalecidos, devido à sua importância na implementação do planejamento estratégico, quer seja em nível da Administração Superior, quer seja em suas unidades acadêmicas e administrativas.

Colombo (2011) ilustra que uma gestão responsável dos processos acadêmicos e administrativos de uma Instituição de Ensino Superior comprehende atitudes e procedimentos de seus gestores que envolvem planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados no sentido de atingir metas e objetivos estabelecidos em seu PDI.

O planejamento estratégico da UNIRIO seguiu a Administração Pública moderna na tendência de adotar metodologias e ferramentas consagradas nas organizações do mercado global. Ao mesmo tempo, busca revisitar o PDI anterior, vigente de 2012 a 2016, e alinhar os objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas da UNIRIO às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011- 2020).

Como ocorre em todo processo de planejamento estratégico, os objetivos e metas foram estabelecidos tendo como base um diagnóstico da situação da Instituição à época de sua elaboração.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A UNIRIO é uma fundação de direito público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior. Originou-se da criação, no ano de 1969, da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), que reunia estabelecimentos isolados de Ensino Superior, anteriormente vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria, da Saúde e da Educação e Cultura. (BRASIL, 1969).

A criação da FEFIEG propiciou a integração de instituições tradicionais, como a Escola Central de Nutrição, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, o Conservatório Nacional de Teatro (atual Escola de Teatro), o Instituto Villa-Lobos, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a FEFIEG passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) (BRASIL, 1975). Dois anos mais tarde, foram incorporados à FEFIERJ o Curso Permanente de Arquivo (do Arquivo Nacional) e o Curso de Museus (do Museu Histórico Nacional).

Em 5 de junho de 1979, pela Lei nº 6.555 (BRASIL, 1979), a FEFIERJ foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) e, em 24 de outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome da Instituição para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, todavia a sua sigla se manteve inalterada (BRASIL, 2003).

## 2.2 MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

A identidade institucional da UNIRIO é representada por sua missão, visão e princípios, constituindo-se essa tríade em um conjunto de macrobalizadores que regem, inspiram e conduzem os rumos da Instituição e orientam as decisões, atitudes

e comportamentos de toda a comunidade na busca de seus objetivos e no exercício das suas responsabilidades, tendo os princípios institucionais como referência.

A UNIRIO tem como missão a produção e disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade (UNIRIO, 2001).

Ser reconhecida como centro de referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometido com as transformações da sociedade é a sua visão (UNIRIO, 2016).

A UNIRIO rege-se pelos seguintes princípios: i. conduta ética; ii. humanismo; iii. democracia e participação; iv. pluralismo teórico-metodológico; v. universalidade do conhecimento; vi. interdisciplinaridade do conhecimento; vii. excelência; viii. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ix. inserção regional, nacional e internacional; x. natureza pública; xi. gratuidade do ensino de graduação e xii. sustentabilidade (UNIRIO, 2016).

Ainda com relação aos seus princípios, cabe destacar: a ética, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público; o compromisso social, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais; a equidade, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão; a democracia, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade; a sustentabilidade, pautada pela responsabilidade socioambiental e a excelência pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais (UNIRIO, 2001).

A Legislação de criação da UNIRIO é a seguinte: Decreto-Lei nº 773, de 20/08/1969: cria a FEFIEG; Decreto-Lei nº 7.683, de 17/12/1975: altera a denominação de FEFIEG para FEFIERJ; Lei nº 6.655, de 05/06/1979: transforma a FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO); Lei nº 10.750, de 24/10/2003: altera a denominação para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, por ser desenvolvida em ambiente natural, sem se ater a métodos e técnicas estatísticas.

Além disso, destaca-se o papel da interpretação dos dados para apresentação dos resultados de pesquisa (CRESWELL, 2007).

Dado o objetivo expresso para o estudo e segundo a classificação de Gil (2008), o trabalho tem caráter descritivo, visto que procura apresentar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, como um estudo de caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A técnica de estudo de caso condiz com a finalidade desta pesquisa, pois atende aos dois princípios fundamentais destacados por Yin (2001, p. 32): “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” e “os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Nesse sentido, o trabalho exterioriza a metodologia de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, apropriando-se de seu próprio contexto conceptivo.

Além disso, tem delineamento documental, por ser baseada em documentos oficiais e internos da UNIRIO, instituição objeto da pesquisa. Sá Silva, Almeida e Guindani (2009) defendem a importância do uso de documentos como fonte de informação e contextualização sociocultural.

Nesse sentido, o estudo foi consolidado a partir da análise do próprio Plano de Desenvolvimento Institucional e de documentos internos (atas e apresentações diagnósticas), apresentados à comunidade acadêmica durante o desenvolvimento do Plano.

#### **4. RESULTADOS**

O PDI da UNIRIO teve os seguintes pressupostos primários: transparência, construção participativa, continuidade, monitoramento, avaliação, revisão permanente e flexibilidade.

Segundo o documento, sua formulação teve origem em setembro de 2015, quando sua metodologia foi apresentada às macrournidades de captação (UNIRIO, 2016). O termo ‘macrournidades’ diz respeito às unidades organizacionais responsáveis pelo planejamento estratégico e tático da instituição.

Foram consideradas macrournidades: Vice-reitoria, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências

Humanas e Sociais, Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Centro de Letras e Artes, Coordenadoria de Relações Internacionais, Coordenadoria de Educação a Distância, Coordenadoria de Comunicação Social; Arquivo Central, Biblioteca Central Guilherme de Figueiredo, Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, Auditoria Interna e Ouvidoria.

Assim, numa fase preliminar da produção do PDI ocorreu uma apresentação sobre suas diretrizes, legislação correlata, base normativa interna, eixos temáticos e proposta de cronograma de atividades.

A partir desta apresentação preliminar, ocorreu, em setembro de 2015, o envio de um conjunto de documentos introdutórios (chamado ‘kit PDI’) sobre o planejamento estratégico para as macrournidades. Entre os documentos enviados para preenchimento pelas macrournidades, constou um diagnóstico que buscou destacar os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças segundo a perspectiva de cada gestor.

A análise SWOT (do inglês Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) teve por base a última avaliação institucional realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Universidade, a qual ocorreria em 2010.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 – 2021 (UNIRIO, 2016, p. 56) evidenciou “a necessidade de a Instituição continuar exercendo seu papel primordial, que é o de ampliar sua contribuição para o desenvolvimento do Estado, bem como adotar ações que orientem seu próprio desenvolvimento, em curto, médio e longo prazo”. Nesse sentido, considerando que nesse espaço de tempo houve poucas mudanças significativas em relação às situações apontadas na referida Avaliação Institucional de 2010, a mesma foi um instrumento norteador na construção do PDI em questão. Ressaltou-se, desde então, o propósito de construção participativa do Plano, ou seja, “o esforço da UNIRIO em institucionalizar o planejamento, sob a forma compartilhada e representativa da prática adotada por suas unidades administrativas e acadêmicas” (UNIRIO, 2016, p. 16). Assim, em junho de 2016, os trabalhos relativos à sua produção foram oficialmente regulamentados, com a designação de uma comissão que ficou responsável por sua elaboração, conforme a legislação pertinente.

Em sua elaboração, a comissão buscou especial atenção aos princípios indicados pelo MEC e Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIEnS), sobretudo os elementos ditados pelo artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006).

Como características desse planejamento se deve destacar: 1) futuras inferências de decisões a serem tomadas no cenário presente; 2) constituído por ações inter-relacionadas e independentes. 3) atingimento dos objetivos pré-estabelecidos; 4) ser processo abrangente, contínuo, variável, não linear e ajustável e 5) definição do espaço de tempo.

Conforme mencionado no PDI (UNIRIO, 2016), seu planejamento contou com a experiência conjunta da elaboração do Plano Diretor de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDGTIC 2017 -2021), que seguiu as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Geral de Tecnologia de Informação para a Administração Pública Federal, adotando o Balanced Score Card (BSC) como instrumento de elaboração do PDGTIC. Da mesma forma, diz-se que “a elaboração do PDI da UNIRIO seguiu um processo ‘de fora para dentro’”, com o BSC (BRASIL, 2016, p. 52). Isso quer dizer que foi usada uma estratégia de cima para baixo, partindo da missão para perspectivas e objetivos estratégicos e, simultaneamente, uma estratégica de baixo para cima com a participação das macrounidades que propuseram suas metas e ações. Convergindo os dois movimentos de concepção do PDI, objetivos estratégicos foram desdobrados em iniciativas estratégicas, que resultaram nas ações propostas pelas unidades organizacionais, apresentadas por suas macrounidades.

As ações propostas pelas 22 macrounidades de planejamento estratégico da Universidade ao compiladas se perfizeram em seus respectivos planos de ação para o quinquênio seguinte (2017 – 2021). Assim, as unidades formularam os seus planos para os próximos anos, propondo ações alinhadas com as estratégias das metas do Plano Nacional de Educação em vigor e ações próprias desvinculadas daquelas metas.

Essas metas totalizaram 838 (oitocentas e trinta e oito) ações. Mais 63 (sessenta e três) ações foram propostas durante a consolidação que ocorreram em virtude de audiências públicas presididas pela Comissão de Elaboração. Realizou-se um total de 21 (vinte e um) *workshops*, que ocorreram durante o ano de 2016. O PDI foi finalizado com 14 (quatorze) objetivos, 71 (setenta e uma) iniciativas estratégicas e 806 (oitocentas e seis) ações, após o prazo de inclusão e exclusão de ações pela comunidade.

As metas e ações propostas foram classificadas conforme 14 (quatorze) objetivos estratégicos, divididos em 3 (três) perspectivas: Resultados Institucionais,

representando a transferência de conhecimento à sociedade, portanto condizente com a visão da Instituição; Processos Internos, destacando os recursos e capacidades disponíveis, e; Pessoas e Recursos, contemplando itens como infraestrutura e orçamento (UNIRIO, 2016).

Apresenta-se nos quadros a seguir os objetivos e iniciativas estratégicas segundo as 3 perspectivas (Resultados Institucionais, Processos Internos e Pessoas e Recursos) para o PDI (2017- 2021).

Quadro 01 - Objetivos X Iniciativas Estratégicas – Perspectiva Resultados Institucionais (4 objetivos; 23 iniciativas).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
1. Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento.	1.1. Preservar e fomentar a produção acadêmica. 1.2. Produzir instrumentos de incentivo e de difusão da produção acadêmica. 1.3. Realizar eventos de promoção e integração em todos os campos do conhecimento. 1.4. Promover a organização e acesso à produção científica da UNIRIO em meio digital de forma a elevar a sua visibilidade e impacto. 2.1. Criar novos cursos de graduação.
2. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional.	2.2. Fomentar ações voltadas para o incentivo de inserção dos discentes no mercado de trabalho. 2.3. Fomentar Programas de Nivelamento e Aprimoramento do processo de construção do conhecimento. 2.4. Ampliar o preenchimento de vagas na graduação de modo a consolidar os cursos existentes, em todas as modalidades. 2.5. Gerir a implantação e a permanente atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. 2.6. Aumentar a oferta de bolsas para discentes 2.7. Fomentar ações visando à formação e à qualificação de professores para a Educação Básica. 2.8. Incentivar a Mobilidade Estudantil 2.9. Fomentar a atuação acadêmica no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG). 2.10. Melhorar os indicadores dos cursos de graduação.

	2.11 Combater a evasão de alunos durante os cursos de graduação, com ações inclusivas que visem a diminuir as suas causas.
3. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição.	3.1 Dar visibilidade às ações da Universidade.
	3.2 Fomentar programas, projetos e cursos de extensão.
	3.3 Criar fóruns de discussão entre a Universidade, a comunidade universitária e a sociedade.
	3.4 Ampliar os serviços oferecidos à sociedade.
4. Garantir a transparência organizacional.	4.1 Fortalecer a imagem da Instituição.
	4.2 Desenvolver ações de Transparência Organizacional e de estímulo ao Controle Social.
	4.3 Promover a transparência das informações institucionais para a sociedade.
	4.4 Construir políticas e práticas para comunicação organizacional.

Fonte: UNIRIO (2016)

Quadro 02 - Objetivos X Iniciativas Estratégicas – Perspectiva Processos Internos (5 objetivos; 24 iniciativas).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
5. Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos Programas de Pós- Graduação <i>stricto sensu</i>	<p>5.1 Incentivar a criação de linhas de pesquisa e o fortalecimento das existentes.</p> <p>5.2 Fomentar a criação de cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> e a consolidação dos cursos existentes.</p> <p>5.3 Internacionalizar os cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>.</p> <p>5.4 Melhorar indicadores de pós-graduação e pesquisa.</p>
6. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.	<p>6.1 Fomentar parcerias, acordos e convênios a fim de subsidiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.</p> <p>6.2 Firmar acordos, convênios e ajustes de diversas espécies com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.</p> <p>6.3 Fomentar a política de internacionalização, fortalecendo as parcerias existentes com excelência acadêmica, assim como as relações com África e a América do Sul.</p>
7. Promover melhorias na estrutura organizacional.	<p>7.1 Revisar os marcos regulatórios da Universidade.</p> <p>7.2 Definir as áreas necessárias à execução dos processos organizacionais.</p> <p>7.3 Implementar ações voltadas para melhorias organizacionais.</p> <p>7.4 Adequar cargos e funções à nova estrutura organizacional.</p> <p>7.5 Promover, junto aos órgãos do governo federal, a fundamentação e argumentações técnicas para ampliação dos cargos comissionados.</p>
8. Promover melhorias no processo organizacional.	<p>8.1 Aperfeiçoar a gestão do processo orçamentário.</p> <p>8.2 Automatizar processos através do uso de sistemas de informação.</p> <p>8.3 Aperfeiçoar os processos arquivísticos.</p> <p>8.4 Aperfeiçoar a gestão dos processos acadêmicos.</p> <p>8.5 Aperfeiçoar a gestão dos processos administrativos.</p> <p>8.6 Aperfeiçoar o processo de avaliação institucional.</p>

	8.7 Consolidar a implantação de Comitês e comissões similares de âmbito institucional, previstos na legislação vigente para órgãos da Administração Pública Federal.
9. Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.	9.1 Ampliar o acervo bibliográfico e o programa de manutenção permanente.
	9.2 Implantar programa para atendimento aos estudantes com necessidades especiais.
	9.3 Criar áreas de convivência.
	9.4 Ampliar programa de assistência estudantil.
	9.5 Criar programa de incentivo às atividades de cultura, esporte, lazer e saúde.

Fonte: UNIRIO (2016).

Quadro 03 - Objetivos X Iniciativas Estratégicas – Perspectiva Pessoas e Recursos (5 objetivos; 24 iniciativas).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
10. Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico administrativos.	10.1 Equipar adequadamente os ambientes de trabalho. 10.2 Adequar os espaços físicos dos ambientes de trabalho de acordo com as necessidades funcionais. 10.3 Desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos servidores, inclusive aposentados, pensionistas e familiares, intensificando as ações de política de desenvolvimento de pessoas. 10.4 Promover uma relação integrada e não discriminatória entre as unidades organizacionais e as entidades representativas dos diferentes segmentos da comunidade universitária. 10.5 Implantar programa para atendimento aos servidores com necessidades especiais. 10.6 Desenvolver políticas institucionais voltadas para os servidores reintegrados.
11. Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos	11.1 Consolidar programas de capacitação permanente para servidores. 11.2 Consolidar programas de qualificação permanente para servidores. 11.3 Promover planos de capacitação de servidores. 11.4 Promover planos de qualificação de servidores.

12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física.	12.1 Implantar laboratórios temáticos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.
	12.2 Adequar o espaço físico existente à nova realidade institucional, garantindo a sua devida manutenção preventiva e a sustentabilidade ambiental.
	12.3 Adequar as instalações físicas das unidades à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.
	12.4 Adequar a infraestrutura do HUGG para melhorar suas condições de atuação acadêmica.
	12.5 Ampliar o espaço físico para atender às demandas do crescimento acadêmico.
	12.6 Dotar os espaços físicos de mobiliário e outros materiais permanentes adequados à sua destinação.
	12.7 Adequar a frota de veículos oficiais para atender à nova realidade institucional.
13. Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação.	13.1 Implantar serviços informatizados compatíveis com as demandas administrativas e acadêmicas.
	13.2 Adequar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação à nova realidade institucional.
14. Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais.	14.1 Promover estudos quanto às reais necessidades de redimensionamento e redistribuição dos recursos humanos da classe dos servidores técnico-administrativos, diante do crescimento da Universidade.
	14.2 Promover estudos de alocação do quadro docente visando uma distribuição compatível com as necessidades das unidades acadêmicas.
	14.3. Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal a fundamentação e argumentações técnicas para a reposição das vagas necessárias para adequar o quadro de servidores técnico-administrativos às demandas atuais e futuras para o bom desempenho da Universidade, obtendo os códigos de vagas e autorizações para os concursos públicos necessários.
	14.4 Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal as gestões necessárias visando adequar a quantidade de docentes às demandas atuais e futuras da universidade, para concessão de vagas e abertura dos concursos públicos.
	14.5 Promover estudos quanto às reais necessidades de redimensionamento de cargos extintos e terceirização de serviços na universidade.

Fonte: UNIRIO (2016).

Cabe destacar que dos 14 objetivos estratégicos, 5 deles guardam forte relação com a missão e visão estabelecidas no Estatuto da UNIRIO: Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento; Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional; Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição; Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos Programas de Pós- Graduação *stricto sensu*; Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

Corroborando a ideia de construção coletiva, o quadro abaixo demonstra a matriz de responsabilidades da elaboração do PDI, com os diversos atores e suas atribuições nesse processo.

Quadro 04 - Matriz de Responsabilidades na Elaboração do PDI.

Pró-Reitoria de Planejamento	Coordena o processo de elaboração, apoiando com a metodologia e com a sistematização e consolidação dos documentos produzidos.
Comissão de Elaboração do PDI	Produz os documentos técnicos, publica as informações e presta suporte às atividades de elaboração.
Administração Central e Unidades Organizacionais	Estabelecem objetivos, metas, iniciativas e ações, de forma participativa e em consonância com os interesses da UNIRIO e da sociedade.
Conselhos Superiores	Art. 11. do Estatuto da UNIRIO. Compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre: II – Plano de Desenvolvimento Institucional.

Fonte: UNIRIO (2016).

Cumpre destacar que, pelo fato de o PDI ser orientado conforme os resultados alcançados, é esperado que suas metas sejam monitoradas durante e mesmo após a sua vigência. Essa é uma tendência que vem sendo adotada em outros planos estratégicos da Administração Pública moderna, como o Plano Nacional de Educação, Plano Plurianual, Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano Nacional de Assistência Estudantil, Plano Nacional de Pós-Graduação, com os quais o PDI da UNIRIO está alinhado. Nesse sentido, o acompanhamento e controle do PDI foi planejado para ser realizado de forma relativamente contínua. O quadro a seguir mostra a Matriz de Responsabilidade e cada um dos autores institucionais encarregados dos processos:

Quadro 05 - Matriz de Responsabilidades no monitoramento e revisão do PDI.

Pró-Reitoria de Planejamento	Coordena o processo de monitoramento e revisão do PDI, apoiando com a metodologia e ferramenta de gestão do plano estratégico (ForPDI)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Segundo o art. 3º do Regimento da CPA: tem por finalidade a coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de assessoramento às instâncias acadêmicas e administrativas da UNIRIO em suas decisões estratégicas e ao SINAES
Comunidades interna e externa	Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA
Administração Central e Unidades Organizacionais	Como compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre o PDI, qualquer revisão deve ser homologada pelos mesmos. Caberá também aos Conselhos Superiores apreciar o relatório anual de autoavaliação institucional elaborado pela CPA

Fonte: UNIRIO (2016).

Inicialmente, o PDI foi planejado para ser submetido à autoavaliação institucional anual, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação. O relatório da comissão é submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Conselho Universitário, órgãos máximos de deliberação da Universidade.

Cabe lembrar que a autoavaliação institucional é fundamentada nas dimensões avaliativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), responsável pela avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior, e condiz com os objetivos, iniciativas e metas estabelecidas no PDI vigente.

Afora esse procedimento, a instituição informa seus dados ao Censo da Educação, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com vistas à distribuição orçamentária da Secretaria de Educação Superior do MEC. Além disso, como prestação de contas, apresenta um Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União, no qual constam dados indicadores a serem auditados pelo Governo Federal.

Na averiguação do cumprimento das metas estabelecidas pelas unidades organizacionais está prevista a participação de toda a comunidade interna, que responde quanto à consecução das ações programadas, sendo o resultado organizado, compilado e analisado pela Pró-Reitoria de Planejamento, coordenadora do processo de monitoramento e revisão do PDI.

Para tal, conta-se com a ferramenta ForPDI, software público desenvolvido e divulgado pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, com vistas à gestão do plano estratégico.

## 5. CONCLUSÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional para a UNIRIO ressaltou a importância deste instrumento para o processo de gestão, pois leva a instituição de um estado atual analisado para o estado participativo desejado. Ele serviu de apoio para que a organização não perca o foco, caminhando por ações estrategicamente pensadas pelo coletivo e não se deixando levar por escolhas aleatórias, que podem conduzir ao fracasso. Então, trata-se de um compromisso para 5 (cinco) anos visando o desenvolvimento da Universidade, que sistematizou diversas ações a serem tomadas, para a conquista de objetivos estratégicos.

O PDI foi finalizado com 14 (quatorze) objetivos estratégicos, 71 (setenta e uma) iniciativas estratégicas e 806 (oitocentas e seis) ações.

Como o ensino a pesquisa e a extensão são o tripé do mote da Universidade, destacamos aqui objetivos que foram caracterizados como fundamentais para o desenvolvimento pleno da Instituição.

No que concerne à Graduação, foram identificados os seguintes objetivos: garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento e formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional.

Para a Pós-Graduação Pesquisa e Inovação, obteve-se os seguintes objetivos: garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos Programas de Pós- Graduação stricto sensu emanter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

Por todo exposto se pode afirmar que, o PDI materializa o caráter simultaneamente flexível e estável das políticas e dos planos da instituição, viabilizando, por meio de um processo contínuo, sua revisão, atualização e projeção, tendo sempre em vista elevar seus patamares institucionais para a melhoria do alcance de sua função social, no contexto universitário.

Há que se apontar que a elaboração participativa de um PDI exige comprometimento pleno da comunidade universitária. Caso esse engajamento não seja total, o planejamento pode não se consolidar ou se consolidar de forma equivocada, tendo como uma das consequências à alteração da identidade institucional. Destaca-se ainda que, as audiências públicas foram fundamentais para a participação na construção do plano e para o conhecimento do produto pelo número máximo de atores na Instituição.

Finalizando, o PDI da UNIRIO foi aprovado nos Conselhos Superiores Conjuntos, em 09 de maio de 201 e normatizado pela Resolução nº 4.800, da mesma data.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Werner José. **Processo de implantação do Plano Institucional de Desenvolvimento Integrado na Universidade do Contestado/UnC.** 2006. 87 fl. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969.** Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=119176>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Decreto-Lei nº 7.683, de 17 de dezembro de 1975.** Altera a denominação de FEFIEG para FEFIERJ. Estatuto. Disponível em <<http://www.unirio.br/arquivos/arquivos-internos-do-site/estatuto>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

. **Decreto nº 5.373, de 9 maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Institui o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.** Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979.** Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6655.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6655.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003.** Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.750.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.750.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)> Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação –

PNE e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. **Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2011/2020).** Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

COLOMBO, Sonia Simões. **Desafios da gestão universitária contemporânea.** Porto Alegre:Artmed, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

UNIRIO. **Estatuto.** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://www.unirio.br/arquivos/arquivos-internos-do-site/estatuto>>. Acesso em: 11 dez. de 2015.

. Gabinete da Reitoria. **Resolução n. 2.245**, de 15 de fevereiro de 2001. Rio de Janeiro, 2001. Dispõe sobre aprovação das alterações no Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. 2001. Disponível em: <<http://www.UNIRIO.br/arquivos/arquivos-internos-do-site/estatuto>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 – 2021.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <[http://www.unirio.br/proplan/copy\\_of\\_PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITUCIONAL2017-2021revisadaPsConselhosSuperiores.pdf](http://www.unirio.br/proplan/copy_of_PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITUCIONAL2017-2021revisadaPsConselhosSuperiores.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

# CAPÍTULO 11

## REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA A PARTIR DO CREAS DE PARANAVAÍ/PR.

### **Ana Letícia Soares Batista**

Estudante de pós-graduação em Direitos Humanos, pelo Instituto Dimensão-Maringá/PR. Assistente Social no Núcleo Maria da Penha (Numape) de Paranavaí/PR.

Endereço: Rua Osvaldo Steinhauer, 1146, Distrito Deputado José Afonso, Paranavaí/PR- CEP: 87726000 - Paraná/Brasil.

E-mail: soaresbatista1997@hotmail.com

### **Maria Inez Barboza Marques**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente e coordenadora do Curso de Serviço Social, do Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG) e Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR/Campus Paranavaí/PR.

Endereço: Avenida Espíridião, s/n, Campus Universitário Frei Ulrico Goevert, CEP: 877703-000.

E-mail: marques@sercomtel.com.br

**RESUMO:** Este trabalho tem como finalidade apresentar o resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida com as mulheres atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Paranavaí/Pr no ano de 2018. O estudo contou com a participação de mulheres que ainda estavam no ciclo da violência doméstica e mulheres que conseguiram romper com o mesmo, buscando uma maior visibilidade e compreensão de ambas as realidades. Através das questões abordadas neste trabalho são acrescentados conhecimentos primordiais para a atuação dos/das assistentes sociais no âmbito das equipes multiprofissionais, que buscam uma melhor forma de atender as usuárias em suas situações vivenciadas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Violência Doméstica; Ciclo da Violência doméstica; Mulheres.

**ABSTRACT:** This work aims to present the result of a field research developed with the women assisted at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) of Paranavaí / Pr in 2018. The study counted on the participation of women who still they were in the cycle of domestic violence and women who managed to break with it, seeking greater visibility and understanding of both realities. Through the issues addressed in this work, primordial knowledge is added for the performance of social workers within the scope of multiprofessional teams, who seek a better way to serve users in their experienced situations.

**KEYWORDS:** Domestic Violence; Domestic Violence Cycle; Women.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada no texto, teve como objeto de estudo “O Ciclo da Violência Doméstica a partir do CREAS de Paranavaí-PR” e foi realizada no ano de 2018. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, foi escolhido como “lócus” do estudo, pelo fato de atender mulheres que vivenciaram o Ciclo da Violência Doméstica, e as que ainda vivenciavam esse processo na ocasião. A pesquisa foi essencialmente qualitativa. Todavia, foram utilizadas referências bibliográficas e documentais para fundamentarem o objeto em curso.

Sobre a pesquisa qualitativa Martinelli destaca que “(...) não é o número de pessoas que vai prestar a informação que importa, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24). Portanto, não é o número de pessoas que irá influenciar no resultado da pesquisa, mas sim, a eficácia na elaboração dos resultados.

Estabelecido o “lócus”, as sujeitas e a natureza da pesquisa, definiu-se a entrevista e sua realização, com a utilização de um roteiro semiestruturado. Foram feitos os questionamentos com base na vivência e no conhecimento destas sobre o Ciclo da Violência Doméstica, seguindo o roteiro elaborado pela pesquisadora.

O universo da pesquisa foi constituído por 10 mulheres que participam da reunião mensal ocorrida no CREAS, sendo que todas haviam passado ou estavam passando pelo ciclo da violência doméstica. O convite formal para a realização da entrevista, ocorreu em uma das reuniões mensais realizadas no CREAS, sendo que foi explicado o intuito da pesquisa e posteriormente realizado o convite a todas as mulheres que participaram desta reunião. De forma espontânea, quatro destas mulheres se prontificaram a participar da entrevista. Dito isto, a amostra da pesquisa foi definida com quatro mulheres, sendo que duas destas ainda vivenciam o Ciclo da Violência Doméstica, e as outras duas já tinham conseguido romper com este processo.

Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as mulheres que se dispuseram a fazer parte deste trabalho através da entrevista, explicando os objetivos do estudo, esclarecendo possíveis dúvidas, e garantindo o sigilo da identidade das mesmas.

Seguindo a estrutura da pesquisa, ressalta-se então que as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, formado por questões abertas, dividido em três eixos de análise: a) Compreensão das mulheres sobre o significado da

violência doméstica; b) Relato sobre como ocorreu este processo em sua vivência e a dificuldade no rompimento com o Ciclo da Violência Doméstica; c) Sugestões das entrevistadas para o rompimento do Ciclo da Violência Doméstica.

## 2. DESENVOLVIMENTO

O primeiro eixo, expõe dados relacionados ao conhecimento sobre violência doméstica, fornecidos pelas mulheres que vivenciaram tais situações.

Rocha (2007) apud Moro (2009) esclarece que a violência doméstica, por estar na abrangência do âmbito doméstico, ou seja, no espaço residencial, estando em contato com as relações familiares, é descrito como uma questão rigorosamente de âmbito privado, marcados por traços em que a família se apresenta como algo privado, natural, sagrado, na qual são estabelecidas apenas relações de afeto, amor, carinho e proteção.

Tomando como base o primeiro eixo que trata compreensão das mulheres sobre o significado da violência doméstica, organizou-se as respostas das quatro entrevistadas, que demonstraram sua compreensão a respeito:

"A agressão não é só física, eu acho que moral, invadir uma privacidade, eu acho que tudo isso gera uma violência, porque hoje em dia é um surto de violência, antigamente nem tinha muito, mas agora os homens acham que ou a mulher fica com ele ou não fica com mais ninguém. É mais machismo também que acaba gerando uma violência". (fala de Maria 1)

"No meu caso a violência doméstica começou com xingamentos, com a falta de respeito e depois de um tempo teve uma agressão física, mas hoje eu vejo que quando ele me xingava, já era uma agressão. Antes eu achava que era nervosismo, uma discussão normal, que quer queira ou não, a gente vive numa sociedade que acaba muitos casais discutindo e falando coisas que não devem e a gente vai levando assim, mas hoje eu vejo e aprendi aqui também (CREAS) que até as discussões começam a partir do momento que haja uma falta de respeito que venha a denegrir a nossa imagem, que deteriora nós como pessoas, como mulheres, isto já é uma agressão". (fala de Maria 2)

"Violência Doméstica é quando você tem uma pessoa que te intimida, te ofende verbalmente e fisicamente, e te oprime. Eu acho que é isso". (fala de Maria 3)

"A violência doméstica partiu da ignorância, dele vir para cima, me xingar...Vagabunda ...Eu acho muito pesado, isso pesa na minha cabeça dele vir me xingar de vagabunda, bische, puta e vir pra cima de mim. Isso que eu acho que é uma violência". (fala de Maria 4)

As quatro entrevistadas entendem por violência doméstica não só a física,

mas também a psicológica, que é a que mais afeta a autoestima da mulher:

Vale ressaltar que a violência psicológica acompanha 90 % das vezes dos relatos sobre formas físicas ou sexuais de violência. Tal violência é difícil de ser identificada já que é camuflada por ações que aparentemente não se relacionam com a violência em sentido amplo, também por existir vínculos afetivos entre a vítima e o agressor, ou porque muitos só consideram violência doméstica quando há violência física. (SANTOS et al, 2014, p.83)

De acordo com Guedes e Gomes (2014) tendo como base a Cartilha Maria da Penha e Direitos da Mulher, do Ministério Público Federal, a violência encontra-se classificada em cinco tipos: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Após a análise da compreensão destas mulheres acerca da violência doméstica, foi analisado o segundo eixo, que aborda "O Ciclo da Violência Doméstica a partir do conhecimento das entrevistadas.

No segundo eixo foi abordado o conhecimento de duas entrevistadas (Maria 1 e Maria 3). As sujeitas da pesquisa nos trouxeram esclarecimentos de como foi o período no qual sofreram violência doméstica, esclarecendo ainda se há dificuldade ou não no rompimento deste processo

É pertinente lembrar que Maria 1 já rompeu com o ciclo da violência doméstica e Maria 3 ainda continua neste processo.

De acordo com Carmo (2010), para a mulher é muito difícil romper com esse ciclo, ela vive momentos de sucessivas crises emocionais e psicológicas, sem falar em que a mulher tende a depositar todas suas expectativas e sonhos em torno daquela pessoa.

No caso de Maria 1, foi possível analisar que a mesma sofreu violência verbal ao longo de sua relação, porém, a que mais a atingiu foi a violência física, devido seu filho mais velho ter presenciado a cena de violência.

"Nossa, foi muito difícil, porque foi na frente do meu filho mais velho, porque o pai deles me pegou pelo pescoço, me levantou do chão uns dois palmos, na frente do meu filho, tanto que depois disso, um ano certinho, ninguém podia chegar perto de mim, ninguém podia me abraçar, que ele entrava em desespero porque ficou no psicológico dele, aquela cena então, afetou ele e não foi só isso, foi verbal, foi de outras maneiras. Uma coisa gera a outra, aí se a gente não dá um basta sempre vai ficar assim e pode sempre piorar". (MARIA 1).

Diante do exposto, podemos perceber o quanto essa agressão por parte do marido afetou a vida de Maria 1, pois, não atingiu somente a ela, mas também, refletiu de maneira muito expansiva na vida de seu filho, que ao presenciar a cena, teve seu

psicológico afetado por muito tempo, não conseguia ver nenhuma pessoa se aproximando de sua mãe, pois, aquilo o remetia a lembrança da forte cena de agressão que presenciou.

De acordo com Carmo (2010), essa dificuldade que algumas mulheres sentem na fragmentação desse ciclo reflete diretamente no relacionamento com seus filhos, uma vez que, estes presenciam cenas de discussão, de humilhação, de extrema submissão, e até agressões, o que muitas vezes pode gerar sentimento de revolta, de medo e até mesmo de ódio e rancores. (...)

Maria 1, também destaca a importância da mulher se libertar de uma relação abusiva o quanto antes, pois indaga, que quanto maior o tempo de convivência na mesma, pior tende a ficar a situação.

De acordo com Carmo (2010), é essencial entender que as mulheres que passam pelo ciclo da violência doméstica estão fragilizadas emocionalmente e fisicamente, e assim acreditam que seu companheiro pode mudar, mas não é o que acontece, na maioria dos casos a situação só tende a piorar.

No caso de Maria 3, ela nos esclarece que já sofreu violência doméstica várias vezes. Em um primeiro momento começou com as discussões, período no qual ela disse para seu esposo que queria a separação, nesta ocasião, ele a agrediu fisicamente. Ela também nos informa que posteriormente as brigas se intensificaram, de forma que seu esposo tentou agredir-la novamente, neste período eles ficaram separados por um determinado tempo, no entanto, mesmo no intervalo de tempo em que estavam separados, ele a perseguia e a insultava com diversos palavrões. Atualmente, o casal se encontra juntos, no entanto, seu esposo a ameaça constantemente, se referindo sempre aos filhos, a retirá-los de sua presença:

"Eu já sofri violência doméstica mais de uma vez, de uma vez eu e meu marido estávamos discutindo, eu falei pra ele que iria me separar e ele então me empurrou na parede, meu braço ficou todo ralado (...) Da outra vez, ele veio pra cima de mim, pra me bater, por causa de brigas, mas eu me abalei e ele quebrou todo o guarda roupa. A gente se separou, ficamos quatro meses separados, e ele passava em frente da minha casa, me chamava de "biscate", dos piores nomes possíveis. Ele me ameaça, até hoje ele me ameaça, ele fala que se eu me separar dele ele vai levar meus filhos de mim, me ameaça verbalmente e ainda me xinga muito." (Maria 3).

Ao observar a fala de Maria 3, podemos visualizar que a mesma sofreu e ainda sofre violência doméstica por parte de seu parceiro, sendo que ela não consegue se desvincular do mesmo, devido temer que este retire seus filhos de sua presença.

De acordo com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (2019), uma

das barreiras que impedem o rompimento do ciclo se refere ao fato do agressor recorrer a chantagens e ameaças para impedir esse rompimento, como fazer a exigência da guarda dos filhos, negar a pensão alimentícia, ou até mesmo ir ao trabalho da mulher fazendo falsas acusações sobre ela.

No que se refere a dificuldade no rompimento do ciclo da violência doméstica, podemos resgatar a fala de Maria 2 (que já rompeu com o ciclo) e a fala de Maria 4 (que permanece no ciclo).

“É difícil, porque no meu caso, eu tinha meus pequenos, foram gestações complexas e então eu optei por permanecer no relacionamento, porque eu achava que sozinha eu não iria conseguir dar conta de cuidar dos meus filhos, e a parte financeira também pesava bastante, então foi difícil pra mim, mas quando eu realmente vi que não existia mais nada que pudesse fazer a gente ficar juntos, voltar a ter um bom relacionamento, ai eu falei: ‘não eu vou dar um basta, mas realmente é muito difícil sim, devido principalmente aos filhos e também a situação econômica. (fala de Maria 2)

Ao analisar a fala de Maria 2, podemos verificar o quanto há dificuldade para as mulheres romperem com o Ciclo da Violência Doméstica, devido a vários motivos, porém, no seu caso o que mais interferiu foi a dependência econômica por se preocupar em manter uma estabilidade para seus filhos.

Conforme relata Luz (2015), a violência apresenta-se como uma consequência da situação vivenciada pelas mulheres que se sentiam fragilizadas e inferiores ao marido, ou seja, para serem bem vistas pela sociedade como uma esposa correta, ela deveria aceitar a dependência financeira, emocional e até mesmo vivenciar situações de agressões de diversas formas.

“Eu acho que é difícil porque eu não consigo ser uma pessoa dependente ainda, eu tenho medo das coisas. Então eu acho assim, que eu tenho medo da solidão, de ficar sozinha, de entrar em um outro relacionamento, porque eu já tive três relacionamentos e nenhum foi bom, então eu fico forçando nesse relacionamento, pensando que ainda pode dar certo (...) Mas tem outra coisa, eu só fico com ele porque tenho muito medo dele fazer maldade com meu filho... (choros) ... eu fico tentando forçar sabe, mas é por causa do meu filho, porque se ele me matar eu não ligo, agora eu não quero ver a morte do meu filho”. (Maria 4).

Ao observar a fala de Maria 4, podemos visualizar a sua extrema dificuldade para romper com o Ciclo, sendo que diversos motivos fazem com ela permaneça nessa relação violenta, motivo os quais a maioria da sociedade desconhece.

De acordo com Cavalcanti (2005) apud Marques e Pereira (2009), a vítima de violência doméstica, geralmente, tem a autoestima baixa e se encontra presa na relação com quem a agride por vários fatores. O agressor geralmente a acusa de ser

responsável pela agressão. Diante disso, a mulher em situação de violência tende a sofrer os efeitos da discriminação, culpa e vergonha. Também se sente violada e traída, já que o agressor prometeu não mais repetir as agressões e termina não cumprindo a promessa. Dias (2007) chama a atenção sobre o risco, no qual, a sociedade expõe a mulher ao “vender” a ela a ideia de que é frágil, sensível e necessita de proteção, e ao delegar ao homem o papel de protetor e provedor do lar, pois, segundo ela, é neste momento que se legitima a dominação e o sentimento de superioridade masculino. Diante disso, a agressão vem ser um resultado de toda esta construção social, cultural e histórica.

No terceiro eixo foram analisadas por fim as sugestões das entrevistadas sobre as possibilidades de rompimentos definitivo com o autor da violência e consequentemente com o ciclo da violência doméstica. É plausível trazer a fala de Maria 2, que já rompeu com o relacionamento abusivo e de Maria 4, que permanece dentro deste.

Dito isto, Maria 2 nos trouxe a seguinte fala:

“Olha eu acho que o primeiro de tudo é tomar consciência que o homem não vai mudar, ele bateu uma vez, ele vai bater duas, três, quatro, cinco, quantas vezes for necessário, e nessa história nós não somos culpada, porque eu me achava culpada, que eu provocava ele as vezes, falava coisas que deixava ele nervoso, até o ponto dele estourar, mas a gente não é culpada, por mais que ele esteja nervoso, nada justifica ele agredir a gente. Então primeiro de tudo nós temos que tomar consciência de que não somos culpada, em segundo lugar se empoderar, nós temos que se empoderar, trabalhar nossa autoestima, nossas questões físicas e psicológicas, e acreditar que nós podemos romper com o ciclo sim, é difícil sim. (fala de Maria 2)

A fala de Maria 2, vem reafirmar a importância da mulher se conscientizar de que ela não é culpada por nenhuma agressão que venha a sofrer, de que não há motivos que justifiquem uma violência cometida contra ela, de que o único responsável por essa situação é o próprio agressor. Seu relato também nos remete o quanto se faz necessário de que a mulher trabalhe aquilo que a aflige, fisicamente ou psicologicamente, a fim de que possa superar a situação e assim romper definitivamente com as agressões que lhe são cometidas. Priori esclarece esse quadro apresentado por Maria 2:

A violência de gênero desencadeia nas vítimas fatores emocionais como medo, constrangimento, abalos psíquicos e desestrutura a personalidade devido à opressão constante em que convivem, contribuindo para o sentimento da culpa, debilidade emocional, isolamento e inferioridade. (PRIORI, 2007, p.41).

Dando continuidade em sua fala a mesma nos relatou que:

"Quando eu me separei eu cheguei aqui muito debilitada, fragilizada, tanto emocionalmente, quanto fisicamente, mas a gente consegue encontrar um apoio, se não tem coragem de falar pra família, por vergonha, por medo, por achar que não vai ter apoio, procura um órgão responsável, graças a Deus hoje existe leis, existe órgãos que ajuda as mulheres, como aqui no CREAS que ajuda mulheres que são vítimas de violência doméstica, independentemente do tipo que for ela, procura ajuda. E existe leis para o homem pagar pensão, se a mulher não tem condições de se sustentar, ele é obrigado a pagar pensão sim, até ela conseguir um emprego, e fale com a família, porque eu acredito que nenhum pai e nenhuma mãe, que sabe que sua filha está sendo vítima de violência doméstica, vai jogar ela na rua. Então procure seus pais, procure seus netos caso você tenha e tenham coragem de romper com esse ciclo, que é o mais importante, depois gente vai vivendo um dia após o outro, a gente vai seguindo". (fala de Maria 2)

Diante do exposto é possível observar o quanto importante são os órgãos que auxiliam a mulher no rompimento do Ciclo da Violência Doméstica, uma vez que na cidade de Paranavaí contamos uma Rede de Atendimento à mulher em situação de Violência, composta pela Delegacia da Mulher, CREAS, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, Núcleo Maria da Penha-NUMAPE, Ministério Público e Patrulha Maria da Penha. Dando ênfase que nesse momento é essencial a mulher ter um esclarecimento da existência das leis e instituições que as amparam.

Já no que se refere a Maria 3, em seu relato a mesma nos trouxe o quanto é essencial à mulher ter amor próprio, ressaltando o quanto é necessário a mulher terminar o relacionamento quando ela perceber que a relação está lhe prejudicando.

Ela também ressaltou a importância de a mulher visualizar isto o quanto antes, pois com o tempo esta relação só tende a piorar, por isso é primordial à mulher decidir romper com este relacionamento, mesmo que venha a sofrer devido ter algum sentimento pelo parceiro:

"Ela tem que se amar primeiro, e quando ela ver que o relacionamento está fazendo mal, que o relacionamento não vai fluir, termina, e eu acredito que a mulher tem que tentar ver isso o mais rápido possível, porque não é com o passar do tempo que vai mudar, que vai melhorar, a tendência é piorar com o passar do tempo, então sempre tomar a iniciativa é a melhor opção, quando ver que não vai dar certo, que não vai melhorar, que não tem como, não continua, porque eu falo que a tendência é só piorar e nada muda, então realmente o certo é tomar a iniciativa, você pode até sofrer, porque as vezes pode haver um sentimento, mas não há sentimento maior do que o de você pra você mesma". (Maria 3)

De acordo com o relato de Maria 3, compreendemos a importância de se romper com o ciclo da violência doméstica o quanto antes, de não permitir que a situação de violência se

estenda. Ela afirma que acreditar que o tempo mudará essa situação, muitas vezes por ainda existir sentimento pelo marido, só trará mais sofrimento, pois o que acontece é justamente o aumento dessas agressões.

De acordo com Silva (2007) a concretização desse relacionamento permanecerá sobre essas mesmas bases de dominação. Larouche (1989, p.57) nos afirma que "O ciclo recomeça: as tensões reaparecem de forma progressiva, elas finalizarão em uma agressão, e depois em perdão que manterá a existência do relacionamento".

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada pode-se perceber que a Violência Doméstica tem aumentado progressivamente, o que vem a ser resultado de uma construção sócio histórica patriarcal, que se apresenta ainda enraizada na sociedade e se reflete nos dias atuais.

Esse estudo teve como base a pesquisa de campo realizada com as mulheres entrevistadas e seus relatos sobre a permanência dentro do ciclo da violência doméstica, as consequências que esta vem a trazer quando não rompido o ciclo, as dificuldades em romper com este e também as experiências vivenciadas pelas mulheres que já não se encontram mais nesse processo.

Ao observarmos ambas as partes, tanto a de Maria 1 e Maria 2, que não se encontram mais dentro do ciclo, quanto a de Maria 3 e Maria 4 que ainda não romperam com este, compreendemos todo esse processo e as marcas que ele deixa na vida dessas mulheres.

Nas falas de Maria 1 e Maria 2 percebemos que mesmo diante de todas as dificuldades que já passaram quando permaneciam dentro de um relacionamento abusivo, as mesmas compreenderam que era possível mudar a situação em que se encontravam, e com a ajuda também de instituições especializadas enxergam o ciclo de violência doméstica de uma outra forma, apresentando mais segurança ao relatarem suas vivências.

Já Maria 3 e Maria 4 que ainda não romperam com o ciclo, mesmo sabendo da realidade em que se encontram e vivenciando constantes violências sentem-se mais inseguras para romperem com este, principalmente por sofrerem ameaças que atingem não somente a elas, mas também aos seus familiares, como é o caso de

Maria 4 que permanece dentro da relação abusiva pelo fato das ameaças à vida de seu filho.

Por meio do estudo realizado com essas mulheres, percebemos a importância de trabalhar essa temática tão recorrente ainda no período em que vivemos, no qual a sociedade necessita compreender primeiramente a realidade de uma mulher que ainda se encontra dentro de um ciclo ao invés de julgá-la.

## REFERÊNCIAS

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do; MOURA, Fernanda Gomes de Andrade de. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. In: Fazendo gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. p.1-8.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 901, 21 de dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7753>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

DIAS, Maria B. A Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GUEDES, Breno Kécia Sales; GOMES, Flamela Kevylla Silva. Violência contra a mulher. Faculdade Cearense em Revista, Ceará, v. 7, n. 1. 2014. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

LAROUCHE, Ginete. Agir contre la violence. Montreal, Juillet: La pleine Lune, 1989.

LUZ, Jessica P.N. Mulher e história: A luta contra a violência doméstica. 2015. Disponível em: <<https://jessicapalomaneckelluz.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 19 set. 2018.

MARQUES, Maria Inez Barboza; PEREIRA, B.S. Um estudo sobre a violência doméstica e o ciclo da violência. In: I Seminário de pesquisa sobre gênero, políticas públicas e família, 2009, Londrina PR. I seminário de pesquisa sobre gênero, políticas públicas e família. Londrina PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um desafio instigante. São Paulo. Veras, 1999. (Série de Núcleos de Pesquisa, nº1)

PARANÁ, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social . Entenda a Lei Maria da Penha. 2019. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/divulgacao/Guia-Lei-Maria-da-Penha.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, Lucimar Rodrigues da. O trabalho sócio-educativo como uma das estratégias de enfrentamento a violência contra a mulher. 2007. 58 f. Monografia (Especialista em Trabalho Social com Famílias), INBRAPE – Programa de Pós Graduação, Londrina. 2007.

# CAPÍTULO 12

SIMULAÇÃO DE UM SISTEMA DE FILAS EM UMA CASA LOTÉRICA DE MACAPÁ,  
UTILIZANDO O SOFTWARE ARENA.

## **Fernando Rodrigues Dos Santos**

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Processos – PPGEP

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa 01, Cidade universitária, Setor de Recreação -  
Guamá – CEP: 66.075-110 - Belém/PA, Brasil

E-mail: fernandosantos.mgb@gmail.com

## **Sil Franciley Dos Santos Quaresma**

Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa 01, Cidade universitária, Setor de Recreação -  
Guamá – CEP: 66.075-110 - Belém/PA, Brasil

E-mail: silquaresma@ufpa.br

## **Kleber Bittencourt Oliveira**

Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa 01, Cidade universitária, Setor de Recreação -  
Guamá – CEP: 66.075-110 - Belém/PA, Brasil

E-mail: kleberbo@yahoo.com.br

## **Edílson Marques Magalhães**

Doutor em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará

Endereço: Rua Augusto Corrêa 01, Cidade universitária, Setor de Recreação -  
Guamá – CEP: 66.075-110 - Belém/PA, Brasil

E-mail: magalhaes@ufpa.br

**RESUMO:** As filas de modo geral, estão presentes no cotidiano das pessoas, sejam em bancos, cinemas, lojas e até mesmo em hospitais, de forma que as pessoas se acostumaram com um volume considerável de filas, ainda assim, se irritam e se estressam se permanecerem por muito em fila à espera de atendimento. Devido a esse aumento das exigências dos consumidores, se faz necessário que as organizações busquem ajustar sua capacidade de atendimento em função de sua demanda. Desta maneira foi elaborado este artigo objetivando realizar um estudo visando reduzir o tempo de permanência dos clientes em fila em uma casa lotérica na cidade de Macapá-Amapá, analisando vários cenários, através de simulação no software Arena. O estudo se deu no setor de atendimento da casa lotérica, especificamente na fila destinada a clientes convencionais, considerando as médias dos intervalos de chegadas dos clientes, e dos tempos de atendimentos realizados pelos guichês, como parâmetros de entrada no software Arena. Com tal estudo, pode-

se identificar, através dos indicadores de desempenho da fila do cenário real da casa lotérica, o ponto crítico (gargalo) que causa o surgimento das filas no sistema, e assim, propor melhorias por meio da simulação de cenários hipotéticos com o intuito de reduzir o tempo de permanência dos clientes em fila. Onde foi possível verificar, que para se ter um resultado satisfatório, é necessário a adição de no mínimo 2 guichês de atendimento, colaborando para uma redução que era superior a 45 minutos, para menos de 2 minutos a média do tempo de espera em fila.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria das Filas, Software Arena, Simulação.

**ABSTRACT:** The queues in general, are present in people's daily lives, be in banks, movie theaters, stores and even in hospitals, so that people got used to a considerable volume of queues, even so, get annoyed and stressed if they stay in line for a long time waiting for attendance. Because of this increased consumer demand, it is necessary that organizations seek to adjust their service capacity according to their demand. In this way this dissertation was elaborated aiming to carry out a study aiming to reduce the time customers stay in line in a lottery house in the city of Macapá – Amapá, analyzing various scenarios, through simulation in the Arena software. The study took place in the attendance sector of the lottery house, specifically in the queue intended for conventional customers, considering the average arrival times of customers, and the times of attendance performed by the counters, as input parameters in the Arena software. With such a study, one can identify, through the queue performance indicators of the real lottery's scenario, the critical point (bottleneck) that causes queues to appear in the system, and so, propose improvements by simulating hypothetical scenarios in order to reduce the time in queue of customers. Where it was possible to verify, that to have a satisfactory result, at least 2 attendance counters required, contributing to a reduction that was over 45 minutes, for less than 2 minutes the average queue time.

**KEYWORDS:** Queue Theory, Arena Software, Simulation.

## 1. INTRODUÇÃO

Em razão das constantes mudanças do atual cenário globalizado e o aumento das exigências dos consumidores, as organizações passaram a buscar diferentes alternativas para atender de forma eficiente e com qualidade os seus clientes, para que, consigam dessa forma se manter no mercado competitivo.

Com o intuito de assegurar que tais aspectos sejam cumpridos, é necessário analisar os serviços prestados, bem como o fluxo de pessoas dentro de uma organização, pois oferecer um serviço de qualidade diz respeito a vários aspectos, como compreender a demanda de clientes, ajustar a capacidade de atendimento em função dessa demanda, além de prestar um atendimento adequado aos clientes, reduzindo o tempo de espera pelo atendimento, mantendo desta forma um serviço satisfatório ao usuário.

Sob esses aspectos a preocupação com o gerenciamento das filas se torna um ponto crucial para a melhoria da qualidade do serviço prestado, haja vista que um processo de administração das filas influencia no tempo do atendimento, pois planejar e controlar a capacidade do sistema de uma fila de um serviço, propicia ao gestor maior poder de decisão e melhorias nos processos de serviços, desta maneira, através de um estudo eficaz das filas de um sistema, é possível mensurar sua capacidade de atendimento e definir critérios de melhorias para a prestação do serviço a ser fornecido.

De maneira geral, as filas cumprem uma função na organização social e a rigor não são um fenômeno exclusivamente humano, visto que muitos animais mantêm suas relações de status e seus deslocamentos desta forma, mostrando-se um mecanismo indispensável para a adaptação e sobrevivência de espécies que vivem em grupos (IGLESIAS, 2007).

A teoria das filas visa tratar dos problemas envolvendo a superlotação dos sistemas, como é o caso da formação das filas. Buscando possibilidades de dimensioná-las de modo a satisfazer os clientes e que ao mesmo tempo deve ser viável economicamente para a organização, evitando desperdícios e gargalos (OLIVEIRA et al., 2016).

A teoria das filas é o ramo de estudo da Pesquisa Operacional que tenta através de análises matemáticas detalhadas, encontrar um ponto de equilíbrio que satisfaça cliente e empresa (PRADO, 2014).

Neste contexto, se faz necessário estudos sobre a Teoria das Filas, com intuito de prever o comportamento das filas e equilibrar o processo, assim, a teoria é aplicada, de modo a desenvolver modelos probabilísticos, para melhor entendimento dos principais elementos do sistema (GEIER, 2010). Considerando que a teoria das filas é utilizada para resolução de problemas que envolvem tempo de espera, ou seja, em um determinado sistema, clientes chegam para serem atendidos, recebem o serviço e depois se retiram do sistema (ROMERO et al., 2010).

E um mecanismo muito utilizado e que auxilia no desenvolvimento de modelos probabilísticos é a simulação de sistemas, que por sua vez, é um excelente suporte no estudo de sistemas reais e hipotéticos, possibilitando assim a vantagem de simular diferentes cenários sem fazer alterações no sistema físico. É um instrumento muito importante na análise que pretende determinar e quantificar os efeitos de várias mudanças no sistema, sendo usada em situações onde é muito custoso ou é difícil aplicar o experimento na situação real (CAMELO et al., 2010).

A simulação será realizada com a utilização software Arena, que é uma poderosa ferramenta para análise de cenários e realiza simulações de diversos processos. À medida que aumenta a complexidade, a aleatoriedade passa a ser um componente essencial para entender o desempenho do sistema. Através da análise dinâmica, e da interação entre os elementos do sistema, é possível determinar gargalos, melhores condições de operação, visualizar tamanhos de filas, ocupação de recursos e verificar qual é o comportamento do sistema (PARAGON, 2019).

Para aplicação destes preceitos, foi selecionada uma Casa lotérica localizada no centro de Macapá no Estado do Amapá, visto que esta apresenta um fluxo grande e constante de usuários de seus serviços, ocasionando filas.

A casa lotérica, que é definida como um comércio de venda de jogos de loterias e de produtos conveniados da Caixa Econômica Federal (CAIXA), atuando como correspondente não bancário (SEBRAE, 2019).

Daí a relevância do artigo, considerando que a ideia deste estudo surgiu devido à grande demanda que a casa lotérica possui, o que acaba originando gargalos e sobrecarregando os funcionários e o sistema, além de ser um ótimo caso em que é possível demonstrar a importância da aplicação de teoria de filas com auxílio da simulação de sistemas na busca por processos mais otimizados.

Desta forma o presente trabalho fundamentado na literatura existente sobre Teoria das Filas, através da modelagem e simulação de sistemas, por meio do

software Arena avaliando vários cenários, tem como objetivo realizar um estudo visando reduzir o tempo de permanência dos clientes em fila em uma casa lotérica na cidade de Macapá-Amapá.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 COLETA DE DADOS

O estudo de caso foi realizado junto a uma casa lotérica, localizada no centro da cidade de Macapá-Ap, onde foi feito um estudo no setor de atendimento, uma vez que se formam as filas e este é o objeto da pesquisa.

A Figura 01 mostra a fachada da Loteria Trevo da Sorte, destacando a entrada do estabelecimento.

Figura 01 - Fachada da loteria Trevo da Sorte.

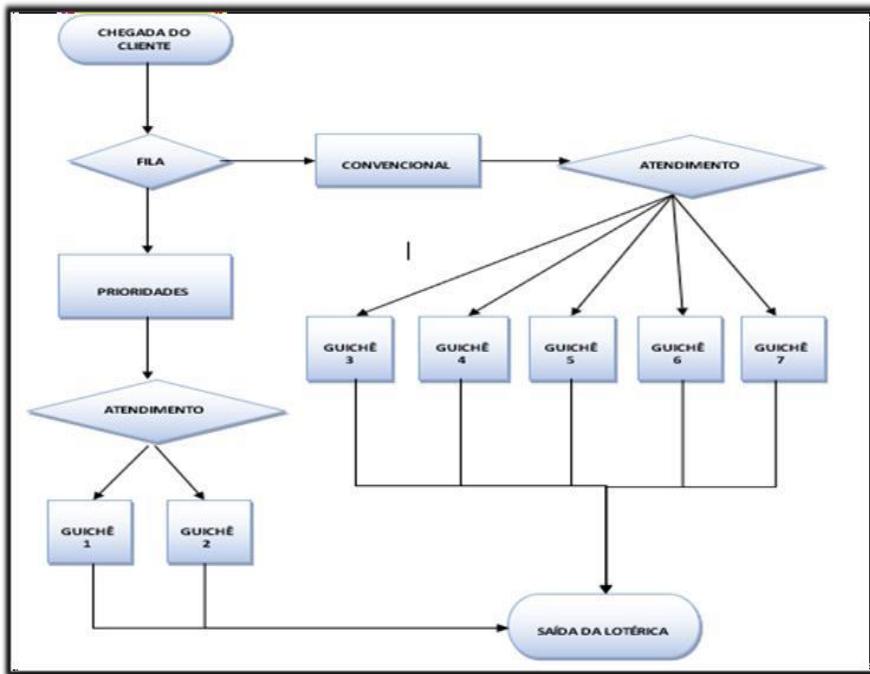


Fonte: Os autores.

Fundada em 2001, loteria Trevo da Sorte possui atualmente 7 guichês de atendimento ao público. 2 Guichês são reservados para o atendimento de pessoas com prioridades prevista na lei 10048 de 08/11/2000, que instituiu a obrigatoriedade de atendimento prioritário a pessoas portadoras de deficiência, idosos com idade superior a 60 anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos. Os outros 5 guichês ficam disponíveis para o atendimento convencional (público geral).

Em seguida, a Figura 02 apresenta o fluxograma do processo de atendimento ao cliente da loteria Trevo da Sorte.

Figura 02 - Fluxograma do processo de atendimento ao cliente.



Fonte: Os autores.

A loteria Trevo da Sorte funciona de segunda à sexta-feira, abrindo às 08h:00 min e fechando às 18h:00min, e aos sábados funciona de 08h:00min às 13h:00min.

A coleta de dados se deu especificamente na fila formada para os 5 guichês voltados ao atendimento convencional, haja vista, que os outros 2 guichês são reservados para as prioridades, e seguem um padrão de ritmo próprio e diferente dos demais, com intuito de manter um padrão tanto de chegadas, quanto de atendimento, e que o estudo possa ser melhor explorado, escolheu-se então a fila de atendimento destinada ao público geral para a aplicação do referido estudo.

São 5 funcionários que atendem a fila de atendimento ao público geral, para cobrir as 10 horas ininterruptas de atendimento, sendo que cada funcionário trabalha 8 horas diárias e tem 2 horas de almoço. Todos os funcionários entram às 8h:00min e finalizam o expediente às 18h:00min, então essa equipe de atendimento faz um rodízio para o almoço, de forma que o atendimento continue a ser realizado.

O rodízio dos colaboradores ocorre da seguinte forma: 2 funcionários saem às 11h:00min para almoçar e retornam às 13h:00min, 1 funcionário sai para o almoço às 12h:00min e retorna às 14h:00min, e os outros 2 funcionários saem às 13h:00min e retornam às 15h:00min do almoço.

A coleta dos dados foi realizada no período compreendido entre os dias 02 e

11 de janeiro de 2019, e o horário selecionado para realizar a coleta de dados, foi iniciando sempre às 12h:00min e finalizando as entradas no sistema às 13h:30min, período do dia de maior procura por parte dos clientes, segundo os atendentes, haja vista, que é o horário de almoço de quem trabalha em horário comercial, e é o único momento em que podem procurar a lotérica, é nesse período também que reduz o número de guichês para atendimento devido ao rodízio dos funcionários, o que resulta em uma sobrecarga no sistema, ocasionando um aumento do tempo de permanência dos clientes na fila, colaborando para a aplicação do estudo.

A coleta de dados propriamente dita, foi obtida com auxílio de um cronômetro, onde foram coletados o instante de entrada do cliente na fila, o momento que o cliente entra em atendimento no guichê, e o instante que o cliente finaliza seu atendimento, deixando assim o sistema.

### **2.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS**

Após os dados serem coletados, eles foram organizados e tabulados para que pudessem ser trabalhados estatisticamente.

### **2.4 IDENTIFICAÇÃO DE OUTLIERS**

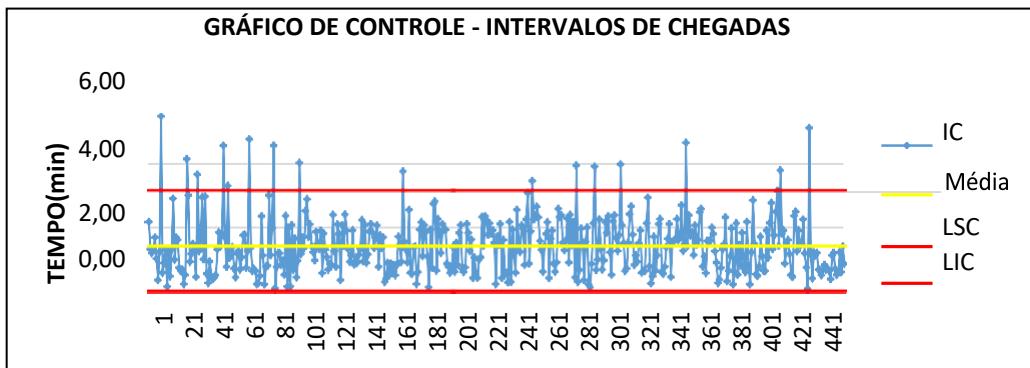
Segundo Martins (2010), que afirma que durante o processo de observação e coleta de dados, pode-se identificar amostras que divergem demasiadamente do padrão esperado, tornando o processo considerado fora de controle. No caso deste estudo, tais dados foram identificados e eliminados de forma que o sistema estivesse sob controle, fazendo com que os dados que foram inseridos na simulação retratassem o mais fielmente possível a realidade do processo, tanto da chegada de clientes, quanto do atendimento nos guichês da Casa Lotérica.

Os dados foram agrupados e submetidos ao Controle Estatístico de Processo (CEP), por meio do gráfico de controle, onde puderam ser detectados e melhor visualizados os outliers referentes aos dados individuais atípicos, que poderiam vir a influenciar de forma distorcida a análise dos dados.

### **2.4 OUTLIERS DOS INTERVALOS DE CHEGADAS (IC)**

Com o intuito de detectar os dados que se encontravam fora do padrão, foi criado então o gráfico de controle dos intervalos de chegadas que está representado na Figura 03:

Figura 03 - Gráfico de controle dos intervalos de chegadas de clientes à lotérica.



Fonte: Os autores.

Os parâmetros relativos aos limites do conjunto de dados referentes aos intervalos de chegadas estão indicados na Tabela 01:

Tabela 01 - Parâmetros do gráfico de controle dos intervalos de chegadas.

<b>PARÂMETROS DOS INTERVALOS DE CHEGADAS (IC)</b>	
<b>Limite Inferior de Controle (LIC)</b>	0,00 minutos
<b>Quartil 1</b>	0,72 minutos
<b>Média</b>	1,39 minutos
<b>Quartil 3</b>	1,88 minutos
<b>Limite Superior de Controle (LSC)</b>	3,13 minutos

Fonte: Os autores.

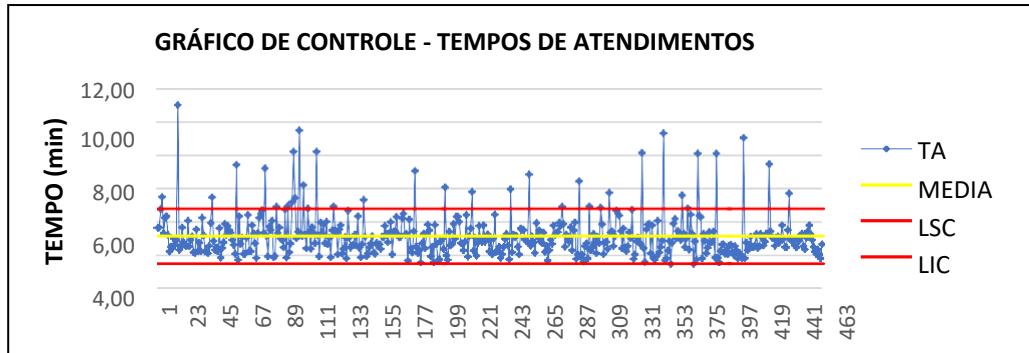
Analisando tanto a Figura 03, quanto os dados da Tabela 01, foi possível detectar que nenhum dado ficou abaixo do LIC de 0,00 minutos, e que 16 de um total de 458 dados ficaram acima do LSC que foi de 3,13 minutos, portanto considerados outliers.

De modo a tornar o sistema sob controle, os pontos considerados outliers referentes aos Intervalos de chegadas foram descartados, para que o estudo do caso em questão possa ser mais fielmente reproduzido no momento das simulações.

## 2.5 OUTLIERS DOS TEMPOS DE ATENDIMENTOS (TA)

Da mesma forma que os dados referentes aos intervalos de chegadas (IC) foram submetidos ao gráfico de controle, foram também submetidos os dados relativos aos tempos de atendimentos (TA) dos guichês, o resultado está apresentado na Figura 04:

Figura 04 - Gráfico de controle dos tempos de atendimento à clientes na lotérica.



Fonte: Os autores.

Os parâmetros relativos aos limites do conjunto de dados referentes aos Tempos de atendimentos (TA) estão indicados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 02 - Parâmetros do gráfico de controle dos tempos de atendimentos.

PARÂMETROS DOS TEMPOS DE ATENDIMENTOS (TA)	
Limite Inferior de Controle (LIC)	1,50 minutos
Quartil 1	2,38 minutos
Média	3,15 minutos
Quartil 3	3,48 minutos
Limite Superior de Controle (LSC)	4,80 minutos

Fonte: Os autores.

Observando tanto a Figura 04, quanto os dados da Tabela 02, foi possível perceber que nenhum dado ficou abaixo do LIC de 1,50 minutos, e que 33 de um total de 466 dados ficaram acima do LSC que foi de 4,80 minutos, portanto considerados outliers.

Com intuito de tornar o sistema sob controle relacionados aos dados dos tempos de atendimento, os pontos que ficaram fora dos limites considerados outliers foram descartados, de forma a ser melhor reproduzido no momento das simulações.

## 2.6 TESTE DE ADERÊNCIA

Após as variáveis de entrada necessárias para simulação no software arena, estarem sob controle, foram realizados os testes de aderência, utilizando a ferramenta Input Analyzer do software Arena, com o intuito de verificar a melhor distribuição de probabilidade a ser aplicada ao caso, e também as funções que irão ser aplicadas ao

modelos do cenários a serem simulado no mesmo software, tanto para a taxa de chegadas dos clientes, quanto para os tempos de atendimentos.

## 2.7 TESTE DE ADERÊNCIA DOS INTERVALOS DE CHEGADAS (IC)

Os dados relativos aos intervalos de chegadas, foram inseridos no bloco de notas, e logo em seguida carregados por meio da aba “ferramentas” na função Input Analyzer do software Arena, onde gerou-se um histograma para os Intervalos de chegadas, que pode ser visualizado na Figura 05:

Figura 05 - Histograma dos intervalos de chegadas dos clientes á lotérica.



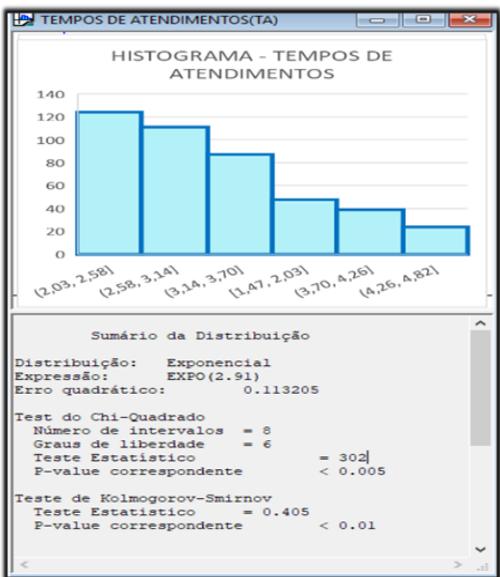
Fonte: Os autores.

Analizando o histograma presente na Figura 5, conclui-se que o modelo de distribuição Exponencial se adequa perfeitamente aos dados relativos aos intervalos de chegadas, e que a expressão que melhor se ajusta é , indicando a chegada de um novo cliente á lotérica a cada 1,3 minutos.

## 2.8 TESTE DE ADERÊNCIA DOS TEMPOS DE ATENDIMENTOS (TA)

A mesma metodologia aplicada aos intervalos de chegadas, foi adotada para os Tempos de Atendimento dos clientes. Dessa forma, gerou-se um histograma com os dados relativos aos tempos de atendimento, como apresentado na Figura 06:

Figura 06 - Histograma dos tempos de atendimento a clientes na lotérica.



Fonte: Os autores.

Observando o histograma presente na Figura 6, indica que o modelo de distribuição Exponencial se adequa aos dados relativos aos tempos de atendimentos, e que a expressão que melhor se ajusta é , mostrando que o tempo de prestação de serviço de cada atendimento é em média de 2,91 minutos.

## 2.9 SIMULAÇÃO DOS CENÁRIOS

Nesta seção, foram simulados os dados já organizados, de maneira que possam reproduzir o mais próximo possível da realidade, da loteria Trevo da Sorte, e que estes dados também possam servir de referência e parâmetros para a simulação dos cenários hipotéticos, quando introduzidos ao software Arena 15.1.

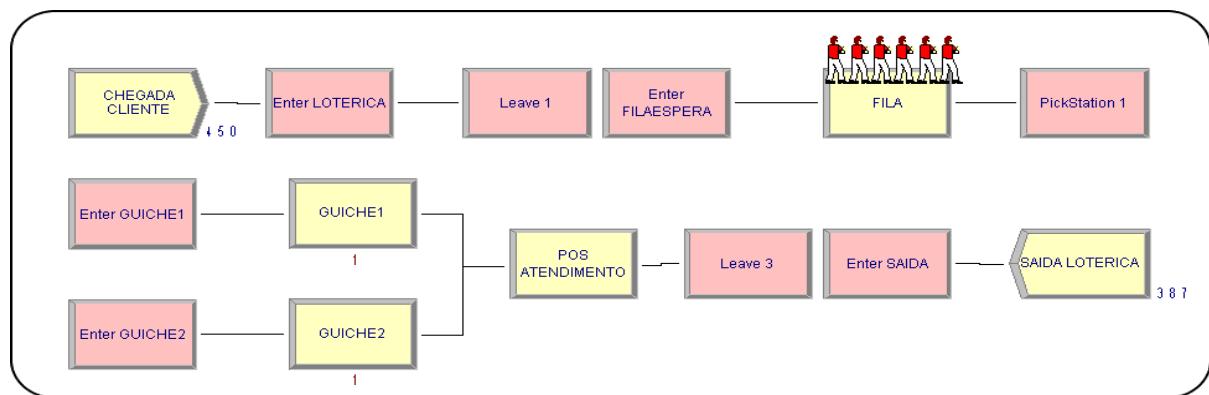
Foi adotado um período de simulação do experimento como sendo de 600 minutos, que é o período equivalente às 10 horas que a Casa Lotérica funciona diariamente, em cada replicação, e de forma a manter um padrão de constância e estabilidade entre todos os cenários a serem simulados, e com o intuito de elevar o nível de confiança das simulações, foram realizadas 200 replicações, para cada simulação efetuada.

### 2.9.1 CENÁRIO REAL

O primeiro cenário simulado foi o cenário real da casa lotérica Trevo da Sorte, que é o cenário que busca reproduzir o serviço atual de atendimento da casa lotérica, levando em consideração as informações e os dados de entrada obtidos a partir da coleta realizada *in loco*.

Os Parâmetros levados em consideração na construção do modelo lógico correspondente a Figura 7, foram os seguintes: o intervalo de chegada (IC) dos clientes à lotérica segue uma distribuição Exponencial de 1,3 minutos, conforme o teste de aderência, sendo utilizado a expressão no módulo “CHEGADA CLIENTE” no Arena. Foram considerados 2 canais de atendimento, respeitando o rodízio dos funcionários, ambos seguindo uma distribuição Exponencial 2,91 minutos por atendimento, de acordo com o teste de aderência, sendo utilizado a expressão , tanto no módulo “GUICHE1”, quanto no módulo “GUICHE2”. A disciplina da fila segue o regime FIFO, onde o atendimento ocorre por ordem de chegada, e que tanto a capacidade do sistema, quanto o tamanho da população são considerados infinitos.

Figura 07 - Lógica de simulação do cenário real da loteria Trevo da Sorte.

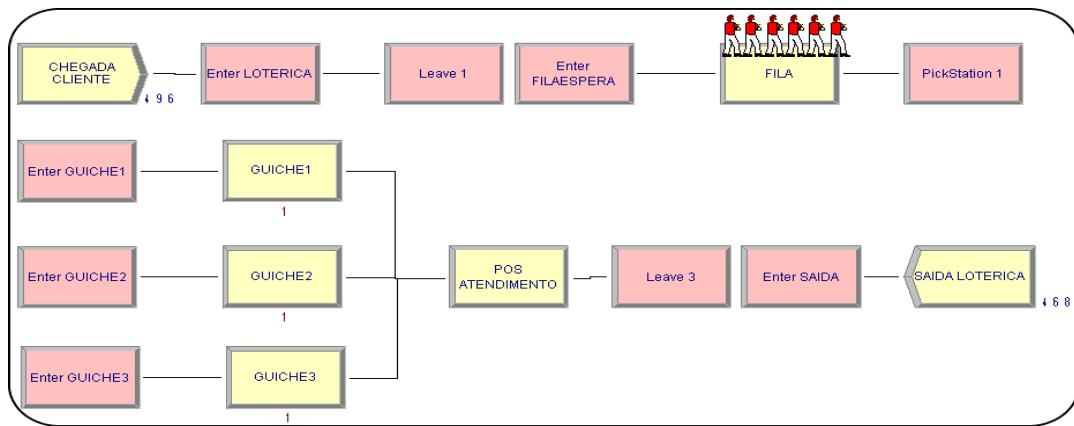


Fonte: Os autores.

### 2.9.2 CENÁRIO HIPOTÉTICO 1

Obedecendo aos objetivos propostos do estudo, e com intuito de otimizar o processo de prestação de serviço, reduzindo o tempo de permanência na fila por parte dos clientes, foi criado um modelo lógico referente ao cenário hipotético 1, que pode ser visualizado na Figura 8, com os seguintes parâmetros: o intervalo de chegada (IC) dos clientes à lotérica segue uma distribuição Exponencial de 1,3 minutos, conforme o teste de aderência, sendo utilizado a expressão no módulo “CHEGADA CLIENTE” no Arena. Foram considerados 3 canais de atendimento, ambos seguindo uma distribuição Exponencial 2,91 minutos por atendimento, de acordo com o teste de aderência, sendo utilizado a expressão, para os módulos “GUICHE1”, “GUICHE2” e “GUICHE3”. A disciplina da fila segue o regime FIFO, onde o atendimento ocorre por ordem de chegada, e que tanto a capacidade do sistema, quanto o tamanho da população são considerados infinitos.

Figura 08 - Lógica de simulação do cenário hipotético 1.

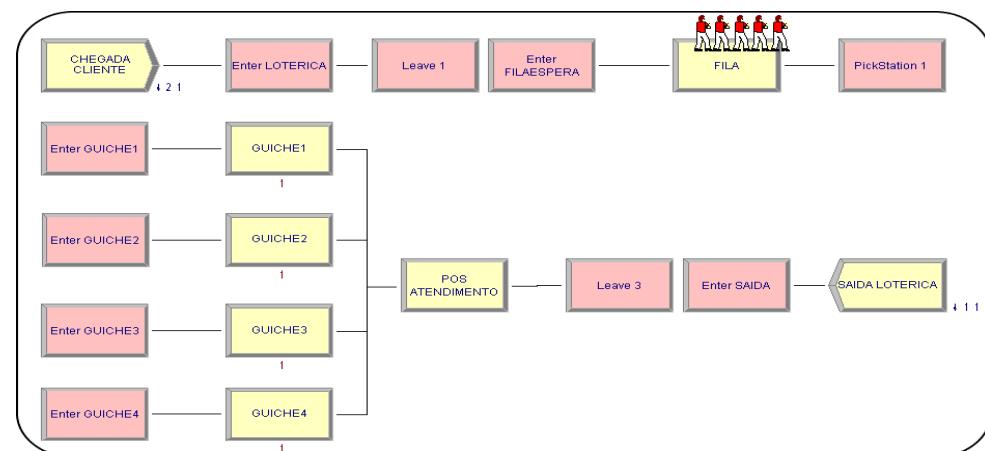


Fonte: Os autores.

### 2.9.3 CENÁRIO HIPOTÉTICO 2

O modelo lógico referente ao cenário hipotético 2, que pode ser visto na Figura 9, em seguida, foi simulado com os seguintes parâmetros: o intervalo de chegada (IC) dos clientes à lotérica segue uma distribuição Exponencial de 1,3 minutos, conforme o teste de aderência, sendo utilizado a expressão no módulo “CHEGADA CLIENTE” no Arena. Foram considerados 4 canais de atendimento, ambos seguindo uma distribuição Exponencial 2,91 minutos por atendimento, de acordo com o teste de aderência, sendo utilizado a expressão, para os módulos “GUICHE1”, “GUICHE2”, “GUICHE3” e “GUICHE4”. A disciplina da fila segue o regime FIFO, onde o atendimento ocorre por ordem de chegada, e que tanto a capacidade do sistema, quanto o tamanho da população são considerados infinitos.

Figura 09 - Lógica de simulação do cenário hipotético 2.

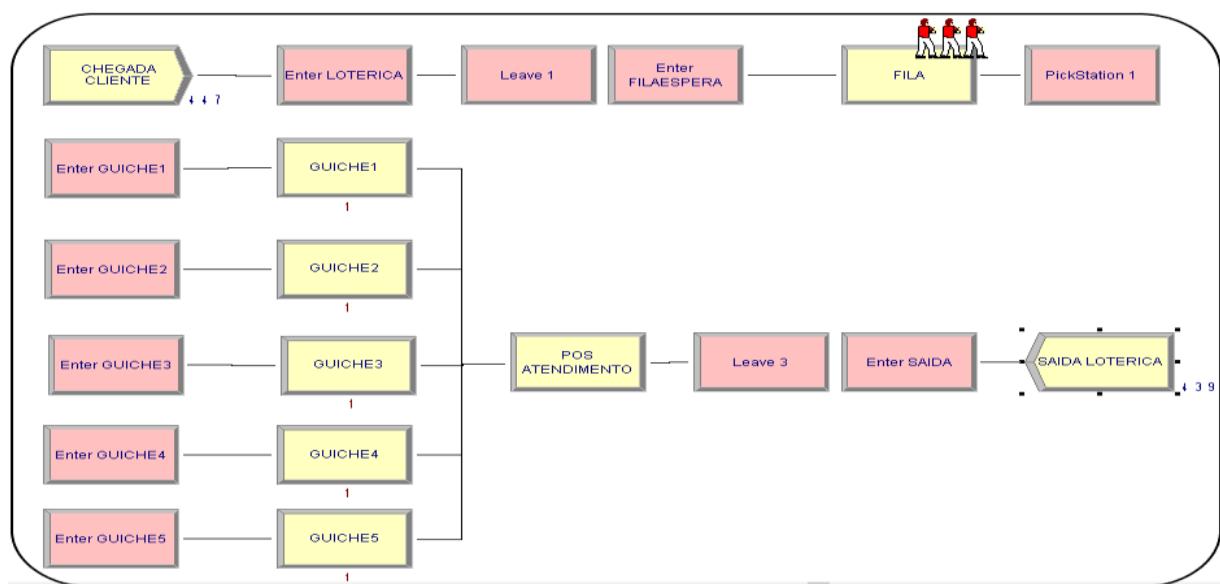


Fonte: Os autores.

#### 2.9.4 CENÁRIO HIPOTÉTICO 3

O modelo lógico referente ao cenário hipotético 3, pode ser visto na Figura 10, e foi simulado com os seguintes parâmetros: o intervalo de chegada (IC) dos clientes à lotérica segue uma distribuição Exponencial de 1,3 minutos, conforme o teste de aderência, sendo utilizado a expressão no módulo “CHEGADA CLIENTE” no Arena. Foram considerados 5 canais de atendimento, ambos seguindo uma distribuição Exponencial 2,91 minutos por atendimento, de acordo com o teste de aderência, sendo utilizado a expressão, para os módulos “GUICHE1”, “GUICHE2”, “GUICHE3”, “GUICHE4” e “GUICHE5”. A disciplina da fila segue o regime FIFO, onde o atendimento ocorre por ordem de chegada, e que tanto a capacidade do sistema, quanto o tamanho da população são considerados infinitos.

Figura 10 - Lógica de simulação do cenário hipotético 3.



Fonte: Os autores.

### 3. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados das simulações, respeitando o tempo de simulação de 600 minutos por replicação, e um total de 200 replicações, tanto para o cenário real, quanto para os cenários hipotéticos 1, 2, e 3, destacando os indicadores de desempenho, abaixo:

$\rho$  - Taxa de ocupação dos guichês de atendimentos;

$Wq$ -Tempo de espera em fila;

$Ws$ -Tempo total no sistema;

**Lq**- Quantidade de clientes em fila;

**Ls**-Quantidade de clientes no sistema.

### 3.1 RESULTADO DA SIMULAÇÃO DO CENÁRIO REAL

O resultado da simulação do cenário real da loteria Trevo da Sorte, levando em consideração 2 guichês de atendimento, é apresentado na Tabela 3, onde mostra os valores dos indicadores de desempenho, que estão presentes no relatório de execução da simulação.

Tabela 03 - Resultado das simulações do cenário real da lotérica.

CENÁRIO REAL			
	MÉDIA	GUICHÊ 1	GUICHÊ 2
<b>ρ (%)</b>	<b>94,74</b>	95,01	94,47
		MÍNIMO	MÁXIMO
<b>Wq (minutos)</b>	<b>47,41</b>	5,95	105,0
<b>Ws (minutos)</b>	<b>50,41</b>	8,83	108,32
<b>Lq (clientes)</b>	<b>36,83</b>	4,13	81,62
<b>Ls (clientes)</b>	<b>38,95</b>	6,14	83,75

Fontes: Os autores.

Analizando o cenário real da casa lotérica, observa-se na Tabela 3, que os guichês 1 e 2 tiveram taxas de ocupação bem próximas, e sua média de ocupação dos guichês de atendimento (**ρ**) foi de 94,74 %, em relação ao tempo de espera em fila (**Wq**)variando de no mínimo 5,95 minutos ao máximo de 108,32 minutos de espera em fila, e que em média 47,41 minutos o cliente espera em fila, no indicador do tempo total de permanência do cliente na casa lotérica (**Ws**), foi em média de 50,41 minutos, variando de 8,83 a 108,32 minutos, em relação ao número de clientes em fila (**Lq**), variando de 4 a 81 clientes em fila, e que teve em média 36,83 clientes em fila no período simulado, no indicador da quantidade de clientes no sistema da casa lotérica (**Ls**), variando de 6 clientes no mínimo, ao máximo de 83 clientes no sistema, e que em média 38, quase 39 clientes no sistema da casa lotérica.

Examinando estes indicadores, percebe-se que estes valores dos índices extremamente elevados, resultam em muita reclamação, e consequentemente insatisfação dos clientes com o serviço oferecido pela loteria Trevo da Sorte.

Com intuito de otimizar o processo de prestação de serviço, foram simulados

cenários hipotéticos, com os mesmos parâmetros de intervalo de chegada e tempo de atendimentos do cenário real, apenas alterando o número de canais de atendimento (guichês).

### 3.1 RESULTADO DA SIMULAÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO 1

O resultado da simulação do cenário hipotético 1, levando em consideração 3 guichês de atendimento, é apresentado na Tabela 4, mostrando os valores dos indicadores de desempenho, que estão presentes no relatório de execução da simulação.

Tabela 04 - Resultado das simulações do cenário hipotético 1.

CENÁRIO HIPOTÉTICO 1				
	MÉDIA	GUICHÊ 1	GUICHÊ 2	GUICHÊ 3
$\rho$ (%)	<b>91,88</b>	93,32	91,95	90,37
	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	-
$Wq$ (minutos)	<b>18,08</b>	2,50	62,19	-
$Ws$ (minutos)	<b>21,81</b>	5,86	66,34	-
$Lq$ (clientes)	<b>15,25</b>	2,01	48,98	-
$Ls$ (clientes)	<b>18,26</b>	4,59	52,10	-

Fontes: Os autores.

O cenário hipotético 1, utiliza 3 guichês de atendimento, e analisando a Tabela 4, observa-se que a média das taxas de ocupação dos guichês de atendimento ( $\rho$ ) é de 91,88 %, variando entre 90,37 % no guichê 3, a 93,32 no guichê 1, que o tempo médio de espera em fila ( $Wq$ ) é de 18,08 minutos, variando de 2,5 minutos no mínimo a 62,19 minutos de tempo máximo de espera em fila, e o tempo total de permanência do cliente na casa lotérica ( $Ws$ ) de 5,86 minutos no mínimo, e 66,34 no máximo, com uma média de 21,81 minutos, o número médio de clientes na fila ( $Lq$ ) é 15,25 clientes, variando entre 2 a 49 clientes aproximadamente e o número médio de clientes no sistema da casa lotérica ( $Ls$ ) é de 18,26 clientes, com 4,59 no mínimo, e 52,10 de valor máximo de clientes no sistema da casa lotérica.

### 3.4 RESULTADO DA SIMULAÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO 2

O resultado da simulação do cenário hipotético 2, levando em consideração 4 guichês de atendimento, é apresentado na Tabela 5, em seguida, onde mostra os

valores dos indicadores de desempenho, que estão presentes no relatório de execução da simulação.

Tabela 05 - Resultado das simulações do cenário hipotético 2.

CENÁRIO HIPOTÉTICO 2					
	MÉDIA	GUICHÊ 1	GUICHÊ 2	GUICHÊ 3	GUICHÊ 4
$\rho$ (%)	<b>72,42</b>	81,84	76,63	69,58	61,63
	<b>MÉDIA</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>MÁXIMO</b>	-	-
$Wq$ (minutos)	<b>1,69</b>	0,41	7,92	-	-
$Ws$ (minutos)	<b>5,50</b>	3,93	12,15	-	-
$Lq$ (clientes)	<b>1,43</b>	0,31	7,29	-	-
$Ls$ (clientes)	<b>4,59</b>	2,98	11,12	-	-

Fontes: Os autores.

O cenário hipotético 2, leva em consideração 4 guichês de atendimento, e observando a Tabela 5 percebe-se que a média das taxas de ocupação dos guichês de atendimento ( $\rho$ ) é de 72,42 %, variando de 61,63 % a 81,84 %, que o tempo médio de espera em fila ( $Wq$ ) de no mínimo 0,41 minutos a 7,92 minutos no máximo, e na média de 1,69 minutos de espera em fila, e o tempo total de permanência do cliente na casa lotérica ( $Ws$ ), de 3,93 minutos no mínimo a 12,15 minutos no máximo, e na média de 5,50 minutos, o número médio de clientes na fila ( $Lq$ ) é 1,43 clientes, variando entre 0,31 a 7,29 clientes em fila, e o número médio de clientes nas dependências da casa lotérica ( $Ls$ ) é de 4,59 clientes, variando de 2,98 a 11,12 clientes no sistema da casa lotérica.

### 3.4 RESULTADO DA SIMULAÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO 3

O resultado da simulação do cenário hipotético 3, levando em consideração 5 guichês de atendimento, é apresentado na Tabela 6, onde mostra os valores dos indicadores de desempenho, que estão presentes no relatório de execução da simulação.

Tabela 06 - Resultado das simulações do cenário hipotético 3.

CENÁRIO HIPOTÉTICO 3						
	MÉDI A	GUICHÊ 1	GUICHÊ 2	GUICHÊ 3	GUICHÊ 4	GUICHÊ 5
$\rho$ (%)	<b>58,17</b>	76,35	68,74	59,80	48,52	37,45
	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	-	-	-
$Wq$ (minutos)	<b>0,40</b>	0,09	1,43	-	-	-
$Ws$ (minutos)	<b>4,21</b>	3,54	5,47	-	-	-
$Lq$ (clientes)	<b>0,34</b>	0,07	1,16	-	-	-
$Ls$ (clientes)	<b>3,51</b>	2,81	4,85	-	-	-

Fontes: Os autores.

Já o cenário hipotético 3, opera com 5 guichês de atendimento, e examinando a Tabela 06, a média das taxas de ocupação dos guichês de atendimento ( $\rho$ ) é de 58,17 %, variando de 37,45 % a 76,35 %, que o tempo médio de espera em fila ( $Wq$ ), de no mínimo 0,09 minutos a 1,43 minutos no máximo, e como média de 0,40 minutos de espera em fila, e o tempo total médio de permanência do cliente na casa lotérica ( $Ws$ ) é de 4,21 minutos, variando entre 3,54 a 5,47 minutos, o número médio de clientes na fila ( $Lq$ ) é 0,34 clientes, com mínimo de 0,07 clientes e no máximo 1,16 clientes, e o número médio de clientes nas dependências da casa lotérica ( $Ls$ ), seja na fila ou em atendimento, é de 3,51 clientes, variando entre 2,81 a 4,85 clientes.

#### 4. DISCUSSÃO

A análise dos resultados do cenário real, e todos os cenários hipotéticos, é realizada levando em consideração a média dos indicadores de desempenho de cada cenário, conforme a Tabela 07:

Tabela 07 - Média dos indicadores de desempenho dos cenários simulados.

RESULTADO DAS SIMULAÇÕES					
CENÁRIO	$\rho$ (%)	$Wq$ (minutos)	$Ws$ (minutos)	$Lq$ (clientes)	$Ls$ (clientes)
REAL	<b>94,74</b>	<b>47,41</b>	<b>50,41</b>	<b>36,83</b>	<b>38,95</b>
HIPOTÉTICO 1	<b>91,88</b>	<b>18,08</b>	<b>21,81</b>	<b>15,25</b>	<b>18,26</b>
HIPOTÉTICO 2	<b>72,42</b>	<b>1,69</b>	<b>5,5</b>	<b>1,43</b>	<b>4,59</b>
HIPOTÉTICO 3	<b>58,17</b>	<b>0,4</b>	<b>4,21</b>	<b>0,34</b>	<b>3,51</b>

Fonte: Os autores.

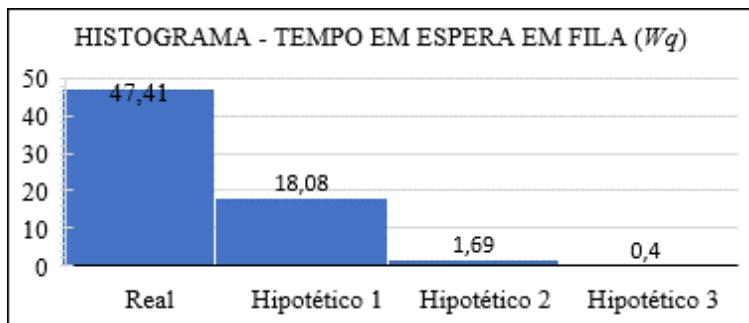
Comparando as médias dos indicadores do cenário hipotético 1, com os resultados do cenário real, tem-se que em relação à média da taxa de ocupação dos guichês de atendimento, apresentou uma redução de 2,9 pontos percentuais. Em relação à média do tempo de espera em fila, houve uma diminuição de 29,3 minutos. No indicador referente a média do tempo total na casa lotérica, a redução foi de 28,6 minutos. O número médio de clientes na fila teve uma redução de aproximadamente 22 clientes, e em todo o sistema da casa lotérica essa diminuição foi de aproximadamente 21 clientes.

Fazendo o comparativo das médias dos indicadores do cenário hipotético 2, com os resultados do cenário real, observa-se que em relação à média da taxa de ocupação dos guichês de atendimento, teve uma redução de 22,2 pontos percentuais. Em relação ao tempo médio de espera em fila, houve uma diminuição de 45,7 minutos. No indicador do tempo total médio gasto na casa lotérica, a redução foi de 44,9 minutos. O número médio de clientes na fila teve uma redução de aproximadamente 35 clientes, e em todo o sistema da casa lotérica essa diminuição foi de aproximadamente 34 clientes.

Na comparação das médias dos indicadores do cenário hipotético 3, com os resultados do cenário real, a média da taxa de ocupação dos guichês de atendimento, teve uma redução de 36,6 pontos percentuais. No tempo médio de espera em fila, houve uma diminuição de 47,01 minutos. No indicador referente à média do tempo total gasto na casa lotérica, a redução foi de 46,2 minutos. O número médio de clientes na fila teve uma redução de aproximadamente 36 clientes, e em todo o sistema da casa lotérica essa redução foi de aproximadamente 35 clientes.

A diferença dos cenários simulados, pode ser visualizada com clareza, na Figura 11, que apresenta um histograma das médias de tempo de espera em fila para atendimento de cada cenário simulado, evidenciando a redução, em minutos, do tempo de espera por atendimento dos clientes, conforme a quantidade de guichês de atendimento disponíveis.

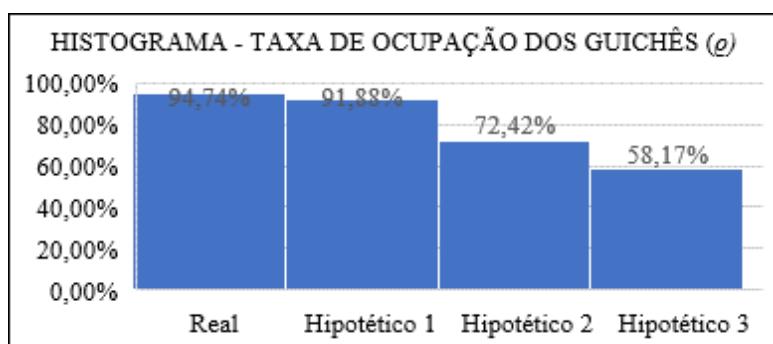
Figura 11 - Histograma das médias dos tempos de espera em fila dos cenários.



Fonte: Os autores.

A Figura 12 mostra um histograma das médias das taxas de ocupação dos guichês, destacando a redução da ocupação dos guichês de atendimento, conforme a quantidade de cada cenário simulado.

Figura 12 - Histograma das médias das taxas de ocupação dos guichês de atendimento.



Fonte: Os autores.

A partir das simulações realizadas, o atual sistema empregado no atendimento da lotérica Trevo da Sorte não é eficiente, pois os clientes acabam perdendo muito tempo em fila, não por causa do atendimento individual, mas sim pela quantidade de atendentes presentes nesse serviço, a demanda de clientes é muito maior do que o sistema pode atender, a fila desse sistema acaba ficando muito populosa, e os clientes ficam por um tempo excessivo nesse sistema, além dos próprios atendentes nos guichês ficarem muito sobrecarregados, esse fato vem gerando uma série de problemas para a casa lotérica.

O problema desse sistema consegue ser amenizado quando ocorre a adição de mais 1 atendente, o sistema consegue diminuir a quantidade de clientes que ficam presentes na fila, consegue também, diminuir o tempo que esse cliente fica presente dentro desse sistema, além de reduzir a taxa de ocupação dos guichês de atendimento, porém os números obtidos só são expressivos se comparados com o

cenário real que a lotérica apresenta atualmente. Apesar de diminuir consideravelmente todos os índices dos indicadores de desempenho, ainda apresentam valores elevados, tanto em relação aos guichês de atendimento, que ainda permanecem sobrecarregados, com a taxa de ocupação acima dos 90 %, quanto aos níveis relacionados aos tempos e quantidades de clientes em espera nas filas e no sistema.

O sistema consegue números mais satisfatórios quando adicionados 2 atendentes em relação ao cenário real, ou seja, passando a atuar com 4 atendentes, os números dos indicadores de desempenho são muito positivos quando aplicado ao sistema, pois o número de clientes na fila diminui de forma expressiva, consequentemente reduz o tempo de espera na fila, que fica inferior a 2 minutos, e na permanência no sistema total da casa lotérica, com uma média de 5 minutos e 30 segundo, além dos atendentes não ficarem mais sobrecarregados, com uma taxa de ocupação em uma faixa considerada ideal para o desempenho de suas funções.

O sistema apresenta números melhores ainda, quando adicionados 3 atendentes ao sistema real, funcionando com 5 atendentes, os níveis das filas são baixíssimos, praticamente não existe clientes em fila, e o tempo que os clientes permanecem na casa lotérica gira em torno de 4 minutos, outro ponto positivo, é que mesmo operando com 5 atendentes, a média das taxas de ocupação ainda fica dentro da faixa ideal, entre 50 a 80 %, indicando que os atendentes não estão sobrecarregados, nem ociosos.

## 5. CONCLUSÃO

No estudo foi verificado que o dimensionamento atual da Casa Lotérica é insatisfatório para atender a demanda que procura os seus serviços. Os resultados evidenciaram um sistema de atendimento inadequado no qual os 2 guichês de atendimento do estabelecimento além de estarem sobrecarregados, com uma taxa de ocupação ( $\rho$ ) acima dos 90 %, são insuficientes para atender as necessidades dos seus clientes, que ficam em média acima de 45 minutos em espera na fila.

Para atingir o objetivo do estudo, três cenários hipotéticos foram desenvolvidos e simulados de acordo com as características do sistema real, utilizando as mesmas expressões para o intervalo de chegada (IC), e para o tempo de atendimento (TA), alterando o número de canais de atendimentos (guichês). Na análise dos cenários, o cenário hipotético 1 com 3 atendentes, o cenário hipotético 2 com 4 atendentes e o

cenário hipotético 3 com 5 atendentes, foi possível concluir que para se ter um resultado satisfatório, é necessário a inclusão de pelo menos 2 guichês de atendimentos, ou seja 4 guichês funcionando ao mesmo tempo, que contribuirão para uma grande redução, que era superior a 45 minutos, reduzindo para menos de 2 minutos o tempo de espera em fila.

Com a elaboração do trabalho pode-se observar como a simulação tem grande relevância e facilita a visualização global do sistema, haja vista, que os resultados obtidos apontam para o cumprimento dos objetivos propostos na dissertação, onde foi viável demonstrar, bem próximo da realidade, o funcionamento do sistema da casa lotérica Trevo da Sorte, com o uso da simulação computacional, que registrou o comportamento da fila para atendimento (tempo na fila, tempo total no sistema, número de clientes na fila, etc.), onde a partir daí, foi possível identificar o ponto crítico que ocasiona a demora no fluxo dos clientes a serem atendidos, e posteriormente simular cenários que possibilitaram a redução do tempo de espera em fila, sabendo que tais medidas se adotadas refletirão na melhoria da qualidade da prestação de serviços gerando nos clientes maior grau de satisfação.

## REFERÊNCIAS

- CAMELO, G. R. et al. Teoria das Filas e da simulação aplicada ao embarque de minério de ferro e manganês no terminal marítimo de Ponta da Madeira. Anais do 30º Encontro Nacional de Engenharia de Produção, ENEGEP-10,n.129, São Carlos, Brasil, 12-15 Outubro, 2010.
- GEIER, L. A. et al. Dimensionamento do número de caixas executivos em relação à demanda e tempo de atendimento: um estudo de caso em uma agência bancária no interior do estado de Mato Grosso. Anais do 30º Encontro Nacional de Engenharia de Produção, ENEGEP-10, n.113, São Carlos, Brasil, 12-15 Outubro, 2010.
- IGLESIAS, F. Comportamento em Filas de Espera: uma análise multimétodos. 2007. 148 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, V. A., AGUIAR, M. L., VARGAS, J. B. Engenharia de controle: fundamentos e aula de laboratório. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- PARAGON. Arena. Disponível em: <<http://www.paragon.com.br/softwares/arena>>. Acesso em 02 de dezembro de 2019, 09h15min.
- PRADO, D. S. Teoria das filas e simulação. Belo Horizonte: Falconi, 2014.
- ROMERO, C. M. et al. Aplicação da teoria das filas na maximização do fluxo de paletes em uma indústria química. Revista Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento, v.2, n.3, pp. 226-231. 2010.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. Como montar uma casa lotérica. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019, 15h25min.

# CAPÍTULO 13

## PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS.

### **Alan Pires**

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Endereço: Av. Batista Bonoto Sobrinho, 733, Santiago - RS - Brasil

E-mail: alanpires333@gmail.com

### **Scheila Daiana Severo Hollveg**

Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Endereço: Av. Batista Bonoto Sobrinho, 733, Santiago - RS - Brasil

E-mail: scheilahollveg@gmail.com

### **Fernanda Rezer de Menezes**

Mestra em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Endereço: Av. Batista Bonoto Sobrinho, 733, Santiago - RS - Brasil

E-mail: fernandarezer@gmail.com

### **Jorge Padilha dos Santos**

Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Endereço: Av. Batista Bonoto Sobrinho, 733, Santiago - RS - Brasil

E-mail: jorgepadilha@urisantiago.br

**RESUMO:** Atualmente a administração pública é regida pelo cumprimento da Lei 8666/93, após sua implementação, o ato de comprar adquiriu um novo aspecto, a Licitação Sustentável. Além de estipulada em lei, permite que o Estado assuma suas responsabilidades com a sustentabilidade, e seja exemplo positivo, para práticas que permitam uma melhor qualidade de vida, para estas e as próximas gerações. O estudo realizou uma análise acerca da implementação da Licitação Sustentável no Município de Santiago/RS, sendo necessário conceituar e caracterizar a Licitação Sustentável vislumbrando sua aplicação no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Ainda, utilizaram-se dados que permitiu analisar vantagens e desvantagens da implantação da Licitação Sustentável no Município de Santiago/RS. Por meio de uma pesquisa qualitativa de um estudo de caso, realizou-se uma coleta de dados por meio de questionário estruturado, apurado pela bibliográfica existente. Desta forma, verificou-se a viabilidade da implementação da licitação sustentável no município de Santiago-RS apurada por dados técnicos e uso da contabilidade como aporte de informações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licitação Sustentável; Desenvolvimento Sustentável; Licitação.

**ABSTRACT:** Currently, public administration is regulated by the compliance with Law 8666/93, after its implementation, the act of buying acquired a new aspect, Sustainable Bidding. In addition to stipulated by law, it allows the State to assume its responsibilities with sustainability, and be a positive example, for practices that allow a better quality of life, for these and the next generations. The study carried out an analysis about the implementation of Sustainable Bidding in the Municipality of Santiago / RS, being necessary to conceptualize and characterize Sustainable Bidding with a view to its application within the scope of Federal, State and Municipal Public Administration. Still, data were used that allowed analyzing the advantages and disadvantages of implementing Sustainable Bidding in the municipality of Santiago / RS. Through a qualitative research of a case study, a data collection was carried out through a structured questionnaire, trimmed by the existing bibliography. Thus, it was verified the feasibility of implementing sustainable bidding in the municipality of Santiago-RS trimmed by technical data and use of accounting as a source of information.

**KEYWORDS:** Sustainable Bidding; Sustainable development; Bidding

## 1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública brasileira se apresenta como a maior consumidora em nível nacional, seja de produtos, como de serviços. Mas o que difere a administração pública, do consumidor privado, são os atos de contratações realizados através de um procedimento, um processo de contração, o qual é chamado licitação.

Regida pela Lei Federal nº 8.666/93, a licitação como instrumento para as contratações públicas, desempenha papel fundamental para a implementação das políticas públicas, pois mobiliza tanto o setor governamental, quanto a iniciativa privada, e, consequentemente, refletem em toda a sociedade, como salienta o Ministério do Planejamento.

Em 2010, foi publicada a Lei Federal nº 12.349, que alterou a Lei nº 8.666/93, e incluiu a promoção do desenvolvimento sustentável entre os princípios a serem garantidos na licitação, e não somente o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. O governo federal publicou a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

O estudo dos meios que buscam tornar-se, a licitação um processo para o desenvolvimento sustentável, é o que norteou o tema deste estudo, tendo por base que a atividade econômica desenvolvida pelas compras públicas, que se estima entre 10 % a 15 % do PIB, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (MPOG, 2012).

A abordagem de Licitação Sustentável é praticada no âmbito federal, e está sendo praticada de forma opcional, nos âmbitos estaduais e municipais, com a busca de processos necessários para sua aplicação, visando compreender os critérios utilizados e o alcance dos objetivos. Os municípios são os órgãos executivos mais próximos dos cidadãos, o que torna importante a coleta de dados na busca de analisar as possíveis vantagens e desvantagens do processo de licitação sustentável em um Município.

Também chamada Licitação Verde, a Licitação Sustentável, a qual objetiva a sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços pela administração pública, prioriza a compra de produtos que atendam critérios de sustentabilidade. Dentre os fatores, como facilidade para reciclagem, vida útil mais longa, geração de menos resíduos em sua utilização, considera-se também o menor consumo de matéria-prima e energia.

O estudo objetivou realizar uma análise acerca da implementação da Licitação Sustentável no Município de Santiago/RS, para tanto, foi necessário conceituar e caracterizar a Licitação Sustentável vislumbrando sua aplicação no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Buscou-se dados que permitam analisar vantagens e desvantagens da implantação da Licitação Sustentável no Município de Santiago/RS.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Segundo Kwasnicka (2012) o termo Administração deve ser visto como um processo integrativo fundamental, buscando a obtenção de resultados específicos. O ato de administrar é um processo pelo qual o administrador cria, dirige, mantém, opera e controla uma organização. Dentre as inúmeras definições, para Matias-Pereira (2018) podemos conceituar Administração Pública como o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas.

Já Oliveira (2014) aborda um conceito relacionado às funções da Administração Pública, sendo um processo estruturado de planejamento, organização, orientação, execução, avaliação e aprimoramento das atividades da instituição pública no direcionamento para atender às necessidades e expectativas dos cidadãos da comunidade, visando ao bem comum.

Partindo destes conceitos, pode-se dizer que a Administração Pública é uma atividade do poder executivo, que tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum (MATIAS-PEREIRA, 2018)

### **2.2 CONTRATAÇÕES PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Em decorrência lógica dos princípios constitucionais, e os demais aos quais as atividades da administração pública se sujeita, é necessário que as contratações feitas pelo Poder Público sejam precedidas de um processo seletivo, em que todos quantos tenham interesse em transacionar com o Estado possam competir, em igualdade de condições, de modo a que o resultado seja, de fato, o mais conveniente e vantajoso ao interesse público (CALASANS JUNIOR, 2015).

Em seu art. 37, inciso XXI, a Constituição Federal estabelece:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988)

A licitação constitui exigência inafastável para a escolha daqueles que o Estado deseja contratar para realizar os objetivos da ação administrativa. Trata-se de procedimento característico dos sistemas democráticos de governo, que não admitem o arbítrio ou a decisão unipessoal dos governantes. Baseado no princípio da isonomia, objetiva, fundamentalmente, obter a condição mais vantajosa para os negócios da Administração Pública (CALASANS JUNIOR, 2015).

O contrato é o meio como as pessoas, físicas ou jurídicas, estabelecem um acordo de intercâmbio de serviços ou produtos face a um recíproco interesse. No caso da Administração Pública, define como contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (COSTA MACHADO, et al, 2015).

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Comissão *Brundtland* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, em 1987), publicou um relatório inovador, intitulado *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), o qual descreve que “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU-BR, 2010)

Historicamente, a discussão global do modelo sustentável de desenvolvimento começou na década de 1970 e continua até nossos dias, em um cenário cada vez mais amplo e participativo, catalisado pelo processo de globalização que, sozinho, já é um desafio ao desenvolvimento sustentável (REIS, FADIGAS, CARVALHO, 2012).

O advento da globalização, impulsionado por meio do desenvolvimento técnico científico dos meios de comunicação e transporte, em muito alterou a dinâmica dos processos produtivos, resultando em um modelo predatório e consumista de produção e consumo. As transformações ocorridas na vida do homem e em suas interações com o meio ambiente alteraram também as condições da saúde humana e ocasionaram uma terrível crise ambiental (CARDOSO, 2016).

A constatação dos graves danos causados aos ecossistemas conduziu as nações para a realização de tratados e conferências internacionais, visando promover um novo padrão de desenvolvimento que leve em conta, além dos indicadores de eficiência econômica, a necessidade, indispensável, de preservação da sustentabilidade ambiental. E com isso, à adoção de agendas de gestão sustentável, incluindo medidas relacionadas com o desempenho ambiental das respectivas administrações públicas (LACAYO, 2011).

### 2.3.1 TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE OU TRIPLE BOTTOM LINE

O Tripé da Sustentabilidade ou *Triple Bottom Line* é um conceito criado, no contexto dos negócios, onde a sustentabilidade pode ter três dimensões: a econômica, a social e a ecológica. Observando-se que as características e a sustentabilidade das comunidades são o resultado das interações entre o meio ambiente, a economia e a sociedade (VELLAN, RIBEIRO, 2009).

O conceito do *Triple Bottom Line*, surgido do estudo realizado por Elkington (1994), no inglês, é conhecido por 3P (People, Planet e Profit); no português, seria PPL (Pessoas, Planeta e Lucro). Analisando-os separadamente, tem-se: Econômico, cujo propósito é a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores; Ambiental, cujo objetivo é analisar a interação de processos com o meio ambiente sem lhe causar danos permanentes; e Social, que se preocupa com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade (OLIVEIRA, et al, 2009).

Para Oliveira, et al (2009),

“O conceito do Triple Bottom Line (TBL) ganhou destaque nas discussões devido ao fato de criar um modelo que balizaria as discussões sobre o tema, tornando o assunto mais atrativo para as organizações que ainda não haviam se sensibilizado. Desde então, muitas Organizações passaram a comunicar seus desempenhos econômico, ambiental e social e suas inter-relações, baseadas neste conceito”.

A partir destes conceitos, a sustentabilidade, fazendo a relação do tripé com desenvolvimento sustentável, ilustra a importância de uma visão mais ampla, onde temos um conjunto, que inter-relaciona os aspectos ambientais, sociais e econômicos (ARAÚJO, et al, 2006).

### 2.4 LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

A Licitação Sustentável é compreendida, pelo processo de compra pública, o qual, ao analisar a proposta mais vantajosa, leve em consideração aspectos da

sustentabilidade. Onde relacionado com o tripé da sustentabilidade, são aspectos econômicos, sociais e ambientais (CARDOSO, 2016; TEIXEIRA, 2013).

Como consequência das diversas discussões internacionais, as compras verdes sugiram no cenário mundial, de modo intenso na Cúpula Mundial sobre desenvolvimento sustentável de Johanesburgo, em 2002, impulsionando as autoridades públicas a promoverem políticas de contratação pública que pudessem favorecer o desenvolvimento e a difusão de mercadorias e serviços favoráveis ao meio ambiente (CARDOSO, 2016).

No Brasil, a licitação sustentável foi criada, da necessidade do Estado de atender preceitos da legislação, e da responsabilidade assumida pelo mesmo, perante as convenções e tratados internacionais, que visaram adotar medidas, a fim de promover o desenvolvimento sustentável (DI PIETRO, 2017).

A própria Constituição Federal, de 1988, incluiu a defesa do meio ambiente entre os objetivos da ordem econômica. E em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (DI PIETRO, 2017).

A Constituição Federal em seu art. 225, § 1º, nos incisos IV e V, visando a garantir o que estabelece o referido artigo, indica medidas que poderão ser adotadas, como:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;  
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Por sua vez, a licitação tem como sua principal finalidade a de selecionar entre as propostas apresentadas aquela que apresenta maior vantagem para a Administração Pública. Ocorre que "proposta mais vantajosa" não pode ser entendida como a proposta de menor preço. É necessário que sejam observados, por parte do Administrador Público, os reais interesses de uma sociedade e em que medida os processos licitatórios podem vir ao encontro desses anseios e finalidades (FELICIANO, 2015). O Ministério do Planejamento (2018), em sua página oficial,

argumenta algumas razões para incluir critérios ambientais nas contratações públicas. Segundo o mesmo:

Em primeiro lugar, desenvolver uma política de contratações públicas que leve em consideração critérios de sustentabilidade, sendo que esta possui grande relevância por se tratar de um instrumento indutor que pode influenciar o mercado e os padrões de consumo. O setor público está entre os grandes consumidores do mercado, gastando cerca de 10 a 15% do PIB. A segunda razão é que adquirir produtos de menor impacto ambiental representa obter a contratação mais vantajosa, ainda que eventualmente não seja o menor preço disponível no mercado quando comparado com o de produtos convencionais. Embora possam ser considerados similares, carecem de atributos fundamentais para atender ao interesse público da preservação do meio ambiente e do bem estar social. Esses são os objetivos maiores da atuação do Estado, conforme estabelece o art. 225 da Constituição Federal. A terceira razão é que a exigência de critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações públicas, confere coerência à atuação do comprador público relativamente ao dever do Estado de proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico e social, integrando a atuação das áreas meio com as políticas implementadas pelas áreas fim.

#### 2.4.1 CRITÉRIOS DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Para que o processo de licitação sustentável possa se tornar prática, é necessário estabelecer critérios a serem adotados. A Lei Federal nº 12.349/10, a qual incluiu o princípio da promoção do desenvolvimento sustentável através da licitação, não define como será alcançado este objetivo (TEIXEIRA, 2013).

Para Cardoso (2016) critérios são princípios utilizados como referência para distinguir o verdadeiro do falso, ou seja, parâmetros para estabelecer uma comparação, escolha, julgamento ou avaliação. Portanto, os critérios de sustentabilidade podem ser considerados como os parâmetros utilizados nas contratações públicas que levem em consideração o menor impacto ambiental, econômico ou social, por meio do poder de compra do Estado.

Para a implementação de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas, é necessário que o gestor público faça o planejamento de suas licitações, observando quais os critérios de sustentabilidade podem efetivamente serem incluídos no certame sem inviabilizá-los. Os critérios de sustentabilidade não podem ser um entrave a isonomia, a competitividade, a publicidade, enfim, a todos os princípios que regem as licitações públicas (FELICIANO, 2015).

O governo federal promoveu a iniciativa em estabelecer os critérios necessários para implantação da licitação sustentável. Através da instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a qual “dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental

na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional" (BRASIL, 2010).

O Ministério do Planejamento salienta que a administração tem o dever de selecionar os bens, serviços e obras mais vantajosos, em sentido amplo, não abrangendo somente o preço, mas também a qualidade e a conformidade com o dever do Estado de proteção ao meio ambiente.

### **3. METODOLOGIA**

O estudo buscou elucidar a Licitação Sustentável para aplicação no âmbito do município de Santiago-RS. Sendo necessário um aporte de pesquisas bibliográficas e aplicação de um questionário a fim de aprimorar o entendimento acerca da temática abordada.

Classificou-se quanto à natureza, como aplicada, pois tem o intuito de produzir conhecimento sobre o processo da Licitação Sustentável, e sua aplicação no município estudado, conforme Andrade (2010). Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois responde questões particulares, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2015).

O procedimento técnico adotado nesta pesquisa, é o estudo de caso, que segundo Michel (2015) "consiste na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos, com o propósito de compreender fatos, fenômenos sociais". Desta forma por se tratar de uma pesquisa que propõe a implantação de um processo administrativo ainda não utilizado pelo município, foi considerado o método de abordagem ideal para o presente estudo.

As informações foram coletadas através de livros, legislações federais, estaduais e municipais, artigos nacionais e trabalhos já realizados acerca do tema, como dissertações e teses. As legislações a respeito da licitação sustentável, analisadas na pesquisa foram: a instrução normativa federal SLTI/MP 01/2010 e os decretos que a regulamentaram, o decreto do Estado do Rio Grande do Sul e a lei do Município de Porto Alegre/RS.

Ainda, realizaram-se consultas aos portais de comunicação do governo federal, para coletar informações da aplicação da licitação sustentável, e também do portal de

transparência do Município de Santiago, afim de coletar dados de despesas realizadas em 2018, que possuem relação com custos socioambientais.

Além das pesquisas bibliográficas, houve aplicação de entrevistas estruturadas através de questionários, com 3 representantes do Município de Santiago, os quais por suas funções administrativas, estão ligados diretamente com os processos de licitações do município, sendo o Coordenador da CELIC (Central de licitações), a Presidente da Comissão de Licitações e o Pregoeiro e membro da comissão de licitações. O questionário formado por 6 perguntas, buscou evidenciar a realidade sobre o tema licitação sustentável no Município de Santiago, bem como conhecer a opinião das autoridades municipais em relação ao mesmo.

Após a coleta de dados, os mesmos foram analisados, e no caso das legislações das 3 distintas esferas administrativas, foi realizado comparativos entre elas. Conjuntamente os dados obtidos pela aplicação do questionário e os estudos presentes na literatura, foi possível verificar as vantagens e desvantagens do objetivo proposto.

### **3.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS**

Este capítulo visa detalhar e organizar os dados coletados através das pesquisas realizada, demonstrado os dados provenientes das pesquisas sobre Licitação Sustentável.

Na primeira parte, temos os resultados descritivos referentes as pesquisas sobre a implementação da licitação sustentável nas esferas estadual e municipal. Sendo que a pesquisa buscou dados na legislação estadual do Rio Grande do Sul e na legislação do Município de Porto Alegre/RS, além da legislação federal vigente.

Na segunda parte consta a análise dos dados obtidos pelos questionários aplicados com os funcionários do Município de Santiago, em conjunto com material de outras pesquisas, no sentido avaliar vantagens e desvantagens para a aplicação o processo de Licitação Sustentável no município, além de compreender o impacto na contabilidade pública.

### **3.2 ANÁLISE DE VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Para a avaliação da implementação da Licitação Sustentável no Município de Santiago/RS, foi importante buscar os aspectos positivos e negativos do processo, ao mesmo tempo que o gestor público encontrará razões para adotar ou não o procedimento.

Para conhecer a realidade sobre o tema licitação sustentável no Município de Santiago, foi aplicado questionário a três agentes públicos, que possuem suas funções diretamente ligadas ao processo de licitação. O questionário apresentou 6 perguntas afim de conhecer como o tema era tratado no município, sua aplicação, e qual a visão dos agentes públicos sobre o tema. A primeira questão buscou avaliar se “os agentes públicos possuíam algum conhecimento do tema licitação sustentável”, no qual a resposta foi positiva em 100 %, no entanto, não foi possível avaliar o grau de conhecimento dos mesmos, em relação ao tema.

Passou-se a questionar se “o município adotava algum critério para atender o princípio do desenvolvimento sustentável nas licitações”, sendo que os agentes públicos afirmaram que no momento não é adotado critérios nesse sentido, assim não sendo aplicada a licitação sustentável no município.

O terceiro questionamento buscou compreender se “no Município de Santiago era debatido a importância de promover o desenvolvimento sustentável nas atividades administrativas e operacionais”. A resposta foi positiva em unanimidade, o que demonstra que a gestão municipal reconhece a importância do tema, e o mesmo faz parte nos debates para as ações do governo.

Outro questionamento realizado aos agentes públicos foi no sentido de saber, se na opinião destes, “a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações, traria vantagens ou desvantagens ao município”. Este ponto é de extrema importância, já os agentes públicos são os que praticam as ações no processo de licitação, e conhecem por experiência própria seus aspectos relevantes. A resposta foi que a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações traria vantagens ao município.

Por fim questionou-se afim de obter conhecimento se “existia algum projeto de lei em criação, o qual tenha por objetivo regulamentar os critérios para a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações, e se a Administração Pública e os cidadãos veriam com bons olhos, um projeto nesse sentido”. Foi respondido que não existe projeto de lei em criação para atender este objetivo, mas que seria sim, visto com bons olhos, um projeto que visasse atender esta necessidade.

Para compreender melhor se o processo da licitação sustentável traria vantagens ou desvantagens na sua aplicação, foi necessário buscar conhecimento nos órgãos públicos que já o utilizam e nos dados obtidos de outras pesquisas.

Dentre as principais vantagens citadas pelo Ministério do Planejamento, em seu sitio virtual, podemos citar:

- Promoção da proteção ambiental;
- Conscientização sobre a importância da avaliação do ciclo de vida do produto/serviço a adquirir;
- Promoção da inovação para a economia verde e inclusiva;
- Movimentação do mercado, estímulo à economia e aumento da competitividade de empresas em mercados futuros, criando novos negócios e aumentando o número de postos de trabalho;
- Promoção do desenvolvimento local;
- Melhores produtos e serviços, trazendo benefícios diretos para a população usuária dos serviços públicos, como resultado de novas ideias e padrões no mercado, que poderão, em seguida, ser fornecidos de maneira mais eficiente e eficaz, e com menor preço.
- Ganho reputacional e de imagem por atuar ativamente na proteção socioambiental;
- Instrumento para melhorar a eficiência organizacional do governo, permitindo melhor tomada de decisão sobre aquisições e contratações.

De Souza et al (2018) salienta que as CPS podem ajudar os governos a atingirem, por exemplo, metas relacionadas às mudanças climáticas, à gestão de resíduos sólidos e à gestão de recursos hídricos. Adotando produtos que reduzam o impacto nas florestas por meio da compra de madeira certificada, da redução da geração de resíduos e, também, do desperdício no uso da água, entre outras medidas possíveis.

O Ministério do Meio Ambiente, em seu sítio virtual, argumenta que a decisão de se realizar uma compra sustentável não implica, necessariamente, em maiores gastos de recursos financeiros. Isso porque nem sempre a proposta vantajosa é a de menor preço e também porque deve-se considerar, no processo de aquisição de bens e contratações de serviços, outros aspectos.

Já Magalhães (2013) cita que a liderança dos governos ao demonstrar um comportamento mais sustentável para a sociedade, pode catalisar esse processo nos demais setores e incentivar o surgimento de novos mercados e empregos “verdes”, área que tende a ganhar mais espaço no cenário internacional nos próximos anos.

Magalhães (2013) ainda levanta o aspecto social das Licitação Sustentáveis, onde argumenta que:

O potencial de alavancar melhorias no âmbito social é outro aspecto das CPS que vem sendo destacado. Por exemplo, garantindo condições de trabalho adequadas aos operários que trabalham em obras públicas ou promovendo novas oportunidades de trabalho para grupos marginalizados.

Na pesquisa de Biage e Calado (2015) é analisada as vantagens em três aspectos, o social, ambiental e econômico. Sendo que os benefícios econômicos e

sociais provenientes de novas tecnologias verdes proporcionam criação de empregos e riquezas, desenvolvimento de competências, e benefícios ambientais com o uso mais eficiente de recursos naturais. E, em relação a isso, as autoridades públicas demonstram um governo mais responsável, sensibilizando os consumidores com as implicações ambientais e sociais.

O vereador Airto Ferronato, no sitio virtual da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, ao propor a criação da Lei 11.993/2015 estabelecendo os critérios do programa Licitação Sustentável no município de Porto Alegre/RS, declarou que a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção aos ecossistemas, o favorecimento de uma sociedade mais justa e a manutenção de uma economia viável e equilibrada, são ações fundamentais para elevar a qualidade de vida da população, e que os governos estão se adequando às exigências das normatizações dos produtos para o consumo sustentável.

São muitas as vantagens da aplicação da licitação sustentável pela administração pública, onde o processo envolve benefícios sociais, ambientais e econômicos. E além das inúmeras argumentações favoráveis, é importante salientar que a adoção do procedimento respeita o que está estabelecido no princípio da lei, e reforça o papel do Estado na proteção ao meio ambiente, este que é expresso na Constituição Federal.

Por outro lado, para a implementação de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas, é necessário que o gestor público faça o planejamento de suas licitações, observando quais os critérios de sustentabilidade podem efetivamente serem incluídos no certame sem inviabilizá-los. Os critérios de sustentabilidade não podem ser um entrave a isonomia, a competitividade, a publicidade, enfim, a todos os princípios que regem as licitações públicas (FELICIANO, 2015).

Para Magalhães (2013), embora já se percebam as vantagens e os resultados das experiências de CPS, que crescem em todo o mundo, deve-se reconhecer que ainda existem alguns obstáculos práticos para sua implementação, tais como a percepção de maiores custos, as restrições à competitividade e as ofertas insuficientes nos processos licitatórios, a falta de conhecimento por parte dos licitantes sobre o meio ambiente, bem como sobre a elaboração de critérios de sustentabilidade, e outros obstáculos resultantes da cultura organizacional.

Outras dificuldades na implementação das compras públicas sustentáveis são: a falta de conhecimento; a falta de vontade política; e a falta de estímulo à mudança

de comportamento. É necessário superar a falta de engajamento dos servidores, que geralmente surgem, sob a contestação de que há impedimentos legais para o enfoque socioambiental nas licitações (BIAGE, CALADO, 2015).

Alguns atores econômicos podem ver os critérios de sustentabilidade como uma barreira de entrada nos processos licitatórios, restringindo sua oportunidade de participação. Por conseguinte, como as CPS se baseiam em normas inovadoras, pode ser difícil encontrar os provedores em condições de ofertar os bens ou serviços na quantidade e qualidade desejadas (Magalhães 2013).

### 3.3 DADOS PARA A PROPOSTA DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

A contabilidade pública possui uma relação direta com o processo de licitação, já que ela participa ativamente da criação e controle do orçamento. Através das técnicas contábeis, é que são feitos os registros dos fatos administrativos e atos administrativos. Sendo o objetivo da contabilidade, o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações, visando ao fornecimento de informações que sejam úteis para a tomada de decisões (RIBEIRO, 2013).

A figura 01, ilustra a relação da contabilidade com licitação sustentável, criando um esquema, para demonstrar a atuação da contabilidade dentro do processo. Destacando 4 segmentos da contabilidade, que serão aplicados a licitação sustentável.

Figura 01 – Contabilidade e Licitação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como já salientado na pesquisa, uma das dificuldades na aplicação dos critérios de sustentabilidade na licitação sustentável, é a busca por não inviabilizar o processo, seja pelo custo elevado, ou por ser contraditório a outro princípio da lei (FELICIANO, 2015).

Primeiramente, o setor responsável pelo processo de licitação, buscará informações contábeis a respeito do orçamento, pois qualquer ação de despesa deve estar prevista neste. A contabilidade atua diretamente na criação e no controle do orçamento, desde modo não é possível realizar o processo, se não houver comunicação entre os departamentos, e ir de encontro com o planejado.

A contabilidade poderá aplicar estudo, com relação a orçamento e custos, e propor iniciativas para aplicação na licitação sustentável. Para analisar este ponto, foi realizada consulta ao portal de transparência do Município de Santiago. No quadro abaixo, demonstra a despesa do município, para a coleta, transporte e destinação dos resíduos de saúde no ano de 2018.

Figura 02 – Despesas com Resíduos da Saúde.



Fonte: Portal de Transparência, Município de Santiago (2018).

Como demonstrado na figura 02, o município gastou R\$ 386.690,33 com a destinação dos resíduos da saúde, sendo que o custo unitário por quilo é de R\$ 7,72. Resíduos das atividades da saúde, por serem perigosos, demandam de um custo elevado para coleta, transporte e destinação. Nestes casos a contabilidade, realizando uma análise de custos, pode sugerir a aplicação da logística reversa, o qual é um dos critérios estabelecidos na licitação sustentável, com intuito de reduzir custos aos cofres públicos.

A Contabilidade Pública, por exemplo, pode auxiliar no desafio de estabelecer uma análise econômica nos processos licitatórios referente ao custo total dos

produtos, incluindo o custo de suas externalidades, visando explicitar os custos reais para os compradores. Além disso, esclarecer aos gestores públicos que uma licitação sustentável não implica optar por um produto ou serviço mais caro, mas buscar alternativas que significarão menor impacto e mais economia nos médio e longo prazos. (MAGALHÃES, 2013) Alguns critérios socioambientais, buscam aliar a economicidade com benefícios ambientais, mas demandam de um alto investimento na sua execução. Tomamos por exemplo a instalação de um sistema de energia solar para o prédio central do Município de Santiago.

Conforme consta no portal de transparência do município, o gasto com energia elétrica do prédio central no ano de 2018, foi de R\$ 80.462,36, fazendo uma média aritmética mensal, seria em torno de R\$ 6.700,00 mês. Utilizando um simulador virtual da empresa NeoSolar, especialista em instalação de energia solar, foi calculado um possível orçamento, tomando por base a despesa mensal com energia elétrica. Seria necessário um investimento em torno de R\$ 680.420,00. Podemos aplicar a análise de investimento, utilizando para este fim a tabela *Price*, aplicando uma taxa de juros de 0,99% a.m., pois a mesma é oferecida no site da empresa NeoSolar, para financiamento deste tipo.

Quadro 01 – Análise Investimento Energia Solar.

Número	Valor Prestação	Juros (0,99% a.m.)	Amortização	Saldo Devedor
(Investimento)	R\$	R\$	R\$	R\$ 680.420,00
1	R\$ 9.714,91	R\$ 6.736,16	R\$ 2.978,75	R\$ 677.441,25
				
120	R\$ 9.714,91	R\$ 95,23	R\$ 9.619,68	-R\$ 0,55
<b>Valor da prestação:</b>				R\$ 9.714,91
<b>Somatório dos juros:</b>				R\$ 485.368,65
<b>Custo Total</b>				R\$ 1.165.788,65

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Simulou-se um financiamento em 10 anos, na taxa oferecida de 0,99 % a.m., não foi calculada a taxa efetiva de juros do processo. O que se busca analisar com o cálculo, é que o custo real do investimento através do financiamento seria de R\$ 1.165,788,65. Com isso, demonstra que a contabilidade poderá utilizar-se da ferramenta de Análise de Investimento no processo de Licitação Sustentável, afim de

comprovar a viabilidade financeira de um investimento, pois mesmo que o mesmo venha a agregar benefícios ambientais, ele deve ser viável como um todo, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, tomando por base o tripé de sustentabilidade.

De outro modo, impacto ambiental das atividades públicas deve ser mensurado economicamente, sendo que neste sentido, a contabilidade pública poderá utilizar-se das técnicas da contabilidade ambiental, que segundo Costa (2012), define-se como uma derivação da Contabilidade Gerencial. Através dos tópicos gerenciais ambientais, os gestores podem identificar e alocar custos ambientais de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos.

A análise abordada neste tópico, demonstra que, sendo a contabilidade uma ciência social, seu campo de atuação é bastante vasto e aplica-se a todos os aspectos sócio econômicos da sociedade, sendo a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial (VELLAN, RIBEIRO, 2009).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração pública é a maior consumidora de bens e serviços no país, e aos poucos também começa a assumir suas responsabilidades com o desenvolvimento sustentável. A criação de legislação que promova o desenvolvimento sustentável nas compras públicas é um passo muito importante para isso.

Se torna iminente aos órgãos públicos que ainda não implementaram o procedimento da licitação sustentável, de fazê-lo, não só pela determinação em lei, mas pelos benefícios que dela provém. Através da pesquisa realizada, foi possível evidenciar que a implementação da licitação sustentável no Município de Santiago traria vantagens ao município, baseando-se não somente na opinião dos próprios agentes públicos, mas na realidade de outros órgãos que já a implementaram, além de outras pesquisas sobre o tema.

O processo da licitação sustentável, o qual foi criado, primeiramente, em âmbito federal no ano de 2010, passou por evoluções ao longo desses anos, com as publicações de decretos que visaram aprimorar e esclarecer os critérios a serem adotados para a promoção do desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, as legislações estaduais e municipais analisadas nesta pesquisa, tomaram por base as experiências no âmbito federal, adequando os critérios conforme suas necessidades e acompanhando a evolução do entendimento sobre o tema.

Da mesma forma, para que o processo de Licitação Sustentável seja implementado no Município de Santiago é necessário tomar por base as legislações federais, estaduais e municipais vigentes, além de absorver as experiências da prática deste processo. Como analisado na pesquisa, os poréns da implementação da Licitação Sustentável estão na falta de informação e capacitação técnica dos agentes públicos sobre o tema. Na pesquisa realizada, os agentes públicos do município afirmaram ter algum conhecimento do tema, porém não foi possível avaliar o grau deste conhecimento. Assim sugere-se que o Município de Santiago, capacite seus agentes públicos ligados ao processo de licitação, disponibilizando a estes a oportunidade de realizar cursos sobre licitação sustentável, além da troca de experiências com outros órgãos públicos que já adotam o procedimento.

A contabilidade é de suma importância no processo licitação, e não é diferente na licitação sustentável. As informações contábeis servem de base para tomadas de decisões, seja na administração pública ou privada. No processo de licitação sustentável, a contabilidade deve ser uma ferramenta a ser utilizada na avaliação de custos das contrações, avaliando a sua viabilidade. Do mesmo modo ela poderá gerar informações de custos que poderiam ser eliminados pela administração pública, com o processo de licitação sustentável, como por exemplo, a exigência da logística reversa nas contratações, eliminando custos de descartes de materiais perigosos.

Analizando sobre a ótica do triple da sustentabilidade, onde o termo sustentabilidade não se refere apenas a uma visão ambiental, senão aos aspectos sociais, ambientais e econômicos, nas legislações analisadas na pesquisa, os critérios a serem adotados na licitação sustentável abrangem de forma mais ampla os aspectos ambientais e econômicos. Desde modo, o aspecto social deve ser acolhido com mais ênfase na legislação, estabelecendo critérios com este fim.

Por fim, conclui-se que a Proposta para Implementação da Licitação Sustentável no Município de Santiago deve ser analisada com a devida importância pela gestão municipal, pois foi demonstrado que a mesma traria vantagens ao município, além de que com esta iniciativa, o município estaria respeitando o estabelecido em lei. Para uma aplicação mais eficiente do processo de licitação sustentável, se propõe que seja realizada uma pesquisa sobre Logística Reversa, com intuito de aprofundar-se sobre o procedimento, o qual poderá trazer benefícios econômicos e ambientais ao município.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. A. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10º Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO et al. **Sustentabilidade Empresarial: conceito e indicadores**. III CONVIBRA: Congresso Virtual Brasileiro de Administração – 24 a 26 de novembro de 2006.

BIAGE, V. S. M., CALADO, L. R. **Análise dos Resultados das Contratações Públicas Sustentáveis**. REAd. Rev. eletrôn. Adm [online], vol.21, n.3, pp.601-621. ISSN 1980-4164. Porto Alegre, 2015.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal**. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>. Acessado em 10 de set. de 2018.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Orientações: contratações sustentáveis**. Brasília: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA. 2014. 25 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.349**, promulgada em 15 de dezembro de 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.666**, promulgada em 21 de junho de 1993.

BRASIL. **Instrução Normativa SLTI/MP nº 01** de 19 de janeiro de 2010.

CALASANS JUNIOR, J. **Manual da Licitação : Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com roteiros**. 2º Edição, São Paulo: Atlas, 2015.

CAMARA MUNICPAL DE PORTO ALEGRE/RS. **Aprovado projeto que institui Programa Licitação Sustentável**. Disponível em: [http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25522&p\\_secao=56&di=2015-11-18](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25522&p_secao=56&di=2015-11-18). Acessado em 15 de maio de 2019.

CARDOSO, J. R. **Contratações públicas sustentáveis: da teoria à prática**. Brasília: Enap, 2016. Disponível em: <https://comunidades.enap.gov.br/ram/compras/pdf/licitacoes-sustentaveis/contratacoes-publicas.pdf>. Acessado em 13 de nov. de 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30º Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FELICIANO, A. **A importância da implementação de licitações sustentáveis como medida de política pública na busca do desenvolvimento nacional sustentável**. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol.3 – n. 1 – pag. 183 a 202, 2015.

KWASNICKA, E. L. **Introdução a Administração**. 6º Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

LACAYO, M. A. V. (Consultor Legislativo Área de Direito Administrativo e de Administração Pública). **Estudo sobre o Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública - 2011**. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-ecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema1/2011\\_1723.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-ecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema1/2011_1723.pdf). Acessado em 13 de nov. de 2018.

MAGALHÃES, A. M. M. **As Compras Públicas Sustentáveis e Sua Evolução no Brasil.** Ipea - Boletim regional, urbano e ambiental, 07 Jan.-Jun. 2013.

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais.** 5º Edição. São Paulo: Atlas, 2018.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** 3º Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade.** 34º Edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

NEOSOLAR. **Simulador Solar Calculadora Fotovoltaica.** Disponível em: <https://www.neosolar.com.br/simulador-solar-calculadora-fotovoltaica-resultado>. Acessado em 20 de maio de 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. O. **Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo.** São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, L. R. et al. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações.** Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/aop\\_0007\\_0245.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/aop_0007_0245.pdf). Acessado em 13 de nov. de 2018.

ONU-BR. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acessado em 13 de nov. de 2018.

PALUDO, A. V. **Administração pública: teoria e questões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTO ALEGRE. **Lei Municipal nº 11.993**, promulgada em 30 de dezembro de 2015.

REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. F.; CARVALHO, C. E. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável.** 2º Edição. Barueri, SP: Manole, 2012.

SANTIAGO/RS. **Portal de Transparência.** Disponível em: [http://portal.santiago.rs.gov.br:88/multi24/sistemas/transparencia/index?secao=bem\\_vindo#](http://portal.santiago.rs.gov.br:88/multi24/sistemas/transparencia/index?secao=bem_vindo#). Acessado em 20 de maio de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 51.771**, publicado em 29 de agosto de 2014.

SANTIAGO. **Portal de Transparência.** Disponível em: <http://www.santiago.rs.gov.br/pagina/203/portal-transparencia>. Acessado em 20 de jun. de 2019.

TEIXEIRA, M. F. F. B. **Desafios e Oportunidades para a Inserção do Tripé da Sustentabilidade nas Contratações Públicas: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo.** Brasília, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13866/1/2013\\_MariaFernandadeFariaBarbosaTeixeira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13866/1/2013_MariaFernandadeFariaBarbosaTeixeira.pdf). Acessado em 13 de nov, de 2018.

VELLAN, C. L., RIBEIRO, M. S. **Sustentabilidade e Contabilidade.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v.1, n11, p. 187-206, Jan./Jun., 2009.

# CAPÍTULO 14

PROJETO DE MATRICIAMENTO JUDICIÁRIO: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO INTERPROFISSIONAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA.

## **Geisiele Aparecida da Silva**

Especialista em Serviço Social na Sociedade Contemporânea: direção social, instrumentais e política social - Instituto Dimensão

Instituição: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Endereço: Rua Ibirapuã, 270 - Centro, Santa Fé – PR, Brasil (institucional)

E-mail: geisielelot@gmail.com

## **Rosária Marília da Silva**

Especialista em Construcionismo Social: práticas psicossociais pós modernas - PUC MG

Instituição: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Endereço: Rua Ibirapuã, 270 - Centro, Santa Fé – PR, Brasil (institucional)

E-mail: rosariamarilia@gmail.com

## **Edson Roberto Arpini Miguel**

Doutor em Clínica Médica - Ensino em Saúde - UNICAMP (2019)

Instituição: Universidade Estadual de Maringá - UEM

Endereço: Avenida Colombo, 8790 - Jd. Universitário - PEN, Maringá - PR, Brasil (institucional)

E-mail: edarpini@gmail.com

**RESUMO:** As autoras apresentam uma proposta de organização e gestão de trabalho multiprofissional no judiciário, baseadas nos conceitos de apoio matricial e equipe de referência, metodologias estas comumente utilizadas na área da saúde. No contexto da proposta deste artigo, o matriciamento no judiciário é visto como a co-construção de estratégias de intervenção, interação e estabelecimento de fluxos de atendimento entre a equipe multiprofissional do TJPR e as equipes que compõem a rede de proteção e atendimento à criança e ao adolescente das comarcas que fazem parte da 10º Equipe de Atendimento Multiprofissional. A partir do entendimento da importância de uma rede de atendimento estruturada, este projeto busca promover oportunidades para a construção coletiva de melhores possibilidades de dissolução dos conflitos e demandas judicializadas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Organização; matriciamento; judiciário

**ABSTRACT:** The authors present a proposal for the organization and management of multidisciplinary work in the judiciary, based on the concepts of matrix support and reference team, methodologies commonly used in the health area. In the context of the proposal of this article, matriculation in the judiciary is seen as the co-construction of intervention strategies, interaction and establishment of care flows between the

TJPR multiprofessional team and the teams that make up the child protection and care network and to the teenager from the counties that are part of the 10th Multiprofessional Service Team. Based on the understanding of the importance of a structured service network, this project seeks to promote opportunities for the collective construction of better possibilities for the dissolution of conflicts and judicial demands.

**KEYWORDS:** Organization; matrix support; judiciary.

## 1. INTRODUÇÃO

O projeto de matriciamento do judiciário é resultado das experiências e inquietações das analistas judiciárias de psicologia e serviço social, integrantes da 10<sup>a</sup> ERAM – Equipe Regional de Atendimento Multiprofissional.

A atuação das ERAMs é normalizada pelo Decreto Judiciário nº 487/2019. Este documento estabelece a distribuição de 14 Equipes no território do estado do Paraná, vinculadas às 14 Coordenadorias Regionais da Infância e da Juventude estabelecidas, por sua vez, pelo Decreto Judiciário 178/2015.

Podem fazer parte da ERAM servidores de carreira, dividindo-se em Equipe Técnica e Equipe Administrativa, sendo formada, no mínimo, por 01 (um) Analista Judiciário com especialização em Serviço Social e 01 (um) Analista Judiciário com especialização em Psicologia.

Essa equipe fará atendimento regionalizado no intuito de atender comarcas carentes de equipes multidisciplinares, tendo como prioridade a atuação em processos distribuídos nas Varas da Infância e Juventude podendo se estender a outras Varas desde que envolva interesse de criança e adolescente. A 10<sup>a</sup> ERAM possui sua Sede na comarca de Santa Fé, com extensão do atendimento as comarcas de Alto Paraná, Astorga, Centenário do Sul, Jaguapitã, Paranacity e Terra Rica, totalizando 23 municípios vinculadas a equipe.

Segundo restritas orientações do CONSIJ – Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude, a capacitação com instruções iniciais está programada para primeira quinzena de agosto, formato EaD, norteando que durante o período em que os profissionais aguardam treinamento devem conhecer e analisar a realidade das comarcas em que estão inseridos. Divulgou que os trâmites para viabilização de motorista estão em andamento. Em caráter provisório, sugeriu que o técnico priorize processos que não necessitem de deslocamento, bem como, levantou a possibilidade de designação de motorista por portaria ou solicitação de apoio do município e de outros setores da rede, que possam fornecer o meio de transporte para os casos que se fizerem necessário.

Diante deste contexto, a assistente social e a psicóloga iniciaram análise documental dos processos da Vara Cível e Infracional, das comarcas integrantes da 10<sup>a</sup> ERAM, com o objetivo de interação aos autos e planejamento das atividades a serem desenvolvidos.

Nesta perspectiva, identificou- se 320 processos da vara cível dos quais 22 são processos referentes a crianças acolhidas, 24 são de Destituição do poder familiar e em 31 dos casos foram solicitadas diligências e estudos técnicos. No que diz respeito aos 380 processos da Vara Infracional, ponderou-se o aguardo da capacitação da ERAM, tendo em vista que a demanda da vara da infância por si só gerará sobrecarga de processos aos profissionais da equipe neste primeiro momento, que por sua vez, estão sem meio de transporte e conhecimento específico das demandas que a ERAM atuará.

Constatou-se ainda que não existe uniformização e padronização dos processos, considerando que as solicitações e pedidos foram construídos de acordo com o conhecimento prévio e perspectiva de cada juiz; bem como, percebeu a fragilidade das equipes técnicas dos municípios, a falta de estrutura, a falta de capacitação profissional e a escassez de equipamentos sociais.

Essa análise culminou o entendimento de que os profissionais da ERAM precisam, não só, elaborar estratégias para uniformizar e padronizar os processos que os envolve, construindo fluxos, protocolos e diretrizes com a rede de atendimento dos municípios, como também, dividir com os magistrados os anseios e dificuldades de cada região atendida.

Compreende-se ainda que a equipe além de se capacitar para sanar as fragilidades técnicas e a falta de experiência no campo judiciário, deverá arquitetar estratégias para o desenvolvimento e a capacitação de todos os profissionais que atuam ou auxiliam a Vara da Infância e da Juventude.

A partir das informações acima descritas, da inexistência de um plano de gestão dos processos de trabalho e da consequente falta de uniformização e padronização dos procedimentos na perspectiva de atuação da equipe multiprofissional, elaborou-se o projeto de matriciamento do judiciário.

Esta proposta de trabalho tem como objetivo a organização e gestão de trabalho multiprofissional, denominado matriciamento, estabelecendo um novo modo de produzir ações no poder judiciário em que duas ou mais equipes, num processo de construção coletiva, desenvolvem trabalho compartilhado e colaborativo em pelo menos duas dimensões: assistencial e técnico- pedagógico.

Entende-se por matriciamento: o suporte técnico especializado que é ofertado a uma equipe interdisciplinar a fim de ampliar seu campo de atuação e qualificar suas

ações. Ele pode ser realizado por profissionais de diversas áreas especializadas. (FIGUEIREDO apud SILVA et al., 2010)

O termo é amplamente discutido no campo da saúde, sendo segundo Campos (2007), instrumento de arranjos organizacionais e uma metodologia para a gestão do trabalho, objetivando ampliar as possibilidades de realizar clínica ampliada e interação dialógica entre distintas especialidades e profissões.

Pretende-se com o matriciamento construir a compreensão integral em questões/ processos que envolvam crianças e adolescentes; ampliar e estruturar subsídios para garantir a celeridade e eficiência dos processos que a ERAM estiver inserido; produzir a troca de conhecimento e construção de um conhecimento comum entre os profissionais; e, ser instrumento de educação permanente nas comarcas, em consequências em todos municípios vinculados a elas.

## **2. AÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO MATRICIAMENTO NO JUDICIÁRIO**

A aproximação da ERAM aos municípios sob sua responsabilidade será uma das estratégias propostas para a realização do matriciamento. A integração entre as equipes, fortalecerá as ações em rede e dos processos de referência e contra-referência. Pretende-se utilizar a multiprofissionalidade como componente essencial de um fazer coletivo e amplo em diversos sentidos, com uma compreensão mais global dos sujeitos e do território.

O matriciamento será o encontro da ERAM com as equipes de referência dos municípios e magistrados, com profissionais de distintas áreas, saberes e visões para a compreensão integral dos processos que foram judicializados por violação de direitos, ampliando, estruturando e respaldando melhor as decisões dos magistrados, com relação ao público infanto-juvenil, e produzindo a troca e construção de conhecimento entre os profissionais, podendo ser considerado instrumento potente de educação permanente.

Assim a ERAM será uma retaguarda especializada às equipes e aos magistrados no conhecimento dos aspectos socioeconômicos, culturais, interpessoais, familiares, institucionais e comunitários, dentre outras atribuições, utilizando diretrizes de referência e contra referência, protocolos e fluxos de atuação.

O processo de trabalho da 10<sup>a</sup> ERAM no judiciário incluirá reuniões mensais com as equipes dos municípios das comarcas integrantes, objetivando trocas de experiências e discussões de interesse coletivo. A pauta será proposta pelo grupo na

reunião anterior, conforme necessidade de debate e atualização, contando, por vezes, com a coordenação geral exercida por um dos profissionais da ERAM. Nestes encontros ocorrerá a organização dos processos de trabalho, com foco em debates sobre produtividade, pactuação de protocolos de atendimento, diretrizes, fluxos de atendimento, além de outros assuntos. Para tanto, utilizar-se-á de rodas de conversa, discussão de casos, apresentações teóricas e simulações de casos.

O público alvo deste primeiro momento de discussões será dividido em quatro grupos, por uma questão de produtividade e logística, ficando definido: 1º grupo – municípios da comarca de Santa Fé; 2º grupo os municípios das comarcas de Astorga, Jaguapitã e Centenários do Sul, 3º grupo os municípios das comarcas de Alto Paraná e Paranacity, e 4º grupo os municípios da comarca de Terra Rica. Quanto ao cronograma geral, acontecerão reuniões bimestrais entre a ERAM e as equipes dos magistrados, tendo como participantes: o juiz da comarca, estagiários, analista e técnicos judiciários que estejam envolvidos com a Vara da Infância e da Juventude. As reuniões são divididas em três fases: (1) análise dos casos anteriores; (2) análise de novos casos; e (3) a divulgação/discussão de temáticas a serem trabalhadas nos grupos operativos das redes de atendimento aos usuários do tribunal de justiça.

Nestas reuniões cada profissional contribuirá com as informações que levantou sobre o atendimento e a realidade de seu município. O conselho Tutelar, por exemplo, colaborará relatando novos casos para a equipe ERAM e, após a compreensão de cada cenário, os profissionais definirão as atividades que serão desenvolvidas respectivos responsáveis e organizarão as agendas de trabalho. As equipes irão amadurecer e criar fluxos de atenção, critérios de discussão e protocolos para potencializar e trabalho no judiciário. O desenvolvimento de grupos, oficinas, rodas de conversa, atendimentos individuais e compartilhados e visitas domiciliares são algumas das ações da ERAM, que serão organizadas a partir do matriciamento entre o magistrado e a rede de atendimento dos municípios.

São comuns os seguintes tipos de encaminhamentos nas reuniões: Atendimento individual (no Fórum) ou atendimento compartilhado da ERAM, com as equipes de atendimento dos municípios; Visita domiciliar, podendo ser compartilhada com Conselho Tutelar ou equipe Técnicas do Município.

Encaminhamento para grupos operativos (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), acompanhamento e atendimento do PAIF, PAEFI, Clínica psicológica ou terceiro setor.

Campanhas de sensibilização com temáticas de maior impacto para atenção à população. Para qualificar e respaldar tecnicamente as decisões judiciais, será necessária a troca entre os profissionais da ERAM e das equipes dos municípios, sobre as intervenções propostas e desenvolvidas, efetivando o matrício. Trata-se, portanto, de um processo de educação permanente para e com a equipe, direcionando o planejamento e ações de acordo com as necessidades da comarca.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora a literatura pouco nos ofereça sobre este assunto, é notável a necessidade de articulações que viabilizem a atuação da ERAM a partir da proposta do matrício no judiciário. Frente a essa realidade, evidencia-se a emergência do alinhamento dos discursos e práticas, sustentados por referências teóricas e normatizações internas, entre os operadores do direito, a ERAM e as equipes multidisciplinares que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente, bem como a elaboração de fluxos de atendimentos e encaminhamentos.

Para tanto, se faz necessário a promoção de espaços de diálogo e problematização entre estes atores, no intuito de fortalecimento de estratégias de proteção e promoção do público de interesse, com vistas a co-construir propostas de estruturação e efetivação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente.

Compreende-se ainda a estratégia de matrício no judiciário como uma valiosa possibilidade de organização, dimensionamento e sistematização do trabalho multiprofissional desenvolvido pela equipe ERAM, o que proporciona celeridade aos processos das Varas da Infância e Juventude e a consequente redução da judicialização dos conflitos, visto que além de potencializar a efetividade técnica dos subsídios oferecidos as decisões dos Magistrados, é possível se pensar em uma ação preventiva da rede bem estruturada no atendimento de sujeitos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade.

A partir destes apontamentos se fará possível emergir novas formas de se pensar a prática do psicólogo e do assistente social nos tribunais de justiça, culminando na elaboração de um plano de gestão de processo de trabalho e assim a uniformização e padronização dos procedimentos do judiciário no que diz respeito a atuação das equipes multidisciplinares.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Fev/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n2/16.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 013/2007**. Brasília: 14 de Setembro de 2007. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao\\_CFP\\_nx\\_013-2007.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf)> Acesso em: 06 de Ago. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE. **Caderno de orientações** – serviços regionalizados de proteção social especial. Belo Horizonte, julho de 2015. Disponível em: <<http://social.mg.gov.br/blogdosuas/index.php/300-acesse-aqui-caderno- de-orientacoes-dos-servicos-regionalizados-de-protectao-social-especial>>. Acesso em: 18 jul. 2019

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Nota técnica n.º 02/2016/ snas/mds**. 2016. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nota\\_tecnica\\_120520016.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_120520016.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019

PARANÁ. Tribunal de Justiça (TJPR). **Decreto Judiciário nº 487/2019**. Cria e normatiza a atuação das Equipes Regionais de Atendimento Multidisciplinar. Paraná. 2019.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. **Planejamento Estratégico 2015-2020**. Curitiba. 2015.

SILVA, Adriana da. et al., **Matriciamento na Atenção Básica**: Apontamentos para a III Conferência Municipal de Saúde Mental. Ano: 2010. Disponível em: <[http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu\\_doc/matriciamento.pdf](http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/matriciamento.pdf)>. Acesso em: 02 de ago. de 2019.

# CAPÍTULO 15

## A BASE DE LOGÍSTICA DE DEFESA, INOVAÇÃO E INDÚSTRIA NACIONAL: O PROSUB E A ANÁLISE CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA EM ESTUDO COMPARADO DE BRASIL E FRANÇA.

**Luiz Ricardo Silva Ferreira**

Especialista em Direito Desportivo e Direito Empresarial (UCAM/RJ) e História Militar Brasileira (UNIRIO)

Instituição: Clube de Engenharia/Divisão Técnica de Ciência e Tecnologia. (DCTEC)

Endereço: Av. Rio Branco, 124 – Centro-Rio de Janeiro-RJ.

E-mail: afcric@yahoo.com.br

**RESUMO:** A proposta de artigo científico contempla a constituição da Base de Logística de Defesa no Brasil. Neste contexto, o tema relativo à Logística e Planejamento de Defesa no ambiente marítimo, realiza a seguinte proposição: O PROSUB, como Programa de Estado, assegurando a partir desta premissa, a construção de uma ampla legitimidade institucional, ao atuar como meio necessário à Proteção, Segurança e Defesa do País. Assim, a força naval submarina, contribuiria ao desenvolvimento de ações proativas de Comando e Controle, bem como avaliar e mensurar, entre os quais, a possibilidade de Modelagem do Programa AERODEFESA operacionalizado pela FINEP, a fim de oferecer instrumentos ao fomento, incremento e inovação dual à Indústria de Defesa Nacional. O Estudo de caso comparado entre Brasil e França, junto com a Modelagem demonstrada acima, torna-se exemplo ímpar, de eficiência, eficácia e efetividade ao resgate da Engenharia, Ciência e Tecnologia e Industrialização em benefício da sociedade e da Soberania Nacional.

**Palavras-chave:** Logística de Defesa, Modelagem e Inovação, Submarinas Brasileiras.

**ABSTRACT:** The proposition of this scientific article refers to the logistics base of defense in Brazil. In this context the theme concerning to the logistics and planning of Defense in the maritime environment, propose the development of the PROSUB as a State Program giving it a large institutional legitimacy and acting to the Protection, Safety and Defense of the country. So the Submarine Naval Force would cooperate to the development of the proactive actions of command and control as well as would evaluate and measure the possibility of the AERODEFESA Program introduced by FINEP to offer means to fomentation, increase and innovation to the National Defense Industry. The study of a case compared between Brazil and France with the molding presented above it is an example of efficiency, efficacy and effectiveness to the Engineering, Science y Technology and Industrialization for the benefit of Society and National Sovereignty.

**KEYWORDS:** Logistics of Defense, Model y innovation, Submarine Brazilian.

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de ações proativas de Comando e Controle na Base de Logística de Defesa torna-se imprescindível em razão do Entorno Estratégico demarcado entre as regiões da América do Sul e Atlântico Sul, por meio da inserção do Programa de Submarinos de Modelagem Tradicional e de Propulsão Nuclear como efetivo Programa de Estado no Brasil. O Planejamento em Defesa Nacional define-se conceitualmente, conforme Palestra realizada pelo Prof. Eduardo Brick:

“Por preparo da defesa entende-se o desenvolvimento e a sustentação de capacidades operacionais de combate e, também, industriais e tecnológicas específicas para defesa. Essas duas capacidades são providas pelos dois principais Instrumentos da Defesa: as Forças Armadas (FFAA) e a Base Logística de Defesa (BLD). Esta última agrega, do lado da oferta, não só capacidade industrial e tecnológica para defesa, mas também serviços de apoio às operações e recrutamento e qualificação de recursos humanos. Do lado da demanda, a BLD é quem gerencia todos os processos de desenvolvimento e aquisição de produtos e tecnologias para defesa. A gestão estratégica da defesa é a atividade que envolve a integração do desenvolvimento e sustentação desses dois instrumentos estratégicos (FFAA e BLD), com base nos recursos disponibilizados pelo Poder Político no orçamento de defesa. O planejamento da defesa e sua execução, que resulta no preparo, é o principal produto da gestão estratégica da defesa. A engenharia tem um papel proeminente e insubstituível em todas as fases do planejamento e preparo da defesa.”<sup>1</sup>(BRICK, 2019).

Neste contexto, planejar em tempos de Paz, significa identificar as reais necessidades de base operacional ao combate dissuassório, diante as novas ameaças na Era da Robótica, em como impulsionar uma Base de Logística de Defesa Nacional aliada a Indústria de Inovação em Média e Alta Tecnologia a favor dos interesses do País.

## 2. PROBLEMA

No século XXI, três fatos impactaram o planejamento estratégico em Políticas de Defesa Nacional: o surgimento da Era do Conhecimento, a emergência do Brasil como Nação de grande relevância no cenário mundial e a Imprevisibilidade marcante dos conflitos da atualidade caracterizada por diferentes tipos de ameaças ao redor do mundo. Por outro lado, o fenômeno da “Guerra”<sup>1</sup> no mundo contemporâneo retomou características incomuns durante o século XX, sem por sua vez, invalidar as questões de Segurança, Defesa e Proteção.

---

<sup>1</sup> Brick, Eduardo, “O Papel da Engenharia no Planejamento e Preparo de Defesa”, Academia Nacional de Engenharia e Clube de Engenharia, 29/07/2019, auditório do 22º Andar, Clube de Engenharia, 2019.

Por outro lado, o fenômeno da “Guerra”<sup>2</sup> no mundo contemporâneo retomou características incomuns durante o século XX, sem por sua vez, invalidar as questões de Segurança, Defesa e Proteção.

Para o Prof. Francisco Carlos<sup>3</sup> na conferência da I ENGEOP<sup>2</sup> em 08/05/17 na EGN<sup>2</sup>, este identifica os seguintes aspectos de Geopolítica e Segurança Internacional na Era Trump, em conferência na Escola de Guerra Naval:

“Paralisia da ONU, ausência de iniciativas do G7, G20, Rodada de Doha e OMC, desarticulação da UE com o MERCOSUL e o surgimento do fenômeno do Brexit com o desemprego estrutural, bem como novas remodelagens geoeconômicas entre países.”<sup>3</sup> (Teixeira da Silva, F.C, 2017).

Assim, as inovações científico-tecnológicas da atualidade, em especial, a desenvoltura da Tecnologia da Informação e Comunicação, fizeram surgir o que se denominou a Era do Conhecimento cujas características marcantes são: a maior velocidade, confiabilidade e baixo custo de transmissão e armazenamento de conhecimentos, bem como a outros tipos de informação.

Contudo, a difusão de tais premissas ocorre em qualquer recanto do planeta, podendo afetar a Soberania Nacional e os segredos industriais e geopolíticos, bem como acarretar em desrespeito a garantias individuais e coletivas, podendo afetar a formulação de Políticas Estratégicas de cada país, incluindo o Brasil.

Em contexto de Tempos de Paz, cresce o emprego da logística de defesa, por meio de uma busca do desenvolvimento de Estratégias de Defesa voltadas a dissuasão, mesmo com limitações nas capacidades militares e no próprio processamento de Gestão no âmbito científico-tecnológico e de inovação. Neste sentido, o Prof. Brick<sup>5</sup>, identifica e enumera os aspectos essenciais em Planejamento de Defesa, bem como a perspectiva de construção institucional, em perspectiva da Base de Logística de Defesa:

- Restrições orçamentárias obrigam a uma busca permanente por uma maior eficiência na alocação dos recursos financeiros;
- Necessidade de adequação na estrutura de defesa à postura estratégica do país, definida pelo poder político;
- Inovação no campo das ciências da administração, resultando em maior eficácia e eficiência na gestão das empresas e órgãos públicos;

---

<sup>2</sup> Nota Explicativa 05/12 CLAUSEWITZ, Carl Von: “Da Guerra” – São Paulo: Editora Martins Fontes, 1979.p. 87-89 e JOMINI, Antoine Henri de, Baron. The Art. Ihe War, London; Greenhill Books, 1992.p.25-35.

<sup>3</sup> Encontro Acadêmico de Geopolítica realizado na Escola de Guerra Naval em 08 de maio de 2017.

<sup>5</sup> BRICK, Eduardo, “Base de Logística de Defesa-Conceituação, Composição e Dinâmica de Funcionamento”, artigo científico, UFF, 2016.

- Aceleração do desenvolvimento tecnológico, causando, por um lado, a obsolescência precoce de sistemas de defesa e, por outro lado, propiciando o aparecimento de tecnologias de defesa capazes de influir decisivamente nos conflitos; e;
- Aumento contínuo do custo dos sistemas de Defesa.<sup>5</sup> (BRICK, p.06)

Neste diapasão, como mensurar a projeção institucional da Base de Logística de Defesa, acerca das capacidades militares dissuasórias por parte do Brasil no Atlântico Sul, de forma a avaliar a eficiência, eficácia e a efetividade de meios necessários, em ambiente de escassez de recursos orçamentários, humanos e tecnológicos?

## 2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações Proativas de Comando e Controle na Base de Logística de Defesa, em razão dos entornos Estratégicos demarcados entre América do Sul e Atlântico Sul por meio do Programa PROSUB.

## 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar e empregar os conceitos contemporâneos de Logística de Defesa ao objeto de pesquisa em termos de Planejamento Estratégico e em Gestão de Defesa; Analisar a Economia de Defesa, Orçamento em Defesa e a Logística de Defesa, a luz da Inovação em perspectiva comparada, sob o aspecto de resgate da Engenharia, Ciência e Tecnologia e Industrialização; Avaliar a Modelagem do Programa AERODEFESA4 (FINEP) ao Programa PROSUB para o fomento, incremento e inovação dual à Indústria de Defesa Nacional na fabricação dos tipos Submarinos Convencionais e de Propulsão Nucleares Brasileiros.

## 3. A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA AOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA NACIONAL

O objeto proposto em artigo científico vincula-se a contribuição científica aos Estudos de Políticas, Estratégias e Planejamento de Defesa - O Atlântico Sul e o Poder Dissuasório no Mar por meio do PROSUB. (Programa Brasileiro de Submarinos) O Atlântico Sul:

---

<sup>4</sup> Nota Explicativa:O Programa AeroDefesa fora criado em 2013, como parte do Plano Inova Empresa, sendo instituído pelo Plano de Apoio Conjunto INOVAERODEFESA. O Plano de apoio Inova Defesa foi uma iniciativa conjunta das Estatais FINEP, BNDES, Ministério da Defesa e Agência Brasileira Aeroespacial.

“O Objeto do Estudo foi retirado do Livro Branco de Defesa que delineia, no país com a maior costa atlântica do mundo, o Brasil, tem por todas as razões citadas, especial interesse na paz e na segurança do Atlântico Sul. Esse Oceano possui áreas estratégicas relevantes, como a Garganta Atlântica, entre a costa do Nordeste Brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. Cumpre ressaltar, ainda a significativa importância da vasta bacia petrolífera existente na plataforma continental brasileira, além das rotas de importação de petróleo de países da faixa equatorial do atlântico. As áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o mar territorial (MT), as zonas contíguas (ZC), a zona econômica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental (PC), bem como a região compreendida entre o Paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártida, o leste da América do Sul<sup>5</sup>”(Brasil. LBDN, p.39).

#### **4. O PODER DISSUASÓRIO NO USO DO MAR COMO MEIO NECESSÁRIO À PROTEÇÃO, SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL**

“Para assegurar o objetivo de negação ao uso do mar, O Brasil contará com a força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e os de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarino de propulsão convencional, como de propulsão nuclear.” <sup>6</sup> (Brasil, END, p.21)

#### **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

O início de construção das correntes teóricas expostas, por meio do problema da pesquisa pelos Paradigmas Clausewitziano<sup>7</sup> e Jominiano<sup>14</sup>, servindo de alicerce ao tema da pesquisa: “Estudos acerca da dinâmica industrial e de inovação da Base de Logística de Defesa Nacional.” Enumera-se, então, a importância do Estado e da legislação aos Estudos de Defesa Nacional, por Clausewitz<sup>7</sup>:

Existem certas limitações auto impostas ou imperceptíveis, vinculadas à força, que mal merecem ser mencionadas, como a legislação e os costumes internacionais, mas elas pouco enfraquecem. A força, isto é, a força física porque a força moral não possui existência a não ser como expressão no Estado e na legislação, constituindo como o meio que dispõe à Guerra. Impor a nossa vontade ao inimigo constitui o seu propósito.<sup>7</sup>(Clausewitz, p.75)

John Keagan<sup>8</sup>, critica a visão clausewitziana, pelo viés da Cultura na seguinte forma:

“Guerra não é a continuação da Política por outros meios.” Igualmente, faz a seguinte abordagem acerca das instituições e das leis: “Nossas instituições e Leis, dizemos para nós mesmos, estabeleceram tantas restrições à potencialidade humana para a violência que na nossa vida cotidiana, irão apoiá-la como criminosa, enquanto sua utilização pelas instituições de Estado tomará a forma particular de guerra civilizada. <sup>8</sup>(Keagan, p.11-12).

Assim, para o Autor<sup>8</sup> existiriam dois tipos de humanos antitéticos, que limitariam a “Guerra Civilizada”: O pacifista e o portador legal de armas. Por outro lado, inaugura-

se a Trindade Clausewitziana na História pelo Prof. Raymond Aron<sup>9</sup>.

Definição Monista, Dualista e Trinitária. A primeira é encontrada em suas primeiras obras, tal como os Princípios da Guerra e pressupõe que a guerra é a derrubada política e a destruição militar. A definição dualista baseia-se na compreensão resultante de seus estudos históricos de que as guerras são muito diferentes em sua intimidade e em seu desenvolvimento para que o princípio do aniquilamento possa explicá-las. Clausewitz compreendeu uma teoria da guerra, devendo abranger todos os tipos de guerra, até mesmo aquelas que não correspondiam ao que parecia ser a essência da guerra.  
<sup>9</sup>(Aron, p.136)

A Teoria da Guerra e do Paradigma da Guerra de Clausewitz<sup>7</sup>, aplicável ao Século XXI. Em Howard<sup>10</sup>:

Não devemos ler coisas demais em Clausewitz, nem devemos esperar dele mais do que pretendeu dar. A dimensão de seu gênio continua que, embora para a qual escrevesse já tenha passado muito tempo, ele pode ainda fornecer tantas ideias pertinentes a uma geração cuja natureza dos problemas ele não poderia ter previsto.<sup>10</sup> (Howard, p.47)

Clausewitz<sup>7</sup> e as Novas Guerras no século XXI.

Posição Favorável: Hew Strachan<sup>11</sup> - o autor abriu a possibilidade para a inserção da trindade clausewitziana para as “novas guerras”, pois o conceito do General Prussiano poderá modificar o seu caráter mediante o contexto político, histórico e social de cada tempo, sendo que a natureza da guerra é balizada por um conjunto de forças sociais e pelo espírito de sua época. Diniz,<sup>12</sup> ao analisar a formação do Estado de Israel, confirmou a atualidade em Clausewitz<sup>7</sup>:

Por fim, viu-se acima uma corroboração do excedente de conteúdo empírico do programa clausewitziano, ao se identificar historicamente uma sociedade, que não tinha nenhum elemento que pudesse identificá-la como um Estado, sequer arcaico sofrendo uma transformação política e cultural decorrente de um desafio político interno.<sup>12</sup> (Diniz, p.82)

Posição Desfavorável ao Paradigma Clausewitziano: Mary Kaldor<sup>13</sup> – A autora sustenta a tese de que não haveria contemporaneidade em Clausewitz<sup>7</sup>, uma vez que a guerra não seria mais um fenômeno de política interestatal, sendo que cada vez mais aquela não encontraria vazão ao controle estatal. Ademais, as guerras do século XXI, não mais teriam a influência e dinâmica interna, da trindade clausewitziana, seja pela inserção de novas tecnologias bélicas, seja por não serem mais norteadas por um povo, exército ou governo. Para a autora, “as novas guerras”, buscariam outras guerras, devido ao enfraquecimento da dimensão Estatal.

O Paradigma Jominiano: Neste sentido, Jomini<sup>14</sup> em Sumário de Arte da Guerra, enfatiza o papel da Logística, como uma das 05 ferramentas básicas para

condução do Fenômeno da Guerra, sob novos parâmetros entre as quais: A Estratégia, a Grande Tática, A Engenharia (Construção de Fortificações) e a Tática Menor. Assim, o PROSUB por meio de um Paradigma Jominiano à Engenharia<sup>14</sup>, tornou-se um exemplo efetivo na construção de novos meios em Defesa, entre os quais; a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de cadeias produtivas em Logística de Defesa. Já o Prof. Antônio Cunha Campos<sup>15</sup>, enumerou o desenvolvimento conceitual da Logística de Defesa:

“Destacam-se o desenvolvimento da Logística dentro do âmbito militar, que desde o início foi encarado como uma função meramente operacional, concentrando-se apenas nas atividades administrativas relativas ao deslocamento no acampamento e alojamento das tropas em campanha. Dentro de seu estágio de evolução, esse conceito foi revisto logo na 1ª Guerra Mundial.”<sup>15</sup> (Cunha Campos, p.39).

Para o Prof. Eduardo Brick<sup>16</sup>, resgata importante obra do Oficial da U.S. Marine Corps, dos Estados Unidos da América realizada em 1917, Thorpes, C<sup>17</sup>“Pure Logistics, The Science of War Preparation.”.

“A Concepção Logística de Thorpe é similar ao de Jomine: Estratégia e Tática constituem a condução da guerra (o emprego de poder); logística provê os meios. Mas estes não são limitados às funções estreitas de transporte e suprimento. Logística, enfim tudo aquilo que pode ser computado como parte da guerra.”<sup>17</sup>(BRICK, p. 309).

Já a Atualidade de Jomini<sup>14</sup> a Thorpe<sup>17</sup>, em Logística de Defesa, fora extraída em artigo sob o tema “Base Logística de Defesa” do Prof. Brick<sup>18</sup>:

“Logística incluiu a preparação de” todo o material necessário para colocar os exércitos em movimento; emissão de ordens iniciais e subsequentes; provisão para segurança e reconhecimento; movimentação e sustentação das tropas; estabelecimento de acampamentos; depósitos e linhas de suprimento; organização dos serviços médicos e de comunicações e uma plethora de outras tarefas de administração (Texto de Stanley Falk na Introdução da terceira edição do Livro de Thorpe Tradução do Prof. Eduardo Brick-THORPE, pag. 18, 1996)<sup>18</sup> (BRICK, p.307).

O Conceito Estratégico Contemporâneo Chinês, Instituições e as Novas Guerras: As Projeções Institucionais em Políticas, Estratégias e Planejamento em Defesa ao século XXI.

Os autores Liang e Chang<sup>19</sup>, trabalharam com novas abordagens conceituais e metodológicas nos níveis Estratégico e Operacional, através de alianças fluidas, campos de batalha indistintos, ações irrestritas, onipresença na informação e caracterização pelo conflito contínuo em todos os meios.

“- Emprego dos Conceitos de” “Hard Power” e “Soft Power” aos níveis político, estratégico, operacional e tático, advogando meios militares não militares,

através da violação do centro de gravidade adversário por simulação de um confronto entre EUA e China;

- A Legitimidade como valor persuasivo no contexto internacional;
- Introdução de Fatores Indiretos no Paradigma da Guerra Limitada à Ilimitada;
- O Estudo do Fenômeno da Guerra e sua natureza, com novos focos de compreensão metodológico e epistemológico em estudos de casos;
- O emprego do Material de Defesa no Pós-Guerra Fria;
- O Guerreiro Não-Militar-elemento civil, na Guerra Convencional;
- Hacker e o Poder Cibernético: O primeiro elemento não militar em Guerra Não Convencional<sup>19</sup>. "(Liang/Chang p.08-67)

O Prof. Brick, acentua o emprego na integração dos conceitos de Logística de Defesa e Base Logística de Defesa, ao tema proposto em pesquisa:

"Logística de Defesa: refere-se de meios para compor as Forças Armadas e sustentar suas operações, em quaisquer situações em que elas tenham que ser empregadas. Base Logística de Defesa: é o agregado de capacitações tecnológicas, materiais e humanas, necessárias para desenvolver e sustentar a expressão militar, mas também aprofundar o envolvimento no desenvolvimento da capacidade e competitividade industrial do país como um todo. (BRICK, p.06)

Igualmente, o Prof. Eurico Figueiredo<sup>21</sup>, reforça os Estudos Estratégicos<sup>22</sup> ao tema proposto em artigo científico:

"Não se desenvolverá a ciência entre nós, como de resto em todo sistema democraticamente constituído, sem a organização e participação da comunidade em Políticas de Estado que possam ir ao encontro de seus objetivos e interesses. No caso de os Estudos Estratégicos não poder ser diferente."<sup>22</sup> (Eurico, p.290)

---

<sup>21</sup> FIGUEIREDO, Eurico, "os Estudos Estratégicos, A Defesa Nacional e a Segurança Internacional", p.290.

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Eurico, Obra Citada, p. 273, Nota Explicativa: Os Estudos Estratégicos configuram "A expressão disciplinar do estudo científico do uso da força, do fenômeno bélico" (Proença Jr, 2004, p.114).

Nota Explicativa sobre Referências suplementares: A Linha de abordagem acerca da condução da Política e Estratégia de Defesa no Brasil a respeito das relações civis-militares e as determinantes domésticas e internacionais estão balizadas no Livro: “Política Externa e Poder Militar no Brasil” do Diplomata João Paulo Soares Alsina Júnior, (2009) constatando uma fecunda análise sobre a geopolítica contemporânea, discorrendo sobre a instrumentalidade do Poder Militar para a condução da política externa brasileira sobre os dias atuais. Para compreensão do Modelo e estrutura institucional adotada pelo Ministério da Defesa, cite-se a obra “Teory in Politic Science” de B.Guy Peters (1999); para identificação da ação do MD na construção da integração da Política de Defesa a da Política Externa, bem como a respectiva eficiência, eficácia e efetividade da Política e da Estratégia de Defesa é a obra de Joseph Nye<sup>16</sup> (2012) sob título “O Futuro e o Poder”- Já os conceitos extraídos de “Hard Power” e “Soft Power” em Liang/Chang<sup>16</sup> ver referencial teórico; Acompanhamento e avaliação de processos de Gestão da Política e da Estratégia de Defesa em perspectiva comparativa no âmbito Regional e Extra Regional. ver “De Dutra a Lula: A Condução e os determinantes da Política Externa Brasileira”, obra do Prof. Otávio Amorim Neto (2011).

Notas de Referência em Contribuição aos Estudos de segurança Internacional e Defesa: 2-Livro Branco da Defesa, Ministério da Defesa, Governo Federal, 2013, Brasil. (p.39)

Estratégia Nacional de Defesa, Ministério da Defesa, Governo Federal, 2012, Brasil (p.21).

Notas de Referência em Referencial Bibliográfico: Aron, Raymond- Pensar a Guerra, Clausewitz: A Era Europeia. Brasília, Universidade de Brasília, UNB, (1986, p.136). Clausewitz, Carl Von: “Da Guerra” – São Paulo: Editora Martins Fontes, (1979. p.75).

Diniz, Eugênio “Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan”; Artigo Científico aprovado para publicação em março de 2010, Contexto Internacional, Rio de Janeiro, Vol. 32. n. 1, (janeiro/junho de 2010, p. 54.).

Howard, Michael. Segundo Ensaio Introdutórios. In Clausewitz, Carl Von. Da Guerra: London Oxford University Press, (1984, p.470).

Jomini, Antoine Henri de, Baron. The Art the War, London; Greenhill Books, (1992, p.25-35)

Keagan, John: “Uma História da Guerra- Tradução: Pedro Maia Soares-Companhia do Bolso, 2006, (p.11-12 e p.257-287.”).

Kaldor, Mary: New and Old Wars. 1 Ed. Stanford, University Stanford, 2001, (p.2-7).

Lang, Q e Xingu, W. “A Guerra além dos limites conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização”, Beijing: Pala Literatura and. arts Publishing House, fevereiro de 1999 (p. 55-67).

## 6. REFERENCIAL METODOLÓGICO

### 6.1 METODOLOGIA

O artigo utilizará o método qualitativo e quantitativo, ao mensurar os investimentos em Políticas de Defesa, Ciência e Tecnologia e Inovação, correspondente aos países em estudo, Brasil e França; as capacidades militares diante de contextos geopolíticos específicos; estudos acerca da dinâmica industrial e de inovação. Ademais, por meio de uma análise comparativa entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, entre os quais, propõe-se a mensuração e integração do Orçamento em Defesa, ao conjugar os conceitos empregados em Logística, Economia e Engenharia de Defesa aplicada aos interesses da Soberania Nacional. Assim, o Prof. Bogossian<sup>23</sup> delimita o escopo metodológico: Processo, Técnica e Ferramenta, visando o desenvolvimento e verificação de resultados obtidos e projectivos, tais como, o Submarino Riachuelo (S40) lançado em 2018, o Humaitá (S41) previsto para 2020, Tonelero (S42) em 2021 e o Agostura (S43) em 2022:

“Esse conjunto de obras que constitui a parte de infraestrutura industrial e de apoio do chamado Programa de Obtenção de Submarinos (PROSUB) cujo propósito é capacitar o Brasil a produzir e operar submarinos convencionais e com propulsão nuclear. Visando a concretização da independência na obtenção de submarinos, inclusive com propulsão nuclear, foi assinado acordo entre Brasil e França para adaptação do projeto Scorpène aos requisitos brasileiros, estabelecimento de requisitos para as instalações de fabricação e apoio e para assessoria de projeto e construção da parte não nuclear do submarino nuclear brasileiro.”<sup>23</sup> (Bogossian, p.08)

### FONTES:

Cadernos de Estudos Estratégicos – Edição Especial/ESG – Novembro de 2018, FINEP, IPEA, Ministério da Defesa, AMAZUL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Lei nº 12.598/2012, Decreto nº 7.970/2013, Decreto nº 8.122/2013, Lei nº 13.243 de 11/01/2016, Decreto nº 9.283 de 07/02/2018 MP 870-01/2019- D.O. U e Logística de Defesa/UFF.

BRICK, Eduardo, “Logística de Defesa: Uma Subárea do Conhecimento de Importância Estratégica para as Ciências da Gestão, “artigo científico, maio/agosto de 2016: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, (p.301-331);

MELO Regiane-“Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico – Estudo Comparado Brasil e França”: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

ABREU DE MOURA, José Augusto, V Concurso de Teses sobre Defesa Nacional, categoria Doutorado: “A Estratégia Naval Brasileira no Pós- Guerra Fria – Uma Análise comparativa com foco nos submarinos”, Tese de Doutorado, Niterói, 2012,

UFF.

ANDRADE, Israel, ROCHA, Antônio, HILLEBRAND, Giovanni: Notatécnica-“Programa de Desenvolvimento de Submarinos como Programa de Estado”, nº 45, Diset, IPEA, Jan/2019.

Bogossian, Francis - “A Defesa Nacional Brasileira” – Academia Nacional de Engenharia (ANE) - Artigo publicado no Jornal do Brasil – Edição de 06/07/2018, p.08.

## 6.2 CONCLUSÃO PRELIMINAR

Com a descoberta das jazidas do pré-sal constituiu-se uma nova dimensão para o Brasil no que tange ao potencial de participação no mercado mundial de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Neste diapasão, colocou-se a discussão acerca da mudança do marco regulatório brasileiro.

A Lei nº 9.478/97 previa apenas a adoção do regime de concessão, sendo esta regulada pela Agência Nacional do Petróleo e Bicombustíveis. Contudo, a inexistência de regras para o uso de outras modalidades de contratação, como a Unitarização, limitou as opções à disposição da União para melhor atendimento ao interesse público e no direcionamento dessas riquezas aos objetivos do desenvolvimento nacional. O regime de partilha de produção, conferiu mediante a criação de Empresa Pública (PPSA); gerenciar os contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União nesta área; A criação do Fundo do Pré-Sal que disponibiliza 75 % para o orçamento da educação e 25 % para o da saúde; A autorização da cessão onerosa do exercício de pesquisa e lavra de jazidas, em áreas não concedidas localizadas na área do pré-sal, dispensada de licitação à Petrobras.

Hoje, a 13.365/16 e os Decretos 9.041/17 e 9.042/17 facultam a participação mínima de 30 % da Petrobrás para atuar como operadora nos consórcios formados para exploração e produção. sob o regime de partilha de produção. Assim, como o híbrido regime institucional legal brasileiro, delimitados pelos Modelos de Concessão e de Partilha de Produção no Polígono do Pré-sal, podem atingir aos interesses geopolíticos e de segurança internacional do Brasil no entorno da América do Sul e Atlântico Sul, para os próximos 10 anos?

Logo, no início do século XXI, novos paradigmas nasceram com destaque para o pré-sal descoberto nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. Em face da magnitude das reservas descobertas e comprovadas, as matrizes energéticas ganham novos

contornos no Atlântico Sul e América do Sul, pois continuam a cada vez mais, tornar-se um tema de extrema relevância ao eixo central no desenvolvimento das Nações. O Atlântico Sul oferece condições estratégicas que se destacam, entre elas: do Lado Nacional, o Pré-sal Brasileiro, mas também no Lado Africano, o petróleo advindo do Golfo da Guiné, juntando-se ao Golfo do México, qual seja, um espaço rico deste recurso energético, mais precipuamente, em favorecer a Estratégia Nacional de Defesa.

Já, a Responsabilidade de Proteger, “tese instituída no Conselho de Segurança das Nações Unidas”, possibilita que a comunidade internacional, envolva-se em contexto de Guerra Civil, Crises Humanitárias ou ambientais, depondo governos “não alinhados ao establishment”. Trata-se, portanto, da política conhecida como “regime change”, promovida pelos Países Centrais. Daí, a “quebra do conceito de Soberania”, cujo respeito é à base do sistema internacional. Senão Vejamos: Parâmetro de Geopolítica e Segurança Internacional: Ásia Pacífico na Era Obama/Trump em 2017 - Desenvolvimentos do Gás de Xisto nos EUA Brasil - Membro do MERCOSUL Riquezas Naturais em 2017, advindo do Contrato de Partilha de Produção no Polígono do Pré-Sal; Ameaças no Eixo Fronteiriço Terrestre e Marítimo: Amazônia – Faixa de Fronteira – Guerrilha, Imigração, Tráfico de Armas, Drogas, Refugiados, Indígena, Água, Meio Ambiente, Recursos Naturais, Terrorismo, Distúrbios Civis, Hostilidades Interestatais e Organizações Criminosas; Área de Exploração do Pré-sal – Polígono na Bacia de Santos a Campos- Pirataria, Vandalismo, Guerrilha, Meio Ambiente, Terrorismo Marítimo, Distúrbios Civis, Hostilidades Interestatais e Organizações Criminosas; Pandemia de Covid-19.

O resultado seria a compreensão de que como os modernos Estados constituem padrões estratégicos e como estes, são usadas para adquirir segurança energética em um ambiente de disputas e conflitos internacionais.

Desta Forma, o Brasil deverá propor um Projeto de Desenvolvimento Nacional, baseado na reinustrialização , o alicerce da Geopolítica e da Segurança Internacional, sob o vetor de resgate à Engenharia Nacional e da Ciência, Tecnologia e Inovação, em virtude de novo contexto entre a América do Sul e o Atlântico Sul, sob a “Era Trump”.

Neste diapasão, modifica-se as relações internacionais para o Eixo Ásia-Pacífico e de construção da Hegemonia Chinesa no Domínio dos Mares. Daí, a compreensão fundamental à constituição de uma Base de Logística de Defesa, que

atenda aos interesses da Soberania Nacional, em razão de claro descolamento Geopolítico e Estratégico do Oriente Médio à Ásia Pacífico. O PROSUB e o Polo Científico/Tecnológico de Itaguaí, sob a dimensão do Poder Dissuasório, pode tornar-se extremamente significativo ao Brasil, em termos de Política de Defesa e de retomada da indústria como protagonista, sob o ponto de vista do Oceano e do Mar Territorial Brasileiro.

Entretanto, os dados atuais de participação do PIB 2020, pertinentes a Indústria de Média e Alta Complexidade, e o liame desta com a escassa produção de valor agregado voltados a média e alta tecnologia no País, identificam uma potencialização de recursos humanos apropriados a técnica, do outro ausência de mecanismos institucionais para a integração do Investimento Público/Privado, a resultados mais eficientes, eficazes e efetivos à Inovação, Ciência e Tecnologia e Indústria, ainda que permaneça a Pandemia do Covid-19 no País, desde o início do ano corrente.

## REFERÊNCIAS

- [1] ABREU DE MOURA, José Augusto, V Concurso de Teses sobre Defesa Nacional: categoria Doutorado: “A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria – Uma Análise comparativa com foco nos submarinos”, Tese de Doutorado, Niterói, 2012, UFF.
- [2] ANDRADE, Israel, ROCHA, Antônio, HILLEBRAND, Giovanni: NotaTécnica- “Programa de Desenvolvimento de Submarinos como Programa de Estado”, nº 45, Diset, IPEA, Jan/2019.
- [3] BOGOSSIAN, Francis, Academia Nacional de Engenharia, (ANE) “A Defesa Nacional Brasileira”,Artigo publicado no Jornal do Brasil na edição de 06/07/2018,2018, p.08.
- [4] BUZAN, Barry. “The English Scholl: A neglected approach to International Security Studies.” Security Dialogue, Vol.46, N. 2, pp.126-145.
- [5] BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008.
- [6] . Política de Defesa Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005.
- [7] . Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2013.
- [8] \_\_\_. BASE de LOGISTICA de DEFESA NACIONAL. Brasília: Presidência da República,
- [9] BRICK, Eduardo, “Base de Logística de Defesa-Conceituação, Composição e Dinâmica de Funcionamento”, artigo científico, UFF, 2016.
- [10] .“A Gestão Estratégica da Defesa em Tempos de Paz.”, artigo científico, Edição Especial CEE, artigo científico, ESG, 2018. “Logística de Defesa: Uma Subárea do Conhecimento de Importância Estratégica para as Ciências da Gestão, artigo científico, maio/agosto de 2016: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, (p.301-331);
- [11] , FONSECA, Junior “PROSUB: Uma Política Pública de Defesa voltada para criação de instrumentos de dissuasão”, artigo científico, 2018, Revista da Escola de Guerra Naval (ed. Português).
- “O Papel da Engenharia no Planejamento e Preparo de Defesa”, Palestra organizada pela Academia Nacional de Engenharia e Clube de Engenharia, 29/07/2019, auditório do 22º Andar, Clube de Engenharia, 2019.
- [13] DAGNINO, Renato “Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa Brasileira? ”, artigo Científico, Oikos, nº 9, ano VII ,pp. 113-137.
- [14] CASTRO, Therezinha -“Geopolítica, Princípios, Meios e Fins.” Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1999.
- [15] CUNHA Campos, Antônio Jorge: “Metodologia para elaboração do sistema integrado de avaliação de desempenho logístico” - Tese de Doutoramento, UFSC, 2004.

- [16] CLAUSEWITZ, Carl Von: “Da Guerra” – São Paulo: Editora Martins Fontes, 1979.
- [17] DINIZ, Eugenio. Clausewitz, “O balanço ataque-defesa e a teoria das relações internacionais”. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção: Estudos Estratégicos- Coppe –UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- [18] FIGUEIREDO, Eurico, “os Estudos Estratégicos, A Defesa Nacional e a Segurança Internacional,”, Horizontes das Ciências Sociais, In, MARTINS, C, B; R, LESSA (Coordenador), Ano, 2010.
- [19] JOMINI, Antoine Henri de, Baron. The Art the War, London; Greenhill Books, 1992.
- [20] LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. “Uma revisão sobre a inovação em defesa: do spin-desligado o spin-in”. Revista de Economia Política vol. 38 nº2(151). pp.377-391, April-June/2018.
- [21] MATTOS, Carlos de Meeira. “Geopolítica”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Coedição com a Biblioteca do Exército. (03 Volumes)
- [22] MELO Regiane “Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico – Estudo Comparado Brasil e França”: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- [23] BRASIL, Lei nº 12.598/2012, Decreto nº 7.970/2013, Decreto nº 8.122/2013, Lei nº 13.243 de 11/01/2016, Decreto nº 9.283 de 07/02/2018 MP 870-01/01/2019- D.O. U
- [24] VILLAS PORTO, H.F.A. “O Impacto do financiamento da FINEP na Inovação e capacitação Industrial para Defesa.”, Dissertação de Mestrado, UFF, 2016.
- [25] ]TORPES, C “Pure Logistics. The Science of the war preparation”, Nacional Defense University Press, 3<sup>nd</sup>, 1986.

# CAPÍTULO 16

SELF-CONCEPT AS AN ARTIFACT EVALUATE TOOL - GENERATING EVIDENCE ON THE USE OF SELF-CONCEPT, AN ARTIFACT ASSESSMENT TOOL, WITH MOVIE EVALUATION.

## **Cecilia Eloy Neves**

Postgraduate Program in Design (PPG-Design) - Federal University of Pernambuco  
E-mail: ceciliaeloyneves@gmail.com

## **Maria Renata da Silva Eloy**

Graduate Program Diploma in Graphic Design - Federal Institute of Pernambuco  
E-mail: mariars.loy@gmail.com

## **Prof. Dr. Fábio Ferreira da Costa Campos**

Postgraduate Program in Design (PPG-Design) - Federal University of Pernambuco  
E-mail: fc2005@gmail.com

## **Prof. Dr. Walter Franklin**

Postgraduate Program in Design (PPG-Design) - Federal University of Pernambuco  
E-mail: ergonomia@gmail.com

**ABSTRACT:** The present research aims, as part of the master's research, to elaborate the self-concept questionnaire to evaluate movies. Self-concept has been shown to be a useful tool to understand more about consumer behavior, a concept raised in the areas of consumer behavior and marketing. But self-concept was initially conceptualized as the thoughts and feelings that a person has about himself (Rosenberg, 1979). Studying the user's view about himself, how he would like to be seen by others and how he would like to see himself. In this way, the self-concept is very useful to evaluate the user's experience in relation to an artifact, comparing the ideal self-concept with the real, through two questionnaires. In order to present self-concept as a new method of design and user experience, an explanation of self-concept and its application in the area of user experience and design was made. The questionnaires are personalized according to the artifact to be evaluated, presenting adjectives in the bipolar scale of semantic differential with the Likert scale of 5 or 7 points, where the user will mark which adjective most approached the feeling of him before and during the experiment, or, mark the midpoint when such a feeling did not occur to him or proved irrelevant. To select the adjectives, a focus group is made to pick up and select the adjectives. In the last studies on self-concept, focused on artifact evaluation, the focus group was the most used method, along with a literature review about the object, for the elaboration of the questionnaire. That said, this article aims to apply both methods to assess which is the most efficient to raise the adjectives that will be used in the questionnaire to evaluate movies, experience going to the movies and watching a movie. Beginning with the review of the literature on film evaluation to select the first adjectives, followed by the application of an online questionnaire with cinema users from Greater Recife, total of 93 respondents, to evaluate the selected

adjectives. Then apply the focus group with a controlled group to select more adjectives and finalize comparing both adjectives. Concluding with the comparison between both methods to determine which is more efficient.

**KEYWORDS:** Self-concept, focus group, evaluation of artifacts, consumer behavior.

## 1. INTRODUCTION

Understanding the consumer, his choices, insecurities, how he sees himself and how he would like to be seen are questions that have arisen in the realm not only of consumer behavior and marketing, but also in the areas as design and user experience. Understanding the process that underlies consumer behavior has become an important area of research. According to Kumra (2007), understanding consumer behavior is indispensable for any marketing strategy. It is important to understand the consumer as a person who uses artifacts to satisfy his needs and / or desires (MICHAELIS, 2015) and consumer behavior as the totality of his artifact purchase and acquisition decisions (Hardesty & Bearden, 2009). That said, techniques for user characterization were developed in order to understand the consumer.

In design, user characterization is used to evaluate and design artifacts. Although they do not present statistical validations, methods such as Personas (COOPER, 1999), User Archetypes (MIKKELSON; LEE, 2000) and User Profiles (HACKOS; REDISH, 1998) are used to characterize the user when designing an artifact. In the area of consumer behavior, the methods already have statistical validation such as the case of Self-concept (ROSENBERG, 1979). In recent studies, self-concept has been shown to be a variable that they believe to impact consumer behavior. According to Rosenberg (1979) self-concept is all a person's thoughts and feelings about himself.

In addition to showing, in studies, his ability to characterize the user and understand the user's relationship with the artifact. The self-concept has also been used as an artifact assessment tool, where, based on two questionnaires applied to users, it is possible to rate the artifacts that match their assessments on websites. Thus proving to be a tool for predicting market success and capable of measuring user experience. The questionnaires are applied before the user's interaction with the artifact and another after the interaction, in order to compare expectations with reality. Such questionnaires are personalized according to the artifact to be evaluated, presenting adjectives on the bipolar scale of semantic differential with the Likert scale of 5 or 7 points, where the user will mark which adjective was closest to his feeling before and during the experience, or, mark the intermediate (3 or 4) point when such a feeling did not occur or was irrelevant. Thus, self-concept has been shown to be an efficient method to predict the success of the artifact market.

The self-concept questionnaire needs adjectives to be made. Such adjectives refer to the user's feelings about an artifact or experience. Recent research shows the use of the focus group and literature review to survey the adjectives that will compose the questionnaire. The most used is the focus group, while the literature review is used with another method, as an online questionnaire, to validate it. Through the application of the methods, the adjectives raised will be compared to determine which is the best method for the elaboration of the questionnaire. And through an online questionnaire, users in Greater Recife will select which feelings occur to them. The artifact is movie in general, and refers to the master's research of the Graduate Program in Design at the Federal University of Pernambuco. This dissertation aims to generating evidence about the use of the self-concept as an assessment tool, by using it to evaluate movies. Generating a rate to movies and comparing with the rates presented in film evaluation websites such as IMDb and Rotten Tomatoes.

This article aims to test and evaluate the methods used to do the self-concept questionnaire. But for this, it is necessary to start conceptualizing the self-concept tool, bringing it to the scope of design and user experience, thus presenting its various applications. In order to introduce self-concept in the areas of design and user experience and present the methodology for using such a tool.

### Self-concept

The self-concept (self-image) is conceptualized by Rosenberg (1979) as "the totality of thoughts and feelings that an individual has about himself". How the individual sees himself and would like to be seen in society. Very influenced by the criticisms of society and the standards established by it. In addition to being able to change according to the experiences suffered by the individual (DEMO, 1992). And to be malleable, since an individual can be influenced or even act in different ways depending on the situation (AAKER, 1999).

Self-concept is not limited to a personal and individual process, as it is molded on the social experiences that an individual goes through life. And such social experiences can come through artifacts (GRUBB; GRATHWOHL, 1967). Giavoni and Tamayo (2000) define this method as a multifaceted and malleable cognitive structure. Sirgy (1982) and Belk (1988), divide self-concept into seven categories - real, ideal, real social, social, social ideal, expected and mandatory. The most studied in the scope of consumer behavior is the real and the ideal self-concept. The real is how the individual sees himself or the image that the individual has about himself. And the ideal

is how the individual would like to be or characteristics that he would like to perceive in himself.

Self-concept studies emerged in the marketing area in the 1960s as a way of understanding consumer buying preferences (GRUBB; GRATHWOHL, 1967). And they appear together with the theory of self-congruence, which is when there is the identification of the consumer's self-concept with the image of the artifact or of the possible user of the artifact (SIRGY, 1982). That said, self-concept studies began to move out of the realm of psychology, to appear in several other areas, such as marketing and consumer behavior.

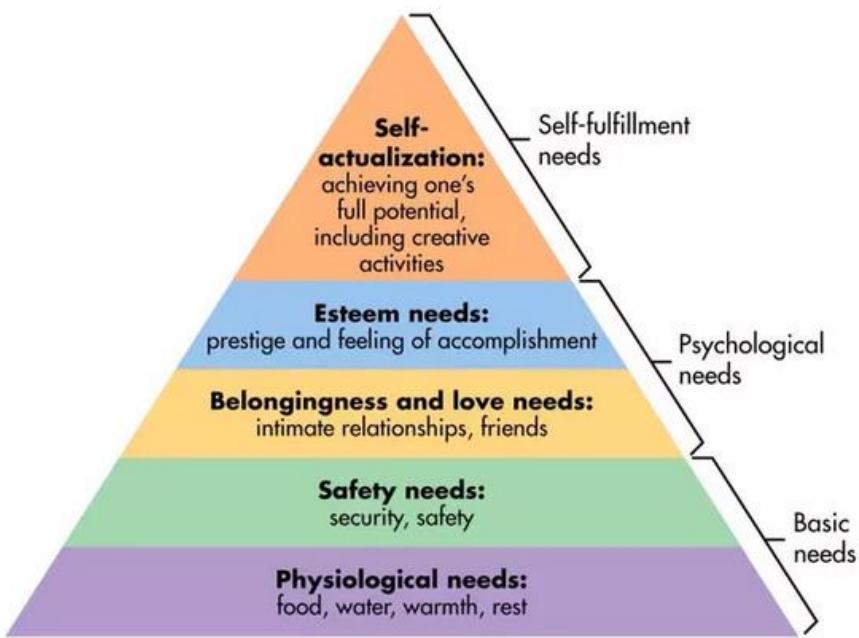
Although recent research shows more the use of self-concept for the area of marketing and consumer behavior. It is already possible to find research showing the use of such a method in the design area, to characterize the user and evaluate artifacts.

## 2. SELF-CONCEPT IN THE SCOPE OF DESIGN

The designer's work is not limited to aesthetics. The design methodology includes exploration of the problem, generation of alternatives, selection, implementation of the solution and evaluation. That said, understanding the user is essential during the design process. In order to characterize the user, methods and techniques such as Personas (COOPER, 1999), User Archetypes (MIKKELSON; LEE, 2000) and User Profiles (HACKOS; REDISH, 1998) were developed and are widely used, although not present statistical validation. But, as well as the use of demographic and cultural variables, they fail to measure the user experience and predict the artifact's market success.

Understanding the user and their needs is part of the design job. According to Maslow (1954), the human being has three levels of needs. The most basic is physiological, followed by psychological and the top is self-realization. Understanding such needs is important to understand the user, so that it is possible to design an artifact that matches with all the user's needs. Usability is concerned with physiological needs, testing the artifacts and seeing if they are usable, but failing to meet other needs. The importance of evaluating an artifact at the functional level is undeniable, but other human needs must be considered in the project and it has been overlooked over the years.

Picture 01 - Maslow pyramid

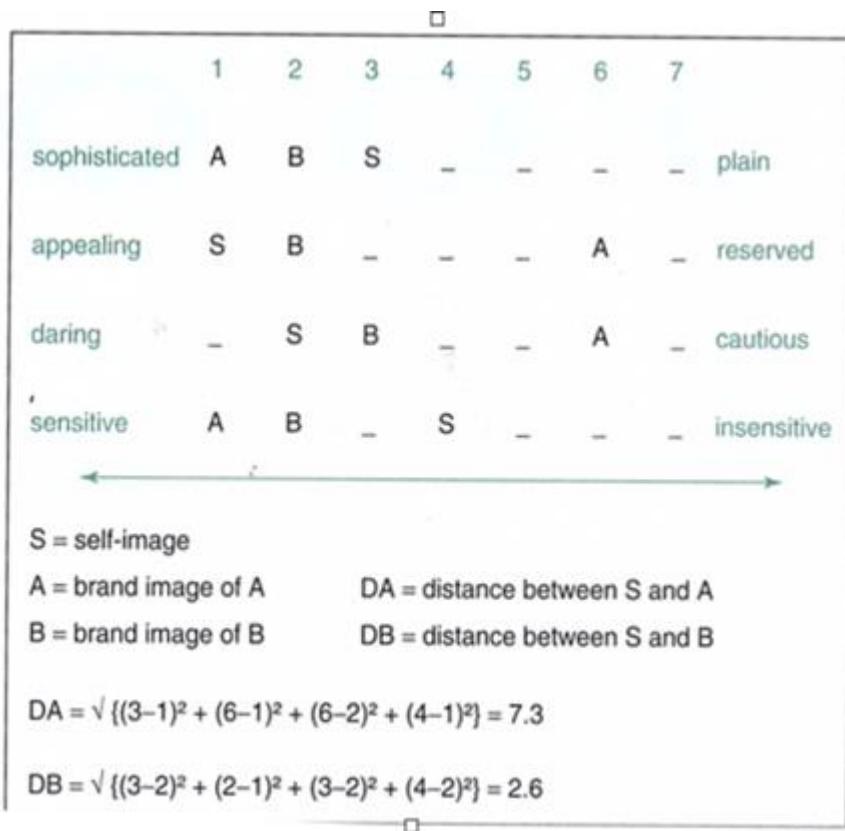


Fonte: (<https://www.simplypsychology.org/maslow.html>, 2020)

Studies claim that a product's market success is associated with a high level of identification among the ideal self-concept (how I would like to feel / be seen using the product) with the real (how I feel when using the product), which implies a high level of "preference" or "adoption" for this artifact. What is presented in the theory of self-congruence. So, to evaluate an artifact and measure its market acceptability, it is necessary to measure the "distance" between the ideal and real self-concept. And, one way to do so is by using self-concept questionnaires.

In this way it is possible to assign numbers to the artifacts that will measure the distance. And calculate it using the Euclidean Distance formula. Observe the example in Images 02 and 03.

Image 02 - Self-concept questionnaire.



Fonte: Evans; Jamal; Foxal, 2006)

Image 03 - Euclidean Distance formula.

$$x_{ab}^2 = \sum_{j=1}^n (d_{aj} - d_{bj})^2$$

Fonte: Evans; Jamal; Foxal, 2006)

From the questionnaire responses and the formula of Euclidean distance, it is possible to generate a rate to the artifacts. The lower the grade of the artifact, the smaller the distance the distance between ideal and real self-concept. Thus, it is possible to use this method to compare artifacts, characterize any type of artifact and predict its performance in the market. Remembering that each self-concept questionnaire must be formulated according to the artifact to be evaluated. The user experience varies from artifact to artifact and this difference must be considered. In the

design process, the self-concept can be used in the stage of exploring the problem and evaluating artifacts. In addition to helping to understand and characterize the user. There is a strong inverse correlation between self-concept, Euclidean distance and the performance of the artifact in the market. It is one of the few methods, scientifically validated, that shows how this strong correlation happens, regardless of the artifact that is being characterized.

Studies of self-concept in the field of design are recent and limited. Emerging as a tool for user characterization and artifact evaluation. Although the self-concept questionnaire can be used to rate an artifact, it is still used to understand the user's relationship with the artifact and to find out if the user's self-image is identified with the image of the artifact, the theory of self-congruence. Thus, the self-concept must continue to appear in research in the design area, and can then be applied as a method / technique in the design process. Thus, composing the design methodology. With the new scenario of concern of designers with user experience, perhaps self-concept can emerge as a way to better understand how it is possible to provide a "good experience" in an artifact.

### **3. SELF-CONCEPT IN THE CONTEXT OF USER EXPERIENCE**

According to Donald Norman (2008), experience is not restricted only to the artifact, but to the whole way in which the person experiences the world. Thus, we can affirm that it is not possible to understand the user experience just by studying the artifact. Experience is the whole system involving a person when experiencing an artifact in a given situation.

Currently, the concept of user experience (UX) is on the rise, but always focused on the area of information technology and linked to designing a "good interface". But the experience does not exist only in the interaction with digital artifacts, but in the user's interaction with any type of artifact. Experience studies are still within the scope of subjectivity, as the concept of designing artifacts with a "good experience" does not yet exist. Authors such as Csikszentmihalyi (2008) and Damásio (2004), present psychological elements that are related to "good experience". Like attention, feeling and pleasure.

For Marc Hassenzahl (2009), experience is an event, in a short space of time, not material, that will not give us anything material, but that will change the way we see the world. For the experience designer, aesthetic concepts are secondary. The main

thing is the meaning of the artifact and the experience it provides to the user. That said, understanding the user and their needs is essential to design a "good experience". Marc Hassenzahl (2011) defines the universal psychological needs of human beings as autonomy (independence), competence, belonging, influence (popularity), pleasure (stimulation), control (security), physical health, self-realization, self-respect and material realization. Which means that it is important to understand the user not only from the point of view of the activity, but also from the human point of view.

Self-concept studies are also linked to self-esteem and self-image, which leads us to understand the universal need for self-realization. Self-realization is closely related to self-esteem and self-image, which are the pillars of self-concept. In this way, it is possible to affirm that self-concept can also be a tool for studying and, who knows, one day, measuring user experience. Since self-concept is an artifact assessment tool that takes into account the user's feeling in a given situation.

#### 4. METHODOLOGY

The research started with a survey about the literature review of the self-concept, where it was possible to identify its many applications as well as the methodology used to do the questionnaires. The self-concept questionnaire is always prepared using the Likert scale (1932) of 5 or 7 points. "The main benefit of the Likert scale is that it gives the researcher the option of considering the answers for each statement separately, or of combining the answers to produce a general result" (SCHIFFMAN; KANUK, 2000, P.25).

During the literature review it was possible to find questionnaires, used to evaluate artefacts, where there were phrases about the user's experience in relation to a brand or artifact. Where the user had to mark, on the scale, between totally agree and totally disagree. But the majority present two adjectives per question. Such adjectives are opposite, one negative and the other positive, and represent feelings, such as happy, sad, relaxed, anxious, among others. In the article SELF-CONCEPT, LIFESTYLE AND FEMALE FASHION CONSUMPTION (2017), the self-concept questionnaire had 22 questions, with adjectives and their respective opposites, and used the 7-point Likert scale.

The adjectives are raised, according research using focus groups and / or literature review together with a questionnaire about the artifact to be evaluated. As

the artifact to be evaluated are movies in general, it was necessary to carry out a survey of the literature review on movie evaluations.

#### 4.1 LITERATURE

Researches about movie evaluation presents much more technical criteria, without taking into account the subjectivity of the experience of watching a film. Criteria such as script, direction, special effects and soundtrack are used to evaluate different films, regardless of genre. Some questions that inquire about how the audience feel, what it thought, why did it liked or disliked some movie, sintetize the central issues about the movie evaluations, but it is rare to find more advanced studies that adopt a subjective perspective (Schneider, 2012), focused on the experience itself.

Only in the thesis Measuring Subjective Movie Evaluation Criteria: Conceptual Foundation, Construction, and Validation of the SMEC Scales (2012) was possible to find criteria more related to feelings. With the purpose of developing a way to measure subjective evaluation of films, the author of the thesis quoted above, gives emphasizes on measuring the spectator experiences during the movie. Focusing on "research that includes data on the relationship between movie content or movie genre preferences and traits, needs, and further stable concepts."(Schneider, 2012, p. 46), he provides some personality constructs studies related to movies and films.

One of these studies is the Big Five Personality Factors (Big Five), where was possible to identify feelings related to users and their movie choices. Neuroticism, Extraversion, Openness to Experience, Conscientiousness and Agreeableness are dimensions that describe personality traits on an abstract and broad level (Digman, 1989; Goldberg, 1993). And it was in the description of such dimensions that the first adjectives were collected. Neuroticism (or emotionally unstable) are more susceptible to experiences with negative effects, which cause anxiety, anger or depression. Extraversion are more friendly, active and seek excitement. Those Openness to Experience appreciate aesthetics, tend to reflect on their emotional state, like adventure, are curious, liberal and intellectual. People who are Agreeableness tend to trust people. They are friendly, empathetic, generous and like to help. And finally, the Conscientiousness ones who are self-effective, orderly, zealous, entrepreneurial, self-disciplined and cautious (Burst, 1999).

After reviewing the literature, where the researcher identifies, raises, discovers, knows and seeks information on the theme or subject (RICHARDSON, 1999, p.63), about movie evaluation. It was possible to select adjectives: Anxious, Irritated,

Depressive, Excited, Cheerful, Curious, Reflective, Light and Afraid. With adjectives in hand, an online form was made to evaluate them with cinema users. Since this research aimed to evaluate films that were playing in the cinema. That is, the user would evaluate a movie he was going to the cinema to watch. But due to the quarantine and the lack of responses from local cinemas, from Greater Recife, the object of study was changed to films in general.

#### 4.2 ONLINE FORM

The questionnaire, using the Google Forms tool, was developed in order to validate the adjectives selected in the exploratory research stage. The questionnaire was limited to residents of Greater Recife (Recife and the metropolitan region), as it is the city where the researcher resides and has contact. In total, 93 residents of Greater Recife answered the questionnaire. Divided into two sections, the first section was to characterize the user, asking the age group, gender, marital status, occupation and education. The second section was to understand their relationship with the cinema, it was asked how often they go to the cinema, which cinema they usually go to, the preference for films, what takes them to the cinema, choice of film, what they consider to be a "good film", and what feelings occur during a movie they liked. Ending with the collection of e-mail, not mandatory. All questions, with the exception of two, were multiple choice, where the user must choose an option, or with check boxes, where the user can select more than one option.

Most respondents were female (55) and 26-35 years old (26). Most of the were postgraduate students (43). Among respondents, 24 stated that they go to the cinema once a month, the majority, followed by 21 who stated that they go to the cinema at least twice a month. 16 of them say they rarely go to the cinema, while 12 said they go to the cinema once a week. Among the types of films you watch in the cinema. The most voted were Drama (58), Comedy (52), Science Fiction (50), Adventure (47) and Action (46), in this question, respondents could choose more than one option. And most respondents go to the cinema as a leisure time (66).

In the penultimate question, the adjectives selected in the literature review stage were presented in such a way that the user could select more than one, with the option of "others" as well. The most selected adjectives were Reflective (69), Cheerful (60), Light (40), Curious (40), Excited (42) and Anxious (20). Irritated and Afraid received only 2 and 3 votes, respectively. Depressive received 6 votes. Users who selected "others" added Nostalgic (27) and Distressed (12). There were still two people who

said it depends on the film. As all adjectives received at least one vote, all represent feelings related to the experience of watching a movie in the cinema.

#### 4.3 FOCUS GROUP

Focus group is a qualitative method that marketing researchers use to collect opinions, feelings and attitudes from a group of users in relation to an artifact. This method consists of a group interview where users will interact with each other on the same subject, such an interview is given by an experienced moderator, in this case the author of this article (HANINGTON; MARTIN, 2012, p. 93). According to Aaker, Kumar and Day (2001), such group interviews, provided by the focus group, promote greater spontaneity than would be possible in an individual interview.

After reviewing the literature and online questionnaires on film evaluation, a focus group interview was conducted. The focus group was held with 8 people, lasted an average of 30 minutes and these participants were selected by collecting emails from the online questionnaire. The interview started with the presentation of the project and the researcher, continuing with the presentation of the participants where they said the name and which was the last film they watched in the cinema. The films were Toy Story 4 (1), Aladdin (2), Avengers Endgame (3), Spider-Man: Away from Home (1) and Rocketman (1).

During the interview, each one talked about whether or not he liked the movie he watched and justified. In this way, it became possible to identify feelings so much that they spoke or emotions that they showed. Discussions revolved around the movie Avengers Ultimatum, as everyone had watched. The adjectives collected, referring to the feelings when watching a movie in the cinema, were: Bored, Emotional, Frustrated, Excited, Stunned, Creepy, Surprised, Irritated, Agonized, Anguished, Glimpsed, Glazed, Shocked, Impacted, Entertained, Empathic, Disappointed, Tense, Joyful, Anesthetized, Euphoric and Suspicious. Thus, it is possible to state that many more adjectives were raised during the interviews with focus groups. See Table 01, showing the adjectives raised in each stage.

Table 01 - Comparison of adjectives.

Literature Review (11)	Focus Group (22)
Anxious, Irritated, Depressive, Excited, Cheerful, Curious, Reflective, Light and Afraid / Nostalgic and Distressed	Bored, Emotional, Frustrated, Excited, Stunned, Creepy, Surprised, Irritated, Agonized, Anguished, Glimpsed, Glazed,

	Shocked, Impacted, Entertained, Empathic, Disappointed, Tense, Joyful, Anesthetized, Euphoric and Suspicious
--	--

Source: The authors.

During the focus group, twice as many adjectives were selected, compared to the literature review. Having done that, it was possible to do the self-concept questionnaire to evaluate movies in general and apply with users.

#### 4.4 SELF-CONCEPT QUESTIONNAIRE TO EVALUATE MOVIES

In order to start the movie evaluation, the first questionnaire was made, with those adjectives selected during the literature review and focus group. In total, the form contained 26 questions, not counting the questions about the name, movie and location where you watched the movie. It's important to say that the self-concept questionnaire aims to evaluate a artifact by comparing the difference between the ideal self with the real self. Which means, two questionnaire are applied with users, one before watching the movie (ideal self) and others after watching the movie (real self). It has to be the user's first time watching the selected film for the evaluation to work. Since it can be said that the first questionnaire aims to collect what the user expects from the film (ideal self) and the second aims to collect what the user thought of the film (real self).

The first questionnaire was elaborate and test with 12 users, three movies were evaluate, "The Lion King" (2019), "Once Upon a Time... Hollywood" and "Hotel Mumbai". With those answers was possible to note that the questionnaire was too long. Since the aim to get the largest number of people to complete the survey. It has to be a quick questionnaire, since they will answer in two moments. The questionnaire was reduced from 26 to 10. And so that people can answer from home, the Google Forms tool was used. That way, users can respond from home, by cell phone or computer. With the larger questionnaire, without using the Google Forms tool, and limiting users who were going to watch movies in the cinema. I was taking too long to get answers and many people forgot to answer the second questionnaire.

Until now, the questionnaire has 52 answers about 28 movies. The movie with more answers is "The Platform" from Netflix, with 15 answers. Even though there are not many answers in the same film, some insights have already emerged, among them the idea that the film can exceed the user's expectations, and that perhaps the tool does not foresee this.

As the questionnaire is sent by e-mail and has no response limit. The same person can respond to several films, so make it the first time to watch the selected film. That way, I can guess which movie the user liked the most and the least liked, through the generated score. It would be another way to validate or not the self-concept tool.

## 5. CONCLUSION

As a conclusion of this research, it is necessary to point out that the studies found during the survey of the literature review of the self-concept prove that it is a method with several applications, from the characterization of the user to the evaluation of artifacts. It has also been shown to be a good predictor of market success. Thus, self-concept is a method that can be applied in the areas as consumer behavior, marketing and design.

Regarding the review of the literature about film evaluation, few studies were found on film evaluation considering the emotions of the user during the experience of watching movies (subjective criteria). As only one research was found presenting the subjectivity about the activity of watching a film, it is possible to state that, for the "film", artifact, the literature review is insufficient to raise the adjectives that will compose the self-concept questionnaire. This statement was confirmed with the results obtained in the online questionnaire, where users felt the need to choose the option "others" to bring other feelings that occur when watching a movie at the cinema, a movie they liked. It was possible to select 9 adjectives in the literature review phase. While, during the online questionnaire, 2 more adjectives were brought in by the respondents. Perhaps reviewing the literature for other types of artifacts is considered sufficient, which was not the case with the films artifact. It associated with other methods, such as online questionnaires, presents a better result. But even so, they did not present a result as wide as that obtained with the focus group.

With the focus group method it was possible to raise more adjectives, some that were not raised either with the literature review or with the online questionnaire. Thus, the self-concept questionnaire with adjectives raised by the focus group method proved to be richer and more accurate in relation to the experience of watching a movie in the cinema, with a total of 22 adjectives, twice as much as acquired with the other method. But it is important to note that the focus group discussion was focused on action and adventure films, since the participants discussed around the movie Avengers Endgame.

For the self-concept questionnaires, used to evaluate films, we choose the 5-point Likert scale. Movie review sites like IMDb and Rotten Tomatoes rate the movies according to users' ratings. In IMDb the user can give 1 to 10 stars for the films, while Rotten Tomatoes the user can rate the film from  $\frac{1}{2}$  to 5 stars. Thus, it was preferable to use the 5-point scale to make it more familiar to the user. For this experiment, it is necessary that a good number of users answer the questionnaire about the same film. In order to have a score and this score will be compared with the rate displayed on movie review websites, IMDb and Rotten Tomatoes.

As previously stated, the questionnaire has already started to be applied. The first version had 26 questions with adjectives, which had to be reduced to encourage users to answer. The second version was made only with 10 questions with adjectives and by the Google Forms tool, so that the user can answer more easily. It is important to note that this experiment aims to generate evidence on the use of self-concept as a tool for evaluating artifacts. But that the evaluated artifact also involves an experiment. With the application of the second version of the questionnaire, it was possible to realize that perhaps the tool doesn't consider that it is possible for a film to exceed the user's expectations. Thus, even though the difference between the ideal self and the real self being large, the user can enjoy the film.

## REFERÊNCIAS

- NEVES; Maria Alice Villas Boas Wanderley. Caracterização do usuário através de uma perspectiva do comportamento do consumidor / Maria Alice Villas Boas Wanderley Neves. - Recife, 2017. 179 f.: il., fig. Orientador: Fábio Ferreira da Costa Campos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Design, 2017
- HANINGTON, Bruce; MARTIN, Bella. "Universal Methods of Design: 100 ways to Research Complex Problems, Develop Innovative Ideas, and Design Effective Solutions". Everley, MA, USA: Rockport, 2012.
- TOTH; Marisa. "The Role of Self-Concept in Consumer Behaviour" (2014). UNLV Theses, Dissertations, Professional Papers, and Capstones. 2161. <https://digitalscholarship.unlv.edu/thesesdissertations/2161>
- ROE; David, BRUWER; Johan, (2017) "Self-concept, product involvement and consumption occasions: Exploring fine wine consumer behaviour", British Food Journal, Vol. 119 Issue: 6, pp. 1362-1377, doi: 10.1108/BFJ-10-2016-0476
- COIMBRA, Catarina Gomes Duarte (2017). "O autoconceito e o uso de maquilhagem por parte do sexo feminino". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Flow - the psychology of optimal experience. New York: HarperCollins, 2008.
- DAMÁSIO, Antônio. O mistério da consciência: Do corpo e das emoções ao conhecimento em si. 2000.
- HASSENZAHL, Marc; ECKOLDT, Kai; DIEFENBACH, Sarah; LASCHKE, Matthias; LENZ, Eva & KIM, Joonhwan. Designing moments of meaning and pleasure - experience design and happiness. International journal of design v. 7 n. 3, 2013.
- LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul. v.19, n2, p.04-27, jul/dez. 2011.
- NORMAN, Donald. Design Emocional – Por que Adoramos (ou Detestamos) os Objetos do Dia-a-Dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- WRIGHT, Peter; McCARTHY, John & MEEKISON, Lisa. Making sense of experience in Funology. Dordrecht: Kluwer Academic Plublishers, 2004.
- SCHNEIDER, Frank M. "Measuring Subjective Movie Evaluation Criteria: Conceptual Foundation, Construction, and Validation of the SMEC Scales" (2012). Universität Koblenz-Landau. Dissertação. 2012.

# CAPÍTULO 17

## ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COM AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO INSTITUTO CHÃO.

### **Eduardo Figueiredo**

Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar Campus Araras  
Instituição: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Centro de Ciências Agrárias  
Endereço: Rod. Anhanguera km 174 - SP 330 – CEP: 13600-970, Araras - SP, Brasil.  
E-mail: eduardo.figueiredo83@yahoo.com.br

### **Adriana Estela Sanjuan Montebello**

Professora Doutora da UFSCar Campus Araras  
Instituição: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Centro de Ciências Agrárias  
Endereço: Rod. Anhanguera km 174 - SP 330 – CEP: 13600-970, Araras - SP,  
Brasil. Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural -  
DTAiSeR.  
E-mail: adrianaesm@ufscar.br

### **Luiz Antônio Cabello Norder**

Professor Doutor da UFSCar Campus Araras  
Instituição: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Centro de Ciências Agrárias  
Endereço: Rod. Anhanguera km 174 - SP 330 – CEP: 13600-970, Araras - SP,  
Brasil. Departamento de Desenvolvimento Rural - DDR.  
E-mail: luiz.norder@ufscar.br

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discutir aspectos da economia solidária, desenvolvimento rural, comércio justo e canais de comercialização por meio de um de caso: o Instituto Chão, sediado em São Paulo. Trata-se de uma feira livre que organiza modelos de geração de renda e distribuição de alimento para consumo mais consciente. A pesquisa considera a pergunta de que o Instituto Chão e agricultores familiares promovem uma diversificação produtiva e uma melhoria de renda no processo de compra e venda de produtos agrícolas com a definição do valor pelo próprio agricultor. Foi realizada uma revisão de literatura, aplicação de dois questionários semiestruturados e elaboração de um grafo. Os resultados destacam a importância da criação de uma rede comercial, além da compra de determinado produto (arroz) do MST, que sustenta toda uma cadeia produtiva, o fortalecimento de relações de trabalho mais justas e a operacionalização dos sistemas de comercialização solidária. Esse processo maximiza a formação da rede produtiva que remunera os agricultores familiares permitindo sua sustentabilidade produtiva e econômica. Verificou-se um incentivo à diversificação produtiva, melhores condições de trabalho, ampliação do equilíbrio ambiental e maior autonomia econômica do produtor rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Rural; Agroecologia; Economia Solidária; Comércio Justo e Solidário; Canais de Comercialização.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to discuss aspects of solidarity economy, rural development, fair trade and marketing channels through a case study: Institute Chão, based in São Paulo. A free fair that organizes models of income generation and food distribution for more conscious consumption. The research considers the question that the Chão Institute and family farmers promote a productive diversification, improvement of income in the process of purchase and sale by the amount stipulated by the farmer. Through the literature review, the application of two semi-structured questionnaires and a graph will be presented the results and a discussion of the work. The results highlight the importance of the creation of a commercial network, as well as food sovereignty, a strengthening of fairer labor relations and marketing systems. This process maximizes the formation of the productive network that remunerates the family farmers. There was a diversification of production and biodiversity, as well as better working conditions, environmental balance and greater economic autonomy of the rural producer.

**KEYWORD:** Rural Development; Agroecology; Solidarity Economy; Fair and Solidarity Trade; Marketing Channels.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, vários estudos, entre os quais Singer (2002) e Souza (2018) consideram que a economia solidária tem como objetivo a geração de renda. Esses empreendimentos econômicos têm suas relações sociais e funcionamento associados aos princípios de autogestão, confiança, solidariedade, cooperativismo e transparência.

O Brasil registra, no início da década de 1990, forte recessão, arrocho salarial e crise institucional. Com isso, as iniciativas que impulsionavam o desenvolvimento por meio de relações comerciais de solidariedade, renda e emprego foram introduzidos pela sociedade civil e por políticas públicas. A economia solidária constitui-se de trabalho e renda na produção, com incentivo à cooperação, solidariedade e outra relação entre o trabalhador e o seu trabalho.

Diante deste contexto, a agricultura familiar passou a estabelecer novas relações com essa nova economia que procurava fortalecer sua produção, oferecer incentivos para a diversidade do plantio, relações de serviços, trabalhos e saberes para a inclusão social. Nesse sentido, o empreendimento de economia solidária aponta para a produção de uma cultura relacionada ao trabalho e à promoção humana. As feiras geram espaços de encontro entre quem compra e quem vende mais do que um contato humanizado entre produtores e consumidores. Por meio desse relacionamento, os consumidores podem conhecer a origem do produto, as relações de trabalho, transporte e qualidade do alimento, entre outros aspectos.

Contudo, essa rede solidária destaca-se em cadeias em torno de uma transformação social, a troca entre grupos mais próximos, assim possibilitando novas parcerias e possibilidades, que anteriormente se baseavam em contratos e lucro. Portanto, a economia solidária permite a criação de outra dinâmica entre agricultura e a natureza, que busca a preservação do meio ambiente, e um desenvolvimento que se encaixe com a agricultura familiar que produz alimentos sem agrotóxicos. Dessa forma, existe um múltiplo compromisso de criação de trabalho, geração de renda, solidariedade e saúde para todos. Na literatura são encontradas referências como Singer e Souza (2000); Gaiger (2006); Veronese (2009) que analisaram em seus estudos a economia solidária na agricultura familiar, o que acenava para maior viabilidade econômica, promoção social e relações de confiança.

Neste sentido, o Fórum de Economia Solidária (2013) declarou que a produção em assentamentos rurais pelos agricultores familiares deveria ser comercializada em

feiras agroecológicas. Assim, o agricultor familiar começa a considerar o seu plantio de acordo com práticas ecológicas que não agredem o meio ambiente, particularmente através da utilização de sementes crioulas e da diversificação da sua produção, pois há incentivos para cultivos de diversos legumes, hortaliças, frutas e sementes; e relações de trabalho mais equitativas.

A inserção desses agricultores no mercado constitui-se em relações sociais, políticas e culturais oriundas de normas, regras e valores. Como cita Ploeg (1992), Abramovay (1992) e Wilkinson (2010), a entrada em circuitos mercantis solidários pode ser benéfica e trazer autonomia para os agricultores familiares. Portanto, o canal de comercialização dá-se em iniciativas que buscam os pressupostos de cooperação, autonomia e soberania alimentar, havendo maior aproximação entre os que produzem, comercializam e compram conforme Renting, Marsden e Banks (2003); Brunori, Rossi e Malandrín (2010); e Star (2010).

Ademais, as redes de comercialização que priorizam os agricultores familiares preconizam maior equilíbrio em suas trocas mercantis e as relações do comércio justo. Portanto, como comenta Souza (2008), existe um reconhecimento do trabalho do agricultor quando o consumidor comprehende que existe um pagamento justo de seus produtos devido às qualidades especiais tais como a certificação, a forma como é produzido e, transportado e suas relações de trabalho. O consumidor percebe que existe uma lógica comercial desde o cultivo, a produção, distribuição, comercialização, desenvolvimento sustentável e venda que numa rede de atores interdependentes; valoriza-se a cooperação, as relações de confiança e a construção de um novo paradigma para as relações sociais de consumo, o que inclui os modelos agroecológicos, as relações de trabalho mais justas, e as modalidades de comercialização que almejam, por um lado, mobilizar consumidores mais conscientes que busquem alimentos com maior qualidade e, por outro, agricultores que protagonizem redução nas desigualdades sociais e que estejam empenhados em obter renda suficiente para sua permanência no campo. Busca-se, assim, maior viabilidade econômica e social para os agricultores familiares (CAPORAL e COSTABEBER 2009; GLIESSMAN, 2007; ALTIERI, 2010; ROSEMERYER, 2010; PETERSEN, 2013).

Deste modo, a experiência de novos empreendimentos econômicos solidários encontra-se em trabalhos como o de Midori (2009); Santos (2012) e Trocas Verdes (2019) os quais destacam como funcionam e se organizam as trocas verdes. Nas

trocas verdes há voluntários que organizam um site de vendas de produtos orgânicos provenientes dos produtores locais abastecendo a sede da rede de consumo responsável que funciona toda a terça-feira com produtos da agricultura familiar e orgânica, situada rua: Eurico V. de Carvalho, 221, Praça da Capela, Campinas, SP. Assim, para o seu funcionamento há uma taxa de 10 % sobre o valor pago ao agricultor para o pagamento dos associados, que são seis pessoas que se organizam através da autogestão, como uma cooperativa de compras que gerenciam o site e o espaço físico da venda dos produtos. Portanto, nessa experiência de economia solidária há o estabelecimento de uma relação direta do agricultor regional com os seus consumidores, através de uma plataforma virtual de associados que recebem como forma de pagamento uma taxa de 10 % do que é vendido, além do espaço físico ser concedido de forma gratuita para essas vendas.

Dentro deste contexto, de cooperativas de vendas de produtos orgânicos o Instituto Chão destaca-se por ser uma central de distribuição de alimentos (considerado o maior do Brasil) tudo que é vendido ou servido é repassado diretamente pelo preço da compra, sendo um espaço social coletivo, tendo como prioridade a distribuição de renda e valorização dos produtos de agricultores familiares, assentamentos, cooperativas, comunidades. O Instituto estabelece como finalidade o fortalecimento da cadeia produtiva e assegura a valorização econômica e social dos agricultores, além de ser um espaço físico de venda para a produção dos agricultores que adota práticas de comercialização a partir dos conceitos da economia solidária. Isso se relaciona com o que Schneider (2015) cita “como as feiras livres e economia solidária, que possibilitaram maior abertura para o escoamento da agricultura familiar”. Desta maneira, este modo de gestão permite um maior consumo de alimentos orgânicos em relação ao alimento convencional, demonstrando que é possível baratear esses produtos e torná-los mais acessíveis (tendo um preço justo e apoiando a agricultura familiar).

O Instituto Chão possibilita a criação de uma rede de comercialização e integração para a agricultura familiar, portanto, relaciona com o que Abramovay (2009) denomina de instituições que permitem ações cooperativas capazes de contribuir para o tecido social de certa localidade. Essa rede de comercialização entre agricultores familiares e o Instituto que revende produtos em uma feira constrói lógicas de negociações que beneficiam a ambos, pois, tanto a economia solidária quanto a agroecologia coincidem na necessidade de enfatizar a soberania alimentar dos povos

e redução do custo da produção rural.

A relação entre o Instituto Chão, que elabora estratégias de comercialização para agricultura familiar, é citada em alguns estudos (ALVEZ, 2016; MIRA, 2018) que analisam o comércio justo de alimentos através de parceria entre agricultores e a associação para o consumo mais consciente. No entanto, não pesquisam as melhorias socioeconômicas que o Instituto gera para os agricultores familiares.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir os aspectos da economia solidária, desenvolvimento rural, comércio justo e canais de comercialização em espaços urbanos com base no estudo de caso do Instituto Chão em São Paulo. Além disso, tem como finalidade analisar o funcionamento deste Instituto, sua organização e formas de interação com os agricultores.

O artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico, de cunho mais conceitual que analisa o Desenvolvimento Rural; Economia Solidária; Canais de Comercialização e Comércio Justo. A seção três apresenta a metodologia e fontes de dados. A seção quatro apresenta os resultados e discussão do trabalho e a seção cinco as conclusões finais do artigo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL

Como ressalta Mior (2007), a agroindústria familiar é uma forma de organização onde a família rural produz, processa ou transforma parte de sua produção agrícola, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Portanto, criando um vínculo muito importante do que é produzido com seus fornecedores.

O Desenvolvimento Rural, aplicado a esta forma de organização supramencionada, está associado ao conceito do processo de desenvolvimento que possibilite um maior aumento de produtividade, portanto ampliando sua rede de trocas comerciais e frequentemente como abordam Bagnasco, (2001); Putnam, (2002); Urani, (2004) leva a melhoria da qualidade de vida dos produtores, prevalecendo fortes vínculos de cooperação e confiança nas transações mercantis.

Portanto, o conceito de rural, segundo Abramovay(2000) demonstra que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as

sociedades contemporâneas.

Assim, o “Desenvolvimento Rural é entendido como uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente social” (NAVARRO, 2019, p. 3). Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural traz alterações para os agentes envolvidos na sua produção e venda, modificando suas relações econômicas, sociais e ambientais.

O desenvolvimento rural é cada vez mais associado à identificação de características territoriais capazes de conformar um objeto de atuação na busca de um processo de transformação da realidade do agricultor que através de comercialização com associações e feiras encontra novos espaços urbanos para a venda de seus produtos. (VEIGA, SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

O desenvolvimento rural em espaços urbanos por meio de instituições sem fins lucrativos como é o caso do Instituto Chão promove uma estratégia de ações intermunicipais, destinados ao escoamento de produtos dos agricultores familiar e cooperativo, possibilitando cadeias produtivas com maior diversificação produtiva.

Para Veiga (2010), o desenvolvimento está vinculado ao tipo de vida que as pessoas vivem e o que elas escolhem para fazer, aproveitando as oportunidades que aparecem, com a opção de escolha de possibilidades de compra. E atrelando com que Ramos (2001) descreve como desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e cuidados com a preservação ambiental.

Com a preocupação de uma agricultura que combina ideias ambientais e sociais, que priorize a sustentabilidade social e ambiental do sistema de produção, e atrelando com a conceituação de desenvolvimento rural, tem-se a agroecologia. Além da importância da produção e diversificação do que é produzida no meio rural, a preocupação com o meio ambiente, saúde humana, preservação do solo e relações trabalhistas mais solidárias faz que a agroecologia seja muito discutida, teorizada e praticada pelos agricultores familiares. Segundo Altieri (2001), a agroecologia é entendida como uma forma de se produzir a partir de um referencial técnico-produtivo caracterizado pela autonomia dos agricultores, ou seja, pela valorização e utilização dos recursos disponíveis no local e técnicas que permitem melhor aproveitamento dos solos, aumento da produção devido aos processos naturais de proteção contra pragas, não utilizando pesticidas e venenos tóxicos.

Portanto, seguindo as premissas destes autores, o desenvolvimento rural parte de um processo sistêmico de crescimento da economia, entretanto, com maior

equidade, igualdade e transferência de renda para os envolvidos. Através de ações e propostas que ofereçam oportunidades e autonomia para os agentes sociais.

Sachs (2008) sustenta o argumento que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor. Surgindo, assim, formas de reduzir custos e promover economias locais.

Muitos trabalhos de Veiga (2010) demonstram que o território mais beneficiado ao processo de inovação via empreendedorismo, seriam aqueles em que as economias locais são capazes de gerar demandas com valor agregado para produtos e serviços.

Bem como o direcionamento das vendas da agricultura familiar através dessas ações com associações e cooperativas que tem como intuito incentivar o agricultor a aumentar a quantidade, diversidade e qualidade dos seus produtos. Além disso, tendo a garantia de renda e trabalho, o que permite uma autonomia e investimentos estruturais nas suas propriedades.

Schejtman e Berdegué (2004) definem o desenvolvimento rural como um processo de transformação produtiva e institucional cujo fim é reduzir a pobreza e a vulnerabilidade dos agricultores. Ademais, o rural não se trata apenas do âmbito produtivo, abrange também questões sociais, ambientais e vínculos rurais e urbanos. Portanto, as decisões sobre o desenvolvimento rural implicam mudanças tanto no rural quanto no urbano. No rural, o impacto direto é no nível de renda, a disposição de serviços básicos, como no acesso às políticas públicas. No urbano o impacto é indireto, a falta de desenvolvimento rural pode significar a fragilidade em suprir os centros urbanos de uma boa alimentação.

Nesse sentido, Ploeg (2008) e Wilkinson (2008) apostam na criação de novos espaços que a agricultura familiar possa ocupar. Isto é, espaços não-agrícolas e mercados de qualidade, fugindo da produção de commodities cuja demanda é norteada pelo menor preço. Estes mercados oferecem possibilidade de venda e promoção social e econômica para pequenos agricultores, antes desfavorecidos para vender seus produtos e obter renda suficiente e aumentar sua diversidade de produção. Por meio de novas interações entre redes de autores distintos criam-se tecnologias sociais que são ações transformadoras desenvolvidas na interação entre populações que agregam soluções para a inclusão social, apresentando novos paradigmas de desenvolvimento.

A relação entre novos atores vem proporcionando amplos debates no

desenvolvimento rural, como destacam Niederle e Wesz (2009), nas suas múltiplas formas de produção, diversidade, social, econômica e cultural.

Entre essas formas de interação e produção existem uma ligação entre essas pessoas por meio das relações sociais, que desenvolvem na comunidade, e também nos consumidores, agentes e organizadores urbanos. Isso tem revelado que esses novos postos de trabalho privilegiam a qualidade da vida, preservação ambiental e a valorização do ser humano (PINHEIRO; PAES de PAULA, 2016) Outros trabalhos como de Lunedo (2018) citam que às novas formas de relação entre os atores têm o objetivo de articulares representantes de diversos setores locais, integrando forças na identificação dos catalisadores do desenvolvimento regional e no planejamento de uma agenda em comum. Conforme a discussão dos autores Pinheiro (2016) e Lunedo (2018), as redes de atores convergem para mecanismos sociais e econômicos de confiança e cooperação, compartilhando informações e procedimentos que possibilitam um desenvolvimento entre as partes envolvidas.

O desenvolvimento rural, portanto, representa uma ampla relação de raízes culturais, sociais, econômicas e ambientais, e, portanto, tem forte ligação com a agroecologia que trouxe métodos e técnicas que valorizam a produção do pequeno produtor rural, além de fortalecer redes de comercialização em espaços urbanos que possibilitam um maior valor agregado aos seus produtos.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo Singer (2012) e Brasil (2016), a economia solidária se apresenta sob formas de cooperativas populares, associações de pequenos agricultores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar, organização de finanças e comércio justo e solidário.

França (2007) e Cruz (2011) dissertam que por iniciativas de natureza associativa que envolva moradores em determinado território, buscam-se soluções de problemas públicos concretos relacionados às atividades socioeconômicas. O movimento da economia solidária vem crescendo nos últimos 20 anos no Brasil em busca de promover alternativas de inserção de pessoas desfavorecidas no contexto socioeconômico e, como agricultores familiares e associações sem fins lucrativos que tem relações comerciais mais justas e solidárias, dessa forma, promover mudanças sociais.

Essas trocas, geralmente, estão enraizadas, como disserta SABOURIN (2009, p.57): “as prestações e relações econômicas dependem de estruturas de reciprocidade

mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas e simétricas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como valores afetivos e éticos”.

Nesse contexto, a economia solidária acrescenta uma excelente ferramenta para iniciativas que atuam como intermediárias em promover ações e práticas que levem benefícios e adesão de grupos antes reduzidos a nichos de mercados que limitavam sua renda e investimento autônomo em melhorias estruturais em suas redes de produção. Assim, promovendo uma gestão de empreendimento da economia solidária que trabalha com agricultura familiar, num formato horizontal, ou seja, democrático e com a participação possível de todos os membros e os quais transmitirem suas opiniões, permite favorecer uma economia com mercado em que são valorizados outros princípios e valores mais justos e solidários, cooperativos e justos. Trata-se de procedimentos de autogestão, autonomia e gestão democrática (MANCE, 2005). Sendo assim:

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando por iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças. (GAIGER, 2015, p.162).

A economia solidária deve ser analisada como um instrumento de desenvolvimento e não estar associada somente às políticas assistenciais. Por isso, é necessária uma participação dos agentes sociais, atuando nas ações e iniciativas dos empreendimentos econômicos solidários.

Vieira (2005) declara que a economia solidária emergiu para preencher vazios econômicos e sociais que a indústria e o sistema econômico vigente produziram. Assim, comprehende-se que o incentivo à diversificação da produtividade é importante para o produtor, além de basear sua produção no que tem maior aceitação do consumidor. Além disso, o bom desempenho da cadeia de produção depende da capacidade de oferecer respostas às demandas dos clientes, na qualidade de produtos e serviços, inovação dos produtos, efetividade dos custos, serviços e entregas (RODRIGUES; SANTIN, 2004).

A economia solidária, diante deste contexto, contribui e promove alternativas aos padrões dominantes, buscando possibilidades e atuações compatíveis com práticas tradicionais da agricultura familiar, empreendimentos solidários e aliados aos valores do comércio justo como: transparência; relação de longo prazo; pagamento de preço justo e garantia de recebimento; organização de trabalho democrático e relações de trabalho justas (COELHO, 2015)

### 2.3 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E COMÉRCIO JUSTO

Coelho (2011) define o comércio justo como um movimento social que visa promover formas de desenvolvimento e de consumo sustentável e que melhoraram a qualidade de vida dos pequenos produtores através da atividade comercial.

Nicholls e Opal (2005) compreendem o comércio justo como um mecanismo de regulação do mercado que almeja a melhoria de vida dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento, além de contribuir para uma maior diversidade produtiva.

Complementando os autores supracitados, França (2003) conceitua o comércio ético e solidário no Brasil como uma forma de dar poder aos trabalhadores assalariados, aos produtores e aos agricultores familiares que se encontram em desvantagens no mercado convencional. Assim, pressupõe-se uma remuneração mais justa, respeito à diversidade cultural e histórica e reconhecimento das comunidades tradicionais.

De acordo com uma base bem construída de valores em comum, se ganha uma imagem de cooperação entre as organizações e de seus vínculos comerciais, levando uma aproximação entre produtores e vendedores. Além disso, leva-se em consideração o preço final dos produtos como fator de melhor remuneração aos produtores criando um fator determinante da permanência da atividade rural.

Essa rede de comércio justo que é formada por cooperativas, organizações não governamentais e instituições sem fins lucrativos enfatizam os valores sociais e morais, como a proteção ambiental, a igualdade de gênero, a equidade social e a valorização social e econômica dos produtores.

Partindo dessa perspectiva, a agricultura pautada em relações de confiança e cultura do preço que engloba aprendizagens e apoio mútuo e, adentra como contexto de desenvolvimento e canais de comercialização mais justos pela sua diversidade, economia associativa e como estratégia para produtores familiares (CAUMO; STADUTO, 2014).

Segundo Wilkinson (2002), mercados de proximidade podem ser vistos,

fundamentalmente, como o prolongamento de relações familiares, ou, diretamente, com consumidores ou com canais de comercialização.

Acessar canais de comercialização por meio de organizações com maior volume pode ser a principal estratégia para a agricultura familiar. “As cooperativas e redes de distribuição de alimentos tem uma dinâmica que distingue da agroindústria privada na medida em que está enraizada nos recursos de uma região específica e sua razão de ser e a valorização dos seus membros” (WILKINSON, 2008, p.39).

Os diversos mercados alternativos da agricultura familiar começam a se expandir e criar consumidores interessados em uma nova abordagem de comercialização mais justa e igualitária. Estes mercados possibilitam a diversificação de culturas e a obtenção de melhoria da renda do produtor que tem uma pequena propriedade e pouco capital para investimento. Além disso, constroem-se pontes de beneficiamento e escoamento desses produtos que passam a ter um local adequado e, assim, ampliam-se as possibilidades de venda e renda.

Os temas de desenvolvimento rural, rede de atores, espaços urbanos, agroecologia, economia solidária e comércio justo se interligam e demonstraram ser essenciais para apresentar suporte teórico para análise dos dados e resposta aos questionamentos a serem esclarecidos pelos objetivos da presente pesquisa que é discutir os aspectos da economia solidária, desenvolvimento rural, comércio justo e canais de comercialização em espaços urbanos com base no estudo de caso do Instituto Chão em São Paulo.

### **3. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS**

#### **3.1 ÁREA DE ESTUDO**

O Instituto Chão localizado à Rua Harmonia, 123 - Vila Madalena, São Paulo - SP, 05451- 000, iniciou-se com três frentes de trabalho: mudas de planta, alimentação e escultura de cerâmica.

#### **3.2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

A primeira etapa do trabalho consiste em uma revisão de literatura, utilizando as bases de dados Scielo, portal de periódicos da Capes e Google Livros, seguindo o critério de informações recentes e com relevância na área de estudo. Adotaram-se como palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Agroecologia; Economia Solidária; Comércio Justo; Canais de Comercialização.

A segunda etapa do trabalho foi realizada a partir da aplicação de dois

questionários semiestruturados com os associados do Instituto Chão. Dessa maneira, após cinco visitas ao Instituto Chão e conversando com os associados adotou-se a perspectiva de entrevistar e utilizar dois questionários com os três fundadores da feira livre, considerados informantes chaves, pois os mesmos conhecem o projeto inicial e as mudanças que decorreram nesse período de existência do Instituto. Portanto, o método de estudo de caso foi escolhido, pois é um instrumento relevante para análises contemporâneos, além de permitir estudos de empreendimentos e organizações (YIN, 2001). Sendo assim, os resultados e as discussões desse trabalho são apresentados por meio da análise dos formulários que buscaram caracterizar o funcionamento do Instituto Chão, distribuição e comercialização com os agricultores familiares. Os formulários foram aprovados pelo Comitê de Ética na Pesquisa bem como os termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a análise detalhada e mais aprofundada sobre o caso foi utilizado um conjunto em árvore, como base o grafo construído por Oliveira et. al. (2017) que detalhe o Instituto Chão e sua relação com os agricultores familiares. De acordo com Calvacante e Silva (2009), grafos são estruturas muito usadas para representar a existência ou não de relações entre elementos de dado conjunto. Assim, redes de comunicação, fluxos em rede de transporte, mapas geográficos e relações binárias em geral podem ser representadas por grafos. Nesse método de análise, várias questões de interesse podem ser investigadas.

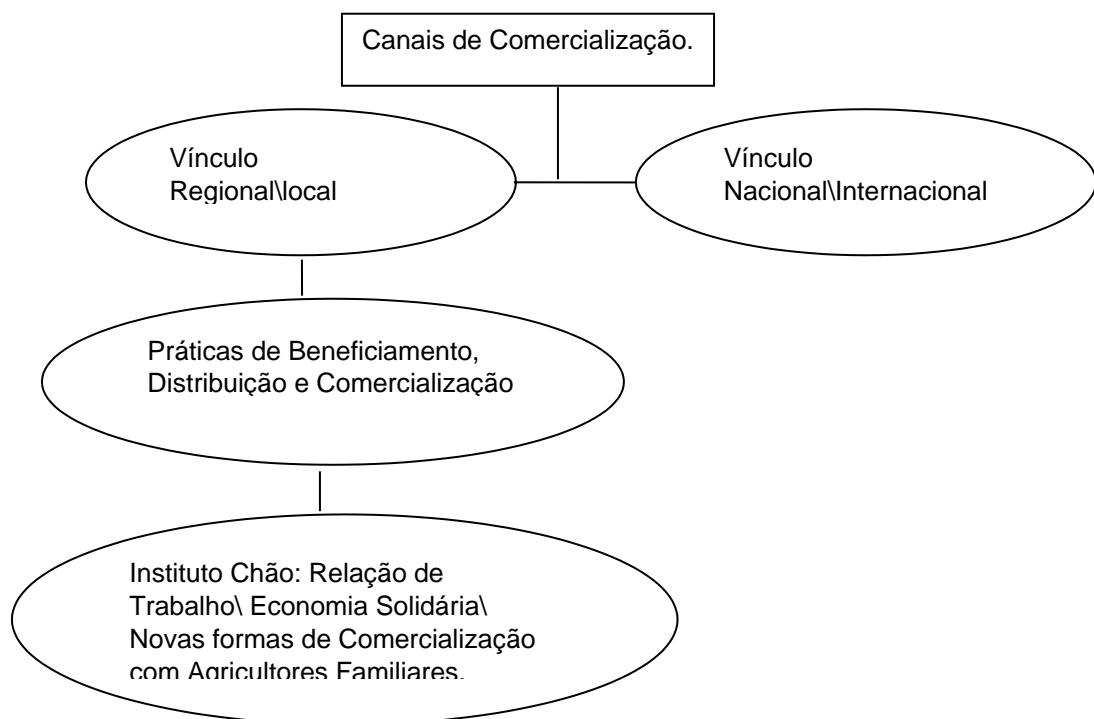
#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O principal objetivo do Instituto Chão é a valorização econômica e social dos agricultores. Em sua organização constata-se 23 funcionários (sendo todos polivalentes: trabalhando desde a limpeza até a parte fiscal e financeira). Os produtos são comprados direto do produtor como exemplo as Redes Ecovida. O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e forma um Núcleo Regional, circunscrito a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. A soma dos diferentes núcleos (nos estados do RS, SC e PR) forma a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede também possui uma coordenação composta por representantes dos estados que além da função administrativa,

também possui uma função deliberativa. Diariamente é vendida na feira uma tonelada de produtos e mais uma tonelada na mercearia. Deste modo, o debate sobre “o meu comer saudável” preocupa-se com todo sistema que contamina os alimentos, e a nova postura e escoamento em maior escala dos produtos orgânicos auxilia nessa discussão.

Com o grafo em árvore, que apresenta organização e práticas de beneficiamento, produção e comercialização do Instituto com os agricultores familiares (Figura 01), foi possível desenvolver e compreender como ocorre e desenvolve essa relação entre esses atores. Partiu-se de três modalidades: a) o funcionamento do Instituto Chão; b) as relações de trabalho e a economia solidária; e; c) novas formas de comercialização com os agricultores familiares.

**Figura 01.** Grafo em árvore com aprofundamento dos estudos em Vínculo Regional, com desmembramento do ramo práticas de beneficiamento, distribuição e comercialização.



Fonte: adaptado de OLIVEIRA (2016).

a) O funcionamento do Instituto Chão tem sua lógica definida a partir de princípios como o de soberania alimentar, na centralidade das pessoas e do fortalecimento da cadeia produtiva, que favoreça os pequenos produtores (ASSOCIADO 1, 2019). Essas parcerias de confiança e cooperação sobre transações

comerciais são analisadas em diversos estudos (BAGNASCO, 2001 e WANDERLEY, 2002). Os agricultores são historicamente mal remunerados quando comercializam com grandes varejistas, que trabalham com a padronização de formato e cor de vegetais: qualquer variação se torna um motivo para descarte do produto; o que sobra é de responsabilidade do agricultor buscar e dar conta das perdas. Ademais, estudos de Thies e Conterato (2017) analisam que as inserções dos agricultores familiares em redes de comercialização mais justa, como cooperativas ou feiras livres levam maior autonomia aos pequenos produtores, diferentemente da relação econômica com os grandes varejistas. Dessa forma, com uma rede de apoio e com uma política de parceria entre o Instituto e os Agricultores, é possível construir maior autonomia, escoamento de produtos e relação comercial mais justa e solidária (Figura 02).

**Figura 02:** Painel de informação e conscientização dos clientes.



Fonte: Arquivo Pessoal

- b) As relações de trabalho e a economia solidária: a interação entre o Instituto Chão e os Agricultores tem como prática central a construção de vínculos de trabalho mais justos, sendo realizadas visitas periódicas nas propriedades para averiguar as condições do emprego, além da observação com as condições socioeconômicas de seus fornecedores (ASSOCIADO 2, 2019). Como pontuam diversos autores (SINGER, 2002; ABRAMOVAY, 2009; CHAYNANOV, 2017), as relações de trabalho

corroboram para ações mais diretas e colaborativas, nas quais os trabalhadores participam das decisões em assembleias. A construção de relações horizontais entre o fornecedor e o revendedor, que participa desde o início da feira e insere as frutas e legumes nas prateleiras e caixas, permite maior participação social no funcionamento e na dinâmica da feira, aumenta o contato com os que frequentam, permitindo maior assimilação das relações sociais de confiança e amplia a interação entre os atores da produção, distribuição e comercialização conforme pode ser observado na Figura 03.

**Figura 03:** Mercearia e espaço de convivência.



Fonte: Arquivo Pessoal.

c) novas formas de comercialização com os agricultores familiares: o produto não tem padronização. Se houver algum problema no período da colheita e o produto sofrer variações no formato e cor, o mesmo não é descartado. A produção é realizada através de práticas, redesenho do sistema de produção de forma a não agredir o meio ambiente, e os agricultores plantam diversas frutas e hortaliças, aproveitando o terreno em várias épocas. Contudo, a pesquisa propôs-se até o momento a entrevistar os associados do Instituto Chão que tem contato permanente com os agricultores familiares, que relataram nas suas trocas comerciais os seus procedimentos e métodos de trabalho. Dessa maneira, esse processo causa um aumento significativo e diversificado da produção, sendo que os agricultores familiares não usam venenos,

sementes transgênicas e adubos químicos. O produto com procedência e qualidade asseguradas é vendido e repassado para os consumidores. A política de preços exclui o desconto financeiro, que são acordos e regras específicas, como pagamento no prazo ou fidelidade. Os preços cobrados pelos produtos vendidos no Instituto são estabelecidos pelo agricultor. Existe o acompanhamento do que é produzido, e as perdas são negociadas, havendo relações de confiança e prioridade nas compras de assentamentos rurais. (ASSOCIADO 3, 2019). Assim, esse modelo de comercialização gerou grande variabilidade e diversidade dos produtos que usam as técnicas agroecológicas, além de proporcionar rendimento para os agricultores e relações mais equânimes entre fornecedor e revendedor. Sendo assim, o projeto do Instituto tem em sua dinâmica outra forma de interação solidária, havendo transparência de todos os custos operacionais, que são expostos em quadro colocado no Instituto. Assim, constitui um ambiente mais diverso e plural (Figura 04).

**Figura 04:** Painel da Previsão de Custos Mensais.



Fonte: Arquivo Pessoal.

A diversidade produtiva define-se pela prática de cultivo das sementes crioulas que geralmente são produzidas por indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Essas variedades estão ameaçadas pelo crescimento em larga escala dos latifundiários que usam sementes transgênicas, como exemplo, soja e milho. De acordo com o depoimento do ASSOCIADO 3 (2019), constata-se uma grande variedade de horticultura nas produções devido à conscientização dos agricultores familiares pela introdução de práticas agroecológicas no cultivo, que amplia, no seu território, a plantação de uma grande variedade de legumes, frutas e verduras. Assim, a feira gera um espaço vital para o escoamento dessa produção, além de permitir uma reconexão do rural ao urbano, e ainda contribuir para melhorias socioeconômicas dos agricultores. Portanto, o agricultor familiar realiza o cultivo de uma grande diversidade produtiva e não fica restrito apenas a um único plantio (Figura 05).

**Figura 05:** Espaço de venda dos produtos orgânicos do Instituto Chão.



Fonte: Arquivo Pessoal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente trabalho é possível verificar que a rede de comercialização entre o Instituto Chão e os agricultores familiares contribui para o fortalecimento da própria cadeia produtiva. O produto comprado dos agricultores e revendido pelo Instituto na

feira é negociado com a retirada dos descontos. Além disso, os preços são estipulados pelos produtores permitindo que os fornecedores possam adentrar no mercado, antes restrito às exigências dos grandes varejistas. Esse comércio também estimula ações apropriadas para a pequena produção familiar, desenvolve métodos que respeita o meio ambiente e as relações de trabalho mais solidárias. Portanto, contribui para que os agricultores que sobrevivem da agricultura possam ter renda para investir na propriedade.

Deste modo, o trabalho comprehende-se como uma importante ação empreendedora através de uma feira que proporciona aos agricultores familiares a venda dos seus produtos. Sendo assim, o Instituto Chão descreve-se como um local que fortalece a agricultura familiar, devido à prioridade de compra de produtos do MST (exemplo: Arroz), e nas suas relações comerciais com os agricultores utilizando os princípios da Economia Solidária. Desta forma, os agricultores familiares apresentam práticas de beneficiamento, fortalecimento da cadeia produtiva e relações de trabalho mais justas e equânimes. Com isso, a relação entre agricultores familiares e o Instituto é percebida pelas interações com a prática de comércio justo, além de valorização do produto rural, geração de renda para o agricultor e possibilidade de investimento na sua propriedade, que o possibilite ter autonomia e ampliação do que será cultivado.

Ademais, o trabalho permite novas indagações sobre o tema, pois são relações comerciais ainda em construção e experimentação. Assim, o instituto é uma associação que sobrevive de doações, não estipula preços dos produtos, não aplica descontos financeiros, permite relações de confiança e geração de renda para os agricultores. Os limites da pesquisa se aplicam a quantidade de entrevistados e ao propósito da temática atual, que são as informações dos associados que trabalham no Instituto. Assim, o presente trabalho estimula futuros estudos por meio de entrevistas com os agricultores familiares, abordando a questão da melhoria da renda, a qualidade do ambiente, qualidade do trabalho, das relações sociais e do alimento em si.

## AGRADECIMENTOS

Instituto Chão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista Nera.(16): 22- 32, 2010.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3a ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2001.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro. Texto para Discussão do IPEA, nº702, 2000
- ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALVES, M, O. Instituto Chão: Modelo de Negócio Sustentável e Percepção do Consumidor. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica. ConicSemesp, 2016.
- ASSOCIADO. Entrevista 1 [maio.2019]. Entrevistador: Eduardo Figueiredo. São Paulo, 2019. 1 arquivo. Mp3 (60 minutos)
- BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001. 374 p.
- BERDEGUÉ, J. A., FUENTEALBA, R. Latin America: *The state of smallholders in agriculture*. Paper presented at the IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture. Roma-Itália. 24-25 de janeiro, 2011.
- BRUNORI, G; ROSSI, A; MALANDRIN, V. *Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-base Purchase Groups (GAS) in Toscana, Italy*. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, Cardiff, p.28-53, 2010.
- CHAYANOV, A. A teoria das cooperativas camponesas. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. Revista Brasileira de Agroecologia, v.1, n.1, p.87-90, 2009.
- CARPENTER, O. RIECHMANN, J. *Pensar la transición: enseñanzas y estrategias económico- ecológicas*. SEMIMONOGRÁFICO. PENSAR LA TRANSICIÓN(I), 2013
- CAUMO, A. J.; STADUTO, J. A. R. Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe),v. 12, n. 2, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2346/2200>>. Acesso em: 12\02\2019
- CAVALCANTE, Fabiana Nascimento Santos; SILVA, Domingos Severino. Grafos e suas Aplicações. TCC apresentado ao Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus São Paulo, 2009.

COELHO, Sandra Lima (2011), "O Comércio Justo como forma de consumo responsável", in Hernâni Veloso e Sandra Lima Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*, Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 99-111.

COELHO, Sandra Lima. Justice in business and the moral choices of consumption: the case of Fair Trade consumers. *Sociologia*, Porto, n. tematico5, p. 15-40, Dec. 2015 .Available from <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-34192015000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Dec. 2019.

FRANÇA, Cassio Luiz de. (Org.). *Comércio ético e solidário no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, 2007. 144 p.

GAIGER, L. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Revista Sociedade e Estado*. 21(2) 513-544, 2006.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*. N. 79, PP. 43-63, Lisboa, 2015

GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 653 p. 2007.

LUNEDO, Andrea Carla Bordignon, Piccini, Ruberlan Bilha Alex de Souza, Alexandre Carvalho, Carlos Eduardo Santos Junior, Silvio, A Rede de Formação como um para Alternative o Desenvolvimento Regional. *Desenvolvimento em Questão* [online] 2018, 16 (Outubro-Dezembro): [Acessado em: 28 de fevereiro de 2019]

MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos- -filosóficos (complexidade e libertação)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MIDORI, C. *Compras coletivas e a Construção de Novas Relações entre Consumidores e Produtores: a Experiência do Grupo Trocas Verdes*, Campinas-SP. *Revista Brasileira de Agroecologia*. V.4, nº2, 2009.

MIOR, L. C. *Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial*. In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL*, Florianópolis, 2007. anais. Disponível em: [http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo\\_Coloquio\\_%20-\\_Mior.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf). Acessoem: 12 dez. 2008.

MIRA, P. M.; IUNES, C. S.; RAMOS FILHO, L. O.; NEVES, M. C.; QUEIROGA, J. L. de. Consumo responsável e economia solidária como estratégia de comercialização para agricultura familiar. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 2, dez. 2018. Edição dos Anais do 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estud. av., São Paulo , v. 15, n. 43, p. 83-100, Dec. 2001 . Availablefrom<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso)>. accesson 09 Aug. 2019.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 47., 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/49.pdf>>. Acesso em: 28 fevereiro de 2019

NICHOLLS, Alex; OPAL, Charlotte, *Fair Trade: Market-Driven Ethical Consumption*, London, Sage Publications.2005

OLIVEIRA, L. P. de; NEVES, M. C.; RAMOS FILHO, L. O.; ROQUE, A. de A.; RAMOS, M. S. T.

A. S.; QUEIROGA, J. L. de. Canais de comercialização da produção de um assentamento rural em transição agroecológica. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 8., 2017, Campinas. Anais... Campinas: FEAGRI/Unicamp, 2017.

PETERSEN, P. Editorial. Revista Agriculturas, v.10, p.1, 2013.

PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

PLOEG, J. D. *El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización*.In: GUZMAN, E. S. (Ed.). Ecología, campesinato y historia. Madrid: LasEdiciones de La Piqueta, 1992.

PLOEG, Jan Van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

THIES, V., & CONTERATO, M. Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 7(1), 51-74, 2017.

TROCAS VERDES. Grupos de Consumo Organizado de Barão Geraldo, Campinas- SP, c2019. Página inicial. Disponível em: [www.trocasverdes.org/blog/](http://www.trocasverdes.org/blog/). Acesso em: 20 de novembro de 2019.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5 ed. São Paulo: FGV Editora, 2002. 260 p

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). V.15, N.43, São Paulo. 2001.

RETING, H; MARSDEN, T. K; BANKS, J. *Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development*.In: Environment And Planning. Londres, 2003. p. 393-411.

RODRIGUES, D, A. Osnovos investimentos no Brasil- Aspectos setoriais e regionais.- Revista do BNDES, nº9, 2004.

ROSEMEYER, M. *The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices*.Boca Raton: CRC; London: Taylor & Francis, 310 p, 2010.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento Includente, Sustentável Sustentado. Rio de Janeiro. Garamond. 2008.

SABORIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, F, P, MARTINS, L, C. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.2, p. 469-483, abril-jun, 2012.

SCHEJTMAN, Alexander y BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural. Centro Latino Americano para o Desarrollo Rural*, 2004, 54 p. (Caderno Debates y Temas Rurales n. 1).

SCHNEIDER, S.;FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina.Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. SINGER, P. Introdução á Economia Solidária. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SOUZA, P. F. Economia solidária: outro caminho é possível? Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat –Taquara\RS, v.15, n.1, jan\junh. 2018

SOUZA, M. S. Desafios Da Construção De Mercados De Orgânicos Frente Às Transformações Do Varejo Alimentar: Reflexões A Partir Da Sociologia Econômica. Em. 46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

STAR, A. *Local Food: A Social Movement?Cultural Studies Critical Methodologies*, v.10, n.6, p.479- 490, 2010.

URANI, André. Construção de mercados e combate à desigualdade. In Reformas no Brasil: balanço e agenda. GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José G.; URANI, André (Orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 505-526.

VERONESE, M. V. Subjetividade, Trabalho e Economia Solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 153-167. 2009.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável. O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

VIEIRA, F. M. Coerência e Aderência da Economia Solidária. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, 2005

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado. Sociedade e Estado, Brasília (DF), v. 17, n. 1, p. 15-38, 2002.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. 213 p.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2042/2424>. Acesso em: 10 dez. 2018.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos/ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

# CAPÍTULO 18

## DISCLOSURE SOCIOAMBIENTAL CONFORME AS ORIENTAÇÕES DA NBCT – 15: UM ESTUDO REALIZADO NAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL.

### **Ana Paula Ferreira da Silva**

Graduada em Ciências Contábeis e Mestre em Administração pela UFPE.

Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e do Centro Universitário Faculdade Boa Viagem (UNIFBV).

Endereço: Rua João Fernandes Vieira, 149, apto 201C, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50.050-245. Telefone: (81) 99818-4208.

E-mail: anapafesilva@hotmail.com

### **Conceição de Moura Diniz Teixeira**

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Catarina, Graduação em psicologia pela faculdade Maurício de Nassau, MBA em Gestão de pessoas pela Universidade de Pernambuco.

Endereço: Rua Santo Antônio, 97, Torre 3, apto 201, Green Villagem, Aurora, Paulista/PE, CEP: 53.401-040. Telefone: (81) 99735-3476.

E-mail: Cm.teixeir@gmail.com

### **Jairo Pereira**

Graduado em Administração pela Faculdade de Administração, Especialização em Recursos Humanos pela Faculdade Brasileira de Recursos Humanos),

Especialização em Psicologia Organizacional pela Faculdade Brasileira de Recursos Humanos, Mestre em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo.

Endereço: Rua Anália Dolacio Albino, 385. Parque Maria Helena, São Paulo/SP, CEP: 05.854-020. Telefone: (11) 98284-3186.

E-mail: jairopbr@gmail.com

**RESUMO:** As organizações públicas ou privadas possuem a obrigação econômica e social de demonstrarem como é sustentada a sua relação com a sociedade, bem como com o meio ambiente. Elas precisam evidenciar os impactos positivos e negativos gerados pela sua interação com os funcionários, clientes e o meio ambiente. O objetivo principal deste trabalho foi investigar quais são as informações socioambientais, demonstradas nos relatórios publicados pelas maiores empresas de capital aberto, com base no critério valor de mercado, e que estão seguindo às recomendações da NBCT - 15 – informações de Natureza Social e Ambiental. Durante o estudo foram analisados os relatórios de 62 (sessenta e duas) de companhias, obtidos através do sítio institucional da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os achados da pesquisa revelaram que: a) nenhuma empresa pesquisada publicou qualquer demonstração contábil denominada como Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA); b) sessenta e três por cento das empresas estudadas não evidenciam o nome do responsável pelas informações de natureza sócio-ambiental conforme recomenda a NBCT-15. Com relação às informações de cunho negativo, os achados revelaram que 05 (cinco) dos 12 (doze)

indicadores de cunho negativo proposto pela NBCT – 15 só foram evidenciados por uma única organização, sendo três deles voltados para o meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVES:** *Disclosure; Informações Socioambientais; Empresas de Capital aberto; Norma Brasileira de Contabilidade 15.*

**ABSTRACT:** The public and private organizations have the obligation to demonstrate economic and social as it is sustained their relationship with society and the environment. They need to highlight the positive and negative impacts generated by their interaction employees, customers and the environment. The main objective of this work is to investigate what are the environmental information, as demonstrated in reports published by major publicly traded companies, and are based on market value is following the recommendations of the NBCT - 15 - information for Social and Environmental. During the study reports were analyzed in 62 (sixty-two) companies, obtained through the institutional site of the Mobiliary Values Comission (CVM- Comissão de Valores Mobiliário). The research findings revealed that: a) no company Research published a financial statement called the Statement of Information Nature of Social and Environmental Information (Dins), b) sixty-three percent of the companies studied did not reveal the name of the person responsible for the information socio-environmental as recommended by the NBCT-15. Regarding the negative slant of information, the findings showed that 05 (five) of 12 (twelve) indicators proposed by the negative slant NBCT - only 15 were detected by a single organization, three of them facing the environment.

**KEYWORDS:** Disclosure; Social and Environmental Information; Public Companies; Brazilian Accounting Standard 15.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a função de registrar os atos praticados pela empresa, a contabilidade divulga-los de forma reduzida, por meio de demonstrativos publicados nos mais diversos meios de comunicação. Para realizar de forma apropriada as evidenciações desses registros a contabilidade utiliza: notas de rodapé ou explicativas; as demonstrações contábeis; informações entre parênteses; quadros demonstrativos suplementares; comentários do auditor; relatório da administração ou da diretoria; relatórios gerenciais, chegando também a fazer uso de recursos ilustrativos.

A contabilidade socioambiental é uma ramificação da contabilidade que surgem objetivando auxiliares os gestores de organizações, cujas atividades geram ou possam a vir gerar danos à sociedade e ao meio ambiente. Sobre esse papel dado à contabilidade sócio-ambiental, Souza e Ribeiro (2004, p.56) comentam que “cabe a ela a elaboração e fornecimento de informações aos usuários internos e externos sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial da entidade”.

Para Goulard (2003, p.30), disclosure ou evidenciação “pode ser definido como a divulgação por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação.” Segundo Freitas e Strassburg (2006, p.9):

As informações podem comprometer a empresa também devem ser evidenciadas, juntamente com a programação detalhada de como irá ser reverter essa situação. Neste contexto se encaixam bem as questões ambientais, pois geralmente o que é evidenciado se refere ao que foi gasto e não o que se ocasionou a sua realização.

Com base no exposto no texto acima fica claro que o disclosure socioambiental bem como as ações desenvolvidas pela empresa em prol da sustentabilidade socioambiental, como também, em caso de ações de cunho negativo que porventura a companhia possa desenvolver em determinado momento. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou, em 2004, a Resolução CFC nº 1.003, aprovando a Norma Brasileira de Contabilidade número 15. Esta resolução estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades.

De acordo com Ribeiro (2005), as informações ambientais são evidenciadas, separadamente na estrutura tradicional do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, mediante contas de natureza ambiental, com citações no Relatório da

Diretoria e em Notas Explicativas. Por outro lado, Paiva (2003) afirma que “foram criadas algumas formas para divulgação do Balanço Social, Eco balanço, Demonstrações Alternativas, Quadros Suplementares, entre outros”.

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar quais são as informações socioambientais demonstradas nos relatórios publicados, referente ao exercício de 2010 pelas maiores empresas de valor de mercado conforme classificação da Revista Exame edição Maiores e Melhores Empresas de 2009. De acordo com Cruz e Uirá Ribeiro (2004, p.82) “os objetivos específicos explicitarão os detalhes e serão um desdobramento do objetivo geral”. Portanto, os objetivos específicos deste estudo são: a) Investigar através da análise da literatura, formas de evidenciação dos investimentos socioambientais realizados por empresas brasileiras; b) Categorizar a evidenciação social destas empresas segundo um checklist, baseado na NBCT – 15; c) Identificar as informações de cunho negativo evidenciadas pelas maiores empresas de valor de mercado.

Para as organizações manterem-se inseridas no novo contexto empresarial é importante que seus interesses econômicos estejam ligados à sua responsabilidade social. A fim de manter a chamada sustentabilidade organizacional, garantindo pessoas capacitadas, clientes potenciais e recursos naturais renováveis. Esse estudo é relevante pelo fato de não existir uma legislação específica a nível federal que obrigue as empresas, a nível federal, a elaborarem e publicarem suas práticas socioambientais.

Apesar disso, o Conselho Federal de Contabilidade através da NBCT-15 estabeleceu as informações que as companhias devem divulgar nos seus relatórios, cabendo ao profissional de contabilidade a responsabilidade civil pela divulgação dessas informações. Portanto, se faz necessário estudar se as empresas de capital aberto estão publicando as informações de caráter sócio-ambiental conforme orientações da NBCT – 15. Além disso, esta investigação justifica-se por ser fonte de pesquisa para outros estudos que busquem verificar formas de demonstrar as práticas sócio-ambientais, através de peças elaboradas pela contabilidade.

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que na hora de se pensar em evidenciação três perguntas devem ser respondidas: 1) a quem deve ser divulgada as informações? 2) qual finalidade da informação? e 3) quanta informação deve ser divulgada? Além disso, quando se pensa em evidenciação das informações, segundo o conselho Federal de Contabilidade em sua resolução 1.121/08, deve ser levada em

consideração a questão dos seguintes atributos: da comparabilidade, da comprehensibilidade, da relevância e da confiabilidade que as informações contábeis geram no processo das tomadas de decisão.

## 2. DISCLOSURE SÓCIO-AMBIENTAL: RAZÕES E FORMAS

A Contabilidade é uma área das ciências sociais aplicadas que tem a responsabilidade de registrar e gerar um grande banco de dados e informações úteis ao processo de gerenciamento e tomada de decisão dentro das organizações. As informações geradas pela contabilidade são demonstradas, ou seja, evidenciadas através das demonstrações contábeis para os diversos usuários da contabilidade ou através de relatórios gerenciais. Há preocupação por parte dos contabilistas, nas diversas áreas contábeis, em evidenciar de forma fidedigna, através de relatórios e demonstrativos próprios, as operações da empresa, tanto internas como externas, com o propósito de ajudar os gestores a tomar decisões baseadas em fatos reais das operações da empresa. Por isso, com o passar do tempo e em razão das exigências de diversos usuários da contabilidade que precisavam de informações sócio-ambientais, a contabilidade também passou a elaborar informações em caráter sócio-ambiental, direta ou indiretamente relacionadas aos negócios das empresas.

Segundo Parsa e Kouhy (2001), as empresas passaram a demonstrar informações sociais através dos seus relatórios com o objetivo de promover informações sobre suas atividades, visando legitimar seus comportamentos e ações, bem como, projetar seus valores e suas ideias aos usuários externos da empresa, no caso a comunidade. Por isso, por meio das informações de caráter econômico, financeiro, patrimonial e social, as empresas apresentam o diferencial aos seus diversos usuários, para que assim os mesmos possam analisar acompanhar, o desempenho e o comportamento da organização durante os anos.

Estes usuários podem identificar ações sociais que mostram o papel da empresa como agente participativo e preocupado com a evolução de todos os elementos da sociedade. Porém, “é factível que parcela considerável de gestores possa demonstrar resistências diante da perspectiva da divulgação de indicadores que sugerem franquezas organizacionais” (MAZZIONI; TINOCO, 2005, p.15). Sobre a evidenciação, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (apud LEONARDO, 2003, p.23), manifesta sua opinião afirmando que:

As empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas, devem ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros suplementares.

Como já foi dito antes, a fim de as empresas evidenciarem, ou seja, demonstrarem a sociedade informações sociais que sejam inerentes às suas práticas de negócio, elas podem utilizar-se de relatórios de administração (RA), notas explicativas (NE), balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE). Além desses, existe o balanço social (BS) e a demonstração do valor adicionado (DVA), que são demonstrativos contábeis adicionais específicos para evidenciar tais informações.

### **3. NORMA TÉCNICA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE 15: OBJETIVO, RESPONSABILIDADE E ESTRUTURA INFORMATIVA**

As normas brasileiras de contabilidade têm como função básica orientar e direcionar os profissionais de contabilidade em como eles devem evidenciar as informações, fruto das operações que traduzem a real situação da empresa. Para tanto, o Conselho Federal de Contabilidade através da NBCT-15 passarou a orientar as empresas e os profissionais de contabilidade a respeito da forma eles devem divulgar as informações sócio-ambientais, instituindo as demonstrações destas informações as quais devem ser apresentadas juntamente com as informações do exercício anterior, ou seja, apresentar as informações do ano do encerramento presente juntamente com as do ano anterior, permitindo a comparabilidade entre elas. As características dessas demonstrações de informações de natureza sócio-ambiental, são melhor descritas a seguir e no Quadro 01.

São de responsabilidade do Profissional de contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, as informações contábeis de caráter socioambiental. Já as informações que não tiverem caráter contábil, ou seja, as qualitativas, onde o contador necessitará da interação com outros especialistas para organizar controles e critérios de seleção, bem como verificar a integridade dessas informações, terão a responsabilidade civil compartilhada entre o especialista que auxiliar o profissional de contabilidade. Esse especialista geralmente é um administrador (CFC, 2004).

A NBCT-15 ao estabelecer quais são as informações que devem ser divulgadas de caráter sócio-ambiental entende que essas informações devem ser complementares às demonstrações contábeis não se confundindo com as chamadas notas explicativas. Mesmo que a empresa divulgue as informações de natureza socioambiental nas notas explicativas ou no relatório da administração ou em qualquer outro relatório contábil, se faz necessário também divulgá-lá em outro demonstrativo cujo nome precisa ser Demonstração da Natureza Social e Ambiental (DINSA). Esta norma não chega a estabelecer que as informações ambientais sejam provenientes apenas da contabilidade, ou seja, é possível se obter informações provenientes de outras áreas, de outras fontes, facilitando assim não só a utilização de dados financeiros, como também as diversas informações relacionadas aos colaboradores, meio ambiente e sociedade.

O fato das empresas não terem que limitar ao uso dos dados contábeis para mostrar suas ações socioambientais, proporciona às empresas liberdade sobre como vai divulgar as informações de caráter ambiental. Em outras palavras, a NBCT-15 deixa em aberto quais são as ferramentas de *disclosure* que serão utilizadas pelas empresas para evidenciar sua gestão de responsabilidade socioambiental. A mensuração de valores monetários ainda vai ser usada para evidenciação dessas informações socioambientais, porém, nem todas as informações de caráter socioambiental devem ser limitadas ao acompanhamento de valores monetários.

A NBCT-15 diz que além das informações contidas no quadro 01, a empresa também poderá acrescentar ou detalhar outras informações tanto quanto ela mesma julgar relevantes essas informações. Apesar de não se dispor de forma explícita, o detalhamento ao qual a norma se refere, pode ser entendido como uma posição, pode ser necessário a utilização de notas explicativas e de quadros de indicadores do balanço social a serem evidenciados a fim de fortalecer e esclarecer as informações divulgadas de caráter sócio-ambiental.

Quadro 01 – Informações a serem divulgadas na Demonstração de Natureza Social e Ambiental.

<b>TIPO DE INFORMAÇÃO</b>	<b>INFORMAÇÃO A SER EVIDENCIADA</b>
Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a demonstração do valor adicionado.
Recursos Humanos	Quadro de funcionários. Nesse grupo de informações devem constar benefícios, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da entidade. Em outras

	palavras informações positivas e também informações negativas.
Interação com o meio externo	Neste item a empresa deve informar como se dá a relação da empresa com a comunidade, bem como com os clientes e os fornecedores incluindo neste caso, incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o meio ambiente	Devem ser evidenciadas as seguintes informações: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elaborada com base na NBCT-15.

#### 4. METODOLOGIA

O método utilizado neste estudo foi o indutivo, o qual permite a generalização derivada de observações de casos particulares, ou seja, com base na análise dos relatórios das maiores companhias de capital aberto, será possível generalizar os achados para as maiores companhias de capital aberto de valor de mercado. Como na classificação proposta por Beuren *et al* (2008) este estudo é classificado quanto: **a) Aos objetivos:** uma pesquisa exploratória, descritiva, visando demonstrar quais são os indicadores sócio-ambientais previstos na NBCT-15 que foram utilizados pelas maiores empresas de capital aberto no Brasil entre 2007 e 2009; **b) Aos procedimentos:** uma pesquisa documental, pois, o estudo utilizou como fonte de dados primários, os relatórios anuais das maiores empresas de capital aberto, que servem como base numa avaliação de mercado; **c) A abordagem:** um estudo quantitativo. É quantitativa por procurar identificar quais e quantas são as informações previstas pela NBTC-15, que são utilizadas para evidenciar a responsabilidade sócio-ambiental das maiores empresas de capital aberto, com base no critério de valor do mercado.

O levantamento de dados primário foi feito levando-se em consideração a lista das 100 maiores empresas de capital aberto, considerando o critério o valor de mercado, publicadas pela Revista Exame nos anos de 2007, 2008 e 2009. Destas

foram escolhidas 72 empresas que se fizeram presente nesta lista pelos 03(três) anos consecutivos, compondo assim a amostra convidada a participar, dentro da população das 100 maiores do Brasil neste período. Destas 72 empresas, só foi possível ter acesso aos relatórios de 65 (sessenta e cinco) delas através do sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já que 07 (sete) empresas estavam com pendencias com a CVM. A tabela 01 demonstra que aproximadamente 30% das companhias participantes da pesquisa é o setor elétrico, seguidas de empresas do setor de serviços, bancos, bens de consumo, e outros setores de menor expressão neste conjunto.

Tabela 01 – Atividade econômica das empresas estudas.

Atividade	ocor.	%	Atividade	ocor.	%
Energia	18	27,7	Diversos	3	4,6
Serviços	6	9,2	Papel Celulose	2	3,1
Banco	5	7,7	Química e Petroquímica	2	3,1
Bens de Consumo	5	7,7	Seguros	1	1,5
Telecomunicação	5	7,7	Mineração	1	1,5
Transporte	4	6,2	Produção Agro pecuária	1	1,5
Varejo	4	6,2	Bens de Capital	1	1,5
Indústria da Construção	3	4,6	Eletrodoméstico	1	1,5
Siderurgia e Metalugia	3	4,6	<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa documental

A fim de padronizar os dados obtidos nos relatórios das companhias desta amostra foi elaborado um formulário de coleta de dados documentais, cuja estrutura teve como base as orientações dadas pela norma técnica brasileira de contabilidade número 15. O primeiro grupo de perguntas do instrumento de coleta de dados foi para caracterização da empresa, O segundo grupo destinou coletar as informações sobre os responsáveis pelas informações técnicas e informações contábeis de cunho sócio ambiental. O terceiro grupo procurou os indicadores utilizados para demonstrar a relação das organizações estudas com seus colaboradores, evidenciando-se o valor gasto com remuneração e com as áreas de investimentos voltados para os colaboradores.

O quarto grupo de informações coletadas foi voltado para investigar a relação da organização com a sociedade de uma maneira geral, como por exemplo, o fato de existir projetos relacionados com a cultura e a educação, além disso, esse grupo de perguntas evidencia as relações da companhia com seus respectivos clientes e o

grupo sete evidencia as informações referentes à geração de riqueza ou de valor adicionado. O último grupo de perguntas está relacionado a identificar se alguma organização elaborou o demonstrativo denominado de a Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental (DINSA).

Em seguida todo formulário foi revisto, preenchido, tabulado com a ajuda do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 16,0, o qual possibilitou o cruzamento de dados. Kerlinger (1980, p. 353), define o processo de análise como “a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Este pacote estatístico possibilitou uma padronização na construção de tabelas e gráficos, tais como tabelas de freqüência, elaboração de tabelas comparativas, com cruzamento de dados e variáveis, de onde foi possível se obter informações relevantes para as análises de dados, as quais estão apresentadas no capítulo seguinte.

## 5. RESULTADOS DO ESTUDO EMPÍRICO

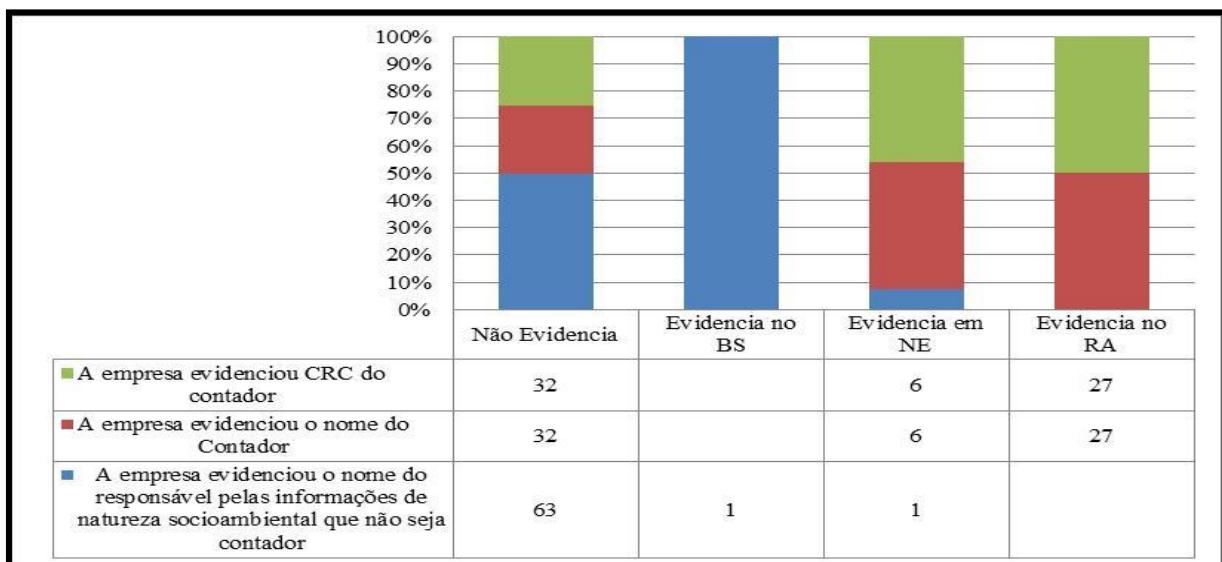
### 5.1 RESPONSABILIDADES CIVIL DO CONTADOR (NBCT-15)

Ao longo da pesquisa buscou-se verificar se as empresas investigadas, ou seja, as 65 empresas de capital aberto com base no valor de mercado nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 ao mesmo tempo, evidenciavam nos seus relatórios, dados sobre o responsável pelas informações de natureza socioambiental, que não fossem o contador. Sobre esse fato, os achados da pesquisa revelaram que apenas duas empresas evidenciaram o nome do responsável técnico pelas informações de natureza socioambiental, que não fosse o contador, uma organização evidenciou a informação no Balanço Social e a outra evidenciou a informação sobre este profissional nas Notas Explicativas (Vide gráfico 01).

O gráfico 01 que as informações estão ligadas a responsabilidade civil do profissional de contabilidade mostra, que a maioria das empresas estudas não utilizam as demonstrações contábeis citadas na literatura (balanço sócia, relatório da administração, relatórios de responsabilidade socioambiental e notas explicativas), para demonstrar suas informações de natureza socioambiental. Ao analisar as empresas pesquisadas, verificou-se que 32 das 65 empresas investigadas, aproximadamente 50 %, não evidenciação do nome do contador, bem como o número do seu registro profissional do mesmo nos demonstrativos utilizados para evidenciar as informações de natureza socioambiental. As empresas que chegaram a evidenciar somam 63 %, ou seja, pouco mais de 50 % das que evidenciaram são a maior parte.

Podemos observar claramente, que 27 % das 33 que evidenciaram no relatório da administração e seis evidenciaram o nome e o registro do contador em Notas Explicativas. Esse achado chama atenção, pois a NBCT- 15 orienta que as informações da natureza socioambiental venham acompanhadas do nome do profissional de contabilidade, bem como do seu registro, responsabilizando-o pelas informações contidas nestes demonstrativos, além disso, como o nome do responsável técnico que não seja contador pelas informações contidas nos relatórios de natureza socioambiental e pelas informações que não são de cunho contábil.

Gráfico 01 –Responsabilidade Civil do Contador e do Responsável Técnico.



Fonte: Pesquisa documental.

## 5.2 INFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAL DE CUNHO NEGATIVO

A NBCT-15 aconselha que as empresas evidenciem informações sociais de cunho negativo, de caráter negativo, ações e atividades que poderiam melhor ter tido melhores desempenho. A pesquisa buscou verificar junto às empresas pesquisadas, quais os indicadores de cunho negativo que foram evidenciados por tais instituições. Os achados da pesquisa demonstraram que 98,5% das empresas estudadas não evidenciaram os seguintes indicadores: número de processos trabalhistas julgados improcedentes; montante de multas e indenizações a clientes, a órgãos de proteção e defesa do consumidor ou à justiça; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a empresa; valor das multas e das indenizações relativas a questões ambientais, determinadas administrativa e/ou judicialmente, bem como, passivo e contingência ambientais (Tabela 02). Esses

achados chamam atenção pelo fato de que apenas 05 (cinco) dos 12 (doze) indicadores de cunho negativo proposto pela NBCT – 15, foram explicitados por apenas uma única empresa.

Os indicadores negativos mais evidenciados, por cerca 20 % das organizações pesquisadas, foram as reclamações recebidas de clientes por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; e o número de reclamações recebidas pela justiça, justamente ligadas aos consumidores.

Tabela 02 – Indicadores de natureza socioambiental de cunho negativo.

<b>Indicadores de cunho negativo propostos pelas regulamentações</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Número de reclamações recebidas de clientes por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.	13	20,0
Número de reclamações de recebidas por meio da Justiça.	13	20,0
Número de reclamações recebidas de clientes recebidas diretamente na empresa.	12	18,5
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa.	10	15,4
Número de reclamações de cliente atendidas em cada instância.	10	15,4
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	6	9,2
Número de processos trabalhistas julgados procedentes.	2	3,1
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	1	1,5
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça.	1	1,5
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a empresa.	1	1,5
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	1	1,5
Passivos e contingências ambientais.	1	1,5

Fonte: Pesquisa documental.

### 5.3 INFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS VOLTADAS PARA OS COLABORADORES

Ao longo da pesquisa documental procurou-se investigar: quais eram os indicadores sociais voltados para demonstrar a remuneração e os benefícios destinados aos colaboradores, conforme orientação dada pela NBCT-15. Os resultados referentes a esse questionamento evidenciam que o indicador: remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, não foram explicitados por 95,4 % das empresas pesquisadas. Em segundo lugar vêm os gastos com transportes, os quais não foram demonstrados por 90,8 % das empresas. Ainda com relação aos indicadores de remuneração e

benefícios destinados aos colaboradores, conforme demonstrado na tabela 03, o indicador mais presente nos relatórios analisados foi o gasto com encargos sociais, demonstrados por aproximadamente 70 % das empresas, seguidos dos seguintes indicadores: participação nos lucros ou resultados, gastos com previdência privada e gastos com alimentação.

Tabela 03 – Indicadores sociais voltados para demonstrar a remuneração e os benefícios destinados aos colaboradores conforme NBTC-15.

<b>Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados administradores terceirizados e autônomos</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Gastos com encargos sociais	45	69,2
Participação nos lucros ou resultados	37	56,9
Gastos com previdência privada	31	47,7
Gastos com alimentação	24	36,9
Gastos com saúde	22	33,8
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	21	32,3
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	20	30,8
Gastos com creches ou auxílios-creche	19	29,2
Gastos segurança e medicina do trabalho	18	27,7
Relação entre a maior e menos remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores.	16	24,6
Gastos com cultura	16	24,6
Gastos com transporte	6	9,2
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos.	3	4,6

Fonte: Pesquisa documental.

Aos indicadores voltados para demonstrar a relação das organizações e seus colaboradores, segundo a orientação da NBCT – 15, notam-se conforme a Tabela 04 (quatro), que as organizações tiveram receio de evidenciar o total do indicador demissão durante o período, bem como, o total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados, pois esses dois indicadores não foram evidenciados por 96,9 % das empresas pesquisadas.

Tabela 04 – Indicadores sociais voltados para demonstrar a relação das organizações com os colaboradores conforme a NBCT-15.

<b>Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos:</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Total de empregados no final do exercício	27	41,5
Total de estagiários no final do exercício	20	30,8

Total de admissões	20	30,8
Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	19	29,2
Total de empregados por sexo	19	29,2
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	19	29,2
Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	18	27,7
total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menos de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos	18	27,7
Total de demissões	2	3,1
Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados.	2	3,1

Fonte: Pesquisa documental.

Todavia, o total de empregados no final do período foi o indicador mais evidenciado chegando a pouco mais de 40 % das empresas, seguido do total de estagiários e do total de admissões, que chegaram a pouco mais de 30 % das empresas pesquisadas.

#### 5.4 INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAL VOLTADAS PARA O MEIO EXTERNO

A Tabela 05 (cinco) demonstra os principais indicadores sociais voltados para as relações das organizações com a sociedade, conforme as orientações da NBCT – 15. Os achados da pesquisa evidenciam que os indicadores: Alimentação, saúde e saneamento, foram os menos citados pelas empresas pesquisadas com índices de 95,4 % e 89,2 %, de não utilização pelas empresas pesquisadas. Já o indicador cultura e educação, exceto os projetos de educação ambiental, foram citados por aproximadamente 33,3 % e 29,2 % das empresas respectivamente, mostrando a preocupação das mesmas em demonstrar as suas ações de responsabilidade social voltadas a projetos com a sociedade, ligados a educação e a cultura.

Tabela 05 - Indicadores sociais voltados para a sociedade previsto pela NBCT-15.

<b>Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária.	21	32,3
Educação, exceto a de caráter ambiental.	19	29,2
Alimentação	16	24,6
Saúde e saneamento	7	10,8
Cultura	3	4,6

Fonte: Pesquisa documental

As organizações devem evidenciar a sua relação com a sociedade demonstrando o quanto se investe em ações para benefícios da sociedade, bem como a sua relação com os clientes. A Tabela 06 (seis) apresenta quais são os principais indicadores não utilizados para demonstrar a relação das organizações com os clientes conforme a NBCT- 15.

Tabela 06 – Indicadores sociais voltados para demonstrar a relação da organização com os clientes previstos na NBCT-15.

<b>Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados.</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	13	20,0
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	12	18,5
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	12	18,5
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada	10	15,4
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	2	3,1
Montantes de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	1	1,5

Fonte: Pesquisa documental.

Os achados revelaram que o indicador dos montantes de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça, foi o menos demonstrado chegando a 98,5% de ausência, ou seja, o nível de menor evidenciação. Todavia os indicadores de números de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e o número de reclamações recebidas por meio da Justiça foram demonstrados por aproximadamente 20% das empresas pesquisadas conforme a NBCT-15.

##### **5.5 INFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE**

Uma das preocupações da sociedade atual é a questão da gestão ambiental. As empresas devem garantir a sustentabilidade de recursos ambientais renováveis para seu funcionamento, bem como, a garantia do bem estar da sociedade. A Tabela 07 (sete) demonstra os principais indicadores ambientais orientados pela NBCT – 15 que foram divulgados pelas organizações.

Nenhuma das empresas pesquisadas evidenciou o indicador Passivos e Contingências Ambientais. Este indicador se caracteriza por evidenciar as obrigações ambientais das empresas, no entanto ele foi relegado, não sendo demonstrado em 100 % das empresas.

O indicador ambiental mais utilizado para evidenciar a relação ambiental das empresas previsto pela NBCT-15, é o indicador de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente. Mesmo assim, este indicador não foi evidenciado por quarenta e quatro empresas, ou seja, 67,7 % das empresas investigadas. Em segundo lugar esteve o indicador Investimentos e gastos com outros projetos ambientais evidenciados por 24,6 % das empresas pesquisadas. Este achado demonstra que as organizações estão preocupadas em investir em projetos ambientais que garanta a prevenção de possíveis danos que sua atividade operacional possa trazer para o meio ambiente, no entanto se percebe que foi a minoria das empresas que demonstraram estes indicadores.

Tabela 07 – Evidenciação dos indicadores ambientais previstos pela NCT-15.

<b>Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados.</b>	<b>Evidenciou</b>	<b>%</b>
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	21	32,3
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	16	24,6
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2	3,1
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	1	1,5
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1	1,5
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	1	1,5
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	1	1,5
Passivos e contingências ambientais	0	0,0

Fonte: Pesquisa documental.

## 6. CONCLUSÃO

Esta seção do estudo apresenta as conclusões desta pesquisa, utilizando-se do conjunto de informações obtidas em sua realização, onde serão explorados os objetivos propostos. Com base neste estudo secundário foi possível verificar que as organizações utilizam o balanço social, o relatório de responsabilidade socioambiental, o relatório da administração e as notas explicativas das demonstrações contábeis, a fim de demonstrar as suas práticas de gestão sócio-ambiental. Todavia, ao se investigar esta prática, quais são as peças administrativas

e contábeis utilizadas para evidenciar a responsabilidade sócio-ambiental, conforme orienta a NBCT-15, ficou demonstrado que as empresas de capital aberto investigadas ainda mantêm pouca divulgação nos relatórios contábeis de suas operações ambientais e sociais, não evidenciam o que realmente interessa à sociedade, parceiros e colaboradores. Na maioria delas, essas informações foram evidenciadas em apenas um ano impossibilitando assim a análise comparativa mais aprofundada.

Ao longo da pesquisa documental constatou-se que a maioria das empresas estudadas não utiliza as peças administrativas e contábeis citadas na literatura, tais como balanço social, relatório da administração, relatórios de responsabilidade sócio-ambiental e notas explicativas, para demonstrar suas informações de natureza socio-ambiental; além disso, aproximadamente metade delas, não explicita o nome do contador, seu número de CRC, nos demonstrativos divulgados e utilizados para demonstrar as informações de natureza sócio-ambiental.

Com relação as informações de cunho negativo, os achados revelaram que 05 (cinco) dos 12 (doze) indicadores de cunho negativo proposto pela NBCT – 15 só foram evidenciados por uma única organização e esta foi a que mais apresentou estes indicadores, ligados aos indicadores de proteção a clientes e consumidores, bem como aos seus desdobramentos na justiça.

Assim sendo, ficam algumas... Debilidades da pesquisa. Sugestões pra futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury; COLAUTO, Romualdo D.; PORTON, Roseimeire A.de Borna; SOUZA, Marco A. Batista de. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBCT – 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: [HTTP://WWW.cfc.org.br/ sisweb/ser/detalhes\\_sre](HTTP://WWW.cfc.org.br/ sisweb/ser/detalhes_sre). Acesso em: 2 Mar 2011.

FREITAS, Cláudia C. de Oliveira; STRSSBURG, Udo. **Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis de Empresas do Setor de Papel e Celulose Brasileira- VI Seminário do centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2006, Paraná, Anais...**, Paraná: UNIOESTE, 2006.

GOULART, André M. C. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras**. Dissertação Mestrado do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KERLINGER, F. N. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU, 1980.

LEONARDO, Vera Sirlene. Evidenciação dos efeitos ambientais nas demonstrações contábeis. **Revista Enfoque – Reflexão Contábil**, n.1, v. 22, jan./jun, 2003.

MAZZIONI, Gadej; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social para uma Fundação Universitária**. V Congresso USP de controladoria e contabilidade, São Paulo, 2005. **Anais...**, São Paulo: FEA/USP, 2005.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PARSA, Sepideh; KOUHY, Reza. Disclosure of social information by Uk companies: a case of legitimacy theory. **Global Bussiners a Economics Review**. Set, 2001. Disponível em: <[HTTP:// mubs.max.ac.uk/resarch/ Discussion\\_Papers/ Accounting\\_assd\\_finance](HTTP:// mubs.max.ac.uk/resarch/ Discussion_Papers/ Accounting_assd_finance)>. Acesso em: 28 Fev, 2011.

RIBEIRO, Maísa de Souza, **Contabilidade ambiental**, São Paulo: Saraiva, 2005.

CRUZ, Carla Oliveira; RIBEIRO, Endy Uirá. **Metodologia Científica Teoria e Prática**. 2. ed, Rio Janeiro: Excel Books, 2004.

# CAPÍTULO 19

INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS NOS MAPAS ESTRATÉGICOS DO *BALANCED SCORECARD*: UM ESTUDO REALIZADO EM EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO.

## **Ana Paula Ferreira da Silva**

Graduada em Ciências Contábeis e Mestre em Administração pela UFPE. Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e do Centro Universitário Faculdade Boa Viagem (UNIFBV). Endereço: Rua João Fernandes Vieira, 149, apto 201C, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50.050-245. Telefone: (81) 99818-4208. E-mail: anapafesilva@hotmail.com

## **Flávia Fernanda da Silva Moura**

Bacharel em Ciências Contábeis pela UNIFBV e Especialista em Gestão Pública pela UFRPE. Professora da Faculdade de Integração do Sertão. Endereço: Rua Luiz Cordeiro de Siqueira, 291, Tancredo Neves, Serra Talhada/PE, CEP: 56.909-320. Telefone: (81) 991621212. E-mail: flavia1580@yahoo.com.br

## **Jairo Pereira**

Graduado em Administração pela Faculdade de Administração, Especialização em Recursos Humanos pela Faculdade Brasileira de Recursos Humanos), Especialização em Psicologia Organizacional pela Faculdade Brasileira de Recursos Humanos, Mestre em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo. Endereço: Rua Anália Dolacio Albino, 385. Parque Maria Helena, São Paulo/SP, CEP: 05.854-020. Telefone: (11) 98284-3186. E-mail:jairopbr@gmail.com

**RESUMO:** O Balanced Scorecard (BSC) é um instrumento que auxilia as organizações à mensurar seus resultados, tanto os atuais quanto os futuros. O principal objetivo desse estudo foi: verificar quais são os principais indicadores de desempenho, dentro das perspectivas do BSC, utilizados pelas entidades brasileiras do setor elétrico. Para tanto, buscou-se entrar em contato com as empresas, solicitando caso elas utilizassem, os seus balanced scorecards e, destacando a questão do mapa estratégico. Foi realizada uma análise gerencial em cinco empresas que retornaram com os seus mapas estratégicos do BSC, foram elas: Cemig, Celpe, Eletrosul, Eletronorte e Furnas. O resultado da pesquisa evidenciou os indicadores mais utilizados por perspectiva, foram eles: a) Na perspectiva financeira: Ebtida/Lajida, Lucro Líquido, Despesa operacional/Rec., Operacional líquida e Percentual de realização de orçamentária; b) Na perspectiva clientes: Imagem perante os clientes externos e Satisfação global dos clientes; c) Na perspectiva de processo interno: Redução de custos; d) Na perspectiva de aprendizagem e crescimento: Taxa

de frequência de acidentes e Satisfação dos trabalhadores com o trabalho. Duas (2) das cinco (5) seguiram as orientações dos criadores do BSC quanto ao fato de utilizar entre 20 e 25 medidas de performance. A perspectiva Financeira foi a que apresentou um número maior de indicadores comuns entre as empresas estudadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mapa estratégico. Balanced Scorecard. Mensuração de desempenho. Setor Elétrico. Indicadores.

**ABSTRACT:** The Balanced Scorecard (BSC) is a tool that helps organizations to measure their results, both current and future. The main objective of this study was: to determine what are the key performance indicators within the BSC perspectives, used by the Brazilian power the electricity sector. To this end, we attempted to contact the companies, asking if they use, their balanced scorecards and by highlighting the issue of the strategy map. An analysis of five management companies who returned with its BSC strategy maps, they were: Cemig Celpe, Eletrosul, Eletronorte and Furnas. The survey results showed the indicators used by more perspective, they were: a) In the financial perspective: Ebitda / EBITDA, Net Income, Operating expense / Net earnings and Net Percentage of budget realization b) In the customer perspective: Image to external customers and Overall Satisfaction of the clients, c) In the Business process perspective: Cost reduction; d) In the learning and growth: Frequency rate of accidents and workers' satisfaction with the work. Two (2) of five (5) followed the advice of the creators of BSC as to whether to use between 20 and 25 measures of performance. The financial perspective was the one with a larger number of common indicators between the companies studied.

**KEYWORDS:** Strategy Map. Balanced Scorecard. Performance measurement. Electricity Sector. Indicators.

## 1. INTRODUÇÃO

Há quase duas décadas, Robert Kaplan e David Norton criaram o *Balanced Scorecard (BSC)*. Não estava em seus planos uma revolução, pois o único objetivo quando lançaram o artigo em 1992 era demonstrar as desvantagens das entidades, ao usarem apenas medidas financeiras. Eles incentivavam também, se medir os fatores como qualidade e satisfação do cliente, no desempenho empresarial.

O BSC como ferramenta, vem despertando interesse de novas organizações, como as sem fins lucrativos, as do setor de saúde, prestadoras de serviços públicos e empresas estatais de todo mundo. Além disso, os clientes atuais esperam serviços e produtos diferenciados. E para atendê-los, as organizações precisam suprir essas necessidades. Kaplan e Norton (2004) comentam que o *Balanced Scorecard* trouxe uma visão ampliada de métricas e de desempenho. Os autores recomendam de 20 a 25 medidas, como indicadores do futuro desempenho, segmentados em quatro categorias: Financeira, Clientes, Processos, Aprendizado e Crescimento.

Muito se discute sobre o *Balanced Scorecard* no Brasil e no Mundo. Uma pesquisa realizada por Oliveira (2008), baseada em periódicos nacionais e internacionais, evidencia que os principais temas de estudos sobre o BSC focam sobre as suas vantagens e desvantagem no âmbito brasileiro e o seu processo de implantação. Pouco se analisa sobre quais são os indicadores utilizados dentro das suas várias perspectivas, a fim de mensurar o desempenho das entidades. A partir desta oportunidade surgiu a base para o seguinte problema de pesquisa: Quais são os principais indicadores do BSC utilizados pelas empresas do setor elétrico?

Quando se fala sobre o *Balanced Scorecard* os enfoques são dados nas seguintes áreas, citadas em ordem decrescente de acordo com a incidência: Elaboração de uma proposta de implantação do BSC (18,4 %); Análise do efeito da implantação do BSC em uma das perspectivas (16,3 %); Utilização do BSC para avaliação de desempenho (16,3 %); a verificação do uso do BSC em determinados tipos de organizações (12,2 %); Análise de implantação do BSC (12,2 %); Análise dos resultados pós-implantação (10,2 %), a área de Comparação do BSC com as práticas de gestão (6,1 %), e por último, Ensino e pesquisa sobre BSC com (8,2 %) (OLIVEIRA, 2008).

Com base na pesquisa supracitada verificou-se a não existência de estudos com foco nos indicadores de BSC para mensurar o desempenho empresarial. Portanto, o objetivo principal deste estudo é obter os principais indicadores, por

perspectivas, utilizados pelas empresas do setor elétrico brasileiro. A fim de detalhar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Verificar quais entidades do setor elétrico brasileiro possuem BSC; b) Identificar no BSC os indicadores utilizados por perspectiva; c) Analisar a existência de padronização dos indicadores do BSC utilizados nas organizações do setor elétrico brasileiro.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção do artigo explana uma revisão da literatura e fundamenta os conceitos a serem empregados neste estudo.

### 2.1. BALANCED SCORECARD (BSC): ORIGEM, CONCEITO E OBJETIVOS

David Norton era executivo do Instituto de Pesquisas da Nolan Norton, uma unidade de pesquisa da KMPG, com consultoria acadêmica de Robert Kaplan, em 1992. Este Instituto visava atender às exigências do mundo globalizado. Para tanto, desenvolveram o modelo denominado *Balanced Scorecard* (BSC) com a finalidade de indicar o balanceamento entre medidas de curto e longo prazos, utilizando-se de: medidas financeiras e não financeiras, indicadores de tendência, bem como, de perspectivas: interna e externa de desempenho. Essas idéias foram publicadas em um artigo da *Harvard Business Review*, no ano de 1992, denominado, *The Balanced Scorecard: measures that drive performance*.

O *Balanced Scorecard* (BSC) como um sistema de gestão, complementa as medidas financeiras do desempenho passado com as medidas dos fatores que impulsionam o desempenho futuro. Além disso, o mesmo reflete a primeira tentativa sistemática de desenvolver um projeto para um sistema de avaliação de desempenho, focando nos objetivos estratégicos da empresa, na coordenação da tomada de decisão em todos os níveis e na provisão de uma base para o aprendizado organizacional.

De acordo com seus criadores, o *Balanced Scorecard* (BSC) é uma ferramenta de gestão estratégica usada para analisar o desempenho da organização utilizando quatro linhas de indicadores de desempenho juntamente com os resultados econômico-financeiros. Conforme Kaplan e Norton (1993, p.134): “Cada perspectiva necessita de seu próprio e distinto conjunto de medidas de performance, as quais precisam ser de acordo com as características e necessidades de cada empresa”. Sobre estas medidas de mensuração, Secaf (2008, p.1) recomenda que:

A organização monitore indicadores de desempenhos equilibrados (*balanced*) em pelo menos quatro perspectivas: financeira; mercado; processos internos; e aprendizado e crescimento, sendo que esta última é perspectiva dos ativos intangíveis (pessoas, informação, cultura), tão importantes no presente ambiente competitivo. Além de equilibrados entre financeiros e não-financeiros, os indicadores devem representar objetivos de curto e longo prazo, internos e externos à organização.

Segundo seus criadores, Kaplan e Norton (1997, p.9): “Os objetivos e as medidas utilizadas no *BSC* não se limitam a um conjunto aleatório de medidas de desempenho financeiro e não-financeiro, pois derivam de um processo hierárquico (*top-down*) norteado pela missão e pela estratégia da unidade de negócios”. Eles também mencionam as empresas inovadoras se valendo do *BSC* para administrar a estratégia e a disseminação dela dentro das organizações em longo prazo. Os principais objetivos do *BSC* são: a) esclarecer e traduzir a visão e a estratégia; b) comunicar e associar objetivos e medidas estratégicas; c) planejar, estabelecer metas e alinhar iniciativas à estratégia; e d) melhorar o *feedback* e o aprendizado estratégico.

## 2.2 UTILIZAÇÃO DO BALANCED SCORECARD NO MUNDO E NO BRASIL

O *Balanced Scorecard* vem conquistando rapidamente os gestores do mundo inteiro. Soares Junior (2003) apresenta os dados de uma pesquisa da consultoria *Bain & Company*, realizada em 2001, através da qual demonstrava que cerca de 50 % das empresas americanas listadas na Revista *Fortune 1000* adotavam o *Balanced Scorecard*. Demonstrava também que em países da Europa, a taxa de adoção estava entre 40 e 45 %.

Grandes organizações mundiais, como: Shell, MOBIL e General Motors, estão sendo administradas com base no *BSC* (HERZOQ, 2001). No Brasil, esta tecnologia não ofereciam resultados tão representativos, pois, apenas entre 50 e 60 das maiores empresas brasileira utilizam esta ferramenta, e a projeção para os anos seguintes mostrava que esse número não chegaria a totalidade dessas companhias. Em termos de comparação, no mesmo período, estimava-se que nos Estados Unidos, a tecnologia seria utilizada pelas 100 maiores empresas do país (PEREIRA, 2003).

A revista *Exame*, em 07 de março de 2001, publicou o artigo intitulado “Timtim por timtim”, onde foi mencionado que em uma pesquisa realizada no ano de 2000, com 98 das 500 maiores empresas brasileiras, constatou-se que 20 % dessas empresas já haviam aderido ao *Balanced Scorecard*. A subsidiária da Alcoa, líder mundial no setor de alumínio, é uma delas. A Suzano, um dos maiores fabricantes brasileiros de papel e celulose e a Embrapa, a estatal dedicada à pesquisa no setor agropecuário,

mostram como o *Balanced Scorecard* vem sendo utilizado para mudar a gestão e os resultados das organizações. (HERZOQ, 2001).

Outro estudo realizado pela Revista HSM Management em 2004 mostrou a utilização e o nível de satisfação das organizações com instrumentos estratégicos, tais como: Benchmarking, Planejamento estratégico, Terceirização, Gestão da Qualidade Total, gestão baseada em atividade, Código de ética, *Balanced Scorecard*, dentre outros. Observando especificamente os resultados do *Balanced Scorecard*, foi demonstrado que 57 % das empresas utilizavam essa ferramenta e tinham grau de satisfação com o BSC expressivo, com nota de 3,92, levando-se em consideração que a nota mais alta possível era 5 (cinco). (BAIN & COMPANY,2004).

No Brasil, não há estatística disponível sobre a quantidade de organizações que utilizam o BSC. Contudo, pode-se vislumbrar a expansão do emprego dessa ferramenta através do porte e dos nomes de empresas exemplificados a seguir:

Quadro 01 – Empresas Brasileiras que utilizam BSC.

Suzano	Grupo Gerdau	Rapidão Cometa	COPESUL
Unibanco	Pepsico	CETREL	Votorantim Papel e celulose
Petrobrás	Shell	EMBRAPA	Vivo
Aracruz	Amanco	HSBC	ULTRAGAZ
Alcoa	Oxiteno	ESPM	PETROFLEX
Eletrosul	Siemens	Phillips	VISANET

Fonte: Adaptado de Garcia (2008).

### 2.3 ESTRUTURA DO BALANCED SCORECARD

O *Balanced Scorecad* trabalha a estratégia de uma maneira lógica, baseando-se em relações de causa e efeito, vetores de desempenho e relação com fatores financeiros. É decomposto em objetivos, indicadores, metas e iniciativas, nas quatro dimensões de negócio: Financeira, Clientes, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento (KAPLAN; NORTON, 1992).

O *Balanced Scorecard* deve contar a história da estratégia, começando pelos objetivos Financeiros de longo prazo e relacionando-os às ações a serem tomadas em relação às demais perspectivas, para que o desempenho econômico seja alcançado no longo prazo. Segundo Kaplan e Norton (2000), nesta perspectiva, as empresas trabalham com duas estratégias básicas: crescimento da receita e a produtividade.

A perspectiva dos Clientes do *Balanced Scorecard* traduz a missão e a estratégia da empresa em objetivos específicos para segmentos focalizados e, por sua vez, podem ser comunicados a toda a organização. Além disso, permite a clara identificação e avaliação das propostas de valor dirigidas a esses segmentos.

A perspectiva de Processos Internos constitui-se na análise dos procedimentos e sistemas na organização, incluindo a identificação dos recursos e das capacidades necessárias para elevar o nível interno de qualidade. Contudo, frequentemente, os elos entre os processos internos da empresa e os de outras, das companhias parceiras, estão unidos, a ponto de também participarem das exigências estratégicas.

A quarta perspectiva é a do Aprendizado e Crescimento. O objetivo deste aspecto é oferecer a infraestrutura a fim de possibilitar a consecução de objetivos ambiciosos nas outras perspectivas. De acordo com Kaplan e Norton (1997, p.133 - 134):

Uma das mudanças mais radicais no pensamento gerencial dos últimos anos foi a transformação do papel dos funcionários, que passou de provedor de força física a analisador de dados cada vez mais abstratos. Todos os ativos e estruturas, quer tangíveis ou intangíveis, são resultados das ações humanas. Estas mudanças de perspectivas implicam recrutamentos mais criteriosos, para obter funcionários com maior capacidade analítica.

São três, as principais categorias de indicadores para a perspectiva de Aprendizado e Crescimento, de acordo com os idealizados do *Balanced Scorecard*: “a) Capacidade dos funcionários; b) Capacidade do sistema de informação; e c) Motivação, empowerment e alinhamento” (KAPLAN, NORTON, 1997, p.132).

### 2.3 MAPA ESTRATÉGICO DO BSC: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Inicialmente o mapa estratégico foi criado no intuito de estruturar os indicadores de desempenho. Estes são definidos como ferramentas para mensurar o desempenho da estratégia e do alcance dos objetivos. Para Miranda e Silva (2002), qualquer tipo de ação a ser implantada em uma organização precisa de um acompanhamento para saber se está em consonância com as metas estabelecidas e quais as medidas a serem tomadas para eventuais correções. Miranda e Silva (2002) ainda comentam que as principais razões para a adoção de sistemas de medição de desempenho são: a) controlar as atividades operacionais da empresa; b) alimentar os sistemas de incentivo dos funcionários; c) controlar o planejamento; d) criar, implantar e conduzir

estratégias competitivas; e) identificar problemas com necessidade de intervenção dos gestores; e f) verificar se a missão da empresa está sendo atingida.

Na mesma linha de pensamento Kaplan e Norton (2004) afirmam que a árvore estratégica deve ser estruturada de forma a mostrar, em cada uma das quatro perspectivas, os indicadores selecionados pela empresa para o monitoramento de sua estratégia.

O mapa estratégico simboliza a estratégia da empresa mencionando a relação entre os acionistas, clientes, processos de negócio e competências. Esse tipo de mapa demonstra os riscos da organização para ultrapassar e realizar a missão. Esses riscos são ligados por relações de causa e efeito, permitindo a noção do grau do impacto. Costa (2008, p.20) analisa que “O mapa tem o objetivo de comunicar claramente o critério do que deve e do que não deve ser feito a cada momento”.

Os objetivos estratégicos, as medidas, as metas e o desdobramento da estratégia em ações compõem o mapa estratégico. Esse desdobramento é constituído pelas perspectivas clássicas, já mencionadas, do *Balanced Scorecard*. Essas perspectivas podem ser alteradas, eliminadas ou acrescentadas por novas para ajustá-las de acordo com a estratégia organizacional.

O desdobramento da estratégia abrange uma relação causa efeito entre as ações e as estratégias facilitando aos gestores a possibilidade da flexibilização de medidas, visando atender as mudanças do mercado. Segundo Costa (2008, p.16): “ao tornar explícitas as hipóteses de causa e efeito entre os objetivos e as medidas, as organizações podem, a cada instante, testar suas estratégias e adaptá-las conforme aprendem”.

Em seguida, será necessário identificar e escolher a forma de monitorar os objetivos estratégicos, sendo interessante selecionar um número reduzido de indicadores onde o gestor possa ter maior agilidade no controle e possa focar na estratégia. Kaplan e Norton (1996, p.68, *apud* COSTA, 2008, p.36) complementam:

O conjunto de medidas de avaliação de desempenho, no entanto, é preciso ressaltar, para ser facilmente utilizável, deve conter um número reduzido de medidas. Nele devem estar presentes apenas as medidas consideradas chaves para avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos.

A meta refere-se ao valor estimado a ser alcançando, desde que seja clara, específica, tenha tempo hábil para cumprir, deixando claro qual o resultado para curto, médio e longo prazos. Costa (2008, p.41) define: “A meta é a quantificação do desempenho desejado a ser medido”.

As organizações podem se deparar com outros aspectos na formulação do painel, contudo, o quadro abaixo faz menção a alguns aspectos identificados.

Quadro 02 - Aspectos a serem observados na construção do painel de desempenho.

Autores	Aspectos a serem observados na construção do painel de desempenho
Azevedo e Costa (2001)	Recomendaram a seleção de um número de medidas reduzidas, de modo que os gestores enfoquem a estratégia ao invés de se perderem na diversidade de indicadores possíveis. Essa recomendação refere-se a uma forma de manter o foco na visão estratégica.
Oliveira, Perez Junior e Silva (2002)	Observaram que o princípio para aplicação do BSC está em mensurar indicadores ligados aos processos internos da organização, aprendizado e crescimento, satisfação dos clientes e das finanças, ligando tudo isso aos objetivos estratégicos da organização.
Silva (2003)	Observou que, para promover consenso entre o grupo de executivos, faz-se necessário comunicar a estratégia junto a seus colaboradores, de modo que eles colaborem em sua execução, alocando recursos com base nas prioridades estratégicas.
Serra, Torres e Torres (2004)	Destacaram que devem ser desenvolvidos indicadores que a venham suportar a estratégia, e que a quantidade de indicadores deve ser a menor possível, para que não haja sobrecarga de informações.
Kaplan e Norton (2001) Costa (2006)	Acreditaram ser possível monitorar e orientar a execução da estratégia, com vistas a proporcionar melhores condições às unidades do negócio, enfocando a criação de valor e os relacionamentos com os clientes. Neste caso, os autores alertam que mais importante do que o número de medidas, é assegurar que o BSC seja a expressão de uma única estratégia.
Kaplan e Norton (2006)	Ressaltaram que a ênfase na construção de relações de causa e efeito no BSC gera um raciocínio sistêmico, dinâmico, permitindo que os indivíduos da organização compreendam como uma pessoa influencia no papel das outras, além de facilitar na definição dos indicadores de desempenho e nas iniciativas correlatas que não apenas medem as mudanças, como também as alinham.

Fonte: Elaborado com base em Igarashi *et al* (2007).

### 2.3.1 INDICADORES DE DESEMPENHO: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

O indicador de desempenho mensura o desempenho da estratégia. A empresa se baseia nesses dados para verificar possíveis ajustes nas estratégias para alcançar as metas. Para serem reais, conforme Tatikonda e Tatikonda (1998, p.49) afirmam que “as medidas de desempenho necessitam refletir variações ocorridas na competitividade”. Nessa mesma linha de pensamento, Hacker e Brotherton (1998,

p.18) ressaltam que “um efetivo sistema de indicadores deve propiciar capacitação aos administradores de uma organização para determinar se as atividades programadas ocorrem de fato, na direção do atendimento dos objetivos da empresa”.

O indicador de desempenho basicamente encontra-se interligado ao questionamento: Como a organização está indo? Para constituir um sistema de avaliação de desempenho é necessário saber o que será medido, a quem informar e o que fazer com a informação. Conforme o pensamento de Oliveira (2008) é necessário instituir as três fases a seguir: a) Identificação de fatores financeiros e não financeiros, sendo eles, importantes para o processo; b) Apuração e medição sistemática desses fatores; c) Utilização desses fatores no desenvolvimento e monitoração de planos estratégicos.

Moreira (1996) cita quatro características essenciais para identificar os indicadores de desempenho. São elas: a) Consistência: um indicador consistente não conflita com nenhum outro indicador utilizado pela empresa, no sentido de interferir negativamente em seu resultado ou de alguma atividade; b) Confiabilidade: um indicador será confiável se todas as vezes que a medição foi feita, para um evento imutável, resultar sempre no mesmo valor; c) Validade: mesmo havendo uma maneira confiável de se fazer uma medição, ainda assim ela poderá não ser validada, se a maneira adotada para fazê-la for incorreta; d) Relevância: a relevância relaciona-se com a utilidade do indicador. O indicador deve trazer alguma informação útil a seu usuário, não contida em outros indicadores já usados e nem ser substituível por eles.

Os índices de desempenho podem cooperar na tomada de decisões, porque vão relacionar as informações cedidas pelos indicadores com o planejamento e a tomada de decisões estratégicas. Takashina e Flores (1996) dizem que indicadores são essenciais ao planejamento e controle dos processos das organizações, possibilitando o estabelecimento de metas e o seu desdobramento, porque os resultados são fundamentais para a análise crítica dos desempenhos, para a tomada de decisões e para o novo ciclo de planejamento.

Miranda *et al* (1999) realizou uma pesquisa sobre indicadores de medição de desempenho gerencial mais utilizados pelas empresas brasileiras. Os dados primários foram coletados em uma revista especializada na análise de negócios, 'Revista Exame'. Os indicadores entrados foram classificados em três grupos: financeiros tradicionais, não financeiros tradicionais e não tradicionais. O resultado da pesquisa documental identificou 88 indicadores financeiros tradicionais, 78 indicadores não

financeiros tradicionais e 36 indicadores não tradicionais. Os financeiros tradicionais, no passado serviram de base para tomada de decisão; não financeiros tradicionais, referindo-se às medidas não financeiras presentes na literatura; e, os não tradicionais abrangendo medidas financeiras e não financeiras com indicadores fora da literatura. Este achado demonstra uma tendência dos gestores brasileiros em utilizar indicadores financeiros para mensurar o desempenho das organizações.

### 3. METODOLOGIA

Essa seção apresenta o procedimento metodológico utilizado no decorrer da pesquisa, tais como: método, tipologias do estudo, procedimento de coleta de dados primários. O método de estudo utilizado foi o indutivo formal, pois, através dele se conduz a resultados prováveis. Na classificação proposta por Beuren *et al* (2008) este estudo é classificado quanto: a) **Aos objetivos**: uma pesquisa exploratória, descritiva, visando demonstrar quais são os indicadores utilizados nos mapas estratégicos dos BSCs das empresas do setor elétrico; b) **Aos procedimentos**: uma pesquisa documental, pois, o estudo utilizou como fonte de dados primários, os mapas estratégicos dos BSCs de 05(cinco) empresas do setor elétrico; c) **A abordagem**: um estudo quantitativo. É quantitativo por procurar identificar quais e quantos são os indicadores utilizados para medir as perspectivas Financeira, Clientes, Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento, para mensurar o desempenho passado e prospectivos das empresas estudadas.

Com base no site da Bovespa foi possível se obter uma listagem das 66 (sessenta e seis) empresas do setor elétrico brasileiro. Essa listagem foi útil, pois tinha número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com o qual foi possível buscar informações sobre o responsável pelo atendimento ao investidor e os e-mails de contatos com essas instituições. Foram encaminhados e-mails para todas as empresas da lista, solicitando o envio dos mapas estratégicos do *BSC*. Esse pedido foi feito através de uma carta de cooperação acadêmica explicando qual era o objetivo da pesquisa e identificando os pesquisadores. Do total das 66 empresas, apenas 05 (cinco) encaminharam os seus *Mapas Estratégicos*. Foram elas: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Companhia Pernambucana de Energia (CELPE), EletroNorte, Eletrosul e a Furnas Centrais Elétricas S.A (FURNAS).

Ao longo do estudo algumas organizações responderam à solicitação, informando não utilizar o *BSC*, ou que não poderiam ceder esta ferramenta em razão

da política de divulgação das informações da empresa, ou mesmo direcionando o pesquisador a entrar em contato com outra pessoa dentro da empresa, a fim de fazer a solicitação.

Quadro 03 – Resposta das empresas que não disponibilizaram seus mapas estratégicos.

Empresa	Resposta
<b>ITAIPU</b>	O processo de implantação do BSC na Itaipu ainda não foi concluído. Já efetuamos a discussão de cenários, Análise do Ambiente Interno, SWOT, Visão, Políticas e Diretrizes Fundamentais, entretanto, ainda precisamos da aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Atualmente, estamos iniciando a discussão do Mapa Estratégico. Creio que tudo estará concluído na primeira quinzena do mês de dezembro.
<b>ELEKTRO</b>	Podemos sim contribuir com o Trabalho. Inicialmente, gostaria de informar que a Elektro não trabalha com a metodologia do Balance Scorecard, mas sim através da Gestão por Objetivos. A empresa possui atualmente 6 objetivos estratégicos, cuja performance é comunicada mensalmente para a organização de maneira independente, ou seja, sem as inter-relações de um BSC – ver mapa estratégico. Cada objetivo estratégico é mensurado através de seus respectivos indicadores estratégicos – ver tabela abaixo. Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de áreas e/ou processos da Elektro e são acompanhados através de Painéis de Controle para cada nível hierárquico (Diretoria, Regional e Central de Serviço Regional). O desdobramento dos objetivos estratégicos é revisto anualmente e tem como objetivo identificar e medir as principais contribuições dos processos e das áreas para a consecução dos objetivos estratégicos. Nesta etapa, é analisada a inter-relação entre os objetivos estratégicos.
<b>EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A</b>	Peço a gentileza de entrar em contato nos telefones abaixo, no horário comercial, a fim de alinharmos o entendimento para cooperar com o pleito. Ewaldo C. Nogueira (Diretoria de Apoio a Presidência e Gestão do Desempenho Corporativo).
<b>DUKE ENERGY</b>	Agradecemos o contato esclarecendo que em função das recentes alterações de estruturas, suspendemos temporariamente a elaboração do BSC, sendo assim, neste momento infelizmente não poderemos contribuir para tal trabalho.
<b>COELBA</b>	Em cumprimento às normas de Segurança da Informação desta empresa, não temos como divulgar as ferramentas utilizadas, entretanto, caso seja do seu interesse, podemos viabilizar uma visita dos seus alunos à área de Planejamento e Controle, para que os assuntos em questão sejam discutidos. Neste caso, favor entrar em contato com...
<b>AMPLA ENERGIA</b>	Para que possa obter maiores informações referente ao conteúdo exposto abaixo, favor entrar em contato com...
<b>BANDEIRANTE ENERGIA</b>	Informo que a Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A. não utiliza o Balanced Scorecard.
<b>CHESF</b>	Informamos que a Chesf não utiliza o Balanced Scorecard (BSC) na gestão do negócio.

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos e-mails de resposta ao pedido de cooperação acadêmica (2011).

#### 4. RESULTADO DO ESTUDO EMPÍRICO

Esta seção do artigo apresenta os resultados obtidos com a análise realizada nos mapas estratégicos dos BSCs de 05 (cinco) empresas do setor elétrico. Inicialmente foi analisado se os mapas estratégicos apresentavam os elementos constitutivos: objetivos estratégicos, medidas (indicadores) e o desdobramento da estratégia. As descobertas da pesquisa, conforme exposto no quadro 04, revelaram que os mapas estratégicos das empresas analisadas apresentaram os três elementos constitutivos do mapa estratégico nas 04(quatro) perspectivas apontadas por Kaplan e Norton.

Quadro 04 – Estrutura de apresentação do mapa estratégico das empresas estudadas.

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PAINEL ESTRATÉGICO	INFORMAÇÕES EXTRAS
<b>Celpe</b>	Apresenta e faz relação com as metas por perspectivas. Também faz relação com os indicadores.	Apresenta os indicadores. Mas, não apura os indicadores	Estabelece metas com relação aos indicadores.
<b>Cemig</b>	Apresenta e faz relação com as metas por perspectivas. Porém não faz relação com os indicadores.	Apresenta os indicadores. Mas, não apura os indicadores	Não fornece informações extras.
<b>Eletrosul</b>	Apresenta e faz relação com as metas por perspectivas. Porém não faz relação com os indicadores.	Apresenta os indicadores. Mas, não apura os indicadores	Não fornece informações extras.
<b>Eletronorte</b>	Apresenta e faz relação com as metas e com os indicadores por perspectivas.	Apresenta os indicadores. E apura os indicadores	Estabelece metas com relação aos indicadores. Expõe os projetos estratégicos para deixar claro como alcançar as metas.
<b>Furnas</b>	Apresenta e faz relação com as metas por perspectivas. Porém não faz relação com os indicadores.	Apresenta os indicadores. Mas, não apura os indicadores	Não fornece informações extras.

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos mapas estratégicos das empresas estudadas (2011).

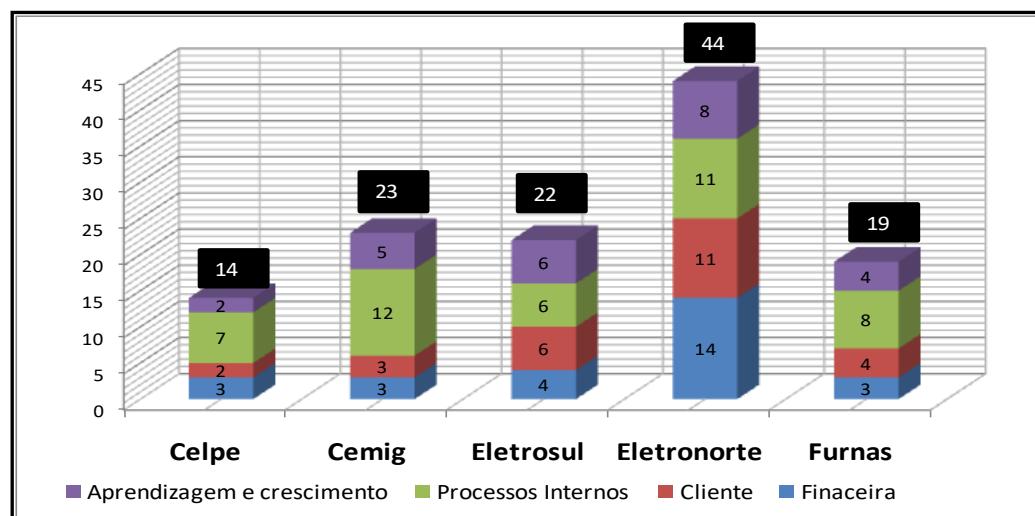
Das 05 (cinco) empresas do estudo apenas 01 (uma) apresentou em sua estrutura: os objetivos estratégicos fazendo relação com as metas, bem como, com os indicadores de desempenho (Vide quadro 04). Além disso, destas organizações, somente a Eletronorte apresentou às metas estabelecidas para cada medida de

mensuração. A empresa Furnas apresentou dentro do mapa estratégico, os projetos estratégicos, com os quais explicam os caminhos a seguir para alcançar as metas.

Ao se investigar quais e quantos são os indicadores de mensuração de desempenho contidos nos BSCs das instituições analisadas, foram obtidos os resultados expressos no Gráfico 01: a) as empresas Cemig e Eletronorte apresentaram respectivamente as maiores quantidades totais de indicadores, 23 (vinte e três) e 44 (quarenta e quatro) respectivamente; b) as empresas com utilização de menos indicadores em ordem decrescente foram: Eletrosul, Furnas, e Celpe; e c) Somente as empresas Eletrosul e Cemig seguiam as recomendações de Kaplan e Norton para o uso de 20 a 25 medidas de desempenho. Já que utilizam em seus mapas estratégicos 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) indicadores cada uma, respectivamente.

As empresas Cemig e Eletronorte, demonstraram utilizar um número maior de indicadores no total. Também o fizeram com relação aos indicadores de medição do resultado financeiro, voltando as suas preocupações, por sua vez, na utilização de mais indicadores para medir sua performance dos processos internos, bem como, da aprendizagem e crescimento. (Vide gráfico 01)

Gráfico 02 – Quantidade de indicadores por perspectiva.



Fonte: Elaboração própria dos autores com base na pesquisa documental, 2011.

Buscou-se ao longo da pesquisa verificar, quais eram os indicadores utilizados para mensurar a performance das organizações estudadas. Os resultados encontrados são demonstrados na tabela 01. Na perspectiva financeira os indicadores 'Ebtida/Lajida', 'Lucro

Líquido', 'Despesas operacional/Receita Operacional Líquida' e 'Percentual de realização de orçamentária' foram evidenciados em duas (40 %) das empresas. Para mensurar seus resultados perante os clientes, duas (40 %) utilizaram os seguintes indicadores: 'Imagen perante os clientes externos' e 'satisfação global com clientes'.

Quando se buscou conhecer as medidas utilizadas para verificar os resultados voltados para a performance dos processos internos, observou-se que o indicador 'redução de custos' foi o único citado por mais de uma organização. Com relação às medidas usadas para verificar os frutos alcançados no processo de aprendizagem e crescimento, destacaram-se os indicadores: 'satisfação dos trabalhadores com o trabalho' e 'taxa de frequência de acidentes', com 40 % e 60 %, respectivamente. As descobertas sobre esta perspectiva levam a pensar que as empresas estudadas, pela atividade de risco de morte na prática laboral de seus funcionários, têm uma preocupação em controlar e reduzir o numero de acidentes de trabalho.

Tabela 01 – Indicadores mais citados por tipo de perspectiva do BSC.

Perspectiva	Indicadores	Ocor	(%)
Financeira	Lucro Líquido	2	40
	Ebtida/Lajida	2	40
	Despesa operacional/Rec. operacional líquida	2	40
	% realização orçamentária	2	40
Clientes	Imagen perante os clientes externos	2	40
	Satisfação global dos clientes	2	40
Processo Interno	Redução de custos	2	40
Aprendizagem e Crescimento	Taxa de freqüência de acidentes	2	40
	Satisfação dos trabalhadores com o trabalho	3	60

Fonte: Elaborado própria dos autores co com base nos mapas estratégicos das empresas estudadas (2011).

Através dos indicadores financeiros expostos nos mapas estratégicos das empresas estudadas foi investigada a ocorrência dessas medidas financeiras na literatura. A partir de então se elaborou uma tabela confrontando os achados da pesquisa realizada com os mapas estratégicos e os indicadores financeiros encontrados na pesquisa de Miranda *et al* (1999), a qual apontava os indicadores financeiros utilizados por empresas brasileiras.

A tabela 02 mostra que dos vintes e dois (22) indicadores financeiros encontrados, doze (54,5 %) foram citados na pesquisa de Miranda *et al* (1999). Entre estas medidas encontram-se os quatro (4) indicadores financeiros mais citados, 'Ebtida/Lajida', 'Lucro Líquido', 'Despesas operacionais/Receita Operacional Líquida' e 'Percentual de realização de orçamentária'.

Tabela 02 – Indicadores utilizados pelas empresas do setor elétrico e citados no estudo de Miranda *et al* (1999).

INDICADOR	Miranda <i>et al</i> (1999)	Ocorrência	%
<i>Economic Value Added (EVA)</i>	Sim	12	54,5
% realização orçamentária			
Custo de Operacional/Ativo			
Custos dos sistemas isolados			
Depesa operacional/Receita operacional líquida			
Ebtida/Lajida			
Lucro Líquido			
Margem líquida			
Resultado do exercício			
Resultado operacional (%)			
Retorno sobre o ativo imobilizado (%)			
Total de horas extras/Total de horas normais trabalhadas			
Ampliação da receita operacional bruta	Não	10	45,5
Comprometimento do Orçamento de Investimento			
Contratação Acumulada do Orçamento de Investimento			
Custo dos empréstimos e financiamentos /Receita líquida			
Energia elétrica de curto prazo			
Equivalência Patrimonial das Subsidiárias			
Projetos em atraso			
Redução do serviço da dívida (principal e encargos)			
Uso de rede elétrica			
Valor da provisão			
<b>Total</b>		<b>22</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado própria dos autores com base nos mapas estratégicos das empresas estudadas (2011) e Miranda *et al* (1999).

Ao classificar os vinte e dois (22) indicadores financeiros, conforme pesquisa de Miranda *et al* (1999). Os achados da pesquisa revelaram que aproximadamente 63 % dos indicadores financeiros são tradicionais, ou seja, comumente utilizados por empresas brasileiras. Além disso, os focos de mensuração na perspectiva financeira tradicional são voltados com destaque para se obter informações sobre o resultado (22,7 %), a rentabilidade (13,6 %), margem de lucratividade (13,6 %) (Vide tabela 03).

Tabela 03 – Indicadores financeiros utilizados pelas empresas do setor elétrico conforme a classificação realizada no estudo de Miranda *et al*(1999).

Indicadores Financeiros	Ocor.	%
Indicador de Margem (Bruta, Líquida, Operacional e Lucro)	3	13,6
Indicador relacionado com a rentabilidade	3	13,6
Indicador relacionado com custos	2	9,1
Indicador relacionado com o investimento	2	9,1
Indicador relacionado com o resultado	5	22,7
Indicadores não tradicionais	7	31,8
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado própria dos autores co com base nos mapas estratégicos das empresas estudadas (2011) e Miranda *et al* (1999).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção do estudo apresenta as possíveis respostas aos objetivos iniciais desta pesquisa. Apesar dos esforços, por parte dos pesquisadores, em entrar em contato com todas as empresas a fim de solicitar os BSCs, com destaque documental ao mapa estratégico, não foi possível traçar de forma quantitativa o número de empresas do setor elétrico que utilizam esta ferramenta, pois, somente cinco, a Celpe, a Cemig, a Eletrosul, a Eletronorte e a Furnas forneceram os seus BSCs para a pesquisa.

Kaplan e Norton recomendam que as instituições devem utilizar entre 20 e 25 medidas de performance, todavia, das organizações analisadas, somente duas (2) das cinco (5) seguiam esta orientação dos criadores do BSC. A perspectiva Financeira foi a que apresentou um número maior de indicadores comuns entre as empresas estudadas, em número de quatro (4). Estes indicadores segundo a classificação de Miranda et al (1999) são medidas financeiras tradicionais, ou seja, os frequentemente mencionados na literatura acadêmica. Na perspectiva de Processos Internos as

empresas estudadas utilizaram um número maior de indicadores, porém, apenas duas (2) instituições tiveram um único indicador comum, que foi a ‘redução de custos’. Ainda com base nos achados da pesquisa, pode-se verificar que, exceto a Financeira, as perspectivas dos mapas estratégicos demonstraram um uso menor de indicadores comuns, justificando o fato de que um sistema de mensuração de desempenho de uma organização deve considerar a individualidade da organização, pois, os objetivos estratégicos voltados para os Clientes, para a melhoria dos Processos Internos, bem como as dinâmicas de Aprendizagem e Crescimento organizacional diferem de empresa para empresa, mesmo sendo empresas de mesmo segmento de mercado.

## REFERÊNCIAS

BAIN & COMPANY. Ferramentas para o crescimento. **Revista HSM Management**, São Paulo, v.43, p. 84-93, mar/abr, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury; COLAUTO, Romualdo D.; PORTON, Roseimeire A.de Borna; SOUZA, Marco A. Bastita de. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas: 2008.

COSTA, Ana Paula Paulino da. **Balanced Scorecard**: conceitos e guia de implementação, 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, Rita. Indicadores na saúde gerenciados através do *Balanced Scorecard*. In: INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E EXCELÊNCIA, 2008, Rio de Janeiro. **Anais INDE**, 2008.

HERZOQ, Ana Luiza. Tintim por Tintim. **Revista Exame**, São Paulo, 7 de Mar, 2001.

IGARASHI, Deyse Cristina C.; IGARASHI, Wagner; GASPARETTO, Valdirene; MARTINS, Kátia Regina Gil. Mapa estratégico e painel de desempenho: um estudo numa empresa da grande Florianópolis. **Revista Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v .23, n.67, mai/ago, 2007.

KAPLAN, R.S e NORTON, D.P. The Balanced Scorecard: measures that drive performance. **Harvard Business Review**, Boston, p. 71-79, jan/fev, 1992.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Putting the balanced scorecard to work**. Harvard Business Review. v. 71, n. 5, p. 134-142, sep/oct, 1993.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Having Trouble With Your Strategy? The Map it. **Havard Business Review**, p.3-11, Sep/Oct, 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Mapas estratégicos/Balanced Scorecard**: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MIRANDA, Luiz C.; SILVA, Dionísio G. **Medição de desempenho**. In: Schmidt, Paulo (org.). Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

\_\_\_\_\_.; WANDERLEY, C.A; MEIRA, J.M. **Garimpando na imprensa especializada: Uma metodologia alternativa para a coleta de indicadores de desempenho gerencial**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 6, 1999, Portugal, CD-ROM.

MOREIRA, P. F. **Indicadores de Desempenho e sua medição: Contribuições do Balanced Scorecard**. 2002. 199p. Dissertação (Mestrado em administração) Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Balanced Scorecard: Uma análise da produção acadêmica brasileira na área de Administração**. 176f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

PEREIRA, Roberto. **Aceitar medição e controle de resultados é o maior desafio para a consolidação do Balanced Scorecard**. 2003. Disponível em:

<<http://www.insadi.org.br/imprensa+e+noticias/GetRelease.asp?ID=14>>. Acesso: 09 jan 2011.

SECAF, Jorge. *Balanced Scorecard*: seus objetivos, benefícios, participantes, e impactos para as empresas que realizam essa implantação. **Person**, p.1-3, fev, 2008. Disponível em: [http://www.setting.com.br/artigos/Entrevista\\_Jorge\\_Secaf.pdf](http://www.setting.com.br/artigos/Entrevista_Jorge_Secaf.pdf). Acesso 12 mar, 2011.

SOARES JR., H. **Experiências de implantação do *Balanced Scorecard*: como as empresas estão implantando o BSC no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão de Negócio) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

TAKASHINA, Newton Tadashi, FLORES, Mario Cesar X. **Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

TATIKONDA, Lakshmi V., TATIKONDA, Rao J. We need dynamic performance measures. **Management Accounting**.v.80, n.3, p.49-51, September, 1998.

# CAPÍTULO 20

## AGENTES DE LIGAÇÕES CRUZADAS DE ORIGEM NATURAL E SUA INFLUÊNCIA NA LONGEVIDADE DA INTERFACE ADESIVA: REVISÃO DE LITERATURA.

### **Lucas Lino de Oliveira**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: lucaslinodo@gmail.com

### **Eduardo da Cunha Queiroz**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: eduardocq2009@hotmail.com

### **Zidane Hurtado Rabelo**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: zidanerabelo@outlook.com

### **Nadine Pinheiro Linhares**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: nadinelinhares23@gmail.com

### **Lucas Dantas Rodrigues**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: lucasdantasmr@hotmail.com

### **Maria Mikaela Mota Rodrigues**

Graduando em Odontologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá  
Instituição: Centro Universitário Católica de Quixadá  
Endereço: R. Juvêncio Alves, 660 - Centro, Quixadá, Ceará, Brasil.  
E-mail: mikaellemota@gmail.com

### **Maria Clara Ayres Estellita**

Graduando em Odontologia pelo Universidade Federal do Ceará  
Instituição: Universidade Federal do Ceará  
Endereço: R. Monsenhor Furtado s/n, Rodolfo Teófilo, Fortaleza, Ceará, Brasil.  
E-mail: mclaraestellita@gmail.com

**Samuel Chillavert Dias Pascoal**

Graduando em Odontologia pelo Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: R. Monsenhor Furtado s/n, Rodolfo Teófilo, Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: chillavertsamuel98@gmail.com

**Talita Arrais Daniel Mendes**

Mestra em Odontologia pelo Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: R. Monsenhor Furtado s/n, Rodolfo Teófilo, Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: talita\_arrais@hotmail.com

**RESUMO:** Objetivo: Realizar uma revisão de literatura acerca da influência do uso dos agentes de ligações cruzadas de origem naturais (ALC) na longevidade de restaurações adesivas. Métodos: realizou-se a busca na base de dados PubMed com os descritores: “Cross-Linking Reagents”, “Dentin-Bonding Agents” e “Dental Bonding”, conectados pelo operador booleano “AND”. Em uma busca geral, encontraram-se 263 estudos. Após a leitura criteriosa de títulos e resumos, foram selecionados 13 estudos. Revisão Bibliográfica: desses 13 estudos, 12 tratava-se de laboratoriais *in vitro* e 01 ensaio clínico randomizado, onde foram relatados uma variedade de ALC de origem naturais, sendo o mais comum dentre eles a proantocianidina, derivada da semente de uva. Conclusão: a maioria dos estudos laboratoriais *in vitro* apontam a eficácia dos agentes de ligações cruzadas naturais em relação aos demais, no entanto o ensaio clínico vai de encontro a essas informações, não sendo elucidada a eficácia na prática odontológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adesivos, Proantocianidina, Dentina.

**ABSTRACT:** Objective: To perform a literature review on the influence of the use of natural origin crosslinking agents (LAC) on the longevity of adhesive restorations. Methods: The search was performed in the PubMed database with the descriptors: “Cross-Linking Reagents”, “Dentin- Bonding Agents” and “Dental Bonding”, connected by the Boolean operator “AND”. In a general search, 263 studies were found. After careful reading of titles and abstracts, 13 studies were selected. Bibliographic Review: Of these 13 studies, 12 were *in vitro* laboratories and 01 randomized clinical trial, where a variety of natural origin CLAs were reported, the most common being proanthocyanidin, derived from grape seed. Conclusion: Most *in vitro* laboratory studies show the effectiveness of natural crosslinking agents in relation to the others, however the clinical trial is in agreement with this information, and the effectiveness in dental practice is not elucidated.

**KEYWORDS:** Adhesives, Proanthocyanidin, Dentin.

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas de odontologia restauradora, atualmente, em restaurações adesivas, é o seu curto período de longevidade. O insucesso dessas restaurações parece estar associado, em parte, à degradação da camada híbrida e deterioração das fibras colágenas, causando redução da resistência da união da interface adesiva, corroborando na afirmativa de que, hoje, a camada híbrida é a área mais fraca da odontologia adesiva (PASHLEY DH, et al., 2004).

Entretanto, para compreender tal fator, é necessário conhecer que nos dias atuais os sistemas adesivos podem ser classificados em convencionais (AC), em que se faz necessário o uso de um condicionamento ácido prévio a sua aplicação, e autocondicionantes (PASHLEY DH, et al., 2004). A camada híbrida formada pelos AC é bastante crítica, devido o ácido utilizado desmineralizar mais que o sistema adesivo consegue infiltrar. Dessa forma, nesse sítio ocorrem diversos tipos de degradações como por hidrólise, por enzimas Metaloproteinases de Matriz (MMP) e Cisteíno-Catepsinas (CTP), bem como a do próprio adesivo, polimérica. Então para solucionar esse problema, diversas estratégias têm sido relatadas, como o uso de inibidores de MMPs e CTPs, agentes de ligações cruzadas (ALC), técnica úmida etanólica e remineralização biomimética podem ser adotadas (BEDRAN- RUSSO AKB, et al., 2014).

Os ALCs formam ligações químicas entre as cadeias laterais de aminoácidos dentro da estrutura tripla hélice de colágeno. São formadas ligações a fim de estabilizar o arranjo tridimensional molecular das fibras de colágeno tipo I presentes na dentina, aumentando as suas propriedades mecânicas. Além disso, a biomodificação das matrizes de dentina foi proposta para aumentar a resistência contra a degradação enzimática por CTPs e MMPs (MAZZONI A, et al., 2012).

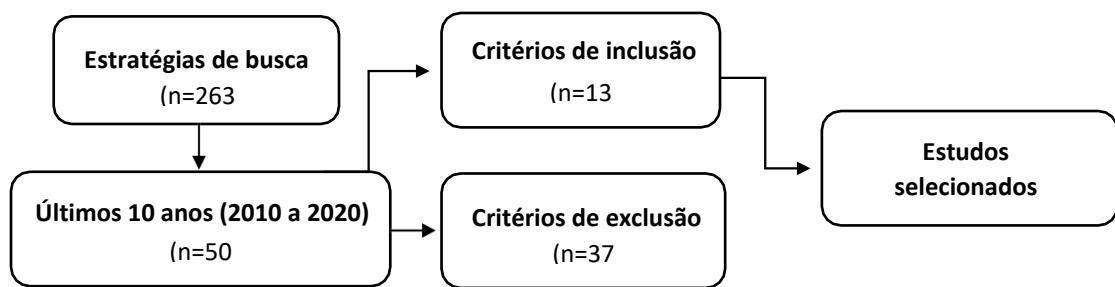
Estes, por sua vez, podem ser classificados em sintéticos e naturais. O ALC atribuído como padrão ouro é o Glutaraldeído (BEDRAN-RUSSO AKB, et al., 2010). No entanto, por causa da sua citotoxicidade, torna-o menos viável para utilização clínica, enquanto agentes naturais, destacando-se os polifenóis, tem um maior potencial para a utilização clínica, devido a sua segurança biológica e custo-eficácia (BEDRAN-RUSSO AKB, et al., 2014).

Sugere-se que agentes de ligações cruzadas naturais, especialmente os polifenóis, irão ter o seu grupamento hidroxila ligado a um anel benzênico, sendo responsável pela ligação ao colágeno (VIDAL CMP, et al., 2015; BEDRAN-RUSSO

AKB, et al., 2014). Em decorrência dessa ligação altamente estável, nos últimos anos o uso de substâncias derivadas de produtos naturais ganhou crescente atenção, uma vez que demonstraram ter uma segurança biológica, serem renováveis e apresentarem um bom custo-benefício. Assim sendo, o objetivo desse estudo é revisar a literatura acerca da utilização de ALCs de origem natural na longevidade da interface adesiva.

## 2. MÉTODOS

Pesquisaram-se na base de dados PubMed com os seguintes descritores devidamente cadastrados no MeSH e DeCS: “Cross-Linking Reagents”, “Dentin-Bonding Agents” e “Dental Bonding”, conectados pelo operador booleano “AND”. Em uma busca geral, encontraram-se um total de 263 estudos, porém, quando filtrados para os últimos 10 anos (período entre os anos de 2010 a 2020), chegou-se ao número de 50 estudos. Após a leitura criteriosa de títulos e resumos, foram selecionados 13 artigos. Tratavam-se de 12 estudos laboratoriais *in vitro* e 01 ensaio clínico randomizado, na língua inglesa que avaliassem o efeito de pelo menos um agente biomodificador natural no procedimento adesivo em dentina, excluindo-se as revisões de literatura, os estudos indisponíveis ou que não abordavam o assunto e aqueles que avaliaram o efeito de agentes biomodificadores sintéticos ou no procedimento adesivo em esmalte.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

## 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os resultados obtidos na busca bibliográfica estão compilados em forma de quadro (Quadro 01) a seguir.

Quadro 01: Resultados da busca bibliográfica.

AUTOR/ANO	GRUPOS	MÉTODOS	RESULTADOS
Li et al., 2018	Pré-tratamento: Baicaleína (BAI) à 0,1; 0,5; 2,5; 5,0 ug/mL. DMSO a 1%; Clorexidina a 2% e água destilada para avaliar a atividade gelanólica. Incorporou-se ao adesivo: BAI a 2,5 ug/mL Glutaraldeído (GLD) 5% DMSO a 1% Água destilada – grupo controle	O grau de conversão foi avaliado por Espectroscopia de Infravermelho de Fourier. O efeito inibitório de metaloproteinases de matriz (MMPs) foi avaliado por testes zimografia. A resistência de união e a interface de adesiva foram avaliados por testes de microtração, estereomicroscopia e microscopia eletrônica de varredura com 24 horas, 3 meses e 6 meses.	BAI a 2,5 ug/mL e Clorexidina a 2% foram satisfatórias quanto à inibição de enzimas. Quanto a resistência de união, a BAI 2,5 e o GLD a 5% foram superiores ao grupo controle em todos os períodos de avaliação. Na nanoinfiltração, a BAI apresentou resultados superiores, especialmente antes do envelhecimento, enquanto o GLD foi satisfatório antes e após envelhecimento.
Gré et al., 2018	- GLD 5% Proantocianidinas (PA) 6,5% - Riboflavina-UVA 0,5% Água destilada – grupo controle - Protocolo de aplicação por 1 minuto para cada uma	A resistência de união foi avaliada por testes de microtração imediatamente e após 6 meses armazenados em saliva artificial	Apenas as PA evidenciaram resultados satisfatórios aos testes de microtração imediatos e após 6 meses de envelhecimento. Todos os outros reticuladores tiveram seus resultados reduzidos após envelhecimento, e bastante semelhantes ao grupo controle.
Gré et al., 2018 Shafiei, F; Firouzmandi, M; Zamanpour, M, 2017.	- Carbodiimida (EDC) 0,3M - PA 6,5% - Água destilada (grupo controle)	Teste de cisalhamento para avaliar a resistência união imediata (24h) e após 6 meses.	EDC e PA não afetaram a resistência de união imediata. Após 6 meses, a resistência de união do grupo EDC foi significativamente menor que do grupo PA e controle, sendo que suas fraturas foram a maioria no adesivo, enquanto no grupo PA foram mistas.

Souza et al., 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle Negativo (EX0): adesivo Excite F (Ivoclar Vivadent);</li> <li>- Excite F com Proantocianidina a 2% (EX2)</li> <li>- Excite F com Proantocianidina a 5% (EX5)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação de retenção da restauração</li> </ul>	<p>As taxas de retenção foram de 98% para o EX0, 92% para o EX2; e 85% para o EX5 aos 6 M. Foi encontrada diferença significativa apenas para o EX5 aos 6 meses, quando comparado com o baseline e quando comparado com o EX0 e o EX2 às 6 M. Após 24 meses, as taxas de retenção eram de 98% para o EX0, 73% para o EX2 e 71% para o EX5. Somente o EX0 não resultou em diferença significativa na taxa de retenção a 24 M quando comparado com ao baseline, mas mostrou uma taxa de retenção significativamente maior quando comparado com os outros grupos.</p>
Leme-Kraus et al., 2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PA 6,5%</li> <li>- PA 15%</li> <li>- PA 30%</li> <li>- nenhum tratamento (grupo controle)</li> </ul>	<p>A solubilização do colágeno por proteases endógenas foi avaliada por quantificação de hidroxipolina. A resistência de união foi avaliada por microtração por 1 hora, 3 meses, 6 meses e 1 ano, enquanto a microporosidade da interface adesiva foi avaliada por microscopia confocal de varredura.</p>	<p>Todas as concentrações de PA mostraram-se eficazes na resistência de união à dentina, embora a concentração de 6,5% tenha demonstrado resultados superiores.</p>

Sinha et al., 2016	<p>Grupo 1: Nenhum tratamento (grupo controle)</p> <p>Grupo 2: Clorexidina (CHX) a 2%</p> <p>Grupo 3: Aloe Barbadensis Miller (Aloe Vera).</p>	<p>A resistência de união foi avaliada utilizando o teste de cisalhamento. Após o teste, os modos de fratura foram avaliados em estereomicroscópio (Olympus, tipo Zoom) e classificados de acordo com o modo predominante de fratura como fratura adhesiva na interface dentina cemento-resina, fratura coesiva no cimento resinoso, fratura coesiva em dentina ou fratura adesiva e coesiva mista no cimento resinoso.</p>	<p>Notou-se que a CHX e a Aloe Vera apresentam resultados semelhantes e foram estatisticamente superiores ao grupo controle aos testes de resistência ao cisalhamento.</p>
Zhou et al., 2016	<p>* PA 5% em diferentes solventes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5% de etanol e 95% de água</li> <li>- Água</li> <li>- Etanol</li> </ul> <p>* Grupo controle: nenhum tratamento</p>	<p>A solubilização do colágeno por proteases endógenas foi avaliada por quantificação de hidroxipolina. A resistência de união foi avaliada por microtração.</p>	<p>Após o condicionamento da dentina com ácido fosfórico a 37%, percebeu-se que as PA 5% em 5% de etanol e 95% de água aplicadas por 1 minuto foram satisfatórias aos testes de microtração e resistentes à solubilização do colágeno, indicando um tratamento eficaz em casos que a dentina foi completamente seca ao ar, uma vez que não diminuiu a força de adesão.</p>
Hass et al., 2016a	<p>Pré-tratamentos de dentina com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PA 6,5%</li> <li>- Riboflavina-UVA 0,1%</li> <li>- GLD 5%</li> <li>- Água destilada</li> </ul>	<p>Foi avaliada a microdureza pelo teste de Knoop, assim como a resistência de união pelo teste de microtração e a nanoinfiltração. Todos avaliados imediatamente e após 14 dias em um dispositivo intraoral palatal que foi colocado na boca de 10 voluntários.</p>	<p>Apenas as PA e o GLD apresentaram resultados satisfatórios, sendo os das PA ainda superiores, uma vez que reteve os maiores resultados de microdureza e, aos testes de microtração e nanoinfiltração, obteve resultados semelhantes imediatamente e após 14 dias. Indica-se, portanto, a sua aplicação clínica no lugar do GLD, tendo em vista o perfil de citotoxicidade deste último.</p>

Hass et al., 2016b	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PA 6,5%</li> <li>- Riboflavina-UVA 0,1%</li> <li>- GLD 5%</li> <li>- Água destilada</li> </ul>	<p>Testes de microtração, nanoinfiltração, espectroscopia micro-Raman para avaliar o grau de conversão, microscopia confocal para a atividade enzimática na camada híbrida e ensaio de MTT e cula de cultura para avaliar a citotoxicidade transdental. Todos no período imediato e após 18 meses.</p>	<p>O grau de conversão não foi afetado. A nanoinfiltração aumentou em todos os grupos, exceto o das PA. Todos os agentes reduziram a atividade de MMPs, sendo essa inibição nas PA mais pronunciada. PA e GLD foram satisfatórios aos testes de microtração. Apenas o GLD reduziu significativamente a viabilidade celular após os ensaios de citotoxicidade.</p>
Venigalla et al., 2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo 1: água destilada</li> <li>- Grupo 2 e 6: Riboflavina 0,1% pela técnica água e pela técnica do etanol</li> <li>- Grupo 3 e 7: EDC 1M pela técnica água e pela técnica do etanol</li> <li>- Grupo 4 e 8: PA 6,5% pela técnica água e pela técnica do etanol</li> <li>Grupo 5: etanol</li> <li>Protocolo de aplicação por 2 minutos para cada solução em dentina.</li> </ul>	<p>Foram realizados testes de microtração para avaliar a resistência de união imediata (24horas) e após 6 meses armazenados em saliva artificial.</p>	<p>Todos os grupos com <i>cross-link</i> mostraram-se efetivos aos testes de microtração, tanto na lavagem com água como com etanol. Ademais, o grupo apenas com etanol também mostrou resultados positivos, porém inferiores aos grupos com reticuladores. Entre todos os testados, os reticuladores com lavagem com etanol mostraram-se superiores em 24h e após 6 meses em comparação a todos os outros grupos, evidenciando as proantocianidinas como o melhor <i>cross-link</i>, uma vez que seus resultados foram os melhores na técnica com etanol e na técnica com a água.</p>

Liu et al., 2014	<p>G1 a G3: Extrato de Semente de Uva a 2%, 20% de etanol, e 20% (GSE20), 10% (GSE10) e 5% GSE5) de ácido fosfórico.</p> <p>G4 a G6: Glutaraldeído a 2,5%, 20% de etanol, e 20% (GA20), 10% (GA10) e 5% (GA5) de ácido fosfórico.</p>	<p>Espectroscopia de infravermelho transformado por Fourier (FTIR) e ensaio por espectrometria de massa por dessorção / ionização a laser assistida por matriz (MALDI). Microscopia. Condicionamento de dentina e proteção de colágeno pelo GSE através de espectroscopia micro-Raman e microscopia eletrônica de varredura e transmissão (SEM e TEM).</p>	<p>Os grupos G4, G5 e G6, quando comparado aos grupos com a presença de extrato de semente de uva (G1, G2 e G3), não apresentaram alterações significativas em dentina, além de baixa formação de ligações cruzadas de colágeno dentinário.</p>
Chiang et al., 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Riboflavina-5-fosfato a 0,1%,</li> <li>- Riboflavina-5-fosfato a 1%,</li> <li>- Glutaraldeído a 5% (GA);</li> <li>- GA 0,5%</li> <li>- água destilada (Controle negativo).</li> </ul> <p>Grupos irradiação UVA: 0,1% seguido por 1 min de irradiação com UVA, R0,1U1; Tratamento com RF a 0,1% seguido por 2 min de irradiação, R0,1U2; e tratamento com RF a 1% seguido por 1 min de irradiação, R1U1.</p>	<p>Reticulação de colágeno por eletroforese em gel de dodecil sulfato de sódio-poliacrilamida. Avaliação da resistência de união [<math>\mu</math>TBS] através do teste de microtração após 24 h, e a outra metade após 5000 termociclos. Teste de Nanoinfiltração TEM.</p>	<p>O glutaraldeído induziu forte gelificação de colágeno, enquanto RF / UVA gerou reticulação mais suave do colágeno. O glutaraldeído, 0,1% RF / 2-minUVA e 1% RF / 1-minUV mostrou maior rigidez em comparação com os não tratados e 0,1% RF / 1-minUV em condição úmida. O tratamento com RF / 2-minUVA a 0,1% manteve o TBS alto após os termociclos. S. 0,1% RF / 2-minUVA mostrou a menor taxa de nanoinfiltração.</p>
Fawsy et al., 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Riboflavina a 0,1% (RF) fotoativada por UVA;</li> <li>- RF a 0,1% ativada por luz azul visível (BL)</li> <li>- Riboflavina a 1% (RF) fotoativada por UVA;</li> <li>- RF a 1% ativada por luz azul visível (BL);</li> <li>- Controle Negativo.</li> </ul>	<p>Desafio à colagenase bacteriana, UTS e Avaliação da resistência de união [<math>\mu</math>TBS].</p>	<p>Melhoria na resistência à UTS e ao o desafio da colagenase nos grupos de riboflavina fotoativada com UVA ou BL. UVA mostrou melhora mais significativa em comparação ao BL. Após 4 meses, os métodos de fotoativação em duas etapas UV e BL preservaram significativamente os valores mais altos do TBS em comparação com o grupo controle não reticulado, onde o UVA mostrou um TBS significativamente maior que o BL.</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

#### 4. DISCUSSÃO

Embora os sistemas adesivos (SA) tenham sido amplamente utilizados nos últimos anos, problemas associados à interface formada pelo adesivo e dentina ainda não foram completamente solucionados (SOUSA et al., 2016). A partir da realização de procedimentos adesivos dentinários irá ocorrer a formação da camada híbrida (CH), que é a zona de interdifusão de monômeros resinosos e substrato dental, com o intuito de obter uma união micromecânica associada à matriz de colágeno que foi desmineralizada pelo ácido fosfórico. No entanto, sabe-se que essa é o elo mais frágil da restauração ao dente (FRASSETTO A, et al., 2016).

Segundo Vidal CMP et al. (2014), a infiltração do SA através da CH diminui significativamente de acordo com a profundidade que ele penetra. Como resultado, a matriz de colágeno na porção mais profunda é deixada exposta e vulnerável aos vários mecanismos de degradação. No entanto, foi demonstrado que a utilização dos ALC é capaz de promover um aumento da resistência da união e durabilidade através do aperfeiçoamento da estabilidade biomecânica CH.

A capacidade de reagir com a matriz de dentina e o consequente impacto na estabilidade do colágeno e vulnerabilidade das interfaces adesivas é determinada pelas características químicas e estruturais de cada ALC (SCHEFFEL DL, et al., 2014). O glutaraldeído, por exemplo, é uma molécula alifática de cinco carbonos tendo um grupo aldeído em cada extremidade da cadeia, tornando-o bifuncional. O aldeído interage quimicamente com os grupos amino de colágeno. Com isso, espera-se que as ligações químicas formadas aumentem a resistência das fibras de colágeno, o que, por sua vez, deve reforçar toda a interface adesiva (HASS V, et al., 2016).

Entretanto, os resultados do estudo de Gré et al., 2018, sugerem que a presença de ligações cruzadas induzidas pelo glutaraldeído parece não ser suficiente para melhorar as propriedades mecânicas da matriz dentinária, uma vez que a redução da tenacidade à fratura mini-interfacial não foi impedida após 6 meses de armazenamento em saliva artificial. Isso pode ser justificado pelo fato de que a reticulação tecidual é induzida pelo glutaraldeído na superfície, impedindo uma maior difusão nas camadas mais profundas (VENIGALLA BS, et al., 2016). Isso pode explicar a ausência de diferenças significativas entre os grupos tratados com glutaraldeído e os grupos controle, testados imediatamente ou em armazenamento de 6 meses. Além disso, também deve ser levado em consideração o processo de despolimerização que este agente pode sofrer, liberando resíduos não reagidos e

torna o glutaraldeído mais tóxico do que a proantocianidina (HAN B, et al., 2003).

A Riboflavina (RF) ou também chamada de vitamina B2 está relacionada com alto índices de energia UVA, gerando radicais livres de oxigênio. Deste modo, o oxigênio reativo pode induzir a formação de ligações covalentes no colágeno, através da ligação com os grupos funcionais da RF com a prolina e/ou lisina. Considerando os fatores citados, a RF pode ser considerada um agente de ligação cruzada natural, tornando a camada híbrida mais resistente e estável (HASS V, et al., 2016).

Assim, Chiang YS et al. (2013) avaliaram os reticuladores de colágeno, como o 0,5 % e 5 % de glutaraldeído e a Riboflavina-Ultravioleta-A (RF/UVA) nas concentrações de 0,1 % RF/1-minUV e 0,1 % RF/2-minUV, para verificar a reticulação com o colágeno. Assim, foram analisados inicialmente por eletroforese, onde nos grupos de GA grande parte do colágeno permaneceu insolúvel, diferentemente dos grupos de RF que apresentaram maior reticulação do colágeno. O glutaraldeído, 0,1 % RF/2minUVA e 1 % RF/1minUV apresentaram maior nanodureza comparado com os sem tratamento e 0,1 % RF/1-minUV com a dentina úmida. Posteriormente, no teste de resistência à microtração, todos os agentes reticuladores demonstraram maior resistência de união em relação ao grupo controle. Todos os cross-linkers apresentaram resistência adesiva melhor, comparada com o grupo controle. No entanto, após os termociclos o 0,1 % RF/2minUVA foi o único grupo que se manteve com boa resistência à microtração.

Fawsy AS et al. (2012), por outro lado, avaliaram a ação da RF 0,1 % e 1 % ativada por luz UVA e por luz visível (BL) na resistência e taxa de biodegradação da matriz dentinária desmineralizada pelo teste de resistência à tração final (UTS) e hidroxiprolina (HYP) e obtiveram que a RF ativada pela luz UVA se mostrou mais eficaz quando comparada a RF ativada pela luz visível. Isso pode ocorrer tanto devido à própria riboflavina quanto por causa do sistema fotoiniciador no agente adesivo dentinário que vai competir no momento de absorção do BL. No entanto, a segurança do uso de UVA para ativar a riboflavina é uma preocupação ao considerar sua aplicabilidade clínica. Como alternativa ao uso de UVA, pode- se lançar mão luz azul visível emitida por tungstênio / halogênio, que são usadas regularmente em clínicas dentárias. Isso é possível pois a riboflavina absorve uma ampla faixa espectral da radiação UV.

Corroborando com os autores, Gré CP et al. (2018) analisaram 0,5 % de RF/2minUVA e PA 6,5 %, onde demonstraram através do teste de 4 pontos que a

tenacidade à fatura mini- interfacial com a RF foi menor após 6 meses, exceto a PA, demonstrando sua capacidade de inibir a degradação da ligação. Ainda, foram observadas fraturas no interior da camada híbrida com RF.

Já Haas V et al. (2016), verificaram a eficácia de 0,1 % de RF/2minUVA e PA 6,5 % e glutaraldeído 5 %, os grupos PA e glutaraldeído apresentaram maior microdureza, diferentemente do grupo de RF o qual, dispôs de uma redução significativa na resistência de união. Ainda não houve nenhuma nanoinfiltração no grupo de PA.

Liu Y et al. (2014) avaliaram a eficiência do extrato de semente de uva (GSE) e glutaraldeído incorporados a ácido fosfórico em diferentes concentrações através de espectroscopia de infravermelho transformado por Fourier (FTIR) e ensaio de digestão por espectrometria de massa por dessorção / ionização a laser assistida por matriz (MALDI). Observou-se que GSE tornou o ácido fosfórico um estabilizador de colágeno, mas é preferível que a concentração de ácido fosfórico seja <20 %, isso se justifica pelo fato de que ocorre uma penetração não sincronizada dos monômeros do ácido e dos de GSE.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos estudos laboratoriais *in vitro* apontam a eficácia dos agentes de ligações cruzadas naturais em relação aos demais, no entanto o ensaio clínico vai de encontro a essas informações, não sendo elucidada a eficácia na prática odontológica. Devido à grande variedade de ALC naturais, não se chegou ainda a um consenso de qual melhor a ser empregado dentro da odontologia adesiva, mas esses são bastante promissores.

## REFERÊNCIAS

- BEDRAN-RUSSO AKB, et al. Long-term effect of carbodiimide on dentin matrix and resin-dentin bonds, *Journal of Biomedical Materials Research Part B: Applied Biomaterials*, 2010; 94:250-255.
- BEDRAN-RUSSO AKB, et al. Dentin biomodification: strategies, renewable resources and clinical applications, *Dental Materials*, 2014; 30:62-76.
- CHIANG YS, et al. Riboflavin-ultraviolet-A-induced collagen cross-linking treatments in improving dentin bonding. *Dental Materials*, 2013; 29:682-692.
- DE SOUZA LC, et al. Two-year clinical evaluation of proanthocyanidins added to a two-step etch-and-rinse adhesive. *Journal of dentistry*, 2019; 81:7-16.
- FAWZY AS, et al. Riboflavin as a dentin crosslinking agent: ultraviolet A versus blue light. *Dental Materials*, 2012; 12:1284-1291.
- FRASSETTO A, et al. Mechanisms of degradation of the hybrid layer in adhesive dentistry and therapeutic agents to improve bond durability—A literature review. *Dental Materials*, 2016; 32:41-53.
- GRÉ CP, et al. Do collagen cross-linkers improve dentin's bonding receptiveness?. *Dental Materials*, 2018; 34:1679-1689.
- HAN B, et al. Proanthocyanidin: a natural crosslinking reagent for stabilizing collagenmatrices. *J Biomed Mater Res A*, 2003; 65:118–124.
- HASS V, et al. Collagen cross-linkers on dentin bonding: stability of the adhesive interfaces, degree of conversion of the adhesive, cytotoxicity and in situ MMP inhibition. *Dental Materials*, 2016; 32:732-741.
- HASS V, et al. Degradation of dentin-bonded interfaces treated with collagen cross-linking agents in a cariogenic oral environment: an in situ study. *Journal of dentistry*, 2016; 49:60-67.
- LEME-KRAUS AA, et al. (2017). Biostability of the proanthocyanidins-dentin complex and adhesion studies. *Journal of dental research*, 2017; 96:406-412.
- LI J, et al. Effect of Baicalein on Matrix Metalloproteinases and Durability of Resin-Dentin Bonding. *Operative dentistry*, 2018; 43:426-436.
- LIU Y, et al. Addition of grape seed extract renders phosphoric acid a collagen-stabilizing etchant. *Journal of dental research*, 2014; 93:821-827.
- MAZZONI A, et al. Carbodiimide inactivation of MMPs and effect on dentin bonding, *Journal of dental research*, 2014; 93:263-268.
- PASHLEY DH, et al. Collagen degradation by host-derived enzymes during aging. *Journal of dental research*, 2004; 83:216-221.
- SCHEFFEL DL, et al. Stabilization of dentin matrix aftercross-linking treatments in vitro. *Dent Mater*, 2014; 30:227–233.

- SHAFIEI F, et al. The effect of two cross-linking agents on dentin bond strength of resin-modified glass ionomer. *European journal of dentistry*, 2017; 11:486.
- SINHA DJ, et al. Comparative evaluation of the effect of chlorhexidine and Aloe barbadensis Miller (Aloe vera) on dentin stabilization using shear bond testing. *Journal of conservative dentistry: JCD*, 2016; 19:406.
- SOUZA ABS, et al. Experimental primers containing synthetic and natural compounds reduce enzymatic activity at the dentin–adhesive interface under cyclic loading. *Dental Materials*, 2016; 32:1248-1255.
- VENIGALLA BS, et al. Resin bond strength to water versus ethanol-saturated human dentin pretreated with three different cross-linking agents. *Journal of conservative dentistry: JCD*, 2016; 19:555.
- VIDAL CMP, et al. Abundance of MMPs and cysteine cathepsins in caries-affected dentin. *Journal of dental research*, 2014; 93:269-274.
- VIDAL CMP, et al. Galloyl moieties enhance the dentin biomodification potential of plant-derived catechins. *Acta biomaterialia*, 2014; 10:3288-3294
- ZHOU J, et al. Cross-linked dry bonding: A new etch-and-rinse technique. *Dental Materials*, 2016; 32:1124-1132.

## SOBRE O ORGANIZADOR

**Edilson Antonio Catapan:** Doutor e Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2005 e 2001), Especialista em Gestão de Concessionárias de Energia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1997), Especialista em Engenharia Econômica pela Faculdade de Administração e Economia - FAE (1987) e Graduado em Administração pela Universidade Positivo (1984). Foi Executivo de Finanças por 33 anos (1980 a 2013) da Companhia Paranaense de Energia - COPEL/PR. Atuou como Coordenador do Curso de Administração da Faculdade da Indústria da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP e Coordenador de Cursos de Pós-Graduação da FIEP. Foi Professor da UTFPR (CEFET/PR) de 1986 a 1998 e da PUCPR entre 1999 a 2008. Membro do Conselho Editorial da Revista Espaço e Energia, avaliador de Artigos do Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP e do Congresso Nacional de Excelência em Gestão - CNEG. Também atua como Editor Chefe das seguintes Revistas Acadêmicas: Brazilian Journal of Development, Brazilian Applied Science Review e Brazilian Journal of Health Review.

Agência Brasileira ISBN  
ISBN: 978-65-86230-14-7